

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

**A AUTORIA NAS COLUNAS DE OPINIÃO
ASSINADAS DA FOLHA DE S. PAULO**

FRANCISCO ALVES FILHO

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística, sob orientação da professora Ingedore Villaça Koch.

Campinas, fevereiro de 2005

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	UNICAMP
	AL87a
V	EX
TOMBO BC/	64222
PROC.	16 P.00026.05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	13/06/05
Nº CPD	Bulv. 352458

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

AL87a Alves Filho, Francisco.
A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha S. Paulo / Francisco Alves Filho. - Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador : Ingedore Villaça Koch.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Autoria. 2. Gêneros discursivos. 3. Coluna de opinião assinada. 4. Jornalismo - Opinião pública. 5. Folha de São Paulo (Jornal). I. Koch, Ingedore Villaça. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

**A AUTORIA NAS COLUNAS DE OPINIÃO
ASSINADAS DA FOLHA DE S. PAULO**

FRANCISCO ALVES FILHO

Campinas, fevereiro de 2005

BANCA EXAMINADORA

1. Profa. Dra. Ingedore Villaça Koch (IEL – UNICAMP - orientadora)
2. Profa. Dra. Maria Bernadete Marques Abaurre (IEL – UNICAMP)
3. Profa. Dra. Roxane Rojo (LAEL– PUC/SP)
4. Prof. Dr. João Wanderley Geraldi (IEL – UNICAMP)
5. Prof. Dr. Luiz Antonio Marcuschi (UFPE)

Este exemplar e a redação final da tes.
defendida por Francisco Alves
Lillo

e aprovada pela Comissão Julgadora em
30/05/05.

x Ingedore Villaça Koch

AGRADECIMENTOS

À Inge, pela ternura e pelo rigor, durante os 4 anos de trabalho conjunto,

Aos professores do IEL (Ilari, Anna Bentes, Inês, Rajan, Suzi Frankl, Raquel Fiad, Sírio) com os quais pude conviver e aprender,

Ao Marcuschi, à Roxane, à Bernadete e ao Wanderley, pela interlocução imprescindível,

À Lyana Karla, pelo apoio moral nos últimos momentos,

A todos os meus familiares, muito especialmente o Chico Bruno, a Rosarinha, a Tia Leda, a Edlúcia, o Edvaldo Júnior, o Arilson, o Kennedy.

Aos amigos de Teresina, sempre tão longe e sempre tão perto, em especial Marcílio, Lygia Leal, Márcia Rangel, Marilene, Francisca Mendes, Socorro Rangel, Melo, Sait, Maria José, Erasmo, Aldicéia.

Aos amigos novos feitos em Campinas: Eliana, Clóris, Maria Luiza, Sandra, Daniel, Graziela, Susana, Juliene, Cosme, Kassandra, Neli, Adna, Wagner, Edvânia, Clécio, e tantos outros,

À Universidade Federal do Piauí, pela minha liberação integral para realização do doutorado,

Aos funcionários do IEL.

Para Lúcia e Miguel, pela imprescindível companhia.

E para Joaquina (*in memoriam*).

RESUMO

A proposta geral desta tese é analisar o funcionamento da autoria no gênero de discurso coluna de opinião assinada, usando para isso dados do jornal brasileiro Folha de São Paulo. Por se tratar a autoria de uma noção essencialmente multifacetada do ponto de vista teórico, recorreremos a teorias provenientes de lugares diferentes (estudos literários, análise do discurso, lingüística de texto, teorias de gênero), fazendo, a partir delas, uma síntese que pudesse servir de ferramenta teórica para explicar as relações de mútua dependência entre autoria e gênero do discurso. Trata-se de uma investigação de cunho essencialmente qualitativo e interpretativo, para a qual desempenharam papel importante as concepções de linguagem como interação, de gênero como *tipo histórico relativamente estável* e de texto como atividade social gerida por autores e leitores. A autoria foi concebida como tendo um funcionamento complexo ao mesmo tempo sócio-histórica e culturalmente pré-construída, mas, também, parcialmente reconstruída a cada ato interacional de produção de sentidos. A análise indicou que a postura da autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo é representada discursivamente pelos próprios colunistas como de caráter pessoal-profissional, embora também marcada pela voz da empresa jornalística. Indicou também que o trabalho dos autores-colunistas incide diretamente sobre a relativa estabilidade do gênero, servindo tanto para construir sua estabilidade como para explorar sua plasticidade. Do ponto de vista teórico, os resultados da pesquisa sugerem que a categoria de autor, especialmente se observada na sua relação com a de leitor, pode ser muito produtiva para a descrição e análise de gêneros e, conseqüentemente, pode ser tomada como uma importante ferramenta para os processos de leitura de textos.

ABSTRACT

The general proposal of this thesis is to analyze how authorship works in the 'signed opinion column' discursive genre, basing on data from the Brazilian newspaper Folha de S. Paulo. Since authorship is an essentially multifaceted notion in terms of its theoretical aspects, we resorted to theories proceeding from different domains (literary studies, discourse analysis, text linguistics, genre theories), creating, from them, a synthesis that might consist of a theoretical tool for explaining the relations of mutual dependence between authorship and discursive genre. The nature of this investigation is essentially qualitative and interpretative. Indeed, played an important role here the conceptions of language as interaction, of genre as *relatively stable historical type*, and of text as social activity managed by authors and readers. It is conceived that authorship has a complex performance, both social-historically and culturally pre-built, but also partially built again in every interactive act of production of meaning. The analysis indicated that the state of authorship in the signed opinion columns of Folha de S. Paulo is discursively represented by the columnists themselves as having a personal and professional feature, although it is also marked by the voice of the journalistic company. It indicated also that the work of the columnists-authors intervenes directly in the relative stability of the genre, so as to render both the construction of its stability and the exploring of its plasticity. From the theoretical point of view, the results of the research suggest that the category of author, basically if observed in its relation with the category of reader, may be very productive for the description and analysis of genres, and, consequently, should be taken as a relevant tool for the processes text reading.

INDICE

INTRODUÇÃO.....	17
1. TRILHAS DA HISTÓRIA DO AUTOR.....	21
1.1. Uma rápida perquirição etimológica.....	21
1.2. As autorias coletivas, mitológicas e divinas no mundo antigo.....	24
1.2.1. A prefiguração do <i>autor individual</i> na cultura grega: entre a inspiração e o ofício.....	24
1.3. A autoridade moral do autor na Idade Média.....	28
1.4. O autor moderno.....	29
1.4.1. De vil subversivo a gênio criador.....	29
1.4.2. De gênio criador a plagiador.....	32
1.4.3. Morte e sobrevivência do autor.....	34
1.4.4. Autoria como propriedade de idéias.....	36
1.5. Teorias sobre o autor e a autoria.....	39
1.5.1 O autor nas teorias lingüísticas.....	39
1.5.2 O autor em teorias pós-estruturalistas.....	41
1.5.2.1 A autoria na lingüística de texto.	41
1.5.2.2 A função autor na obra de Foucault.....	47
1.5.2.3 Concepção de autoria na análise do discurso.....	50
1.5.2.4 A visão bakhtiniana sobre o autor e sobre a autoria.....	58
2 AUTORIA: CARACTERIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.....	67
2.1 Autor como intenção.....	68
2.2 A fabricação sócio-histórica do autor e da autoria.....	73
2.3 O caráter representacional da autoria.....	76
2.4 O caráter polifônico da autoria.....	81
2.5 Autor como foco da coerência.....	83
2.6 Autoria como simulação de origem/propriedade/autenticidade.	89
2.7 Um conceito de autoria.	93
2.7.1 Relação entre autor e enunciadores.	95
3. OS GÊNEROS DO DISCURSO E O GÊNERO COLUNA DE OPINIÃO ASSINADA NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO.....	99
3.1 A noção de gênero do discurso em Bakhtin (e suas possíveis relações com a questão da autoria)	99
3.2 Classificação e nomeação dos gênero.....	109

3.3 Os gêneros jornalísticos vistos pela esfera jornalística.....	113
3.4 A nebulosa opinativa.....	119
3.4.1 As fronteiras entre crônica e coluna.....	122
3.4.2 As fronteiras entre editorial e coluna.....	125
3.4.3 As fronteiras entre artigo de opinião e coluna.....	126
3.4.4 As fronteiras entre comentário e coluna.....	128
3.5 A coluna de opinião assinada na <i>Folha de São Paulo</i> : categorias, características e funcionamento do gênero.....	135
3.5.1 Funções e propósitos comunicativos.....	137
3.5.2 Concepção de leitor-modelo	140
3.5.3 Tipo de interação colunista-leitor.....	146
3.5.4 Estilo do gênero.....	149
3.5.5 Composição	151
3.5.6 Espaço-tempo de circulação na comunicação jornalística.....	153
3.5.7 Temas.....	155
4. A AUTORIA NOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS E NA COLUNA DE OPINIÃO ASSINADA.....	161
4.1 Modalidades de autoria.	161
4.2 A autoria no jornalismo opinativo.....	172
4.2.1 A autoria nos artigos de jornal.....	174
4.3. A autoria no gênero coluna de opinião assinada	176
4.3.1 A postura da autoria.....	176
4.3.2 Relação entre o autor-colunista e seus enunciadores.....	183
4.3.2.1 A infiltração do autor.....	184
4.3.2.2 A apropriação do discurso do leitor.....	189
4.3.2.3 A reinterpretação do discurso do outro.....	193
4.4 Análises da postura da autoria no gênero.....	195
4.5 O trabalho dos autores-colunistas.....	206
CONCLUSÃO/ACABAMENTO.....	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	223
ANEXOS.....	227

INTRODUÇÃO

Gostaria, inicialmente, de confessar que esta tese não resulta do desenvolvimento de meu projeto inicial submetido à seleção para o doutorado. Trata-se de um projeto que se reconstruiu e se modificou intensamente ao longo do curso por ter recebido influência direta das leituras realizadas e do diálogo com professores e colegas-alunos. Digo isso para reafirmar minha crença no acontecimento, no processo e no diálogo e também para revelar um pouco do meu jeito de ser enquanto pesquisador: como não consigo planejar rigidamente e com antecedência os projetos que vou desenvolver, eles somente se definem de fato durante o processo. Quem sabe um dia ainda aprenda a fazer de outro modo.

Certamente o meu interesse pelo tema da autoria decorre de meu envolvimento, durante grande parte de minha vida, com o teatro e com a literatura dramática. A mim, sobretudo quando inserido em atividades artísticas, sempre interessou entender como se dão os processos de criação de textos, de idéias e de opiniões. Costumava, e agora costumo mais ainda, observar os textos da perspectiva dos seus autores, me indagando como é que estes procedem para se apropriar dos saberes e dos dizeres e para expressá-los de um modo que possa ser aceito como “seu”. Mas confesso que durante muito tempo eu professava uma visão grandemente romântica sobre a autoria: acreditava muito na originalidade e no mito da criação individual. Foi o meu lado de cientista da linguagem que me fez duvidar desse romantismo acerca da autoria. Fui persuadido de que o autor está rodeado de estruturas e de ordens que o impedem de expressar-se de modo genuíno, livre e independente.

Desfeito o romantismo, instalou-se um certo pessimismo em relação à autoria. E o pessimismo se transformou numa incômoda *pulga atrás da orelha*: seria o autor meramente uma marionete? A pulga me tirou o sono e tive de correr atrás de outras ferramentas teóricas. Foi então que reencontrei os gêneros do discurso, com os quais havia trabalhado na pesquisa de mestrado. O problema passou a ter uma formulação um pouco mais inteligível: como é que os autores, mesmo trabalhando sempre com base em *tipos históricos* de textos, não se reduzem a meros “repositores” de posturas de autoria pré-construídas? Como é que o autor, mesmo

inevitavelmente social e histórico, permanece um indivíduo? Como o autor dialoga com os outros e por eles se influencia sem, por eles, ser atropelado?

Ao longo de algum tempo, as preocupações teóricas foram se intrometendo no processo diário de leitura de jornais. Quando dei por mim, já não estava mais lendo "desinteressadamente" os jornais, mas ocupado em observar como os jornalistas se constituíam como autores e como faziam isso circunscritos por *gêneros do discurso*. Com o tempo e com as determinações do *gênero tese de doutorado*, o olhar foi se tornando seletivo até se fixar naquilo que, nesta tese, será nomeado como *colunas de opinião assinadas*. Ao fim de um certo período, o problema passou a ter um contorno mais nítido: como se constitui a postura da autoria no gênero de discurso *coluna de opinião assinada* no *Jornal Folha de S. Paulo* e como estes colunistas marcam o seu trabalho de autor nos próprios textos?

Embora houvesse interesse inicial em estudar todos os colunistas deste jornal, o gênero tese com suas condições sócio-históricas e minhas próprias limitações de pesquisador terminaram impondo um *corpus* ainda mais reduzido. Além disso, dada a necessidade metodológica, no caso dos estudos sobre a autoria, de fazer análise de textos inteiros, a seleção do *corpus* tomou como critério básico a *extensão curta* dos textos, de modo a ser possível fazer análises integrais de uma quantidade de textos minimamente significativa. Esse padrão de texto curto, no caso da *Folha de S. Paulo*, aparece de modo regular na página A-2 e é por isso que a quase totalidade dos textos escolhidos dela provém – são as colunas de Clovis Rossi, Fernando Rodrigues, Eliane Catanhêde, Carlos Heitor Cony, Josias de Sousa, Vinicius Torres Freire, Waldo Cruz e Mário Magalhães. O *corpus* foi complementado ainda por textos de colunistas que escrevem em outras seções (Nelson de Sá, Gilson Schwartz, Elio Gaspari), mas que, exemplarmente, elucidavam aspectos particulares do funcionamento da autoria neste gênero de discurso ou reforçavam aspectos também encontrados nos textos da página A-2. Comum e regular a todos os textos do *corpus* são o fato de serem *explicitamente* de caráter opinativo, de terem como autor um jornalista dos quadros da *Folha de S. Paulo*, de serem publicados regularmente numa mesma seção e página, em suma, de se constituírem como *colunas de opinião assinadas* e, conseqüentemente, apresentarem uma comum postura de autoria. Os textos selecionados se inserem no período de 1997 a 2004, embora, para este estudo, o recorte temporal não apresente relevância.

Como, nos primeiros momentos, o que estava definido era a vontade de estudar a autoria em textos jornalísticos opinativos, tracei dois percursos bibliográficos. Em um, fui ao encontro de textos teóricos que oferecessem explicações para a função e a constituição do autor em nossa sociedade (Bakhtin, 1975a, 1975b, 1979a, 1979b, 1979d; Barthes, 1968; Foucault, 1969; Compagnon, 1998, 2002; Chartier, 1985; Eco, 1992; Orlandi, 1986, 1997; Possenti, 1992, 2002; Carreira, 2000; Tfouni, 2001). O outro percurso foi construído com textos que historiavam, descreviam e/ou observavam aspectos lingüístico-textuais e sócio-históricos dos gêneros de discurso em geral (Bakhtin, 1926, 1929/1930a, 1979c, Marcuschi, 2001, Rodrigues, 2001 e Rojo (a sair)) e dos gêneros jornalísticos em particular (Beltrão, 1980; Amaral, 1982; Melo, 1994; Chaparro, 1997; Teixeira, 2003; Campos, 2004, van Dijk, 1995, 1998 e Rodrigues, 2001).

Esse conjunto total de textos apontava claramente para a escassez de estudos que articulassem a noção de autoria à noção de gêneros do discurso, uma vez que nos textos que tratavam da autoria não se encontrava discussões sobre os gêneros e, em contrapartida, os estudos sobre os gêneros jornalísticos não demonstravam preocupação com a questão da autoria. Ou seja, a sugestão levantada por Foucault (1969) de que a função-autor varia conforme os (gêneros de) discursos permanecia um campo aberto. Um dos poucos trabalhos que fazia esta articulação, e por isso importante para os rumos desta tese, foi o de Rodrigues (2001), que, embora não tivesse como tema central a autoria, fazia uso também desta noção para descrever o gênero de discurso artigo de jornal.

O *corpus* selecionado foi então analisado de modo a ser possível observar as inter-relações entre autoria e gêneros do discurso. E, para que isso pudesse ser alcançado, algumas decisões metodológicas foram tomadas: a) analisar integralmente parte do *corpus* (isto é, textos inteiros); b) fazer recorte de textos apenas com o objetivo de explicar as regularidades sócio-verbais do gênero e da autoria; c) observar as colunas de opinião assinadas também na sua relação com os gêneros que lhe são contíguos (editorial, artigo de opinião, crônica); d) caracterizar a postura da autoria no gênero, sem ocupar-se com a caracterização de cada autor em particular; e) mostrar as relações entre as dimensões verbal e social dos textos; f) fazer uso da noção de autoria como uma ferramenta para os processos de leitura das colunas de opinião assinadas.

A organização geral da tese contempla quatro capítulos, aqui resumidos:

- O primeiro apresenta um panorama geral da história do *autor* no mundo ocidental, tanto em relação às práticas sociais de linguagem como em relação às concepções teóricas. Ainda que não seja pretensão explicar detidamente as causas dos processos históricos, é possível observar as principais modificações ocorridas com as concepções de autoria e quais as tensões em torno das quais ele se constituiu ao longo dos tempos e das sociedades.

- O segundo sistematiza um conjunto de caracterizações do funcionamento da autoria, faz deles uma síntese e propõe uma conceituação de autor em sua interface com a noção de gênero do discurso;

- O terceiro discute teoricamente a noção de *gêneros do discurso* em geral e dos gêneros jornalísticos opinativos em particular e apresenta um conjunto de explicações para o funcionamento das *colunas de opinião assinadas* no jornal *Folha de S. Paulo*;

- O quarto, e último capítulo, analisa, descreve e explica a postura da autoria nos textos do corpus e promove leituras de colunas de opinião assinadas tomando como principal ferramenta a noção de autoria.

Ao longo da tese, há a vontade de experimentar uma reflexão teórica e praticar algumas análises que articulem estas duas noções teóricas: a de autoria e a de gêneros do discurso.

CAPÍTULO 1

1. TRILHAS DA HISTÓRIA DO AUTOR

Mesmo não sendo objetivo deste estudo fazer uma historiografia detalhada da *figura do autor*, faremos aqui breves considerações históricas acerca de teses sobre o surgimento e posteriores desdobramentos da *figura do autor* no mundo ocidental na medida em que isso possa contribuir para a compreensão dos mecanismos de funcionamento da autoria na atualidade. Tais considerações não seguirão rígida precisão cronológica e comportarão eventuais saltos no tempo: serão salientadas as idéias que possam ter relevância direta ou indireta para uma discussão da autoria no domínio jornalístico, objeto de estudo específico desta tese. Por enquanto, a noção de autor será vista sem vinculação, pelo menos direta, com a noção de *gêneros do discurso*. Mas, ao longo da tese, tal vinculação será pouco a pouco introduzida.

1.1 Uma rápida perquirição etimológica

Começemos por observar que significados, no Mundo Antigo, eram atribuídos à palavra autor. Um dos sentidos da palavra *auctor* nos dicionários latinos nos diz que *auctor* é oriundo do verbo *augere* e significa “aquele que aumenta, que faz crescer”. Por isso chegou-se a defender que o autor seria aquele que, com sua pena, “amplia os fatos, ditos ou pensamentos dos antigos” (cf. Compagnon, 2002a). O autor é visto assim como um aumentador, e não propriamente como um criador ou inventor, sendo sua função precípua dar continuidade ao que já existe, como uma espécie de porta-voz. Ora, esse significado da palavra autor pode ser interpretado como uma manifestação antiga, ainda que formulado sem sofisticação teórica, das noções de intertextualidade, interdiscursividade e dialogismo, pois se está a postular que o autor fala com base no que os outros já disseram e que não profere nada inteiramente seu. Mas talvez se possa apontar como problema deste conceito a crença na possibilidade de aumentar o que os outros disseram sem que isso implique em modificação de sentidos.

Contudo, Benveniste (1969, citado por Compagnon, *op. cit.*) reprova esta leitura pelo fato de ela, ao apontar apenas para uma ação física e mundana, ignorar inteiramente o sentido político e religioso fortemente ligado tanto a *auctor* como ao derivado abstrato *auctoritas*. É que a forma latina *augeo* ("eu aumento"), muito antes do latim clássico, como aponta Benveniste, indicava não a mera ação de "aumentar", mas "o ato de produzir fora do seu próprio seio, o ato criador que faz algo nascer, que é um privilégio dos deuses e das forças naturais e não dos homens"¹. Em vez de "aumentador", a perquirição etimológica de Benveniste salienta o sentido de "promotor", e o *auctor* seria aquele que toma uma iniciativa, o primeiro a produzir alguma atividade, aquele que funda, que garante. Talvez por isso a palavra *auctoritas* tenha adquirido um sentido forte ligado ao ato de produção, à qualidade do alto magistrado, ao poder da iniciativa. Fazendo uma leitura prospectiva, poderíamos dizer que o "mito da criação literária", que alcançaria seu apogeu no século XIX, tem aqui neste étimo um ponto de sustentação que poderia ser diretamente invocado para justificar a aura de originalidade, inventividade e autoridade soberana tão recorrentemente atribuída à figura do autor.

Não deixa de ser curioso, entretanto, que um mesmo étimo seja lido de dois modos radicalmente distintos: num caso como "continuador"; no outro, como "criador". Como se vê, até aqui temos duas concepções inteiramente antagônicas de autor: de um lado um mero continuador e aumentador; de outro, um criador e inaugurador. Num pólo, a crença de que o autor é dotado de capacidade para criar e promover o novo; no outro pólo, a crença apenas na capacidade de uma reprodução ampliada do que já foi dito. Ao longo da história será mesmo no centro deste ringue que a noção de autor e as práticas de autoria estarão postas.

Compagnon (*op. cit.*) aponta ainda uma outra acepção para a mesma raiz etimológica, notadamente quando usada como verbo na primeira pessoa do indicativo. É que *augeo* passa a ter um sentido divino e designa a "promoção" consentida pelos deuses a uma empreitada, geralmente manifestada por um presságio. Desse modo, *auctor* designa aqueles poucos e privilegiados homens que, por lhes ser outorgado certo poder, podem pronunciar as palavras *com autoridade*, criando coisas no mundo e nele determinando mudanças. Seguindo esta interpretação, o vocábulo *auctor*, tempos depois, passaria a referir "aquele que confere garantia a

¹ Este mesmo sentido religioso é encontrado também no indo-iraniano, em que a raiz *aug-* designa uma força ou um poder divinos, um atributo que somente os deuses detêm (cf. Compagnon, 2002a).

uma obra” e que, em relação a ela, detém a autoridade, sendo por ela responsável (sobretudo por sua interpretação). Este significado vai se consolidar na Idade Média, quando o termo autor designa ao mesmo tempo escritor e *autoridade*, quando só se considera autor aquele que, além de lido, é *respeitado* e *acreditado*. Esta noção representa uma, digamos, “terceira via” de observação do fenômeno: o autor nem é visto como um mero aumentador nem como um verdadeiro inventor, mas como uma autoridade cujo poder lhe é concedido. Esta visão supõe que o valor de uma obra ou texto depende de seu autor, embora admita que ele é condicionado e constrangido pelos deuses. Como veremos adiante, essa noção de autoria ligada a *autoridade* também terá um bom lugar na história.

Esta brevíssima análise evidencia que, do ponto de vista etimológico, a noção de autor oscila entre três campos lexicais: o de continuação/aumento/portavoz, o de criação/invenção/promoção e o de autoridade/soberania/poder. Parece-nos improvável que se trate de três campos inteiramente antagônicos aos olhos de hoje, embora não seja simples mostrar como eles podem se articular sem cair em combinações ligeiras e fáceis.

No português atual, como registrado no Dicionário Aurélio Eletrônico², a palavra autor, derivada do latim *auctore*, não preservou nada daquele sentido de “aumentador”, embora tenha mantido os campos lexicais de criação e invenção. Os significados registrados neste dicionário são: 1. A causa principal, a origem de. 2. Inventor, descobridor. 3. Criador, instituidor, fundador. 4. Criador de obra artística, literária ou científica. 5. O responsável por um empreendimento, um projeto, um plano. 6. O praticante de uma ação; agente. 7. Aquele que intenta demanda judicial. 8. Jur. Agente de um delito ou contravenção.

Como se observa, a palavra autor permanece fortemente ligada aos domínios religioso, artístico e literário, mas também se estendeu para os campos jurídico, científico, técnico e prático. Tem vários significados e refere atividades diversificadas no mundo, estando na dependência de um conjunto grande de característi-

² Autor (ô). [Do lat. auctore.]

S. m. 1. A causa principal, a origem de: o autor do Universo. 2. Inventor, descobridor: o autor do sistema de propulsão a jacto. 3. Criador, instituidor, fundador: o autor do protestantismo. 4. Criador de obra artística, literária ou científica. 5. O responsável por um empreendimento, um projeto, um plano: Ele é o autor da nova iluminação nas praias. 6. O praticante de uma ação; agente. 7. Aquele que intenta demanda judicial. 8. Jur. Agente de um delito ou contravenção. (**Dicionário Eletrônico Século XXI**: versão 3.0, novembro de 1999, Editora Nova Fronteira).

cas: causa, origem, invenção, descoberta, criação, fundação, instituição, responsabilidade, prática. Em suma, trata-se de um conceito de difícil manuseio dada a sua marcante heterogeneidade, o que não é um privilégio seu, dado que todo conceito é de fato complexo.

1.2 As autorias coletivas, mitológicas e divinas no mundo antigo

É bastante difundida a idéia de que, durante muito tempo na história da humanidade, não existiu uma clara concepção de *autor individual*, pelo fato de que as idéias não eram concebidas como tendo origem num dado homem histórico, nem sendo fruto de sua inventividade e criatividade. Em outras palavras, não se colocava a questão da *atribuição* e da *autenticação* humana dos textos e obras. Foi por isso que, durante quase toda a existência do livro copiado, que vai até aproximadamente o século XV, seus exemplares continham textos muito diversos entre si e sem indicação de autoria. Os fatos conhecidos indicam que não era relevante se perguntar sobre a *origem/responsabilidade* mundana das idéias e, no geral, ou se admitia que elas provinham dos deuses/mitos ou eram de pertencimento coletivo. Embora não se concebesse isso por algum viés teórico, o que ocorria era que toda produção simbólica decorria de uma *autoria* de caráter *cultural* ou *divino*.

Para os antigos, sendo indiferente (cf. Schneider, 1985) a idéia da *primeira* vez, o autor não se distinguia do leitor, uma vez que um e outro eram considerados na mesma *traditio*. Entretanto, para Compagnon (1998, p. 52), essa inexistência do autor somente faz sentido se pensada do ponto de vista sociológico, uma vez que, do ponto de vista hermenêutico, isto é, como *intenção*, o problema do autor é bem mais antigo, já tendo sido explorado na retórica e na filosofia clássica grega e em várias hermenêuticas. A essa questão polêmica voltaremos adiante (seção 2.1) ao discutir a relação entre autor e intenção.

1.2.1 A prefiguração do autor individual na cultura grega: entre a inspiração e o ofício

Se, por um lado, é aceitável que no mundo antigo a noção de *autor individual* não era, de longe, a mais relevante para o processo de produção e circulação das obras, por outro não se pode afirmar que ela inexistia inteiramente. É Compagnon (2002a) quem relata como na Grécia Antiga se deu uma espécie de prefiguração da noção de autor. Diz ele que, no mundo grego, na ausência da noção de

autor individual, a noção pertinente era a de *inspiração*. Por exemplo, na *Ilíada* e na *Odisséia*, o *aedo* (correspondente de algum modo ao nosso poeta atual) recebia sua fala da sagrada Musa, tida como filha da memória oral. Já no diálogo *Ion* de Platão, o rapsodo, que canta fragmentos dos poemas épicos, é descrito como um *entusiasta*, isto é, como um inspirado que é possuído por um Deus, que nele fala. Por se acreditar que este poeta tem acesso ao divino e ao sagrado, ele, ao lado do profeta, é um dos "donos da verdade" e somente sua fala permite que os homens escapem do silêncio e da morte (cf. Detienne, 1973, citado por Compagnon, 2002a).

Contudo, este poeta não podia falar por si mesmo nem podia emitir nenhum juízo, devendo se contentar por receber das deusas a possibilidade de compreensão do hino que iria declamar. Ademais, ele também não podia se opor à audiência à qual se dirigia, sendo por ela controlado. Assim, podemos observar como o poeta grego desempenha uma clara função de controle social, caracterizada por um tipo de censura a visões de mundo que possam se contrapor às concepções atribuídas a entes sagrados e divinos. Parece-nos que se, de um lado, há uma ausência do autor, por outro há uma (o jogo de palavras parece inevitável) presença marcante dessa ausência: não admitir que o poeta se porte como autor de seu canto e emita juízos pessoais de valor garante que outros juízos de valor sejam disseminados e perpetuados o tempo todo. Num trocadilho um tanto óbvio diríamos que o "não-autor individual" é uma das condições e garantias para a existência do "grande autor" moral, divino e supostamente ubíquo. (No capítulo 3 voltaremos a esta questão ao falar de *autoria individual* e *institucional* e ao distinguirmos os tipos de macro-responsabilidades enunciativas). Aqui talvez fosse o caso de falar de uma *autoria divina*, quando a responsabilidade enunciativa é atribuída a seres de outra dimensão espiritual. De todo modo, esse funcionamento sugere que o silenciamento de uma autoria tem como óbvia consequência a emergência de uma outra autoria, já que a toda produção simbólica pode-se atribuir uma responsabilidade enunciativa.

No entanto, esse caráter de autênticos porta-vozes dos deuses é posto em questão por Platão, que acusa os poetas de delirantes, possuídos e irracionais: o dom divino provocaria nos poetas uma perda momentânea da razão. Eis aí a famosa justificativa para a expulsão dos poetas da República, a qual poderia ser lida

como uma prefiguração do autor objetivo, imparcial e racional que viria a se consolidar no século XIX.

Seguindo Detienne (1973: 106), Compagnon (2002a) comenta uma outra importante mudança ocorrida com os chamados "poetas corais" dos séculos VI e V a.C.: estes poetas rompem com a tradição da poesia inspirada e com a concepção religiosa do "dono da verdade" e passam a conceber a poesia como um *officio*. Eles, interessadamente, querem ser reconhecidos, inclusive monetariamente, pelo seu trabalho. Assim, ao se compararem com os pintores e os escultores, estes poetas se descobrem como agentes e como produtores (já na época o termo *poiètès* significava "fazedor, produtor"), o que os leva a refletir sobre o ato artesanal de fazer poesia. Compagnon aponta justamente neste momento a prefiguração da noção de *autor moderno*, pois, diferentemente do *Aedo*, que recebia o discurso da Musa, o *poiètès*, em sua relação contratual, transformava, sob encomenda, um assunto em poema. Tem-se, então, uma prática de escrita fundada na capacidade individual do poeta de criar um texto, ainda que do ponto de vista temático e discursivo haja um forte controle exterior.

Contudo, este poeta não pode ainda ser considerado plenamente autor porque ele não se propõe a exprimir nada com acentos e avaliações próprias. Longe ainda de se reivindicar como um criador individual, ele apenas aspira ser um artesão competente, especialmente do ponto de vista retórico. Em termos bakhtinianos diríamos que ele não assume para si a responsabilidade por um *intuito discursivo* e pelo *acabamento* de um texto: a responsabilidade enunciativa é ainda atribuída às tradições coletivas. Se se pudesse separar assim tão facilmente forma de conteúdo, dir-se-ia que se trata, neste caso, de um "autor da forma" mas não propriamente do "conteúdo". E se é certo que, do ponto de vista político, este poeta se torna mais independente, pois deixou de ser submisso aos deuses, entretanto caiu agora nas mãos do contratante, o que também prefigura o que irá ocorrer quando, após a invenção da imprensa, os autores passam a ser "manipulados" pelos editores.

Ao comparar o uso do pronome *eu* pelos primeiros historiados e pelos poetas, Compagnon (2002a) mostra uma diferença marcante: o *eu* do historiador designa o autor real, histórico, a testemunha de um fato; já o *eu* do poeta refere, na verdade, a "uma figura fictícia, uma espécie de assinatura coletiva que assegura coerência a um corpus e a uma tradição (...)", isto é "(...) muito mais a uma per-

sonagem do que a um autor”³. Não à toa esse funcionamento foi chamado de “poeta genérico”. Lendo mais uma vez prospectivamente, pode-se ver aqui uma prefiguração da noção de função-autor (especialmente o traço “foco de expressão”) tal como seria postulada por Foucault (1969). Ou seja, já no mundo grego o autor tem também como uma de suas funções conferir coerência global aos textos e discursos.

Contudo, é nas reflexões de Platão acerca da escrita e da fala que a prefiguração do autor individual no mundo grego se mostra com mais visibilidade. Como já é bem sabido, Platão desconfiava muito da escrita porque acreditava que ela pudesse trair a enunciação e proporcionar uma deturpação do sentido. O sentido verdadeiro, para ele, somente existiria na oralidade pela razão de esta contar com a presença do “autor” que, na função de testemunha, poderia desfazer interpretações “indevidas”. Como diz Compagnon (2002^a), em Platão o autor emerge como um problema hermenêutico uma vez que caberia a ele decidir o que pode e o que não pode ser interpretado. Tem-se aqui uma radical concepção de autor empírico, pois que ele teria como uma de suas funções verificar *in loco* os modos como o seu texto está sendo interpretado, autorizando-os ou não. Em outras palavras, ainda que não tão nitidamente, o autor começa a ser visto como o responsável pelo sentido “unívoco” do texto de modo que, embora não seja concebido como o dono original das idéias veiculadas, cabe a ele determinar e controlar o único possível sentido para tais idéias. Olhando mais uma vez prospectivamente, diríamos que este autor concebido por Platão acumula também a função daquele crítico literário típico do século XIX, a quem cabia fiscalizar e atestar os sentidos válidos para uma dada obra. Por outro lado, esta concepção, por ser radicalmente monológica e por negar inteiramente o diálogo que se instaura entre autor e ouvinte/leitor, não pode ser útil para explicar os processos de autoria, que, ao nosso ver, são de natureza interacional e dialógica. Esta questão será retomada na seção 2.5, quando discutirmos a concepção de autor extraída da obra de Bakhtin.

³ Em nossas análises das colunas de jornal nos próximos capítulos iremos também observar a quem referem os pronomes de primeira pessoa nos textos e como eles colaboram para a construção da *postura de autoria*.

1.3 A autoridade moral do autor na Idade Média

A inexistência de uma efetiva concepção de autor (pelo menos sociológica, como temos visto até aqui) guarda, evidentemente, correlações com a inexistência, até aproximadamente o século XVII⁴, de uma explícita noção de indivíduo, como tem sido apontado por várias correntes filosóficas. A vida num mundo teocêntrico e teocrático, onde inexistia a noção de sujeito-de-direitos-e-deveres, não exigia nem favorecia, de fato, indagar-se acerca dos processos de origem, de individualização, de apropriação e de responsabilização das idéias, dos textos e dos discursos. Tratava-se de um mundo marcado pelas autorias divinas e teológicas.

Principalmente na Idade Média - em que a imitação desempenha um papel espiritual pleno - mas também ainda no Renascimento (cf. Schneider, 1985) predominava a idéia de que escrever era atualizar ensinamentos soprados por deus(es) e/ou modelos e lições pertencentes a uma coletividade, seguindo uma tradição bem estabelecida e estabilizada que pregava que, no fundo, o que contava mesmo era saber imitar bem os criadores originais, homenageando-os sempre que possível. A tradição humanista ensinava mesmo que o autor não deveria buscar se distinguir de outrem, mas sim aceitar que toda língua é de empréstimo e que toda forma é recebida através do aprendizado e da apropriação (Schneider, *op. cit.*, p. 55). Noutros termos: como inexistia uma ideologia da individualidade criadora, concebia-se o mundo das idéias e dos discursos como decorrente seja de origens divinas e míticas, seja de tradições culturais, o que fazia do anonimato um fenômeno aceito tranqüilamente e sem maiores problemas⁵. Forçando um pouco o

⁴ Esta datação é realmente aproximada, pois esses processos históricos não se deram do mesmo modo e ao mesmo tempo em diferentes países da Europa e muito menos nos países dos outros continentes.

⁵ Contardo Calligaris em sua coluna na Folha de São Paulo do dia 4/3/2004 (p. E-6) comenta que até o Renascimento inexistiram retratos de indivíduos e apresenta elementos para se perceber marcantes diferenças entre as concepções de indivíduo do mundo antigo/medieval e do mundo moderno: "Para os gregos, os romanos e os homens medievais, retratar significava mostrar não a unicidade do sujeito retratado, mas sua função social, seu status, seu lugar na hierarquia do poder. Por exemplo, o retrato de um imperador romano não se preocupava com a reprodução dos traços distintivos de sua pessoa, mas tentava criar uma imagem que expressasse a majestade da autoridade absoluta, da sabedoria e talvez do sagrado (...). A partir do século XV, os retratos começam a insistir na singularidade dos sujeitos retratados. A mudança se explica assim: a modernidade valoriza o indivíduo mais do que a comunidade. Portanto, espera-se que o retrato do corpo moderno revele a verdade do corpo privado, único e inconfundível. (...) No retrato antigo, os atributos eram mais importantes que os traços singulares do sujeito porque, antes da modernidade, o sujeito parecia ser definido perfeitamente (ou quase) por sua função social. Se, ao retratar César, mostrei que ele é imperador, revelei o essencial de sua pessoa. Ao contrário, se, ao retratar um presidente de hoje, eu só conseguir mostrar que ele é presidente, o retrato será propriamente um fracasso"

tom classificatório, poderíamos dizer que nesta concepção o que predomina é uma *autoria cultural*.

No mundo feudal, em que o sujeito era submetido às leis divinas e à autoridade soberana, não havia mesmo terreno para se pensar em ser ou não autor. É com o mundo capitalista, com sua concepção de sujeito "como pessoa que é motivo de algo" (cf. Carreira, 2000, p. 14) e com a admissão de processos de individualização e responsabilização dos atos por parte do sujeito – a noção de sujeito-de-direito – que surgem as condições para se pensar no papel do autor individual. Não à toa estão criadas também as condições para o surgimento do leitor, daquele que passa a ter o direito de interpretar textos segundo, pelo menos em tese, sua vontade individual. É que, como esperamos evidenciar ao longo da tese, autor e leitor constituem duas funções entrelaçadas e de mútua dependência. O autor é autor porque se dirige, ao menos virtualmente, ao leitor, do qual espera réplicas e apreciações. E o leitor é leitor porque um autor presume que ele existe e a ele destina um texto. Dizendo isso com a ajuda de um lugar-comum: um é o outro do outro.

1.4 O autor moderno

Há um certo consenso em se admitir que o *autor individual* é uma personagem moderna, cujo surgimento guarda marcantes correlações com o aparecimento do burguês no mundo político-econômico, do cidadão (sujeito-de-direito) no mundo jurídico e do indivíduo no campo filosófico. Ou seja, há – como era de se esperar – um conjunto de condições econômicas, sociais, políticas, culturais e filosóficas que possibilitaram a "fabricação" de uma concepção de autor e uma prática de criação de textos e obras fundada na ideologia da individualização das idéias, dos pensamentos, dos textos e da obras.

1.4.1 De vil subversivo a gênio criador.

Chartier (1998, p. 56) aponta que a *figura do autor*, no domínio da literatura, começa a surgir lentamente nos últimos séculos do livro copiado, quando, ao que nos parece, este começa a receber algum grau de fetichização, e vai se consolidar com as primeiras publicações do livro impresso, já visto como embrião de um possível objeto de consumo. Uma das mudanças que ocorre nesta época e que

sinaliza a emergência da função-autor⁶ é a diminuição do número de livros que contém textos de “autores” diferentes e o aumento daqueles contendo textos de um único sujeito – o que pode ser assim interpretado: o livro começa a ser usado em acordo com processos de representação da individuação das idéias e dos processos criativos. Ao observar o surgimento do autor por uma ótica mercadológica, Chartier (*op. cit.*) acusa o submetimento do autor a uma lógica aparentemente contraditória: de um lado, o patronato e do outro, o mercado de livros. Um sustentado no sistema do favor e do apadrinhamento, o outro fundado numa idéia de mérito e no lucro. Com efeito, contratos dos séculos XVI e XVII mostram que os autores não recebiam pagamento em dinheiro – o que seria uma decorrência do mérito – mas uma quantidade de livros – o favor em troca da publicação⁷.

Apesar de uma ideologia, já em desenvolvimento nesta época, que crê no autor como um criador idiossincrático e de estilo próprio, cabe perguntar se, atrelado à estrutura política do patronato e vinculado à nascente lógica do mercado de livros, poderia o autor expressar com tanta liberdade assim o seu gênio inventivo. No geral, tudo isso indicia que há neste processo um funcionamento contraditório que marcará historicamente a função-autor: submetido a interesses exteriores e alheios, ainda assim o autor deveria revelar a sua genialidade interior e idiossincrática. Desse modo, como quase toda noção, a de autor é bastante ideologizada no sentido de que a forma como é representada muitas vezes é desvinculada das práticas efetivas e do seu funcionamento, ou seja, o autor é representado como aquele que tem liberdade para criar e inventar, embora o patronato e o mercado de livros limite grandemente tal liberdade, isso se não falarmos de limitações como as de ordem discursiva.

Para Chartier (*op. cit.*), a consolidação da figura do autor dependeu, sobretudo, de uma condição material: as máquinas de tipografia, que possibilitaram a publicação e a transformação de idéias em produtos para o mercado de consumo. Assim, na medida em que os livros passaram a ser vistos como propriedade priva-

⁶ A função-autor designa o papel que o autor desempenha em relação às obras. Este papel varia conforme as condições históricas, sociais e culturais e também conforme os gêneros do discurso. Para um melhor entendimento ver Foucault (1969, 1970) e Chartier (1998).

⁷ Esta nota me foi sugerida pela Professora Bernadete Abaurre, quando do exame de qualificação da tese. A nota é a seguinte: é absolutamente curioso e irônico constatar que a relação entre autores e editoras, nos dias de hoje, continua nos mesmos moldes da que era praticada nos séculos XV e XVI. Pagamento real somente para alguns poucos que, por serem exceção, apenas confirmam a regra. Após séculos de “desenvolvimento” do capitalismo, ainda é a lógica do patronato que rege a publicação de livros. Caso esta tese seja publicada, creio que confirmará a regra e serei contraditoriamente “pago” com o próprio produto que quero *vender* mas não *comprar*.

da, urgiu legislar sobre os direitos autorais a fim de que os negócios funcionassem dentro da lei e da ordem estabelecida. Contudo, em vez de os próprios autores, são as livrarias que saem na frente na corrida por legislar sobre tais direitos, inaugurando um sistema que, em linhas gerais, perdura até hoje, cuja práxis garante, no geral, que o proprietário efetivo dos livros e das idéias – isto é, o que lucra – sejam os editores e as editoras, apesar de as leis aparentemente protegerem os autores e lhes informarem que são eles os donos autênticos de suas obras. Observando a questão por uma outra perspectiva, Foucault (1969) considera que é de ordem jurídico-institucional o surgimento da noção de autor, pois os textos passaram a ter autores na medida em que, entre os séculos XVIII e XIX, começaram a ser vistos como transgressores e, conseqüentemente, os autores como puníveis por seus atos de transgressão. Noutros termos: antes de serem autores de um texto, foram vistos como autores de atos "ilícitos". Nesta lógica e neste funcionamento, alguém recebia a pecha de autor quando queria dizer o que não podia ou deveria ser dito, quando ousava não apenas reafirmar o já-dito e aceito, mas contra-dizer. Do ponto de vista da ordem instituída, esse autor é perigoso porque deixa de ser o mesmo (o igual) e passa a ser o outro (o diferente). Não deixa de nos parecer curiosa o quanto essa associação entre o autor e o outro vai fazer história na ideologia da criação artística e servir como argumento para a assunção de que o autor é aquele que é original, idiossincrático, criador de um estilo próprio e inimitável. De fato, pode-se notar aí claramente um processo histórico de censura ao autor: o primeiro reconhecimento da sua existência tem como fim matar, logo no nascedouro, o novo rebento. Olhando de modo exclusivamente político para este fato, até se poderia dizer que o desejo da ordem e do poder instituídos é abortar o autor antes mesmo de ele vir à luz.

Entretanto, o mercado de livros, por interesses muito próprios, iria evitar o aborto do autor, na medida em que precisava utilizar-se de sua figura para atrair leitores e consumidores. Assim, de vil subversivo, o autor vai sendo transmutado em gênio criador, cuja produção passa a ser usada como fundamento para a lógica do promissor mercado editorial, afinal é o nome do autor que pode indicar que cada livro é um novo produto, fruto de uma suposta criação individual. Nesta lógica capitalista, o nome do autor é usado para justificar que também as idéias e a linguagem possam se tornar propriedade privada e bem de consumo.

A noção de autor como *proprietário* pode ter uma extensão maior ou menor, pois ele pode ser visto como dono da obra e/ou da idéia e/ou do estilo e/ou das interpretações. Sobretudo nos séculos XVIII e XIX, com a prevalência de uma visão positivista de mundo, e a idéia de que as línguas, sobretudo as européias, são logicamente estruturadas e neutras o suficiente para servirem como instrumento de comunicação clara e objetiva, induz-se a crença no poder do autor de ter controle sobre os sentidos e conduzir os leitores a interpretarem do modo como ele pretendia. Como sugerimos anteriormente⁸, a noção de autor como aquele que é o dono do único sentido aceito, conforme já defendida por Platão, retorna no mundo moderno sustentada por uma concepção positivista de língua. Como sintetiza Carreira (2000), na lógica positivista, o autor domina a língua, vista como um código uniforme e homogêneo para fins de expressão do pensamento.

1.4.2. De gênio criador a "plagiador"

Um outro modo de observar a história do autor, como o faz Schneider (1985), é atentar para a história do plágio. A princípio, poder-se-ia pensar a questão do seguinte modo: a noção de plágio pressuporia a noção de autor e vice-versa, sendo uma o lado negativo da outra. Ou seja, quando se passa a condenar a cópia, imitação ou influência com a pecha de plágio infame é porque subjaz uma concepção de autor como indivíduo criador. Se se crê que há roubo é porque haveria propriedade; havendo ladrões, existiriam donos. Como já apontamos anteriormente, até o Renascimento, a imitação não era vista de modo infamante, mas, ao contrário, o bom escritor era tido como aquele que atualizava de modo fidedigno uma lição do passado. Isto é, no Renascimento ainda não havia, do ponto de vista estético, uma concepção de autor individual uma vez que as idéias transitavam livremente sem que se suspeitasse da existência seja da apropriação seja do plágio.

Schneider (1985) aponta que é com os movimentos romântico e realista que a idéia de plágio ganha força e se consolida. É que, para os românticos, a origem das idéias reside na individualidade criativa do artista enquanto, para os realistas, tal origem brota da realidade em que o artista está inserido e que lhe serve de fundamento e inspiração. Nestas duas correntes estéticas, há uma recusa pelo passado e pela tradição e uma valorização do processo criativo do artista no momento da escritura, ainda que isso tenha como preço caro a angústia da

⁸ Seção 1.2.1: A prefiguração do autor no mundo grego, p. 4-7.

mento da escritura, ainda que isso tenha como preço caro a angústia da influência e o medo do plágio. Em tal lógica literária, acredita-se que cada artista cria, por si, a sua obra e, portanto, ela lhe pertence como um bem precioso. Logo, quem dela se apropria comete um ato infame: o plágio. Do ponto de vista estético e ideológico, no século XIX, emerge uma clara representação da figura do autor e este "fica ideologicamente investido de uma individualidade de artista, de criador, demiurgo solitário que tira de sua psique os recursos de seu estilo" (Schneider, *op. cit.*, p. 49). Não à toa é nesta época que surge uma lei que proclama que a mais sagrada e mais pessoal das propriedades é a obra, fruto do pensamento do escritor. Assiste-se, assim, à consolidação ideológica do "mito da criação artística".

Poder-se-ia deduzir bem rapidamente que o plagiário seria o ladrão e o plagiado, o verdadeiro autor. Mas como estas noções não são tão simplórias assim, contra-argumenta Schneider que não há uma divisão assim tão nítida entre plagiador e autor, e que eles se dispõem sem solução de continuidade, de modo que tanto o primeiro pode inventar em algum nível como o segundo "copia", "rouba", sofre influência ou relembra, mesmo que sem consciência. Em suma, não há como provar que o autor é o não-plagiário. É que a oposição dicotômica entre plagiador e autor decorre muito de uma certa concepção literária que supõe tratar-se o autor de um criador idiossincrático, mas ela, em termos gerais, pouco serve para explicar o fenômeno da autoria. É que, numa concepção dialógica de linguagem, como a que vai fundamentar nossas análises, não há como falar de donos ou não-donos dos textos e das idéias. Embora haja apropriação e propriedade de textos em termos jurídicos e mercadológicos, do ponto de vista enunciativo e discursivo tudo o que se diz é de natureza sócio-histórica. Nossa suspeita é que a noção de autoria impõe rever a dicotomia indivíduo/sociedade.

Pode-se inferir ainda do texto de Schneider que, já no final do século XIX, mas, sobretudo a partir do século XX, a noção de autor (literário) soberano sofre reviravoltas que incidem especialmente sobre o componente da criatividade e da inventividade. De um modo geral, perde forças a noção romântica do autor como fonte e origem do seu dizer, como manancial de inventividade e como oposição nítida a plagiário. Diversas técnicas e estratégias da escrita literária, como o pasticho, a paródia, a colagem e a derivação balançam o mito da originalidade plena e induzem a se admitir que o autor é um recriador altamente influenciado pela tradição, ainda que não tenha disso plena consciência. Tal constatação (cf. Schneider,

op. cit.) tem conseqüências díspares: para uns autores soa como um alento, pois os liberta da angústia da influência e do medo da cópia; para outros emerge como um fantasma, tendo mesmo provocado, em alguns, a paralisia da atividade literária⁹. De todo modo ainda não é o caso de crer que o autor está morto: mesmo não sendo nem a fonte nem a origem do dizer, ele ainda é pensado como o responsável pelo estilo, pela forma de dizer, por um novo arranjo para temas e enredos tomados de empréstimo. É certo que não se trata mais de um autor soberano, genial e idiossincrático, mas de um autor menos ingênuo e mais consciente de suas limitações criativas. Vivo, mas profundamente humano e um tanto consciente de suas capacidades. Talvez fraturado.

1.4.3. Morte e sobrevida do autor

Roland Barthes (1968) converge com Schneider ao defender que na literatura não há origem nem originalidade, mas apenas anterioridade. Sua radical postura tornou-se conhecida na já famosa, e até hoje discutida e discutível, tese estruturalista e anti-humanista da *morte do autor*, em que Barthes - incomodado como o que ele rotula de o império do autor - advoga, sobretudo, o assassinato do autor identificado por ele a indivíduo biográfico, psicológico e burguês, a suposta fonte do sentido e origem da obra. Usando de uma lógica entre estrutural e desconstrutivista, defende ele que quem fala na literatura é a língua e que os textos têm um funcionamento interno, independentemente do autor e do leitor, sendo que a literatura somente ganha vida quando aquele que escreve renega sua origem e identidade. A morte de que fala Barthes é, em essência, a de uma concepção romântica e burguesa de autor, mas o autor enquanto personagem discursiva permanece vivo, embora o problema da soberania tenha apenas mudado de fonte: no lugar do autor soberano, tem-se agora uma língua soberana, sistema de signos que seria capaz de engendrar automaticamente os sentidos. Parece-nos que, na visão de Barthes, o autor deixa de estar submetido ao seu "retrato biográfico" mas passa a submeter-se a uma língua, que falaria independentemente dele.

Compagnon (1998, p. 49) enxerga na postura de Barthes e das novas críticas a transformação do autor no "bode expiatório" de um certo humanismo e de

⁹ Schneider (1985, p. 24) conta o caso pitoresco do escritor moderno Malcolm Lowry que é obcecado, ao longo de sua correspondência, pelo medo de ter sido plagiário em *A sombra do vulcão*. Ele passou dez anos apenas se auto-plagiando com medo de plagiar os outros.

um certo historicismo. É como se a condição para a emergência da literariedade e para a independência dos estudos literários em relação à história e à psicologia dependesse do recolhimento do autor a uma mera e inconveniente contingência. Assim, se o autor parece atropelado por Barthes, o mesmo não ocorre com o leitor, que teria seu papel revigorado. É que para Barthes a morte do autor deveria ser paga com o renascimento do leitor, que doravante passaria a ser o responsável pela unidade do texto. Contudo, do ponto de vista histórico e humanista, parece-nos que esse leitor estaria morto tanto quanto o autor, pois, a-histórico e desbiografizado, teria sua existência circunscrita à duração efêmera do momento da leitura, não "podendo" agenciar sua própria sócio-história para dar sentido ao que lê. Ou seja, o leitor é vivificado apenas enquanto função actancial.

Compagnon (1998) denuncia que, embora do ponto de vista teórico e programático, a Nova Crítica execrasse a figura do autor, não é certo que tenha conseguido dela se livrar. Segundo ele, muitas análises – autoproclamadas estruturalistas – terminavam recorrendo – sem se darem conta – à intenção do autor para explicar e interpretar uma obra. Em suma, a tese da morte do autor se construiu sobre uma redução e uma confusão: tratou-se o autor como se ele fosse apenas o indivíduo biográfico, apesar de o autor hermenêutico permanecer sendo utilizado como uma poderosa ferramenta de análise e interpretação, embora isto não seja assumido. Em suma, para Compagnon, Barthes não conseguira ainda matar o autor.

Outro autor em cuja obra pode-se encontrar um endosso da tese da morte do autor é Michel Foucault (1969) com sua formulação da "indiferença pelo autor". Apropriando-se da citação emprestada a Beckett e que indaga incredulamente "o que importa quem fala?", Foucault diz entrever nessa indiferença um dos "princípios éticos fundamentais da escrita contemporânea" (*op. cit.*, p. 34). Embora nem sempre corresponda a resultados explicitados no texto, este "princípio da indiferença" marca a escrita contemporânea como prática, como uma espécie de regra imanente, que faz com que a escrita se liberte dos temas e conteúdos e se volte para si própria e para seus significantes, ocasionando por vezes um desaparecimento do sujeito da escrita. Além disso, no raciocínio de Foucault, a indiferença pelo autor pode ser vista "no apagamento dos caracteres individuais do sujeito que escreve", de modo que "a marca do escritor não é mais do que a singularidade da

sua ausência; é-lhe necessário representar o papel de morto no jogo da escrita” (p. 36-37).

Parece-nos que esta reflexão de Foucault, se associada à noção de gêneros do discurso, pode oferecer uma boa explicação para os diferentes funcionamentos da autoria, conquanto não se lhe tome como válida para todos os gêneros do discurso. Com efeito, muitos gêneros podem ser caracterizados pelo fato de exigirem o desaparecimento do sujeito da escrita e o apagamento de todos os caracteres que possam identificá-lo. Isso ocorre com editais, com bulas de remédio, com relatórios de pesquisa e muitos outros gêneros. Já um outro sub-grupo de gêneros se caracteriza justamente por solicitar o aparecimento do sujeito da escrita e a referência constante a ele. Este é o caso de crônicas, de cartas, de poesias, de diários, de blogs e muitos outros. Voltaremos ainda a esta discussão, no capítulo 4, quando refletirmos sobre as relações entre autoria e gêneros.

1.4.4 Autoria como propriedade de idéias

A bem da justiça, devemos dizer que não foram somente as ciências e as teorias da linguagem que se ocuparam da noção teórica de autor, mas as teorias da arte também com ela se envolveram. Num domínio como o das artes plásticas, por exemplo, nota-se que a concepção de autor guarda até certo ponto esperados paralelos com o que ocorreu na literatura. Lá (nas artes plásticas), o autor tipicamente moderno também é representado como soberano, inventivo e único, capaz de criar obras também únicas e radicalmente distintas das obras de outros autores. O bom autor, nesta concepção, é aquele capaz de criar objetos de arte dotados de uma materialidade específica e originalmente diferentes de suas reproduções: o produto deve ser novo, original e diferente, para ser resistente à cópia e ao plágio.

Tal concepção estaria, então, fortemente ameaçada com o advento e a difusão da informática, já que nesta a atividade de cópia e a reprodução é potencializada como nunca o fora? As máquinas fotocopiadoras, os *scanners*, o fax e a internet sepultariam de vez o já combalido autor sufocado, nos tempos modernos, pela história e pela língua? Não é exatamente assim que muitos pensam. Um exemplo de voz ainda otimista quando à força da figura do autor nas artes plásticas é Ranière (2003), ao admitir que na arte pós-moderna o *autor* efetivamente deixa

de ser o proprietário de exemplares de uma obra concreta pelo fato de ele explorar muito mais a "impessoalidade da criação" e a "indiferença dos materiais".

Para Ranière, tornou-se necessário agora falar de duas propriedades: a da *idéia* e da *imagem*. Se, por um lado, o autor pós-moderno nem sempre é mais o proprietário da imagem, por outro a propriedade da idéia é cada vez mais requerida. Ele cita o exemplo de um fotógrafo americano que realizou uma exposição com 50 fotografias que fizera de outras fotografias: nenhuma imagem era originalmente sua, mas a idéia da exposição lhe pertence incontestavelmente. Já quando as duas propriedades coincidem, como no caso da autobiografia, da *Body Art*¹⁰ e da autofotografia tem-se um terreno fértil para o autor pós-moderno.

Em suma, Ranière advoga que o estatuto conceitual do autor não foi abalado pela era da reprodutibilidade técnica e que este continua mais vivo do que nunca – e vivo também no sentido de que faz arte sobre e com a própria vida, misturando e confundindo autor e obra. Exemplo paradigmático disso pode ser visto no trabalho da artista francesa Orlan, que esculpe e modela o próprio corpo, oferecendo-o como a própria obra de arte.

Evidentemente, é possível fazer uma longa e acalorada discussão acerca das mudanças ocorridas com os papéis do autor e do leitor com o advento da internet e o uso de hipertextos nos processos comunicativos. De um modo geral, considera-se que o hipertexto possibilitou evidenciar ainda mais que as relações entre autor e leitor são bastante complexas e não podem ser vistas isoladamente. Por exemplo, com o hipertexto o trabalho do leitor pode ser visto de modo muito mais ativo, pois neste caso cabe a ele escolher e montar uma seqüência linear para leitura do texto (cf. Marcuschi, s/d). Em razão disso, tem-se postulado que, no caso dos hipertextos, a função de co-autor assumida pelo leitor torna-se mais saliente e evidente. Braga (2003) considera mesmo que o hipertexto serve para denunciar a suposta ilusão de que as produções de textos são singulares e autônomas. Como notamos, trata-se de um tema complexo, ao qual não nos ocuparemos aqui.

Em linhas gerais, a discussão feita até aqui neste capítulo serve bem de exemplificação da tese de Foucault (1969) de que a função-autor não tem traços

¹⁰ A *Body Art* é uma forma de expressão surgida especialmente nas artes plásticas que consiste em linhas gerais na transformação do artista em instrumento da sua própria arte. Ao invés de esculpir matérias, o artista esculpe o próprio corpo e o exhibe.

universais e constantes independentemente dos (gêneros do) discurso e da época histórica. Segundo relato dele, a humanidade já assistiu aos gêneros literários funcionando sem autoria, assim como já presenciou a validade dos textos científicos decorrendo diretamente da atribuição de uma certa autoria. Já hoje os textos literários exigem autoria e o seu anonimato é recusado, ao passo que no caso da ciência a autoria individual vem perdendo vitalidade em prol de autorias coletivas e institucionais. Com as possibilidades de trabalho à distância proporcionados pela internet tornam-se cada vez mais freqüentes publicações científicas assinadas por vários autores.

No caso dos textos da esfera jornalística, vê-se que cada vez mais, mesmo as reportagens, figuram com assinatura (embora isso não signifique automaticamente autoria individual e ateste o trabalho particular de um autor), sendo poucos os gêneros que circulam anonimamente. A multiplicação de gêneros textuais no mercado editorial incluiu novas modalidades de comunicação e muitas delas, que antes circulavam anonimamente, hoje vêm geralmente assinadas. Tal proliferação de publicações assinadas se deve, sobretudo, ao fato de o mercado editorial estar se tornando cada vez mais volátil e tolerante como decorrência de sua ânsia capitalista por acomodar todo tipo de produção¹¹. Uma hipótese – a ser investigada – é que as exigências do mercado e do consumo podem estar hipervalorizando alguns dos traços da autoria, como, por exemplo, a exibição constante do nome do autor ou responsável por um dado texto. Tal uso contribui diretamente para fetichizar o autor e as publicações, tornando-os objetos de desejo. Hoje, é comum vermos livros de piadas e receitas – para citar dois gêneros que circulavam anonimamente – serem publicados com algum tipo de atribuição de nome de autor. Não deixa de ser curioso o fato de que o nome de autor não resulta de uma consagração em termos do trabalho de tal “autor” com a escrita, mas decorre de seu status social em outras áreas profissionais. Assim é que se vêem, cada vez mais, livros assinados por apresentadores de tv, jogadores de futebol, atrizes etc. Em suma, parecem estar em processo acentuadas mudanças nas práticas de atribuição de autoria e nas funções do nome de autor para o processo de produção e circulação de textos.

¹¹ Esta observação me foi apresentada quando do exame de qualificação da tese e, por ser pertinente, ela foi incorporada num comentário sucinto. Entretanto, um trabalho cujo objetivo fosse estudar o nome do autor nas publicações contemporâneas necessitaria deveria analisar uma série de questões socioeconômicas ligadas ao mercado editorial e ao consumismo.

1.5 Teorias sobre o autor e a autoria

1.5.1 O autor nas teorias lingüísticas

Embora não tenha havido uma preocupação direta com a discussão do estatuto conceitual do autor, os postulados da lingüística clássica moderna¹² deram, de algum modo, sustentação teórica para algumas teses clássicas sobre o autor. A assunção da morte do autor estava amparada, direta ou indiretamente, nos seguintes postulados da lingüística estrutural: o da autonomia lingüística, que acreditava que as expressões lingüísticas tinham sentido independentemente do contexto de enunciação; o da explicitude, que cria que o significado estava explicitamente expresso nas palavras, sendo o trabalho do leitor/ouvinte apenas o de extrair tal significado; e, por fim, o da determinação sintática, que acreditava que a sintaxe tinha o poder de determinar, biunivocamente, um conteúdo semântico.

Sabemos todos que, para ser considerada ciência, a Lingüística optou por (ou se viu obrigada a) expurgar da linguagem tudo o que não fosse quantificável e objetivável: contexto, sentido, leitor e *autor*. De fato, para uma lingüística de tipo estrutural, não havia lugar para considerar o *autor*, porque os objetos que ela se propôs estudar – o signo e a oração – são o que são justamente por não dependerem de autores, mas apenas de locutores tomados abstrata e idealizadamente. A opção de Saussure pelo objeto de estudo *signo lingüístico* – tomado abstratamente – e a exclusão da fala, dos textos e dos discursos não era obviamente compatível com um estudo que se preocupasse com a autoria. É que, em tal paradigma, importava justamente o material lingüístico desprovido de autoria. O mesmo ponto de vista que cria um objeto – no caso o signo – conseqüentemente silencia outros: a autoria é um deles. Hipoteticamente, no projeto de Saussure, o lugar da autoria talvez pudesse caber nos estudos da fala, mas esta não cabia na lingüística da época.

Embora não manifeste preocupação direta com a autoria, poderíamos esperar de Benveniste alguma aproximação ou prefiguração deste tema, ainda que indiretamente, na medida em que ele manifesta preocupação com a subjetividade e com a enunciação, temas que certamente guardam alguma aproximação com a autoria. No artigo *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste (1989) defende que

¹² Estamos chamando de Lingüística Clássica Moderna as correntes estruturalistas européias e americanas, incluindo aí os estudos de Saussure, Hjelmslev, Chomsky, Benveniste e seguidores.

somente é possível a existência da subjetividade *na* e *pela* linguagem, pois esta já dispõe, plenamente estruturados, de recursos próprios para a expressão da "pessoa". Dado isso, alguém se instituiria como sujeito quando, numa instância real de enunciação, se apropriasse de tais recursos, dizendo-se e ao mesmo tempo instaurando-se como *eu* e, ainda simultaneamente, instaurando um *tu*. Como se vê, por subjetividade, Benveniste entende em essência o ato de se dizer como eu, como *ego*, como o locutor de uma enunciação. A subjetividade é uma propriedade fundamental da linguagem, sendo os locutores ou "sujeitos" apenas instrumentos para sua manifestação, ou seja, aqueles que a atualizam. Em outras palavras, se Benveniste nega que a linguagem é um instrumento de comunicação, termina por admitir, mesmo sem explicitá-lo, que ela é um *instrumento* da subjetividade, pois já conteria determinações para tal.

No fim das contas, a linguagem ainda é vista um tanto à moda estrutural, pois o ato de apropriação do locutor apenas reafirma significados e funcionamentos estabilizados no sistema – ele se apropria da língua mas não de textos ou discursos. Não é à toa que é em relação a uma classe de palavras fortemente estruturada – a dos pronomes – que ele postula a subjetividade. Há que entender que Benveniste deseja falar mesmo da subjetividade da linguagem e não da subjetividade do sujeito ou do autor, embora se possa duvidar da possibilidade de não interseção entre as duas subjetividades. Em suma, subjetividade e apropriação são conceituados por Benveniste para explicar apenas uma relação – já prevista no código – entre o sujeito e a língua.

Em um outro artigo – *O aparelho formal da enunciação* – Benveniste (1974) se propõe a descrever as características formais da enunciação, especialmente o papel do locutor neste processo. Entendendo a enunciação como "o ato *individual* de colocar em funcionamento a língua" (p. 82), Benveniste focaliza um conjunto de classes formais de palavras (pronomes pessoais, dêiticos, verbos) cuja existência é condicionada estritamente pela enunciação: é somente quando um locutor, num *aqui-agora*, "mobiliza-as" que elas passam a existir. Para ele, somente há enunciação quando um locutor *se apropria* de recursos formais da língua, cuja função é promover a enunciação, fazendo a conversão individual da língua em discurso.

É justamente esta noção de *apropriação* que poderia estar na base de uma prefiguração da noção de autoria pelo fato de apontar para uma atividade indivi-

dual do locutor de tomar para si alguma coisa, simulando uma origem (Benveniste chega a dizer que o "locutor é a *origem* da enunciação" e que "o alocutário é o fim da enunciação"). Entretanto, esta prefiguração não pode ser legitimamente apontada pelo fato de Benveniste estar preocupado com a relação do locutor com a própria língua, isto é, com o uso de índices formais fortemente determinados, cujo sentido e função o locutor apenas atualiza. O locutor de Benveniste trabalha no estrito limite de um "aparelho formal de enunciação". Deste modo, ainda que retire o sujeito do ostracismo a que tinha sido relegado por uma lingüística estrutural mais "dura", Benveniste o promove a "locutor" da língua, mas (ainda) não a "locutor" de textos, isto é, a autor.

1.5.2 O autor em teorias pós-estruturalistas

Como o calcanhar-de-Aquiles da antecendência do ovo ou da galinha está sempre a nos rondar, ficamos a nos perguntar, sem obter resposta satisfatória, se foi a lingüística, ou a teoria literária, se a crítica, a história ou a antropologia quem primeiro começou a observar além da "estrutura" e quem influenciou quem. Mas o certo é que a esta mudança de enfoque epistemológico em todas as ciências correspondem também novas formas de conceber e representar a figura do autor. Assim, se por um lado, a "morte" da estrutura permite ressuscitar o autor, por outro este reaparecimento dá-se sem a soberania e a aura do demiurgo romântico e/ou realista do século XIX. Como bem diz Chartier (1998, p. 35-36): há uma busca por rearticular o texto ao seu autor e a obra às vontades ou às posições de seu produtor. Contudo, adverte, esta rearticulação autor/obra não significa a restauração da "figura romântica, magnífica, e solitária do autor soberano, cuja intenção (primeira e última) encerra a significação da obra, e cuja biografia dirige a escrita em uma transparente imediatez". Assim, o autor reaparece na história e na teoria literária de modo, simultaneamente, dependente – pois não mais é visto como o mestre ou dono do sentido - e reprimido - visto que se submete às determinações que organizam o espaço social da produção literária.

1.5.2.1 A autoria na Lingüística de Texto

A Lingüística de Texto também não elegeu o autor como uma de suas preocupações teóricas. Suas reflexões incidem principalmente sobre o leitor e, em menor escala, sobre o produtor de textos. Entretanto, como, nesta corrente de estu-

dos, o caráter interacional assume decisiva proeminência para o estabelecimento da coerência dos textos, tanto o produtor de textos quanto o leitor desempenham papel essencial no processo, sem que se possa facilmente hierarquizar as duas funções. No entender da Lingüística Textual, do produtor de textos se espera que tenha intenção, isto é, que pretenda comunicar algo e/ou realizar algum macroato de fala e que, de algum modo, ofereça pistas para que o leitor possa recuperar suas intenções. Em contrapartida, do leitor há a expectativa de que, por agir cooperativamente, ele se engaje na reconstrução da *intenção do autor* que pode ser depreendida a partir do texto e do contexto comunicativo. Em outras palavras: a intencionalidade tem como contraparte a aceitabilidade. É provável que o estudo da intencionalidade (da forma como pensada pela Lingüística de Texto, isto é, como um intuito comunicativo atribuído, pelo leitor, ao autor) possa ser útil para o estudo da autoria na medida em que ele pressupõe que a responsabilidade por um propósito comunicativo é correntemente atribuída ao sujeito produtor dos textos.

A contribuição da Lingüística de Texto para o estudo da autoria somente pode ser observada de modo indireto, através dos estudos sobre a coerência, já que esta última noção tem sido apontada como de responsabilidade do autor, embora na Lingüística de Texto esta responsabilidade seja mais fortemente atribuída ao leitor.

A coerência já foi vista como uma propriedade semântica e lógica dos textos, mas nas últimas décadas (cf. Koch e Travaglia, 1990) há bastante consenso nas ciências da linguagem em se admitir que a coerência é caracterizada, sobretudo, por ser "não-linear, subjacente, reticulada e tentacular", o que equivale a dizer que a coerência não está localizada na superfície textual, mas aponta e depende de conhecimentos provenientes de instâncias exteriores e anteriores ao texto, seja de ordem pragmática (intenções comunicativas, ações de linguagem, contexto), cognitiva (conhecimentos partilhados e inferenciais) e/ou discursiva (fatores históricos e ideológicos). Ao contrário do que se poderia pensar à primeira vista, tal formulação não autoriza pensar que os elementos lingüísticos do texto sejam desprezíveis. O que eles não são é autônomos, explícitos e suficientes, embora sejam necessários em alguma medida e possam funcionar como pistas para os outros tipos de conhecimentos que entram no estabelecimento da coerência. De fato, há muitos textos que servem bem de exemplo da idéia de que a coerência é reticulada, não-linear e tentacular, pois neles inexistem linearidade referencial e tópica. Em

muitos textos de humor, por exemplo, a linearidade existente - se é que se pode dizer isso - dá-se no nível dos propósitos comunicativos, vez que permanece, ao longo do texto, a intenção de fazer os leitores rirem associada ao propósito de desferir críticas à sociedade em geral.

Koch (*op. cit.*, p. 28) também afirma que a coerência se estabelece na interlocução entre os usuários do texto (seu produtor e recebedor), corroborando a idéia de que a coerência não é uma propriedade dos textos e oferecendo argumentos para se questionar a tese da coerência aparente e ilusória, como defendida, por exemplo, por Carreira (2000) e Tfouni (2001). Ora, sendo um cálculo e um trabalho interpretativo, ela é "realmente" estabelecida, embora não seja um traço "físico" dos textos. Koch e Travaglia (*op. cit.*) também se mostram insistentes em dizer que a coerência é "um princípio de interpretabilidade" (cf. Charroles, 1987), que está na dependência de capacidades e habilidades mais ou menos limitadas dos usuários de recuperar o sentido de um texto e também do tipo de interação comunicativa em jogo. Ademais, sendo uma atividade interacional, a coerência resulta de "uma ação conjunta dos níveis sintático, semântico, pragmático e estilístico" (*op. cit.*, p. 40).

Os textos coerentes, na visão de Koch e Travaglia (1990), dependeriam de conter idéias mutuamente acessíveis e relevantes e de expressões que possibilitem a ativação de uma continuidade de sentidos. Mas essa posição é revista pela própria Koch (1997), ao promover uma discussão sobre digressão e coerência. Com base em Dascal e Katriel (1979), Koch passa a defender que as digressões "não só não tornam o texto incoerente, como ainda desempenham um papel relevante na própria construção da coerência na conversação" (*op. cit.* p. 110). E isso se dá porque os tópicos são altamente dinâmicos por dependerem de uma co-construção dos parceiros da comunicação. Ou seja, os tópicos serem mutuamente acessíveis e relevantes não equivale a decorrer estritamente de traços semânticos imanentes a essas idéias. O uso da linguagem tem mostrado que não há limites pré-estabelecidos de combinação de idéias em textos, visto que idéias aparentemente sem conexão semântica alguma podem ser relacionadas de modo coerente dependendo do gênero textual, do propósito comunicativo e da situação de interação. Ou seja, se idéias não forem mutuamente acessíveis e relevantes do ponto de vista semântico e tópico, pode ser que traços do funcionamento pragmático, discursivo ou comunicativo possibilitem a constituição destes traços. Ademais, pensamos que

se pode pleitear que continuidade de sentidos pode significar não apenas manutenção de tópico, mas também do propósito comunicativo ou da intenção pragmática.

Para Koch e Travaglia (*op. cit.*, p. 28), "textos sem continuidade são considerados como incoerentes" e não seriam considerados propriamente textos. Contudo, adverte a autora, "embora a continuidade relativa a um dado tópico discursivo seja uma condição para o estabelecimento da coerência, nem sempre a descontinuidade representará incoerência". Do nosso modo de ver, o que ocorre é que a "descontinuidade" tópica, referencial ou semântica não impede a existência da, digamos, *continuidade pragmática ou cognitiva*. Como também defendem van Dijk e Kintsch (1983), o funcionamento do texto dá-se de modo hierarquizado, de tal forma que a tendência é que os níveis mais globais do texto (discursivo, pragmático, comunicativo) "governem" os níveis mais locais e internos (semântico, sintático).

De todo modo, parece bastante claro que unidade e continuidade são sempre necessárias para que um texto seja um texto (coerente), desde que se considere que unidade e continuidade não são necessariamente propriedades dos textos, mas podem resultar do trabalho realizado pelos interlocutores. Como só é possível falar de coerência quando alguém ouve ou lê um texto, o que é mais relevante é que para os leitores seja possível estabelecer unidade e continuidade, seja com base na presença destas duas categorias nos próprios textos ou não, de modo a criar um aceitável e crível mundo textual.

Aproximações sutis entre coerência e autoria. Um fato interessante é que entre os exemplos de textos usados pelos lingüistas de texto para explicar a coerência aparecem muitas vezes casos de textos que, em nosso modo de ver, apresentam marcantes indícios da presença do *trabalho do autor*. Um deles é o seguinte:

[1]¹³ O show¹⁴

¹³ Os textos que serão analisados na tese aparecem numerados numa única seqüência do início até o fim do texto. A numeração vem acrescida de letras quando um mesmo texto é analisado mais de uma vez. Assim, por exemplo, [21a] e [21b] indica que um mesmo texto foi analisado mais de uma vez. Aparecem nos anexos apenas os textos que não estão transcritos na íntegra no corpo do texto.

¹⁴ Retirado de Koch e Travaglia (1990, p. 12)

O cartaz
O desejo

O pai
O dinheiro
O ingresso

O dia
A preparação
A ida

O estádio
A multidão
A expectativa

A música
A vibração
A participação

O fim
A volta
O vazio

(Poesia de um aluno de Ensino Fundamental baseado no poema "A pesca", de Affonso Romano de Sant'Anna)

Trata-se de uma poesia que, além da coesão intra-sintagmática entre o artigo e o nome, não faz uso de outros recursos de conexão e seqüenciação, o que indica que o autor elaborou o texto de um modo tal que o leitor é solicitado a "trabalhar muito", se quiser e se dispuser a construir uma coerência para o texto. É certo que não se pode dizer que este é um procedimento original inventado por este aluno, mesmo porque se sabe que ele o escreveu sob a influência de um poeta famoso, mas a influência (cf. Schneider, 1990) é mais o "normal" do que excepcional na criação textual. O que importa aqui é mostrar que neste caso a presença do autor pode ser percebida no modo não canônico de compor o texto, exigindo em contrapartida um efetivo engajamento do leitor no processo de construção da coerência. Aqui não parece plausível dizer que a autoria decorre essencialmente de uma resposta a exigências de clareza, coerência e explicitação, conforme modelos padronizados. Em certa medida, o que se dá aqui é justamente o contrário: o autor mobilizou-se para não ser inteiramente claro, explícito e informativo. E para alcançar isso ele teve que apagar (ou não fazer emergir) os elementos referenciais e gramaticais que reconstruiriam textualmente de modo mais direto um certo mundo objetivo ou sociosubjetivo. Em outras palavras, o seu trabalho "criativo" decorreu de uma organização textual não linearmente coerente e explícita para

que o leitor pudesse se engajar no processo de (re)construção do intuito discursivo do autor.

Um outro exemplo interessante é o seguinte:

[2] Corte¹⁵

Maria Amélia Melo

(O dia segue normal. Arruma-se a casa. Limpa-se em volta. Cumprimenta-se os vizinhos. Almoça-se ao meio-dia. Ouve-se rádio à tarde. Lá pelas 5 horas, inicia-se o sempre)

(Miniconto publicado no *Suplemento Literário do Minas Gerais* nº 686, ano XIV, 24/11/79 – pág. 9, citado por Koch, 1990).

Este é outro exemplo em que *o autor* (no caso *a autora*) deliberadamente não explicita informações até certo ponto esperadas para uma narrativa, no caso os referentes do mundo social que correspondem aos agentes semânticos das ações (a autora não informa ao leitor *quem arruma, limpa, cumprimenta, almoça e ouve rádio*). Além disso, estão apagados os elementos lingüísticos que exercem a função de coesão referencial e seqüencial (inexistem pronomes e conjunções). Este alto grau de implicitude do texto solicita um trabalho reconstrutivo da parte do interlocutor, que, para isso, terá que agenciar seus conhecimentos de mundo, de modo a construir uma coerência para o conto. No lugar de ser meramente e unicamente constrangida por instâncias exteriores a escrever de modo canonicamente claro, a autora faz opção por não evidenciar os elementos que garantiriam uma "coerência explícita" e por integrar elementos que poderão suscitar no leitor o interesse, vontade ou curiosidade por reconstruir uma coerência para o texto.

Gostaríamos de sublinhar com isso que a autoria tem desdobramentos em relação ao processo de compreensão dos textos, uma vez que o autor pode ser percebido como a instância responsável por uma proposta de construção de sentidos a ser consubstanciada pelo leitor. E, justamente quando o enunciado contém um alto grau de implicitude, a autoria adquire visibilidade pelo fato de o leitor se ver compelido a reconstruir um "querer-dizer" do autor que apenas parcialmente aparece materializado no texto. Em outras palavras, torna-se mais evidente que há uma instância enunciativa responsável por um intuito discursivo e por um modo até certo ponto particular (não estereotipado) de materializar textualmente tal in-

¹⁵ Retirado de Koch e Travaglia (1990, p. 15).

tuito¹⁶. É como se, para mostrar mais o seu trabalho, o autor ofuscasse parte do que deseja dizer.

E gostaríamos também de tomar o aparecimento destes exemplares de texto para análise da coerência como um indício de que um dos modos de o autor marcar a sua presença é deliberadamente fazer escolhas quanto ao que deve ser explicitado e quanto ao que deve ser apagado do texto, tendo como parâmetros os próprios gêneros do discurso. Por outro lado, o fato de os lingüistas de texto, para explicarem o caráter não linear, tentacular e reticular da coerência, recorrerem a textos pouco explícitos do ponto de vista informacional e não canônicos do ponto de vista coesivo, indica que o *trabalho do autor* é uma das condições de realização deste funcionamento.

1.5.2.2 A função autor na obra de Foucault

Conforme vimos mencionando, há muito tempo que o autor desempenha uma função marcante no mundo dos livros, nas bibliotecas, nos processos de leitura e interpretação, na crítica e nas artes em geral. Um exemplo dessa já antiga presença é que uma das primeiras obras de História literária da França, (cf. Compagnon, 2003) empreendida por Dom Rivet, Dom Clémencet e os beneditinos da congregação de Saint-Maur (1733-1763), já foi fundada sobre a noção de autor, ainda que para fins filológicos. Muito provavelmente por ter sido exacerbada e mistificada em certos momentos históricos, muitos críticos se insurgiram contra o papel do autor e tentaram, nem sempre com muito êxito, pedir sua cabeça. Para Compagnon (*op. cit.*), pode ser inteiramente verdadeiro ou não, pode resultar ilusório ou não, mas o autor, sobretudo o literário, se afigura como sendo a causa mais evidente e mais próxima da obra, o que fez com que um dos métodos mais estáveis do estudo literário se apegasse com toda a força à vida e à personalidade do autor para explicar a obra. Assim, tanto se usou a vida para esclarecer a obra, como se recorreu à obra para esclarecer a vida. E assim a biografia, não à toa evidentemente, tornou-se um dos mais vivos gêneros literários.

¹⁶ Há ainda um outro exemplo que fez muito sucesso nos livros e manuais sobre coerência. Trata-se do poema *Circuito fechado*, de Ricardo Ramos, que apareceu inicialmente no livro *Lingüística de Texto: o que é e como se faz*, de Luiz Antonio Marcuschi, de 1983, e que depois foi utilizado em muitos outros livros. De modo semelhante aos dois casos comentados acima, o poema de Ricardo Ramos também pode ser considerado um texto em que a autoria pode ser percebida no modo escolhido para orientar o leitor em relação ao trabalho de construção de uma unidade/coerência para o texto.

Foi Foucault (1969) quem primeiro formulou uma noção da função-autor, num estudo cuja preocupação não era descrever as genealogias individuais dos autores, como era moda na crítica literária de sua época, mas "as condições de funcionamento de práticas discursivas específicas" (*op. cit.*, p. 32). Provavelmente foi a consciência da noção de autor e, simultaneamente, uma prática de escrita centrada em torno dela, que possibilitaram o processo de individuação das idéias e dos conhecimentos na literatura, no teatro, na filosofia e nas ciências.

Hoje é bem evidente que em nossa sociedade alguns gêneros do discurso são caracterizados, entre outras coisas, pelo fato de exibirem sempre um autor individual ou institucional, isto é, pelo fato de lhes estar privado existir, circular e funcionar anonimamente. Foucault (*op. cit.*) diz que tais textos exibem a "função-autor", caracterizada por ele e a partir dele como segue:

a) *Apropriação/propriedade.* A função-autor indica que os textos possuem proprietários que gozam de direitos em relação a eles. Tal apropriação textual, posterior a uma apropriação penal, emergiu irregularmente ao longo dos últimos dez séculos no mundo ocidental, tendo recebido legislação específica que visava, sobretudo, interditar a contrafação e o plágio. Contudo, a história mostra que a noção de propriedade textual não é assim tão simples, uma vez que pode incidir sobre aspectos variados: É-se dono das idéias? Do estilo? Dos pensamentos veiculados pelas idéias? De tudo isso junto? Ou de nada disso, pois que o que existe não seria mais que um "comunismo de idéias"? Mantidas em suspensão estas indagações dificilmente respondíveis, constata-se que em vários domínios (literário, científico, filosófico, artístico, jornalístico, didático) a apropriação tem um funcionamento mais típico e marcante e um controle mais rigoroso, gerando constantemente contendas judiciárias.

Foucault (*op. cit.*) acusa um comportamento paradoxal dos autores em relação à apropriação textual: tendo sido integrados ao sistema de propriedade típico de nossa sociedade, os autores tentam manter uma ação transgressora, pelo menos do ponto de vista retórico e estilístico, na tentativa de compensar uma talvez rendição ao sistema. Já atualmente, o advento da internet, de algum modo, tem proporcionado práticas de divulgação e de circulação de textos que mexem com o conceito de apropriação, uma vez que vem ganhando força a chamada "cultura da gratuidade" e que se aproxima de modos de circulação do saber anteriores à Idade Moderna, embora evidentemente com propósitos bem distintos.

b) *Inserção sócio-histórica (e genérica)*. Em função dos paradigmas e valores culturais e de conhecimento, muitos deles semiotizados em gêneros do discurso, a função-autor pode ou não existir em dado gênero, tendo mais ou menos força, gerando mais ou menos confiabilidade aos textos, sendo rigorosamente necessária, facultativa ou dispensável. Assim, longe de ser universal, homogênea e constante, a função-autor é relativa aos condicionamentos sócio-históricos, mas, parece-nos, ela também poderia ser pensada como influenciando outras instâncias, ao invés de ser vista como somente influenciada. Do modo como pensamos, há três grandes "tipos" de manifestação da autoria nos gêneros do discurso: uma autoria coletiva e cultural; uma autoria institucional; uma autoria individual. Voltaremos a estes "tipos" mais adiante (seção 4.1).

c) *Fabricação e construção*. O autor resulta de uma construção complexa – a cargo especialmente de críticos, mas também do público-leitor – que o projeta como um ser tanto racional-realista (criador), como psicológico (coerente). Essa construção, que provavelmente possa ter algum traço histórico invariável, está na dependência dos gêneros de discurso e dos paradigmas sócio-históricos, mas é reconstruída a cada nova produção textual. Ela pressupõe o autor como "o princípio de uma unidade de escrita", o que possibilita desfazer diferenças indesejáveis, resolver contradições e manter um certo nível de valor para toda a obra. Um exemplo típico desta construção (cf. Foucault, 1969: 51-52) foi visto no modo como a exegese tradicional cristã buscava provar o valor de um texto pela santidade do autor. É São Jerônimo quem asseverava a necessidade de quatro critérios para a atribuição de um conjunto de textos a um mesmo autor e, conseqüentemente, sua autenticação: a) nível constante de valor (avaliação); b) coerência e não contradição teórico-conceituais; c) unidade estilística; d) coerência cronológico-histórico entre vida do autor e fatos relatados. Foucault comenta, não sem ironia, que a crítica literária moderna não seguiu outro modelo que não o de São Jerônimo.

d) *Heterogeneidade*. Os textos dotados da função-autor contêm recursos lingüísticos que apontam não para o indivíduo-escritor, mas para o autor, concebido como uma pluralidade de "eus". Essa heterogeneidade atesta a chamada dispersão do sujeito e só não causa sérios problemas de compreensão e interpretação dos textos porque tem como contrapartida a característica exposta no item anterior ("fabricação e construção") que possibilita a suposição e a construção de

um sujeito unitário que deve estar na base dos textos. Ainda voltaremos a este tema para discutir a relação entre o autor e os enunciadores que ele aciona no interior dos seus textos, mas já podemos adiantar que o autor é uma espécie de “macro-voz” responsável pelo arranjo dos enunciadores por ele mobilizados e é por isso que, mesmo falando de vários modos distintos, ele pode ser construído pelos leitores com um grau mínimo de unidade.

Compagnon (2003b) faz uma releitura da função-autor de Foucault, dizendo que “o autor é uma função, em particular para o leitor que lê o livro em função do autor, não somente daquilo que ele diz, ou daquilo que se diz, mas daquilo que a hipótese do autor permite como operações de leitura e de interpretação, daquilo que a codificação jurídica da propriedade intelectual permite como utilização (ela proíbe a contrafação)”.

1.5.2.3 Concepção de autoria na Análise do Discurso

Discussões em torno da função-autor e da autoria têm sido caras aos estudos situados na Análise do Discurso, provavelmente pela forte ligação desses temas com a noção de sujeito – um das principais preocupações dos estudos nessa área. Bastante consensualmente, os analistas de discurso fundam suas discussões em dois trabalhos de Foucault: *O que é um autor*, de 1969 e *A ordem do discurso*, de 1971. Como já mencionado na seção anterior, a tese central de Foucault é que o autor é uma função, variável em decorrência dos tipos de discurso, de fatores históricos e culturais e do sistema jurídico e institucional que engendra os discursos. Longe de coincidir simplesmente com o indivíduo real, o autor – que congrega vários “eus” – é fruto de operações exteriores nada simples e diretas que o projetam em sua própria obra como um “foco de expressão” responsável pela origem, unidade e coerência da obra. O centro de interesse de Foucault é o grande autor (literário, filosófico e científico) produtor de uma vasta obra e os fundadores de discursividade, aqueles que não apenas contróem uma respeitável obra, mas fundam as “leis de discurso” capazes de engendrar outros discursos.

Seguindo muito de perto as idéias de Foucault, Orlandi (1988) defende que o autor é mais que o falante, pois este apenas fala, é mais que o locutor, pois este apenas diz, e é mais que o enunciador, pois este apenas ocupa uma posição. Para ela, o autor “é a função que o sujeito assume enquanto produtor de linguagem” (1988: 77), embora não esclareça em que produzir linguagem difere de agir como

falante, locutor e/ou enunciador. Diferentemente de Foucault, que vincula a função-autor a grandes obras, Orlandi (1996) estende-a ao uso corrente e ao "corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social" (*op. cit.*, p. 69). Assim, haveria autoria em todo e qualquer uso da linguagem, pois que sempre é imputada ao sujeito que fala uma "origem" pelo seu dizer. A condição para ser autor, no raciocínio desta autora, seria tomar lugar na cadeia interdiscursiva e produzir algo "repetível" e "interpretável" historicamente, por oposição a uma produção meramente "mnemônica", como no caso de um papagaio. Desse modo, não seria autor aquele que produz "repetições empíricas" ou "repetições formais": é necessário produzir "repetições históricas", isto é, que façam sentido. Em suma, havendo produção de discurso, haverá autoria.

Para Orlandi, o sujeito, na função de autor, vê-se compelido a ocupar um "lugar de interpretação" determinado ideologicamente pela relação com o Outro (interdiscurso) e com o outro (interlocutor) (p. 74). Neste raciocínio - parece-nos - que a função-autor sempre se manifestaria, pois o comum da linguagem é ela fazer sentido, a não ser em casos de problemas patológicos que impeçam a manifestação inteligível da linguagem.

Na visão de Orlandi (1986, 1988), o autor seria a função do sujeito em que ocorre mais "apagamento" pelo fato de ela ser a mais afetada pelas injunções e controles sociais e institucionais, que dele (autor) exigem responsabilidade por um dizer padronizado e institucionalizado. Sempre visto pela perspectiva de um controle exterior e institucional, do autor seriam exigidas também unidade, coerência, não-contradição, além da cobrança da ilusão de ser fonte e origem do seu discurso. Tais exigências levam o autor a representar certos papéis, o que implica que Orlandi também o concebe como uma personagem discursiva que se constitui e se mostra como autor.

Talvez essa perspectiva explicasse mais fenômenos ligados à função do autor se se levasse em conta não apenas que o autor é a função responsável pela produção de linguagem, mas, de certo modo, pela publicação e circulação de produtos simbólicos. E aqui tomamos publicação num sentido amplo vinculado aos usos da linguagem em que há uma comunidade de interlocutores reais ou virtuais, incluindo mesmo textos orais. A circunstância de saber que o que será dito tornar-se-á público faz eclodir no sujeito um conjunto de preocupações e ocupações de várias ordens que o levam a representar nitidamente um dos papéis de autor: a-

quele que é responsável pelo que diz e pelo modo como diz o que diz. Neste sentido, pensamos que o fenômeno da autoria pode ser mais bem compreendido se visto pelo prisma de um processo interacional: o autor é realmente constrangido por instâncias exteriores e sociais – como bem defendeu acima Orlandi –, mas ele também reage às exigências, podendo, neste processo, redimensionar o que se percebe como coerência, unidade, não-contradição e realizar manobras discursivas no interior do seu discurso, como já vem sendo apontado por Possenti (2001, 2002). Do nosso ponto de vista, pleiteamos que a autoria é uma via de mão dupla: por um lado, ela pressupõe uma inserção sócio-histórica especificamente tal como aparece semiotizada nos gêneros do discurso; por outro, ela faculta que esta inserção seja feita com estilo, isto é, com escolhas também individuais.

Orlandi é insistente em defender que um traço determinante na configuração do autor é a responsabilidade que lhe é exteriormente exigida. Seguindo Foucault, seria mais pertinente defender que a responsabilidade não somente é exigida, mas também é atribuída ao autor. Desse modo, se por um lado, de alguns autores se exige que eles sejam responsáveis, por exemplo, pela coerência e não-contradição de seus textos, por outro lado, de alguns outros autores (especialmente dos grandes e famosos), o estabelecimento da coerência, da clareza e da unidade pode decorrer de uma atribuição feita, por exemplo, pelos leitores e pelos críticos, ainda que estes não se dêem conta disso e até imaginem que tais características foram encontradas efetivamente nos textos. É provável que isso explique por que, muitas vezes, se considera incoerente um texto de aluno enquanto, no caso de um autor famoso, haverá uma relutância imensa em admitir incoerência em seus textos. É que os processos de leitura e de atribuição de coerência, por decorrerem de muitas estratégias inconscientes e semiconscientes, como já apontou Beaugrande (1996), terminam gerando uma reificação dos processos mentais, o que faz com que se imagine que o sentido se encontra inteiramente expresso na materialidade dos textos. Beaugrande aponta que, como o estabelecimento da coerência decorre de atividades semiconscientes e inconscientes, os usuários da linguagem terminam por imaginar que o sentido que atribuíram aos textos estava realmente inscrito na linearidade dos textos, como se estes fossem um artefato, e deixam de se dar conta que o sentido foi por eles parcialmente construído.

Por ora fiquemos assim: pode-se falar de autoria num sentido lato, como o faz Orlandi, como equivalente a responsabilidade pelos atos de linguagem, de tal

modo a dizermos que todo e qualquer texto possui autoria, mas ainda permanece a tarefa de formular uma noção de autoria mais estrita, e que tenha ligação com os mecanismos de textualização individual, com a apropriação por um sujeito do dizer dos outros e com os modos de singularização da produção de linguagem. Do nosso ponto de vista, um modo de objetivar minimamente o estudo da autoria é observá-la também em função dos gêneros do discurso, de tal forma que se possa “mapear” formas diferentes de responsabilidade enunciativa (coletiva, institucional, profissional, pessoal) e se possa distinguir diferentes “posturas de autoria” tal como semiotizadas nos gêneros.

Perseguindo as relações entre a análise do discurso e a psicanálise, Carreira (2000) assume que a autoria está na base de uma construção da unidade do sujeito (o “eu”), e, em contrapartida, no apagamento da subjetividade, isto é, da dispersão. É como se, pela autoria, as pessoas desejassem apagar a multiplicidade dispersiva que lhes é própria e a substituíssem por uma impressão de unidade. Assim, a função da autoria seria controlar o sentido e dar coerência e coesão ao discurso, embora o que se alcance como resultado, ainda segundo Carreira, não passe de mera aparência, tudo em acordo com a tese psicanalítica da impossibilidade do fechamento “real” do discurso.

Entretanto, não se pense com Carreira (*Op. Cit.*, p. 95) que a autoria é de responsabilidade exclusiva do produtor de linguagem. Introduzindo o interlocutor no processo, esta autora defende que a autoria é confirmada pelo julgamento (interpretação) do outro a respeito do discurso produzido, de modo que haveria um processo interacional na base do seu funcionamento. Somente um interlocutor pode julgar um texto como possuindo unidade e coerência e, portanto, autoria, do que resulta que a autoria não é vista por Carreira como sendo uma propriedade dos textos. Ela seria um efeito obtido e que encontra seu ponto de convergência no leitor/ouvinte, embora permaneça como uma “impressão”. Neste raciocínio, a autoria proporciona ao leitor um duplo efeito: haveria unidade tanto no discurso como no sujeito responsável pelo discurso. Como o autor também se projeta como leitor de sua própria produção, ele tanto comunga desses efeitos como procura “saturar pontos de fuga dos sentidos” que porventura percebe no seu discurso. Isso é bastante curioso: quando se coloca na função de leitor, o autor pareceria se fazer “mais autor”, no sentido de que busca ajustar a sua própria produção de linguagem para torná-la coerente. Trata-se de um forte argumento para a defesa de

que autor e leitor constituem duas funções umbilicalmente ligadas, idéia à qual retornaremos nas análises dos dados.

Assim como Orlandi (*op. cit.*), Carreira também defende que a autoria é a função do sujeito mais dependente da exterioridade e, por isso, relaciona-a à "heterogeneidade mostrada marcada" (cf. Authier-Revuz, 1998), caracterizada pelo fato de uma "exterioridade imediata" apagar uma "exterioridade constitutiva" (a cadeia de significantes primordiais). Por isso, Carreira considera que uma das principais marcas de autoria se dá quando o discurso do outro vem marcado no discurso do sujeito, o que faz com que a heterogeneidade mostrada marcada seja, para ela, o mecanismo por excelência da função-autor.

Embora não explicitamente, Carreira parece admitir um certo caráter dialético para a noção de autoria quando considera que esta possui "uma função egóica que denega a dispersão e, ao mesmo tempo, ao fazê-lo, imprime a sua singularidade" (*op. cit.*, p. 103). Assim, apesar de desacreditar na criação de discursos novos, inéditos e originais, uma vez que considera estas categorias como ilusórias e aparentes, Carreira termina por admitir que a autoria assegura um "caráter de produção do "novo" a partir do "velho"" (*op. cit.* p. 99) e justifica isso com base na assunção da análise do discurso de que "o acontecimento trabalha a estrutura" e na tese da psicanálise de que a marca de singularidade do discurso pode advir do "atrelamento entre os significantes primordiais de um dado sujeito com o pré-construído da história" (p. 100). Ou seja, como cada sujeito, na construção do seu "eu social", resulta numa combinação "totalmente particular" dos seus significantes primordiais com o pré-construído da história, não seria possível haver dois sujeitos iguais. Se os sujeitos são, em algum grau, singulares, é de se esperar que esta singularidade resvale para os seus discursos. Mas fique claro que nesta perspectiva não se trata do autor manifestar intencionalmente sua singularidade: ela é manifestada independentemente dele.

A nós, contudo, não interessa observar a autoria somente por este prima, mas principalmente os casos em que, mesmo circunscrito sócio-historicamente, o sujeito marca a sua intervenção particular no próprio texto. Estamos atrás justamente de encontrar marcas e/ou indícios do trabalho textual do sujeito que retratem o seu esforço em se apropriar dos intertextos e dos discursos e em "reger" as vozes enunciativas que ele mobiliza em seus textos.

Tfouni (2001), incorporando as teses sobre o letramento, propõe uma discussão da autoria num lugar, de certo modo, inesperado para se pensar esta questão: a oralidade. A surpresa decorre da constatação histórica de que a função-autor sempre foi pensada em torno dos textos escritos de prestígio (literários, filosóficos, científicos), justamente aqueles mais distantes dos textos tipicamente orais. Para Tfouni, a autoria, também concebida no quadro de uma psicanálise lacaniana, é um "lugar afetado de uma maneira singular pelo inconsciente e pelo desejo" (p. 81), sendo um desses desejos o de controlar o movimento de "deriva" e "dispersão" típica dos sentidos a fim de conferir ao discurso uma aparência de unidade e coerência e o "efeito de controle da dispersão". Ocupando uma posição discursiva, o autor desejaria escapar da "equivocidade da língua", através, por exemplo, de uma busca por ajustar de algum modo as palavras e o real.

Essa busca faz com que o autor retroaja sobre o seu próprio processo de produção de sentidos – ou seja, ocupe a posição de leitor – e produza, na terminologia lacaniana, "pontos-de-estofo", isto é, movimentos de retorno ao enunciado (p. 83). Estes movimentos de retorno voltam-se, sobretudo, para os casos em que se evidencia a dispersão e o equívoco, sendo que o autor pode desejar tanto camuflá-los, como no caso do texto científico, como evidenciá-los e deles tirar proveito, como no caso da poesia, da piada e da publicidade, para citar alguns casos. Como se vê, Tfouni admite que o autor, mesmo preso a desejos inconscientes, não é assim tão assujeitado: ele trabalha e luta com e contra a linguagem.

Na lógica argumentativa de Tfouni, quando uma produção discursiva apresenta, com sucesso, um movimento em busca pelo controle dos sentidos e o desejo de unidade e coerência, está implicado que subjaz a ela um *autor*. Ao contrário, não logrando sucesso nesta busca e obtendo como resultado produções marcadas pela dispersão, o sujeito não teria conseguido ocupar a posição de autor. Como se vê, os sujeitos podem ser bem ou mal-sucedidos tanto em produções escritas com orais, o que serve de argumento para Tfouni defender que a autoria tanto pode ocorrer no escrito como no oral. Ressalte-se, contudo, que ela está pressupondo que o julgamento da existência ou não da função-autor na base de uma produção simbólica possui uma grande relatividade, uma vez que não há consenso acerca do que é coerente e do que é disperso. Em outras palavras, de sua tese se pode inferir – com o qual concordamos – que a autoria está na dependência de processos de

leitura e, portanto, não se trata de uma propriedade dos textos, mas também de uma possibilidade de atribuição (julgamento) exterior.

Possenti (2001), buscando discutir os conceitos de enunciação, autoria e estilo no interior da Análise do Discurso, propõe que estes próprios conceitos sejam redefinidos. Tal redefinição exigiria que a enunciação reduzisse seu teor institucional e se ocupasse também da singularidade da produção do discurso; que a autoria se desatrelasse de um viés puramente biográfico (“o autor e sua obra”) e incorporasse traços discursivos; e, por fim, que o estilo se despojasse de sua aura romântica e “personalística”. Em outras palavras, Possenti propõe ver na autoria um lugar de aproximação entre o discursivo e o singular, entre o institucional e o “pessoal”.

Nesta empreitada, a noção romântica tradicional de estilo, ao invés de ser abandonada, deveria ser repensada, defende Possenti (p. 15-16), em razão de três problemas: a) sua ingênua crença na total *consciência e onisciência* do autor em relação às escolhas que faz e aos efeitos de sentido (uniformes) que consegue; b) sua fé ilusória na *homogeneidade* das línguas (haveria um modelo padrão que poderia sofrer “desvios”); c) sua convicção improvável na liberdade irrestrita do autor para fazer as escolhas que bem quisesse. Possenti continua defendendo que a escolha é uma categoria constitutiva do estilo, porém não concebe o ato de escolher como decorrência de uma pura ação de liberdade, mas como o efeito de uma “inscrição num discurso, num gênero ou numa formação social”. De fato, essa escolha sofre restrições em função de exigências enunciativas, de modo que não se poderia escolher formas de expressão que se situassem fora da instância enunciativa à qual o sujeito se filia ou se inscreve. Contudo - parece-nos - se isso resolve o problema da inconsistência do postulado homogêneo da língua, permanece a fé numa outra homogeneidade: as das instâncias enunciativas. Existiriam mesmo instâncias enunciativas homogêneas e prontamente discretizadas em relação a outras ou também elas se disporem num *continuum* com muitos pontos de contato?

Em seu propósito árduo e nada fácil de conjugar discurso e singularidade, Possenti defende que a autoria deve ser pensada de modo a dar conta de idéias tidas como antagônicas, quais sejam, por um lado, a tese de que a autoria relaciona-se com singularidade (presente na estilística tradicional e em algumas críticas literárias) e, por outro, a proposição de que para haver autoria faz-se necessário

que as produções de linguagem estejam inscritas em discursos e situadas em uma memória social (presente na Análise do Discurso e em muitas teorias enunciativas). No geral, Possenti deseja fugir, por um lado, da exacerbação romântica da estilística e, de outro, do radicalismo estruturalista do assujeitamento, esperando poder articular, em torno da autoria, o individual e o social-histórico, a singularidade e função, o “eu” que escreve e sua instância enunciativa.

Para Possenti (2002), então, não parece possível pensar na autoria sem associá-la a *singularidade* e, em decorrência a *estilo*, visto (cf. Granger, 1974) como uma *marca do trabalho* e dependente sempre de escolhas. Reconhecendo que a noção ainda guarda muito de intuitivo, Possenti associa autoria a *qualidade* do texto, àquilo que faz com que se diga que um texto é *bom, elegante, consistente* (p. 109). Desse modo, a autoria indicaria aquilo que torna um produtor de linguagem diferente dos outros produtores inscritos numa mesma posição histórico-ideológica, e que lhe pode render avaliações positivas por parte dos leitores. Ou seja, manifestaria autoria quem consegue, submetido a condições comuns a tantos outros, exibir a sua própria subjetividade. Isso só pode ser alcançado, arremata Possenti, através de um trabalho com a forma, com o estilo, com o *como*. Sobre tudo através do modo de dar vozes aos outros e deles manter distância.

Em sua análise, e embora persiga indícios, Possenti (2002) termina asseverando a existência de textos *sem autoria*, o que dá a entender que a autoria poderia ser vista como uma característica presente ou ausente nos textos. Se é certo que o produtor do texto tem grande responsabilidade no processo de construção da autoria, por outro esta responsabilidade é co-assumida pelo leitor do texto. Isso, inclusive, é demonstrado em uma análise de Possenti (2001)¹⁷, em que ele aponta a presença de indícios de autoria num texto que fora considerado por outros especialistas como destituído de sentido, clareza, e, no fim das contas, de autoria. O que estamos querendo enfatizar é que se, por um lado, a autoria pode ser *mostrada* pelo próprio autor, ela também pode ser *atribuída* pelo leitor. Na função de leitor, alguém pode avaliar se um texto lhe parece tendo ou não autoria (tomada neste momento no sentido estrito de *qualidade de um texto*, como o faz Possenti), mas uma análise minimante objetiva não deveria asseverar

¹⁷ O texto de aluno é o seguinte: “A violência começo assim um impresto a borracha para o outro colega ai, u outro perde o a borracha ai o outro falo: daí minha borracha que eu vou usar agora o meu eu perdi o outro falou: se vai da outra. Eu não vou dar não então eu ti pego no hora da saída. aí começo. Ai porrada de lá porrada de cá e assim vai. Aí ou tro tiro arma do bolso e atiro: pro que isso pessoal por causa de uma borracha seis vão brigar” (Possenti, 1992, p. 8).

mas uma análise minimante objetiva não deveria asseverar aprioristicamente a existência ou não de tal autoria. Muito mais do que fruto de uma descrição objetiva, este tipo de autoria emerge como resultado de uma leitura intersubjetiva.

Por isso, parece-nos mais adequado evitar afirmar objetivamente que um texto tem ou não autoria, pois a suposição de um texto sem autoria implicaria a admissão do não-texto¹⁸. Nossa tese aqui é que todo texto real situado numa prática social possui ou admite autoria. Pode-se contra-argumentar que os textos anônimos não possuem autoria, mas se trata de um caso em que o próprio anonimato pode ser visto como uma autoria coletiva anônima e refratária a uma apropriação individualizante. De um modo geral, ou os textos possuem uma autoria coletiva anônima (é o caso de lendas, provérbios); ou uma autoria institucional (exemplificada por editoriais e editais); ou uma autoria individual (como artigos de opinião e teses de doutorado). Todos os textos tendem a se enquadrar num dos três tipos acima e é neste sentido que defendemos que todo texto apresenta autoria, tomada esta no sentido de responsabilização enunciativa e não no sentido de *qualidade*.

1.5.2.4 A visão bakhtiniana sobre o autor e a autoria

Nos escritos de Bakhtin, o tema do *autor* faz-se sempre presente, tanto quando ele reflete especificamente sobre a literatura como quando reflete sobre a linguagem em geral, sobre a enunciação e sobre os gêneros. No entanto, como muitos outros temas, este também não é visto de modo linear e monológico, mas, ao contrário, recebe um enfoque complexo e dinâmico, por vezes aparentemente contraditório¹⁹. Do nosso ponto de vista são as seguintes as principais características de tal visão:

¹⁸ Possenti (2002, p. 108) faz o seguinte comentário acerca do seguinte texto – as ênfases são nossas: “*Carlito partiu no barco verde. O barco era longo e forte. Carlito parou perto da árvore. Era tarde e Carlito dormia. Acordou e comeu carne de carneiro. Que calor! Vou nadar. Trata-se de um “texto” sem problema algum de ortografia, de morfologia, de sintaxe e, segundo este modelo, de paragrafação e pontuação. Um aluno bem comportado obtém nota máxima com desempenho escolar inspirado em modelos como este. Para quem acha que um bom texto é um texto correto, o exemplo acima é perfeito. No entanto, é fácil mostrar que não é um texto que faça sentido, portanto não é um texto (ou um texto de autor)*”

¹⁹ Lemos (1999) diz que, a partir de Bakhtin, se pode depreender dois modos (aparentemente contraditórios) de autoria: por um lado, uma autoria de cunho mais monológico com a função de conferir acabamento e unidade ao um todo de significados; por outro, uma autoria de teor dialógico e aberta para novos percursos de criação de significados.

A autoria enquanto fenômeno constitutivo da linguagem. Parece-nos plenamente possível inferir dos escritos de Bakhtin que a autoria é um fenômeno constitutivo da linguagem, uma vez que todo gênero do discurso pressupõe sua própria concepção de autoria e todo enunciado possui sempre um autor (real ou potencial). Mesmo quando, por exemplo, o estudo lingüístico opta por abstrair a autoria, como nos casos da análise de exemplos inventados, Bakhtin (1979d, p. 330) considera que nestes casos tem-se "tipos particulares de autores – inventores de exemplos, experimentadores com sua responsabilidade específica de autor". Assim, no limite, tem-se também autores nos enunciados mais padronizados, comuns e banais, embora nestes a imagem do autor não entre diretamente na intenção nem no projeto do próprio locutor, diferentemente da obra de arte, por exemplo, em que o autor é percebido e sentido não como imagem representada mas como "um princípio ativo da representação (sujeito representador)" (*op. cit.*, p. 336). São dois os fatores, para Bakhtin (*op. cit.*, p. 330), que determinam um texto e o tornam um enunciado: seu projeto (o *querer-dizer*) e a execução desse projeto, sendo obviamente que o projeto pode mudar ao longo da execução. Ou, dizendo de outra forma: somente na execução do projeto é que se pode observar o intuito discursivo e, portanto, o autor. Isso deve ser suficiente para se afastar qualquer possibilidade de uma concepção psicologizante de autor. Trata-se de um autor enunciativo, mas que também se fixa como um componente da obra ou do texto.

O autor é situado e orientado socialmente. Para Bakhtin, o autor é uma instância a um só tempo individual e social. É que, embora conceba o autor como ativo e criador, Bakhtin (1929/1930a) não imagina que sua criação seja de natureza e origem psicológica (interior). Ao contrário, defende ele que a atividade e a ação criadora do autor tanto procedem e se sustentam no exterior social, como para ele se dirigem e dele esperam respostas e reações. Esta concepção de autoria decorre diretamente da concepção sociológica da enunciação individual, pois, na visão bakhtiniana, o exterior é que é o verdadeiro ponto de partida e centro formador e organizador da enunciação. Citando diretamente: "a enunciação individual é um fenômeno puramente sociológico" (*op. cit.* p. 126).

Ao se indagar sobre o que define o locutor²⁰, Bakhtin (1929/1930a, p. 113) defende que se, do ponto de vista do ato fisiológico de materialização da palavra, pode-se dizer que a palavra lhe pertence inteiramente, o mesmo não se dá sob o ponto de vista simbólico. O que equivale a dizer que, por situar-se numa zona fronteiriça, à palavra não se pode facilmente atestar uma propriedade. Ademais, mesmo a individualização estilística constitui-se num reflexo da inter-relação social, de modo que “a situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação” (*op. cit.*, p. 114). É que, para ele, toda atividade mental do locutor decorre e depende de uma orientação social, a tal ponto que a complexidade do mundo interior mantém estreita correlação com a complexidade da coletividade em que o sujeito vive (*op. cit.*, p. 115). Assim, em termos simbólicos, nada pode ser concebido de propriedade exclusiva do locutor, uma vez que, como já dito, “o centro organizador de toda enunciação não é interior, mas exterior” (p. 121).

Desse modo, para Bakhtin (*op. cit.*), a atividade mental e simbólica de um indivíduo tanto provém do exterior como para ele tende. Aquilo que se chama comumente de individualidade criadora, mais precisamente, “constitui a expressão do núcleo central sólido e durável da *orientação social do indivíduo*” (p. 121). E a expressividade do indivíduo é valorizada ou não na medida em que “sofreu a prova de expressão externa”, através de reações, réplicas, rejeição ou apoio. Embora Bakhtin não discorde que às enunciações individuais e isoladas está reservada a função criativa da língua e que elas constituem a substância real da língua, ele insiste em defender que, apesar disso, sua natureza é social, incluindo mesmo aí os casos de elaborações estilísticas (p. 122).

O autor como componente global da obra. Para Bakhtin (1979a), deve-se tratar de modo bem distinto o *homem-autor* e o *autor-criador*. O primeiro é exterior e extemporâneo à obra e aos textos e, por isso mesmo, trata-se de um componente da vida (e não da obra). Já o autor-criador é um componente da obra, pois que, por ocupar uma posição exotópica e por reagir ao todo da obra e ao

²⁰ A terminologia de Bakhtin oscila entre autor e locutor, mas o modo como ele concebe o locutor não coincide como o modo como, por exemplo, Ducrot o faz. Por tratar sempre de enunciados concretos e reais e nunca de orações, mesmo ao falar de locutor, Bakhtin aponta características que servem para o autor, concebido, de modo bem geral, como aquele que é responsável por textos e não por orações.

todo do herói²¹, suas reações ficam marcadas no próprio texto, assegurando, por intermédio de tais reações, o acabamento e o todo significativo da obra. E, por se tratar de um componente marcado no texto, é que Bakhtin desautoriza e desqualifica o *testemunho* do autor sobre o seu processo criador: o testemunho do autor sobre o seu processo criador não tem serventia porque ele não consegue ver o processo psicológico de criação que preside o ator de criar. Ao falar de sua obra, ele já a está vendo de uma posição exterior e, neste sentido, suas observações não diferem das que são feitas por outros leitores.

Por outro lado, o autor não pode determinar-se como pessoa porque o que o leitor aprecia e vive nele é sua *visão ativa*, ou seja, da perspectiva do leitor, “o autor corresponde ao conjunto de princípios criadores que devem ser realizados, à unidade dos constituintes da visão exotópica que sua atividade relacionou com o mundo e com o herói” (1979b, p. 220). Isso faz com que o autor torne-se um participante efetivo e um guia autorizado *pelo leitor*.

Para Bakhtin (1979a p. 32), a tensão exercida pela unidade de um todo acabado recai justamente sobre o autor e, por isso, ele é conclamado a esculpir um produto cujo todo precisa receber um acabamento. Mas o autor somente pode conferir acabamento a este todo porque ele possui, em relação ao herói – acrescentaríamos também em relação ao presumido leitor – um excedente de consciência (ou um excedente de conhecimento). Mas, parece-nos também, que esta mesma tensão exercida pela unidade de um todo acabado deposita-se também sobre o leitor.

A relação entre o autor e a obra é concebida através de uma mútua influência: o autor é, ao mesmo tempo, compositor – pois que é ele quem opera com os enunciados – e componente – pois que ele fica marcado nos enunciados por intermédio de suas reações, seu acento e sua entoação. Por um lado, o autor é causa/princípio da obra e, por outro, é consequência/resultado da obra. É como se, ao tempo em que constrói a obra ou texto, ele também está sendo por eles construído. Mas é claro que isso somente ocorre porque há um ouvinte/leitor reagindo ativamente a tudo o que está sendo construído. E, tal qual o autor, o leitor também

²¹ A noção de *herói* é bastante complexa porque em certos momentos indica o herói conforme tradicionalmente se concebe, isto é, como uma figura humana idealizada, mas em outros momentos tem uma equivalência próxima ao que denominamos por tema ou assunto.

se torna um componente do texto, um participante imanente que tem efeito determinativo na obra (cf. Bakhtin, 1929/1930, p. 14).

Autor como gerador de um novo acontecimento enunciativo. Bakhtin (1979d: p. 332) chama a atenção para dois pólos dialéticos do texto: num, a *repetição/reprodução*, e no outro, a *novidade/irreprodutibilidade*. Isso se dá porque se, por um lado, os meios materiais, mecânicos e biológicos conferem à codificação do texto um caráter repetitivo e reproduzível, e, por outro, os modos de reprodução do texto realizados pelo sujeito (volta ao texto, citação, comentário) originam sempre um acontecimento novo e irreproduzível. Assim, o caráter de novidade pode ser evidenciado porque o acontecimento na vida do texto “sempre sucede nas fronteiras de duas consciências, de dois sujeitos” que nunca serão os mesmos nas mesmas condições (p. 333). Assim, o acontecimento discursivo dá-se pelo “encontro de dois textos, do que está concluído e do que está sendo elaborado em reação ao primeiro. Há, portanto, encontro de dois sujeitos, de dois **autores**²²” (p. 333). Nesta lógica, os autores são aqueles que respondem uns aos outros através de enunciados, e que, num dado intervalo de tempo, têm-se apropriado da palavra. E assim, no limite, o autor é o responsável por um novo acontecimento para um enunciado e, mesmo que ocorra de usar uma mesma seqüência textual já criada e usada por outrem, ainda assim ele poderá ser considerado um outro autor deste enunciado, bastando para isso que tenha gerado um novo acontecimento enunciativo. Este é um modo bem amplo de observar a questão, pois que encara a autoria como resultado de um acontecimento discursivo, o que equivale a dizer que há autoria em toda enunciação. Embora este fato seja inegável, nossa preocupação está mais direcionada para os casos em que a autoria pode ser observada não somente porque houve uma nova enunciação, mas também porque nos enunciados, de algum modo, a autoria aparece configurada textualmente.

O autor como regente das vozes enunciativas. Quando aborda mais especificamente o *trabalho do autor*, Bakhtin aponta que todo autor é sempre um *dramaturgo*, pois sua primordial ação de linguagem consiste em *redistribuir as vozes sociais, incluindo aí a sua própria voz de autor*, aproximando-as, distanciando-as, confundindo-as ou deformando-as. É por isso que, impossibilitado de ser a primeira voz, a voz criadora do escritor é sempre uma *segunda* voz no discurso e, como tal, incapaz de conceber e usar a palavra como “unívoca” e “ingênua”. No

²² Ênfase acrescida.

fim das contas, o autor "é aquele que sabe trabalhar a língua situando-se fora da língua, é aquele que possui o dom do *dizer indireto*" (Bakhtin, 1979d, p. 337). É desse modo que o autor é visto por Bakhtin como o responsável pela criação de um todo único, ainda que o faça com enunciados heterogêneos e de *outrem*, inclusive quando se trata do seu próprio discurso direto.

Bakhtin defende que o enunciado, apesar de ser sempre criado a partir de algo dado, resulta numa *criação nova e irreproduzível*, que não é simples reflexo do dado, pois está relacionada a um *valor (a verdade, o bem, a beleza)*. Por esta razão, a autoria se liga diretamente ao fato de um enunciado ser a expressão de uma apreciação e de um julgamento de valor. O trabalho do autor se situa então no entroncamento do dado e do criado, sendo que ele nem é livre para criar tudo como também, mesmo quando copia, deixa um resíduo de criação: o seu trabalho vai transformando o *dado* no *criado*. Mas não se conclua daí que o autor tem direitos imprescindíveis sobre a palavra que ele recriou, pois, sendo o signo "interindividual", os direitos sobre as palavras são sempre coletivos (dos ouvintes, dos outros autores, dos sujeitos citados). Como diz Bakhtin (*op. cit.*, p. 350): "a palavra é um drama com três personagens": o que fala/enuncia, o que é citado e o que ouve/compreende, conquanto que, é o que pensamos, as três vozes sejam vistas como regidas pelo *autor*.

Bakhtin (1975a), ao discutir o plurilingüismo, diz que o romance é caracterizado sobretudo por uma polifonia de vozes (de gêneros, de profissões, de outras camadas). Bakhtin elenca um diverso conjunto de vozes e linguagens que ele encontrou em romances e que atestam o trabalho plurilingüístico do autor-romancista. Parece-nos plenamente possível estender para outros gêneros do discurso esse caráter plurilingüístico sendo que, no caso específico das colunas de jornais, que são objeto de estudo nesta tese, tal característica é nitidamente presente.

Uma das principais características do plurilingüismo é a *refração das intenções do autor* pelo fato de que usar a voz de outrem pode se revestir de um poderoso meio de o autor imprimir os seus acentos, mas de modo refratário, sem ter que assumi-los diretamente. Bakhtin cita o caso do discurso direto da personagem, que pode ser um modo de o autor refranger as suas próprias intenções axiológicas. Como será mostrado mais adiante (seções 4.4 e 4.5), os colunistas, por

vezes, usam o discurso direto dos leitores também para refranger suas intenções e seus acentos.

O uso de gêneros intercalados no interior de um mesmo gênero também pode se revestir de características plurilingüísticas e isso se dá porque, ao serem intercalados, estes gêneros conservam muito de sua estrutura, de seu estilo e de sua linguagem, o que, por sua vez, provoca uma estratificação no texto ao qual eles foram interpostos. Embora um gênero possa ser usado apenas de modo objetivo-demonstrativo no interior de outro gênero, no geral este tipo de intercalação também possibilita uma refração das intenções do autor (*op. cit.* p. 125).

A noção de gêneros intercalados, se plenamente pertinente para a análise do romance, não nos parece muito frutífera para o estudo das colunas de jornal. É que, por se tratarem as colunas de gênero cujos exemplares em geral são muito curtos, não resta espaço para propriamente intercalar gêneros. Por isso preferimos falar de *superposição de gêneros*, embora aproveitando a análise de Bakhtin em termos dos efeitos provocados por tal uso, especialmente do caso da refração das intenções do autor.

Uma outra forma de manifestação do plurilingüismo se dá via construções híbridas, que são aquelas construções que, do ponto de vista gramatical, pertencem a um único falante, mas do ponto de vista estilístico, axiológico e enunciativo, congregam vozes plurais. Neste caso há um diálogo interno entre estas linguagens, muito embora não haja fronteiras formais entre elas e nada, do ponto de vista sintático, ateste não se tratar da voz de um único falante.

Isso significa que o plurilingüismo pode se estruturar de modo dissimulado e indireto, o que reforça ainda mais a sua possibilidade de refranger as intenções do autor. Para Bakhtin (*op. cit.* p. 127), todo tipo de plurilingüismo pode ser considerado com uma forma de discurso bivocal, já que há sempre a presença do "discurso de outrem na linguagem de outrem", e que uma palavra bivocal se presta ao mesmo tempo a dois locutores, exprimindo duas intenções diferentes.

Reconsideração

Ao longo deste capítulo, acompanhamos uma brevíssima história das concepções de autor e das teorias sobre o autor e a autoria em vários domínios (literário, lingüístico, sociológico, psicanalítico) e sob perspectivas teóricas diversas (estruturalista, textual, discursiva, enunciativa). Pudemos perceber muito mais

variantes do que invariantes entre elas, o que não representa propriamente alguma surpresa. O leque incluiu desde uma visão que deposita no autor a crença num *demiurgo solitário criativo* até um olhar que supõe o autor como inteiramente *assujeitado pela sociedade e pelas instituições*. Numa nebulosa central, em algum ponto da qual procuraremos nos situar, co-habitam visões complexas que imaginam tratar-se o autor de uma instância, a um só tempo, *singular e histórica, individual e social, criada e criadora*.

Em função do objeto de estudo desta tese (o gênero de discurso coluna de opinião assinada de jornal), dos seus objetivos (explicar os modos de funcionamento da autoria neste gênero), e de nossas opções teóricas e metodológicas (de caráter sócio-interacional), muito do que foi aqui historiado não será apropriado teórica e metodologicamente. Sua inserção neste trabalho teve como função oferecer uma visão panorâmica da questão e também configurar um quadro histórico e teórico geral que orientasse as decisões a serem tomadas, seja por exclusão ou por adesão. Assim é que **não** observaremos o fenômeno da autoria de um ponto de vista psicanalítico (como o faz Carreira, 2000, Tfouni, 2001 e Orlandi, 1987, 1996), nem de um ponto de vista literário (como o faz Compagnon, 1998, 2003 e Barthes, 1968), nem da perspectiva sociológica adotada por Foucault (1969), embora tenhamos consciência de que resíduos destas correntes possam emergir aqui e ali ao longo do trabalho – os leitores certamente disso se aperceberão, como um incômodo ou não.

Mais diretamente nos apropriaremos dos postulados teóricos de Bakhtin sobre o autor e também sobre os gêneros do discurso²³, uma vez que o modo como ele observa a questão se coaduna com nossa expectativa de que o autor seja uma instância de caráter sócio-interativo construído histórica e discursivamente na interação instaurada entre o próprio autor e os seus interlocutores, mas conservando ainda uma crença na força expressiva do seu trabalho enunciador individual. Contudo, e impulsionados pelos dados desta tese, também vamos incorporar o modo sócio-cognitivo como a lingüística de texto (cf. Marcuschi, 1983, Koch e Travaglia, 1990, e Beaugrande, 1997) concebe coerência (enquanto princípio de interpretabilidade de feição tentacular) e as opções de algumas vertentes da análise do discurso (especialmente Possenti, 2001, 2002) que associam a autoria aos efeitos de

²³ No capítulo 3 será feita a discussão sobre os gêneros do discurso.

singularidade, conquanto vista como inteiramente inserida num quadro histórico e institucional.

Dito isso, vamos ao próximo capítulo, cujo objetivo geral é formular um conceito de autor que possa ser pertinente e produtivo para analisar a autoria nas colunas de opinião assinadas de jornal. Antes e a fim de chegar a isso necessitaremos explicar as diversas características da autoria.

CAPITULO 2

2. AUTORIA: CARACTERIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Pudemos ver, ao observar episódios da história do autor em vários domínios do conhecimento, como as noções de autor e de autoria não são nada precisas, apresentando um alto grau de indeterminação, pois tanto são conceituadas segundo critérios diversos como referem fenômenos distintos nas práticas sociais de linguagem. Apesar da morte do autor já ter sido decretada no auge do estruturalismo francês, não é muito provável que este óbito realmente se efetue. É que *o autor* permanece habitando incansavelmente as bibliotecas, os teatros, os cinemas, as academias; ainda é um item indispensável nas capas de livros e nos catálogos das editoras; e já, sem titubear, ingressou no mundo virtual da internet. Não é improvável que ainda conserve alguma aura de autoridade, se bem que não mais soberana. E é bem provável que continue alimentando sonhos e ilusões de artistas, escritores, jornalistas, cientistas, ensaístas e dos demais aspirantes. Pois quantos de nós não sonhamos em deixar de ser vistos como meros redatores – que apenas escrevemos simples documentos – para galgar o valioso posto de autores, isto é, de geradores de verdadeiros monumentos? E quantos de nós não aspiramos que o nosso nome torne-se um adjetivo capaz de identificar e qualificar idéias, textos e obras?

Embora a noção de autor seja co-irmã da noção de autoria, as duas não são exatamente idênticas. Intuitivamente diremos, por enquanto, que a noção de autor refere à *instância humana ou institucional* a quem se atribui a macro-responsabilidade por um texto ou obra, e cuja contraparte verbal é um nome próprio (ou uma assinatura). Já o termo autoria refere o *processo* de atribuição, responsabilização e enunciação de um texto ou uma obra, de modo que mesmo aos textos que são destituídos de autores pode ser atribuída autoria. A um texto, por exemplo, que circula anonimamente, isto é, sem identificação do seu autor, pode ser suposta e atribuída uma dada autoria. Como há, de fato, muita interseção entre as duas noções, muitas vezes é altamente problemático fazer opção por apenas uma delas para explicar um certo fenômeno enunciativo. Por esta razão, não constituirá interesse nosso separá-las rigidamente.

A noção de autoria, conforme tem sido conceituada por/em diferentes campos do conhecimento, possui as seguintes características: a) é vista no todo do texto ou da obra como uma intenção; b) é fabricada sócio-culturalmente (através especialmente de gêneros do discurso); c) é de caráter representacional; d) é polifônica; e) é um foco da coerência; f) é a simulação de uma origem/propriedade/autenticidade.

2.1 Autor como intenção

Contra-pondo-se, por um lado, aos excessos da tradicional crítica literária, que fazia coincidir o autor com o indivíduo biográfico e, por outro, à visão redutora da nova crítica, que quis ver na intenção do autor um mero sinônimo de “premeditação clara e lúcida”, Compagnon (1998, p. 54) sai em defesa da intenção do autor como critério legítimo para toda interpretação literária. Para ele, o debate sobre a intenção do autor ou sobre “o autor enquanto intenção” é muito antigo - embora o rótulo autor não fosse usado no mundo antigo com o sentido que possui hoje - e figurou já no âmago das discussões da Retórica antiga acerca da *inventio* (intenção) e da *elocutio* (uso das palavras), já datando daí a grande confusão entre “autor enquanto intenção” (categoria jurídica) e “autor enquanto estilo” (categoria estilística), confusão essa que perduraria por muito tempo.

A história da interpretação dos textos tanto literários quanto religiosos e jurídicos mostra que aquilo que se considera a “intenção do autor” desde outrora sofreu manipulações, referindo a fenômenos muito distintos entre si. Assim, (cf. Compagnon, *op. cit.*) quando não era conveniente uma interpretação que decorria mais diretamente de um sentido mais “literal” e da intenção do autor, dizia-se, entre os gregos, que se estava diante de uma alegoria e que, portanto, o sentido era outro. Note-se que não se tratava exatamente da impossibilidade ou dificuldade de apreender a intenção do autor, mas do fato de ser ela inconveniente. Uma outra manipulação histórica em torno do intencionalismo teve, sobretudo, um sentido conservacionista que visava fazer perdurar certas interpretações e interditar outras, como ocorrera na Idade Média. Santo Agostinho, por exemplo, faz opção - por razões éticas ou religiosas - pelo sentido que depende hermeneuticamente do espírito, isto é, da intenção e recusa o sentido que depende estilisticamente da carne, isto é, da palavra. Note-se aí que a intenção “do autor” não está ligada a quem de fato escreveu o texto, funcionando este suposto autor como um álibi para

outras intenções. E é evidente que temos aqui um claríssimo caso de atribuição de uma intenção por parte do leitor muito mais do que uma tentativa de reconstruir uma intenção de um autor empírico. Isso já indica fortemente o quanto pode ser problemático observar o autor sem levar em conta também o leitor.

Compagnon aponta que é com a hermenêutica filológica que o critério da intenção do autor (e do contexto) torna-se um instrumento poderoso. Nesta escola, interpretar um texto significava em essência reconstituir o sentido que teve um texto em sua origem, isto é, reconstruir a intenção do autor no contexto primeiro de produção. Por isso uma das máximas dos hermeneutas é que "um texto não pode querer dizer, ulteriormente, o que não podia querer dizer originalmente" (Compagnon, *op. cit.*, p. 60). Para nós, o principal problema desta corrente, que se agarrava fortemente à lingüística histórica, era a crença utópica na possibilidade de se determinar de maneira unívoca a língua comum ao autor e ao seu primeiro público (como se uma língua fosse um código transparente e homogêneo e como se houvesse um suposto momento primeiro em que um texto possui uma única leitura homogênea).

À indesejável pergunta que indaga "sim, mas como reconstruir a intenção original de um autor", os hermeneutas filólogos propuseram, um tanto ingenuamente aos olhos de hoje, dois métodos: a) fazer relacionar o todo do texto com as partes e, inversa e complementarmente, as partes com o todo; b) e fazer dialogar o presente (o leitor) com o passado (o autor). Esses dois métodos possibilitariam harmonicamente a reconstrução da intenção original. Mas isso perdurou somente até eclodir a chamada fenomenologia hermenêutica, já no século XX, que passou a advogar sua descrença na possibilidade de reconstrução do passado, tendo em vista a observação de que "a interpretação repousa numa pressuposição" que "nos impede de escapar à nossa própria situação histórica para compreender o outro" (Compagnon, *op. cit.*, p. 62). Desse modo, à crise da crença na reconstrução de um sentido original sucede a "tese antiintencional da interpretação contextual" e já, diríamos hoje, de certa forma interacional, visto que o sentido construído, nesta perspectiva, resulta de um diálogo entre uma "fusão de horizontes". Em outras palavras, começa-se a olhar para uma outra intenção: a dos próprios leitores, que, no processo de interpretação, não agem nunca como se fossem "tábula rasa".

Para Compagnon, a tradicional e antiga querela entre intencionalistas ("a única significação verdadeira é aquela que coincide com a intenção do autor") e

antiintencionalistas ("a intenção não é pertinente"; "a obra sobrevive independentemente da intenção") se apegam à falsa alternativa de optar ou entre o texto ou entre o autor. O que Compagnon procura mostrar é que, mesmo os que se auto-proclamam antiintencionalistas, acabam, em suas análises, por fazer uso da intenção do autor pelo simples fato de que "toda noção de coerência pressupõe a de intenção". Não sendo as obras escritas, argumenta ele, frutos do acaso, mas decorrentes de ações humanas, e sendo as ações humanas motivadas, é inevitável que toda interpretação pressuponha sempre a existência de uma intenção. Contudo - parece-nos -, este argumento abre excessivamente o problema, pois é mais do que evidente que toda ação humana é motivada e intencional, o que justamente a diferencia de ações maquinais ou biológicas. A questão (espinhosa) a ser resolvida, no nosso entender, teria que dar conta de *como* uma intenção figura ou é incorporada num texto ou obra e *como* ela pode ou não ser apreendida e/ou recuperada pelos leitores.

Compagnon acusa a *nova crítica* de ter feito um simulacro do autor ao associá-lo de modo absoluto à sua biografia, quando, para ele, o mais produtivo é vincular o autor a uma intenção, tendo em vista que tal associação está na base dos processos de interpretação literária. Tanto isso lhe parece verdade que ele aponta que ninguém conseguiu até hoje se livrar do autor - ou da intenção -, mesmo os que se autointitulam estruturalistas. Barthes, por exemplo, teria conseguido se livrar da vida biográfica, mas em seu lugar teria posto a existência ...*do autor*. Teria conseguido se ver livre da consciência premeditada, mas não conseguira esquivar-se do subconsciente e/ou do inconsciente ...*também do autor*. É por isso que Compagnon refuta posturas excludentes ("ou o autor ou o texto"), e opta por uma abordagem complementar e integrada, ao defender que uma interpretação fundamentada no contexto de origem da obra não exclui uma outra interpretação fundamentada no contexto contemporâneo do leitor. Em suma, para Compagnon, tentar optar exclusivamente entre o texto e o autor é admitir uma falsa opção. Dá para notar, assim, que no fundo o debate não é se existe ou não o autor, se ele está vivo ou morto, mas se trata de definir o que é mesmo um autor, o que o caracteriza, como ele funciona nos processos de interpretação e onde ele pode ser percebido.

A opção de Compagnon de associar diretamente autor a intenção não resolve de todo o problema pelo fato de o conceito de intenção permanecer bastante

problemático e confuso, oscilando ora para uma intenção psicológica premeditada e, sem dúvida, inacessível, ora para um sinônimo de sentido, tornando-se, assim, deste completamente indistinta. Compagnon tenta contornar este problema na esteira de Poulet (1985, por ele citado), para quem o autor é uma espécie de "consciência profunda" ou "pensamento indeterminado" relacionado ao projeto criador ou "projeto original", não coincidindo nem com uma premeditação consciente nem com traços biográficos. Nesta visão, o contexto histórico é relegado em função de uma leitura imanente e por isso podemos situá-la a meio caminho entre uma visão intencional – pois crê numa consciência do autor – e antiintencional – pelo fato de se apegar à imanência do texto e se desinteressar pelo contexto.

Compagnon (p. 93) comenta que a prática das análises literárias sempre agiu - e continua agindo, mesmo hoje – admitindo que existem "contra-sensos" – inclusive corrigíveis - em certas aplicações dos textos literários ocasionadas pela ignorância ou pela indiferença em relação à significação original. Compagnon parece crer que esta prática simplesmente abona a aceitação de um tal significado original, entretanto, cabe-nos perguntar se o fato de essas análises admitirem um "significado original" de fato assegura uma real existência de tal significado ou se não se trata, em alguma medida, de uma projeção feita pelo próprio leitor/analista. Aceitamos que o autor enquanto intenção é, de fato, um recurso estratégico para a leitura e interpretação de todos os textos e não somente dos literários, mas não cremos que se possa apreender objetivamente uma intenção que, por sua vez, possa assegurar a "significação original", embora seja possível distinguir entre interpretações mais próximas e mais distantes do contexto de produção dos textos, mais e/ou menos autorizadas.

Em defesa de sua tese da permanência do autor como critério para a atribuição do sentido original de uma obra, Compagnon (p. 68-71) vale-se de outro argumento, este de caráter pragmático: o do "Método das Passagens Paralelas" – considerado por ele a técnica mesmo de base de toda interpretação literária. Este método se fundamenta no fato de que, diante de uma passagem de difícil interpretação, quase consensualmente, mesmo que sem formulação explícita, os críticos recorrem a passagens paralelas no mesmo texto ou em outro texto, desde que sejam do mesmo autor. Para Compagnon isso atesta a crença na intenção do autor, senão premeditada ao menos como intenção em ato, e supõe que ela pode ser reconstituída se se prestar atenção às semelhanças e recorrências que aparecem

nos textos. Neste ponto, note-se que Compagnon (p. 74) faz coincidir intenção com coerência, pois ele sustenta a tese da intenção do autor na crença de que há uma coerência mínima nos textos de um mesmo autor ou ao longo dos tempos. Contudo, não nos parece que o ato de recorrer a passagens paralelas, por si só, garanta a extração da intenção do autor. Mesmo nestes casos, há inferência da parte dos leitores.

Compagnon, em muitas passagens do seu texto, opta pela expressão "intenção em ato" no lugar de apenas intenção, certamente com o intuito de afastar a possibilidade de um seu entendimento como premeditação consciente. Mas isso faz com que a intenção seja vista quase como uma propriedade dos textos. E aqui fica evidenciado que a concepção de coerência de Compagnon ainda está fortemente apegada à imanência do texto. Por outro lado, contudo, se ele incorporasse a noção de coerência como postulada pela Linguística de Texto (cf. Marcuschi, 1983, Koch e Travaglia, 1990, Koch, 1997, Beaugrande, 1997), teria que admitir um enfraquecimento da intenção do autor visto que, para esta corrente, a coerência é de caráter fortemente interacional, tendo grande relevância para o seu estabelecimento as intenções e os conhecimentos do próprio leitor. Ademais, como já apontado por Foucault (1969), a coerência, principalmente nas obras de grandes autores, pode decorrer em alto grau de uma atribuição exterior que se lhe é imputada pela crítica e pelos leitores, e possíveis contradições são resolvidas não por "passagens paralelas" mas por projeções e operações que hoje chamaríamos "sócio-cognitivas". Não que não seja relevante cotejar e comparar passagens dos textos, mas isso não é suficiente: os leitores estão o tempo todo também fazendo projeções de suas próprias intenções e crenças para entender os textos, podendo, por vezes, "enxergar" em passagens paralelas idéias pré-estabelecidas.

Em suma, a tese de Compagnon carece de uma consistência teórica mais sólida para as noções de coerência e intenção, sendo uma das possibilidades a incorporação dos traços sócio-cognitivos típicos destas duas noções. O fato de ele reiterar que entende a intenção do autor como um critério de interpretação exige que o que ele chama intenção do autor inclua também a intenção do leitor, sob pena de não haver interpretação. Compagnon é insistente em falar da intenção, mas ele nega inteiramente o caráter sócio-cognitivo desta noção, o que nos leva a suspeitar que ele está a falar de uma outra coisa muito mais lingüístico-textual do que propriamente intencional.

2.2 A fabricação sócio-histórica do autor e da autoria

Como já foi introduzido no primeiro capítulo, uma certa tradição de estudos literários e filológicos chegou a defender que o autor coincidiria com o próprio indivíduo de carne e osso, anterior e exterior à obra e aos textos. Impulsionado por sua vida pessoal, e dominando suficientemente a sua língua, ele usaria os textos que escreve para transmitir certos significados e sentidos. Quando fosse mais complicado descobrir tais significados, seria necessário recorrer à sua biografia para "matar a charada". E assim, esta tradição imaginava, por exemplo, que por trás de uma obra obscena deveria existir um escritor também obsceno, seja praticante, reprimido ou simpatizante. Isto é, supunha-se um tanto ingenuamente a existência de uma relação direta de causa-conseqüência entre a autor empírico e sua obra. E, por isso, evocava-se recorrentemente a biografia como ferramenta explicativa para a obra.

Entretanto, como já apontado por muitos estudos literários e discursivos, a noção de autor não deveria ser reduzida a tal biografização, pois ela é bastante problemática e complexa, seja porque é correlata diretamente de uma outra noção - a de obra - também bastante problemática (cf. Foucault, 1969), seja porque é vista como a contraparte de uma noção escorregadia e fugidia como a de "plagiador", que tanto pode ser vista como a pior das infâmias, mas também como a real mola propulsora da literatura (cf. Schneider, 1985); ou ainda pelo fato de, como muitas outras, esta noção ser fabricada na práxis social e se valer também de noções estereotipadas ou "óculos sociais"²⁴ (cf. Blinkstein, 1990).

Contudo, a despeito da complexidade da noção, há um comportamento recorrente: cada sociedade e cada época histórica fabrica, em consonância com seus sistemas ideológicos e econômicos, os seus autores e as suas diversas concepções de autoria, como foi apontado por Foucault (1969). Já vimos no primeiro capítulo como, por exemplo, na Grécia Antiga fabricou-se um "autor-porta-voz-dos deuses", assim como observamos o Romantismo engendrar o seu "autor-demiurgo" e o estruturalismo francês manufaturar o "autor-morto".

Agora, se é verdade que, em certos contextos históricos, foi possível encontrar um modelo de autor bastante padronizado e com um alto grau de homogenei-

²⁴ Nesta obra, Blinkstein defende a tese de que o modo de referenciar as coisas dos mundos empírico e sociosubjetivo passa sempre por "óculos sociais", de tal modo que sempre há valores sociais e históricos guiando a construção das referências. As formas históricas como têm sido referenciados o autor e a autoria cabem perfeitamente nesta explicação.

dade, o mesmo não se pode afirmar para a nossa contemporaneidade. É que, dada a sua pluralidade cultural e a sobreposição de ideologias e estéticas de várias épocas, assistimos à co-existência de várias concepções de autoria. Por exemplo, em muitos programas de entrevistas com autores literários, entrevemos claramente ainda a concepção de "autor demiurgo", aquele que, dotado de uma inspiração invejável, criaria uma obra original, cujo sentido somente seria legitimado efetivamente se se recorresse a seu testemunho. No campo religioso, encontramos fartamente a postulação de um "autor porta-voz" dos deuses, dos santos e/ou de outras vidas, como é o caso de psicografias e de histórias de santos, nas quais o autor é apenas o instrumento de uma mensagem vinda de outra dimensão espiritual. O "autor-morto", por sua vez, toma assento confortavelmente no mundo da burocracia administrativa, além de demonstrar grande fôlego no território de muitas ciências, especialmente em alguns campos das assim ditas ciências "duras".

O que estamos dizendo, em outras palavras, é que os modos diversos de fabricação da autoria se dão tanto no plano diacrônico como no sincrônico. No plano sincrônico, tal diversidade pode ser apreendida por intermédio da diversidade de gêneros do discurso, de autores individuais e de instituições. Como os gêneros funcionam como ferramentas (cf. Schneuwly e Dolz, 2004) que semiotizam funções sócio-retóricas e como a autoria pode ser considerada uma dessas funções, é possível que os diferentes modos de fabricação da autoria encontrem-se em certo grau presumidos e materializados nos próprios gêneros. Nesse sentido é que o editorial de um jornal já prevê o apagamento da autoria individual como condição para a proeminência de uma autoria institucional, de modo que escrever um editorial, em conformidade com a ideologia jornalística em vigor, significa saber apagar os próprios traços idiossincráticos individuais do escrevente e fazer emergir os caracteres de um modo supra-individual de expressar opinião. Por sua vez, as colunas de opinião assinadas, embora não a tratem como uma condição *sine qua non*, abonam a expressão de uma autoria individual, de modo que, por exemplo, pronomes pessoais, referências a preferências dos colunistas e relatos de experiências vividas não estão impedidos de ser usados nos textos. Ademais, o próprio fato de o nome do colunista ser exibido no cabeçalho do texto atesta tratar-se de um gênero cuja autoria deve ser tomada como de feição individual e não institucional, de modo que as opiniões defendidas devem ser preferencialmente tomadas como de pertencimento individual.

Se compararmos entre si, num mesmo momento histórico, empresas jornalísticas ou outras instituições, veremos que elas fabricam de modo diferente as posturas da autoria para os seus gêneros. Ou seja, mesmo sendo possível demonstrar que um certo gênero possui uma postura de autoria pré-construída, ainda assim e sem que um fato entre em contradição com o outro, diremos que pode haver diferentes posturas de autoria para um mesmo gênero produzido por instituições diferentes.

Por outro lado, quando observamos a autoria por uma perspectiva diacrônica também vemos variações nos modos de fabricá-la. Um bom exemplo é o que ocorreu no jornalismo opinativo, nos EUA, no século XIX. Nesta época, o editorial era assinado – embora com uso apenas das iniciais do nome – pelo editor do jornal e era escrito para expressar a sua opinião pessoal. Somente tempos depois é que o editorial passou a ser usado para expressar uma opinião tomada como institucional²⁵. Mais dois exemplos ainda: a figura de autor de um poeta contemporâneo é bem diferente da correspondente figura na Grécia Clássica e na Idade Moderna; a postura de autor cientista do Positivismo difere em muito da típica figura pós-modernista.

De todo modo, é nos gêneros do discurso que a fabricação do autor se acha – para falar em termos bakhtinianos – “relativamente estabilizada”. Assim, pelo fato de a autoria ser uma representação discursiva é que um mesmo indivíduo do mundo “real” pode escrever textos pertencentes a gêneros diferentes e em cada um deles ocupar uma distinta posição de autoria. Agora, pelo fato de que os sujeitos não são “soldadinhos de chumbo”, não é sempre que eles ocupam a postura da autoria conforme o “script” já construído sócio-historicamente via gêneros do discurso. Em nossos dados, encontramos casos em que os autores superpõem e entrecruzam posturas de autoria diversas num mesmo texto criando sentidos até certo ponto surpreendentes²⁶. E é por isso que vamos defender que a autoria no gênero é fabricada também pelos próprios autores.

Em síntese, a fabricação da autoria varia em função do momento sócio-histórico, dos gêneros, das instituições e dos próprios autores.

²⁵ No capítulo 3, quando discutirmos os gêneros opinativos da esfera jornalística voltaremos a discutir a autoria no editorial.

²⁶ No capítulo 4 faremos algumas análises de colunas de opinião assinadas em que tal superposição de gêneros ocorre.

2.3 O caráter representacional da autoria

Muitos estudos apontam que a autoria **não** coincide exatamente com a pessoa "real" de carne e osso. Foucault (1960), por exemplo, defende que o autor é apenas uma das funções do sujeito e que o nome de autor não identifica o indivíduo real, mas "bordeja os textos", classifica-os, descreve-os, isto é, mantém relação apenas com a produção simbólica. Desse modo, o nome de autor não aponta para o indivíduo de carne e osso, mas refere-se à função do sujeito à qual se atribui o "foco de expressão" de um conjunto de textos. A idéia de Foucault (*op. cit.*, p. 50) é que o autor é um "certo ser racional construído por operações complexas que projetam, em termos psicologizantes" e em função do discurso, "o tratamento a que se submetem os textos, através de aproximações, do estabelecimento de traços pertinentes e de continuidades ou exclusões admitidas".

A idéia de Foucault pode ser ampliada para se dizer que o autor é fabricado pelos leitores, pela crítica, pela imprensa, pelas academias, pelas escolas, com a condição de que não nos esqueçamos da obviedade de que o autor empírico escrevente também contribui para tal fabricação. E que esta fabricação pode gerar um "produto" que pode até, num caso ou noutro, guardar alguma aproximação com o escritor biológico e histórico que produziu os textos, mas que pode, também e com freqüência, dele ser desvinculado. Uma certa tradição filológica concebia o autor como coerente e não-contraditório, uma vez que estas características eram vistas como condição para que a obra, ela própria uma decorrência do autor, também fosse coerente e não contraditória. São Jerônimo (citado por Foucault, 1969, p. 52) chegou mesmo a defender que, além de coerente e não contraditório, o autor deveria produzir num nível constante de valor e respeitando uma unidade estilística. Mas o que ocorre é que esta concepção de autor como um sujeito unitário e homogêneo é, também ela, um modo de representação da figura do autor e não um espelho do autor empírico.

Outra razão para se negar que o autor coincide com o indivíduo escritor, ainda de acordo com Foucault (*op. cit.*), reside na evidência de que a função-autor aponta para vários 'eus', ou seja, para o fato de que o sujeito dos discursos é heterogêneo e que a heterogeneidade é uma característica constitutiva da linguagem, como já vem sendo amplamente defendido por várias teorias enunciativas. Assim, apesar de uma obra ou um texto serem atribuídos geralmente a apenas um único autor, o mais comum é que várias posições enunciativas estejam ali repre-

sentadas. Sob uma *fabricada unidade de autor*, coexistem diversos enunciadores que respondem por 'eus' diversos. Foucault (p. 55-56) dá o exemplo de um tratado de matemática, que pode conter vários "eus" diferentes: o que faz o prefácio, o que faz a demonstração, o que faz a conclusão. Neste tipo de tratado, pode haver um 'eu' que aponta para um "indivíduo sem equivalente num tempo e espaço determinado", enquanto um outro 'eu' pode designar "um plano e um momento de demonstração que qualquer indivíduo pode ocupar"; ainda poderia haver um outro eu, que fala do significado do trabalho, dos obstáculos encontrados, dos resultados obtidos. Em suma, para Foucault, "a função autor não é assegurada por um destes "eus" à custa dos outros", mas, inversamente, "em tais discursos, a função autor desempenha um papel de tal ordem que dá lugar à dispersão dos vários "eus" simultâneos".

Como a postura de autoria aparece semiotizada nos gêneros, é comum também que os vários enunciadores que, juntos, constituem uma figura específica de autor, já estejam, de certo modo, previstos. Dessa maneira, saber ocupar uma postura de autoria, conforme estabilizada sócio-historicamente, significa também entender que posições enunciativas podem ser mobilizadas para a construção dos textos. Como veremos no capítulo 4, nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo, é possível prever o perfil dos enunciadores acionadas pelos colunistas. Entretanto, vendo a questão agora de uma perspectiva sócio-interacionista, podemos pensar que, a despeito da diversidade de posições enunciativas no interior de uma obra ou texto, o autor não deixa de ser percebido como uma unidade que contribui para estabelecer sentido e coerência para os textos. Isso é, do ponto de vista do interlocutor parece bastante relevante trabalhar estrategicamente com uma noção de autor que contempla uma certa unidade. Tal unidade, também elaborada cognitivamente pelo leitor-ouvinte, desempenha um importante papel no processo de construção de sentidos e de compreensão dos textos, pois, mesmo lidando com a dispersão dos enunciadores, o leitor necessita em algum momento fazer uma síntese da postura da autoria. Por exemplo, para formular a idéia central de um texto é de crucial importância lidar minimamente com uma unidade do autor e com um intuito discursivo global.

Como mostraremos mais à frente, não vemos contradição entre a unidade atribuída ao autor – a voz macro-responsável – e a heterogeneidade das vozes por ele acionadas. É que a noção de autoria contempla ao mesmo tempo uma hetero-

geneidade e uma unidade. Do ponto de vista do autor é inteiramente relevante saber mobilizar as diversas posições enunciativas que, articuladas no corpo de um texto, criam um efeito de unidade de autor que, por sua vez, é usada pelo leitor como uma ferramenta estratégica para a compreensão dos textos.

Por uma perspectiva semiótica, também Eco (1979 e 1992) concebe o autor de modo heterogêneo ao postular a existência de dois tipos de autor: o *autor empírico*, que se manifesta nos testemunhos do indivíduo sobre seus propósitos e intenções e o *autor-modelo*, assemelhado às estratégias textuais que se manifestam ao longo de um texto, via de regra de modo recorrente. Embora possa ter alguma utilidade secundária, o autor empírico, para Eco, não tem um papel relevante no processo de leitura e interpretação, não sendo impossível que seu testemunho contradiga mesmo uma leitura feita com base na "intenção do texto". Ou seja, para ele não importa o que o autor quis ou quer dizer, mas o que está dito "transparentemente" (!) no texto.

Às duas categorias de autor apresentadas acima, Eco pleiteia a existência de duas categorias correlatas de leitor: o *leitor empírico* e o *leitor-modelo*. O raciocínio de Eco é o seguinte: em função de lidar com um código não unívoco e não comum para efeitos de criação de sentidos, o autor-empírico necessita, no processo de geração de seu texto, criar um conjunto de estratégias que guiarão o seu leitor-modelo para a realização exitosa de um processo – cooperativo – de interpretação. Isto é, o "processo gerativo do texto" exige a previsão dos "movimentos de leitura" dos interlocutores e a correspondente criação de "estratégias textuais" para orientar esta movimentação.

Assim, ao criar tais estratégias textuais, o autor-empírico estaria instituindo simultaneamente um leitor-modelo e um autor-modelo, em função do qual o leitor-empírico irá elaborar a sua interpretação. No fim das contas, ainda para Eco, tanto o leitor-modelo com o autor-modelo coincidem com as próprias estratégias textuais. A diferença é que a suposição do autor-modelo por parte do leitor empírico durante o processo de interpretação tem muito mais garantia do que a suposição do leitor-modelo por parte do autor empírico no momento da criação do texto. E isso se dá porque o leitor empírico lida com uma imagem de autor e de enunciação que estão textualmente materializadas, ao passo que o autor empírico lida apenas com especulações e conjeturas acerca do seu provável leitor.

Eco admite que há certos gêneros textuais cujo processo de interpretação pressupõe a existência do autor empírico e do leitor (ou ouvinte) empírico, como diários pessoais e cartas. Entretanto, no caso de gêneros cujos exemplares de texto são concebidos para uma audiência bastante grande, como romances, instruções científicas e discursos políticos, o autor e o leitor empírico são irrelevantes, pois nestes casos o que está em jogo são os "papéis actanciais" dos interlocutores. Por isso, sempre para Eco, a manifestação textual do autor pode ocorrer através de um estilo reconhecível, de um puro papel actancial ou de uma ocorrência ilocutiva. Usar, para estes gêneros, informações acerca do autor empírico poderia constituir risco e perigo, pois a cooperação textual deve ocorrer entre duas estratégias discursivas e não entre dois sujeitos individuais.

Como se pode ver, Eco demonstra muita confiança no controle do autor sobre o texto e sobre o leitor-modelo, especialmente em se tratando de textos literários, científicos e filosóficos. Tal confiança está ancorada na idéia de que há uma "intenção" que está suficientemente materializada no texto - a chamada "intenção do texto" - e que, em grande medida, independe mesmo dos propósitos do autor empírico. Para Eco, vale o que está dito pelas palavras do texto, como se o leitor as hipervalorizasse sempre e esquecesse as demais informações contextuais que constituem o seu conhecimento enciclopédico. Parece-nos, entretanto, que não é tão simples separar o que está efetivamente dito no texto e o que não está, uma vez que o processo de compreensão lida com informações de variados tipos e procedências o tempo todo e os leitores não têm total consciência dos limites entre elas. Ademais, parece complicado postular autor empírico e autor-modelo como se fossem categorias antagônicas (quase inimigas!), pois não faz muito sentido imaginar que informações acerca do autor empírico depõem contra o autor-modelo.

No fim das contas, apesar de admitir explicitamente que o código não é comum aos usuários de uma língua, Eco não consegue se libertar de uma visão de linguagem como um código grandemente determinado do ponto de vista da relação forma/sentido e autônomo em relação às instâncias cognitivas e sócio-culturais. E isso ocorre porque Eco supõe que o texto tem uma "intenção transparente" que, supostamente, poderia ser inteiramente recuperada. Postulando a primazia do texto sobre o autor e o leitor e não incorporando o fato de que a leitura tem traços inferenciais, Eco termina por reificar o texto e concebê-lo como pairando acima do trabalho dos leitores. Se, de fato, não se pode negar que não é o tes-

temunho do autor empírico que assegura como se deve interpretar um texto, nem por isso se poderia aceitar que seja o objeto-texto que detém transparentemente toda a "intenção". No fundo, esta parece ser uma outra versão da morte do autor. Se para Barthes, era a língua que falava, para Eco, quem fala é o texto. Mas em ambos os casos o autor e o leitor importam quase nada.

Contudo, admitindo que a postulação do leitor-modelo não significa necessariamente obter sempre sucesso no processo de "condução" do leitor-empírico, parece-nos bastante funcional trabalhar com a hipótese de Eco de que a autoria se instaura quando o autor busca guiar o processo de construção de sentidos por parte dos interlocutores. Dito de outro modo: quando o autor se imagina também ele como leitor virtual do texto, ele termina por se inscrever no texto, marcando sua presença nele. É quando a "intenção" deixa de ser uma mera premeditação psicológica e adquire uma realidade textual-discursiva (mas não transparente) que está posta para ser interpretada.

Do nosso ponto de vista, o que pleiteamos é o seguinte: o leitor, ao ler um texto, supõe, a partir do texto e da situação comunicativa, que o seu autor teve alguma intenção comunicativa ao escrever este texto. Ou seja, se um possível testemunho do autor empírico pode não estar contemplado no modo como ele executou o seu texto, ainda assim, isso não impede que o leitor trabalhe *estrategicamente* com o suposto intuito discursivo do autor empírico. Não se trata de crer que o leitor depende, para interpretar um texto, de ter acesso ao testemunho do autor empírico, mas de levar em conta que ele imagina e supõe que, na base do todo texto, há um autor que teve intenções reais ao produzir o seu texto. O leitor tanto quanto possível tenta se aproximar de tal intuito, embora este intuito já se encontre influenciado pelos próprios propósitos do leitor. Ou seja, da perspectiva do leitor, um *presumido* autor empírico não é irrelevante, embora a sua relevância seja recuperada com base em hipóteses, suposições e construções de natureza sócio-cognitiva elaboradas pelo próprio leitor a partir do texto e dos diversos contextos e não obrigatoriamente via enquête e entrevista com o autor empírico. E, obviamente, o intuito discursivo do autor que será reconstruído pelo leitor nunca coincidirá com uma premeditação primeira que possa ter tido lugar na mente do produtor do texto.

Em resumo, diríamos que a autoria é, sim, de caráter representacional, sendo que o processo de construção de tal representação é bastante complexo.

Participam desta construção o autor empírico e o leitor empírico, mas ambos são mutuamente influenciados pela imagem que elaboram um do outro e da imagem que elaboram de si mesmos. Ademais, a imagem de autor com a qual o leitor trabalha leva em conta a postura da autoria do gênero discursivo em jogo.

2.4 O caráter polifônico da autoria

A visão de que a linguagem é polifônica e/ou heterogênea perpassa várias teorias textuais, discursivas e enunciativas. Embora haja significativas diferenças quanto aos fundamentos epistemológicos e ao objeto de estudo por cada uma delas elegida, todas têm um "inimigo" comum geral: a suposição de uma linguagem monofônica e homogênea. No primeiro capítulo, a idéia de que a autoria tem um caráter polifônico já foi esboçada nos trechos em que resenhamos e comentamos os pontos de vista de Bakhtin (1975a, 1975b, 1979b, 1979d) e Foucault (1969). Foucault, ocupado com as grandes obras e a genealogia dos discursos, concebe o autor como uma pluralidade de "eus", de tal modo que os índices que se apresentam nas obras apontam não para uma unidade do sujeito, mas para a dispersão de suas várias posições.

Falando de um outro lugar e objetivando explicar o radical caráter sócio-interativo da linguagem, Bakhtin defende que a polifonia é uma característica constitutiva da própria linguagem porque os sujeitos já apreendem os fatos do mundo de um modo polifônico e interindividual, uma vez que um estado discursivo monofônico e neutro não passa de uma quimera. Em uma de suas várias formulações para este tema, o autor é comparado a um dramaturgo, cuja função é orquestrar as diversas vozes sociais que se manifestam nas diversas linguagens (dos gêneros do discurso, das profissões, das camadas sociais). Na obra de Bakhtin, são várias as noções que se aproximam e se assemelham para referir fenômenos de linguagem também próximos: polifonia, discurso bivocal, plurilingüismo, gêneros intercalados. Embora não sejam exatamente a mesma coisa, eles comungam a negação da monofonia.

A despeito das grandes diferenças entre as posições de Foucault e Bakhtin, elas reafirmam a impossibilidade da inteira originalidade do autor, pelo fato de ele estar marcado pelas histórias de leitura e pelas outras vozes, ou seja, pelo fato de que há sempre um texto que retoma outro e de que a maioria das palavras que usa por outros já foram usadas. Mas em Bakhtin, o *autor*, embora inteiramente

egresso e imerso no mundo social, é visto como capaz de elaborar e expressar os seus acentos e suas contra-palavras e esta é uma das razões pelas quais vamos nos apropriar das idéias bakhtinianas para a análise da autoria.

Um outro modo de observar a relação entre autoria e polifonia pode ser encontrado em Possenti (2001, 2002), que, tentando não apartar o caráter institucional do caráter singular dos discursos individuais, defende que indícios de autoria podem ser vistos através do modo como o autor dá voz aos outros e como em relação a eles mantém distância, o que significa dizer que, para ele, o discurso de um autor está povoado por outras vozes e outros discursos.

No campo da didática e da psicologia da educação também encontramos posições que observam o caráter polifônico da linguagem e, conseqüentemente, da autoria. Para Bronckart (1997, p. 321), o que torna impossível que alguém seja o único responsável pelo que diz é que todos os nossos saberes, pensamentos e idéias já são interativos e sócio-históricos. Para ele, ainda que os conhecimentos que alguém profere resultem da mais própria "dimensão experiencial" e sejam formulados numa "organização singular", ainda assim portarão os traços de uma "alteridade constitutiva" (*op. cit.*, p. 321). Depositando pouca fé no trabalho individual do autor, Bronckart assume que sua ação de linguagem sempre toma de empréstimo e adapta um modelo de gênero disponível no intertexto de seu grupo social, o que implica assumir e carregar consigo os conhecimentos outros já semiotizados em seu modelo genérico (de gênero). Desse modo, mesmo se constituindo como uma sede de representações sociais e dialógicas, o autor apenas "repõe em circulação" tais representações, criadas por sua vez num espaço mental comum ou coletivo, mas não individual (p. 332).

Bronckart (1997) concebe o autor como uma das instâncias que assume ou se responsabiliza pelas avaliações presentes no discurso e o inclui entre os mecanismos enunciativos. Ao se perguntar "de onde" procedem as operações de linguagem, Bronckart refuta que elas sejam de competência exclusiva do autor empírico do texto. Assim, mesmo sendo o agente da ação de linguagem que se concretiza num texto empírico, o autor, ao contrário do que se poderia pensar, não é o único responsável pelas operações de escolha e adaptação dos temas, gêneros, tipos de discurso e mecanismos de textualização (p. 320). Aproximando-se da psicanálise e de algumas vertentes da análise do discurso, Bronckart defende que é só aparen-

temente que o autor corresponde “àquele que está na origem” e “àquele que é responsável”.

Segundo Bronckart, a postulação de outras instâncias de responsabilidade enunciativa correlatas ao autor, como enunciador (cf. Ducrot, 1984) e narrador (cf. Genette, 1972) mostra que se, por um lado, é admissível que o autor está na origem criadora de cada texto empírico, por outro, constata-se que ele não é o único e verdadeiramente responsável pelo que é enunciado. Ou seja, o autor *transfere* obrigatoriamente a outras instâncias a *responsabilidade* pelo que é enunciado, de tal modo que a responsabilidade enunciativa, diferentemente de uma simples ação físico-biológica da linguagem, somente pode ser avaliada em termos mentais, visto que, por exemplo, é possível escrever ou falar um texto, mesmo não sendo o seu autor, isto é, não assumindo a responsabilidade por ele (*op. cit.*, p. 323).

Para nós, o problema da formulação de Bronckart é tratar como de mesma natureza e “hierarquia” o autor, o enunciador e o narrador. Como formularemos mais à frente, diferentemente de como o faz Bronckart, o autor é uma espécie de macrovoz, ligada ao todo da obra e do texto e que aciona as vozes dos enunciadores e cujo trabalho não se reduz a apenas “repor em circulação” os modelos de gêneros. Os autores são também os responsáveis pelas modificações e transformações dos gêneros e por reinterpretações da voz dos enunciadores. Por isso, como já demonstramos no primeiro capítulo desta tese, preferimos nos aproximar da posição de Bakhtin que, mesmo não aderindo a um subjetivismo idealista ingênuo e psicologizante, defende que o trabalho do autor não se reduz a uma mera reposição do que está socialmente dado.

2.5 Autor como foco da coerência

Muitos estudos têm apontado as relações entre autor, autoria e coerência. Foucault (1969) foi um dos primeiros a fazê-lo quando sublinhou que a função-autor decorre de um “foco de expressão” e de um “princípio de unidade da escrita” que é imputado aos autores e, simultaneamente, às obras. Para ele, o caráter de coerência das (grandes) obras decorre essencialmente de uma atribuição realizada pela crítica. Seguindo o mesmo raciocínio, mas estendendo-o para outros domínios, Orlandi (1988, p. 78) defende que o *autor* é constrangido sócio-ideologicamente a falar e a se responsabilizar por um “modo de dizer padronizado

e institucionalizado”, pairando sobre ele ainda a “imposição de ser origem e fonte do seu dizer”. Dele seria exigido coerência, respeito aos padrões de linguagem estabelecidos; explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais; originalidade, relevância, “unidade”, “não-contradição”, “progressão” e “duração” do discurso. Nesta perspectiva, o autor, intensamente assujeitado, seria compelido a agir discursivamente de modo coeso, coerente, claro, original, enfim, com muito respeito a expectativas e padrões instituídos.

De modo geral, os autores que vêm na autoria uma decorrência das exigências de coerência e da unidade, por adotarem teses oriundas ou afinadas com os postulados da psicanálise, enfatizam que tanto esta unidade como esta coerência são apenas aparentes, não passando de mero efeito efêmero e ilusório. Esta defesa aparece em Orlandi (1988), Tfouni (2001) e Carreira (2000). Em Carreira (p. 84-85), o seguinte trecho sintetiza exemplarmente tal ponto de vista: *“a autoria é uma função responsável pela produção do discurso coerente e coeso” (...), sendo também (...) “uma função do ‘eu’ que visa uma defesa contra a dispersão” (...) a fim de conseguir (...) “um **efeito efêmero**²⁷ de fechamento do discurso típico da autoria. Poder remeter à história permite ao outro (leitor/ouvinte) interpretar o discurso do sujeito, o qual recebe desta interpretação uma **imagem de unidade**²⁸. A dispersão é **refletida como unidade**²⁹, ou seja, de maneira invertida. A autoria trabalha justamente na tentativa de controlar o sentido, de direcionar a interpretação e dar unidade ao discurso e ao sujeito”.*

Convergindo em muitos pontos com Orlandi (idem), Tfouni (2001: 82-83) assume que o autor é uma posição discursiva do sujeito a partir da qual ele consegue estruturar seu discurso recorrendo, essencialmente, a “mecanismos de controle do movimento inevitável de deriva e dispersão dos sentidos”, a fim de dar ao seu discurso uma “unidade aparente, com começo, meio e fechamento”. Para ela, o problema real com o qual lida o *autor* é a “equivocidade e dispersão da língua”, que ele precisa conter, mesmo que apenas aparentemente. Neste sentido, é que ela considera que a autoria falha quando prevalece a dispersão no texto. O que nos parece problemático nesta formulação é que Tfouni está pressupondo que o texto é um produto em que as idéias e os sentidos estão nele inscritos, de modo

²⁷ Ênfase acrescentada.

²⁸ Ênfase acrescentada.

²⁹ Ênfase acrescentada.

que se poderia dizer *a priori* que um texto possui ou não dispersão, independentemente dos processos interacionais de leitura. Isso fica evidenciado numa análise de um texto de uma adolescente³⁰ em que ela afirma haver “um forte movimento de dispersão, desencadeado pelo uso de formas pronominais “eu” e “ela” sem ancoragem, ou seja, sem que haja um referente preciso na cadeia lingüística” (p. 85). Entretanto, a própria analista, logo à frente, identifica o jogo de co-referências que a “pessoa responsável pelo texto” pretendia assinalar e apresenta uma possível causa para a “dispersão”: a incapacidade da menina de suportar os sentidos associados à sua própria mãe.

De fato, no exemplo há uma ambigüidade referencial no texto mas não seria exagero atribuir a isso a impossibilidade do sujeito ocupar a posição de autor? Afinal, é possível falar em dispersão inclusive quando o leitor-analista consegue interpretar coerentemente um texto? É possível falar de ausência de autoria pelo fato de haver falhas localizadas em mecanismos de textualização? O nosso ponto de vista aqui é que a autoria tem um claro caráter interacional de modo que por ela são responsáveis tanto o produtor do texto como o leitor. Em função disso, não podemos concordar que se possa acusar falta de autoria num texto se e quando um leitor consegue resolver possíveis problemas de clareza e coerência locais. Incorporando a tese de que o texto (cf. Beaugrande, 1997) é um “evento comunicativo em que convergem ações lingüísticas, sociais e cognitivas”, parece improvável assegurar que a dispersão possa ser observada apenas em traços lingüístico-textuais. Pois, se, por um lado, pode haver dispersão no nível das idéias e informações explicitadas no texto, por outro lado elementos da

³⁰ O texto é o seguinte: **CHELI E O PRÍNCIPE DO MAR**

Era uma vez, né, uma menina, que ela, ela sonhava i em uma praia. Chegô um dia que ela foi. (...) Daí ela pegou e ficou sozinha na praia. Daí, do mar, ela tava nadando, brincando com os peixe... De trás do mar veio um home assim... do mar... e falô assim:

- Cê ta sozinha aqui?
- Ela pegou e falou assim:
- Estou. É, minha mãe morreu, meu pai morreu; só tá eu no mundo...

Aí, ela pegou e falou assim... aí ela pegou e falou assim:

- Então, eu vô vivê aqui no mar, que é meu sonho tanto mora aqui.

Daí, ela começou a conversá com ele... Daí, ele... Daí, ela pegô e falô assim, falô assim:

- Eu...

Daí, né?, ela pegô e falô assim:

- Tem um grande, eu, eu tenho um grande segredo que a minha mãe, quando que, quando que ela morreu, não deu tempo dela falá pra mim.

Que é, é... que eu, que ela é, que a mãe dela era uma sereia. Aí, ela pegô e falô assim, pa filha dela:

- Minha filha, eu não sei se você é uma sereia. Mas um dia você pode i no mar. Cê, cê saberá... Você encontrará alguém... que te contará... (TFOUNI, L. V. *op. Cit.*, p. 84-85).

situação de interação podem apagar e/ou desfazer tal dispersão. Ademais, é possível haver "dispersão" em relação a um aspecto apenas local do texto, sem que isso comprometa o "intuito discursivo" global do autor que é, no fim das contas, o que mais geralmente interessa ao interlocutor. É que todos os enunciados reais contêm, em grau mais ou menos acentuado, "um tratamento exaustivo do objeto de sentido" (cf. Bakhtin, 1979, p.300) por parte do autor e os leitores, em contrapartida, quando se deparam com enunciados reais, também trabalham com a hipótese de que o sentido recebeu um tratamento que lhe confere validade e valor de "verdade". E este comportamento dos leitores tende a resolver possíveis "dispersões" cometidas pelos autores.

Contudo, não podemos negar efetivamente que Tfouni tem razão ao postular que todo autor visa produzir textos de algum modo coesos e coerentes, mas isso não deveria equivaler a imaginar que o texto possui definitivamente tais características. Ou seja, se é certo que a autoria é uma função responsável pela unidade e coerência de um texto, não é menos certo que ela decorre tanto do trabalho do autor como do trabalho do leitor, de modo que possíveis "falhas" do autor no modo de lidar com os sentidos, com a língua e com os textos podem ser resolvidas no processo de leitura. Com isso estamos querendo reacentuar que a autoria é de caráter interacional.

Mas, mesmo admitindo a possibilidade de haver pontualmente casos de "dispersão" e "deriva", talvez fosse o caso de observá-las em função de usos específicos da linguagem, evitando generalizações (e isso é mesmo apontado por Tfouni). Assim, levando em conta que a linguagem sempre se manifesta em gêneros discursivos particulares, parece cauteloso matizar o papel do autor em função de diferentes propósitos comunicativos, pois em alguns gêneros mais "maleáveis, plásticos e criativos", como diria Bakhtin (1979c) – a exemplo da poesia, da tirinha, da propaganda, da piada – não há necessidade de conter a tal "deriva" mas de fazer com que ela seja bastante produtiva e possa gerar diversos efeitos de sentido, ao passo que em outros gêneros mais "estereotipados e padronizados" – como manual de instruções, *abstracts*, relatório de pesquisa – aí sim prevalece a necessidade de controlar a "deriva" dos sentidos.

Neste modo de ver o fenômeno da autoria por Orlandi (1988), Tfouni (2001) e Carreira (2000), o autor estaria sob a mira do controle sócio-ideológico e seu trabalho consistiria em responder a exigências exteriores, de forma que a

autoria se instaura quando e porque o sujeito se submete à exigência, por exemplo, de escrever com coerência. Sem negar as injunções e restrições a que todo autor se submete, parece-nos que ele consegue esquivar-se de algumas delas, oferecendo respostas de algum modo não padronizadas e marcadas por escolhas individuais. Também seria cauteloso aqui matizar novamente a força de tais exigências textuais e estilísticas em função de propósitos comunicativos específicos, via de regra semiotizados em gêneros textuais. Pois se de um gênero como artigo científico são fortes as exigências de 'não-contradição' e 'clareza', já não o é a de 'originalidade'; numa piada, em que não predomina a exigência de explicitação e clareza, já se afigura como fundamental a progressão textual, a relevância referencial e as formas de acabamento.

Nossa suposição geral é que do autor tanto se exige como se abona; tanto se constrange como se permite e que estas restrições e permissões estão de um modo ou outro semiotizadas nos gêneros textuais, na medida em que estes encapsulam diversos aspectos sócio-cognitivos e históricos do funcionamento da linguagem, que passam a "orientar" o trabalho de produção de textos empíricos. Em outras palavras, é claro que há uma postura de autoria que é pressuposta e mesmo exigida pelo gênero, mesmo porque um gênero é uma espécie de "ferramenta sociodiscursiva" (cf. Schneuwly, 1994, citado por Bronckart, 1997) que encapsula várias restrições e obrigações. Mas, na contramão da "orientação" do gênero, há o *trabalho individual do autor*, o qual explora tanto os limites internos dos mecanismos de textualização dos gêneros como as fronteiras entre estes. Nossa suspeita é que este *trabalho do autor* explora os flancos de plasticidade e maleabilidade facultados pelos próprios gêneros e pelas práticas sociais de linguagem.

Agora, se o objetivo for restringir a autoria à observação da relação do sujeito com o inconsciente e o desejo, como deve ser o caso de Carreira (*op. cit.*), faz todo sentido trabalhar com os conceitos de dispersão, de ilusão e de deriva. E, pelo menos do ponto de vista da continuidade de sentidos, não se poderia negar inteiramente este caráter aparente e ilusório, visto que todo texto se insere numa cadeia interdiscursiva que não tem (ou da qual se desconhece) a origem e o fim e que permanece em incessante processo. Tanto é assim que se um leitor não se comportasse de modo cooperativo e ativo e se recusasse a "preencher os vazios" de um texto, certamente teria argumentos de sobra para acusar algum grau de

descontinuidade de sentidos e incompletude informacional. Como já assinalamos antes e voltamos agora a reafirmar, a autonomia e a explicitude textual não passam de mitos que decorrem, em parte, da reificação de sentidos, os quais resultam de processos sócio-cognitivos (cf. Beaugrande, 1997). Assim é que, por não tomarem consciência de que grande parte do sentido dos textos decorre de um trabalho cognitivo realizado por eles mesmos, os leitores imaginam que tais sentidos se encontravam materialmente presentes nos textos e foram por eles (leitores) apenas dos textos retirados. Mesmo em textos do domínio científico, onde se tenderia a imaginar a existência de uma "suficiência informativa" e de uma explicitude de sentidos, já se tem notado que também eles são lidos de modo inferencial, cabendo aos leitores a tarefa cognitiva de articular informações novas e dadas a fim de estabelecer sua coerência. O que ocorre em casos como esses é que, como os leitores não têm suficiente consciência dos processos cognitivos e metacognitivos que põem em prática toda vez que vão ler textos, terminam por imaginar que a coerência se encontra inscrita na própria linearidade textual. É esse descompasso entre o que os sujeitos fazem cognitivamente e o que os textos "oferecem" materialmente que justificaria pensar numa coerência "aparente". Entretanto, quando se observa o fenômeno do ponto de vista sócio-cognitivo, o binômio aparência/imanência perde sua razão de ser, pois o que é tido como aparente no objeto-texto pode ser uma "evidência" sócio-cognitiva e uma constatação reconstruída pelo ouvinte/leitor.

De fato, crer que cada texto pode ter definitivamente um começo e um fim seria ignorar os traços dialógicos e interativos da linguagem e dos textos. Entretanto, a despeito da não explicitude total dos sentidos e da não completude informacional, os textos apresentam *acabamento* (cf. Bakhtin, 1979), seja porque são dados por concluídos para que o interlocutor tome a palavra, seja porque os falantes fazem uso de recursos lingüístico-textuais para indicar que estão dando seu texto por encerrado, com a condição de que algum tipo de resposta lhes seja dada, mesmo que virtual. Desse modo, faz parte do processo de produção de textos indicar que eles possuem acabamento e é justamente com base nisso que os diálogos se instauram, ou seja, e falando em termos bakhtinianos, alguém "responde ativamente" a outro quando supõe que a "posição do locutor" recebeu dele um "acabamento". Assim, a suposta contradição entre descontinuidade dos sentidos e acabamento do enunciado não tem razão de ser, pois a cadeia ininterrupta de sen-

tidos depende da finalização de cada texto, ao mesmo tempo em que o acabamento indica a necessidade do diálogo e, portanto, de novas respostas e réplicas.

Ademais, encampando a tese (cf. Charroles, 1987, citado por Koch e Trava-glia, 1990 e Koch, 1997) de que a coerência não é uma propriedade dos textos, mas um "princípio de interpretabilidade" que depende da interação realizada entre os interlocutores, fica difícil sustentar que esta coerência é apenas (e sempre) aparente. Não sendo uma propriedade dos textos, mas um princípio de interpreta-bilidade que leva em conta a textualidade, a situação de comunicação e interação, a coerência resultará sempre de um trabalho ou um "cálculo", no dizer de Koch (1990), que se faz sobre e a partir dos textos conjugados umbilicalmente aos con-textos. Dito de outro modo, o fato de que a coerência não é uma propriedade ma-terial e lingüística dos textos não equivale a dizer que se trata de uma mera apa-rência. E é por isso que se pode falar de coerência quando um texto é escutado ou lido por alguém. Assim, resultando de uma interação promovida por intermédio dos textos, parece mais adequando considerar, como já sugerimos acima, que a coerência é uma evidência, embora evidentemente de natureza sócio-cognitiva e, por isso mesmo, pouco "palpável" e mesmo "imperceptível".

Esperamos que todas estas considerações sirvam para indicar quão frutífero pode ser observar a autoria na sua relação com a coerência, visto que o modo co-mo o autor "atualiza" um *tipo histórico* de texto em um texto empírico e orienta o seu acabamento marca uma responsabilidade que lhe pode ser atribuída. Este tra-balho decorre de diversas escolhas individuais e, por isso mesmo, indica para o leitor a *presença do autor*³¹.

2.6 Autoria como simulação de origem/propriedade/autenticidade

Uma contradição é constitutiva do mundo dos textos, da escrita e das obras (notadamente no mundo contemporâneo): as idéias e os pensamentos são, origi-nalmente e constitutivamente, coletivos, dialógicos e imersos numa tradição, mas eles são apropriados periodicamente e intermitentemente por autores individuais e

³¹ Bakhtin (1979, p. 298) formula do seguinte modo esta questão (ênfase acrescida): "Esse **gunho de individualidade** *aposto à obra é justamente o que cria as fronteiras internas específicas* que, no processo da comunicação verbal, a distinguem das outras obras com as quais se relaciona dentro de uma mesma dada esfera cultural – as obras dos antecessores, nas quais o autor se apóia, as obras de igual tendência, as obras de tendência oposta, com as quais o autor luta, etc".

circulam como se preponderantemente a estes pertencessem. Deve ser por isso que o senso comum ao mesmo tempo diz que "nada se cria, tudo se copia", também propaga que "os grandes autores são originais". Dito de outro modo: mesmo que evidências apontem que os autores estão sempre retomando outros textos e deles se apropriando, ainda assim se devota um grande crédito à originalidade criadora. A Análise do Discurso e a Psicanálise diriam que isso ocorre porque os sujeitos esquecem que o que dizem provém de outros sujeitos e lidam com a ilusão de que são a origem do dizer. Na formulação de Schneider (1985), é a idéia de que de criptomnésia todos temos um pouco. (Entretanto, nós não nos ocuparemos aqui em estudar o aspecto ilusório da origem das produções simbólicas, pois o que nos interessa é como trabalha o autor no interior do próprio texto para fazer com que sua presença seja percebida pelos leitores).

Já uma explicação mais pragmática e mercadológica diria que a apropriação individual favorece a transformação de textos em objetos para consumo na medida em que dá a entender que cada livro é um objeto diferente dos outros e que contém novidades. Ademais, a questão do direito autoral impede a circulação de livros anonimamente, mesmo nos casos de compilação e reunião de textos de outrem. Assim, para impulsionar a venda de livros, a propaganda vende a idéia da individualidade e idiosincrasia de cada autor. Hoje já se encontram coletâneas de lendas publicadas sob a égide de um autor, que as reescreveu no seu estilo³². Trata-se de um caso sintomático, pois as lendas constituem-se num dos gêneros textuais mais caracterizados pelo anonimato (ou por uma autoria coletiva imemorial). Esse uso aponta para o fato de que a autoria pode ter muito mais a ver com estilo do que com o conteúdo propriamente dito, embora não seja nada simples separar radicalmente forma de conteúdo. Por outro lado, indica que a nenhum gênero está totalmente interdita a possibilidade de ser apropriado e expresso por autores individuais, embora não possamos nos esquecer que sobre isso há tendências bem nítidas. Em suma, falar de autoria, assim como de gêneros, implica também observar tendências e não estipular regras.

Essa simulação de uma certa origem individual das idéias pode ser vista nas capas de livros e nos nomes de colunas de jornais que, em sua grande maioria,

³² Um exemplo é o livro *Como nasceram as estrelas- doze lendas brasileiras*, de Clarice Lispector, publicado pela editora Rocco, mas uma busca rápida na internet mostrará que existem muitos títulos disponíveis de livros contendo lendas, a grande maioria publicados sob o nome de um autor.

exibem um único nome de autor. Pode ser vista também nos recursos utilizados para conferir coerência aos textos, especialmente as estratégias de finalização textual que criam o efeito de acabamento e de unidade de um objeto textual sob responsabilidade de um único sujeito. Essas estratégias criam no leitor o efeito de que o texto, mesmo citando e parafraseando outros autores, mesmo se inserindo numa cadeia dialógica, é, no fim das contas, de propriedade e de responsabilidade de um único autor. Ou seja, os autores (sobretudo os expertos) fazem com que a autoria individual nitidamente se sobreponha à autoria coletiva, fazendo com que esta seja usada a serviço da primeira e não o contrário.

Contudo, o caráter de *simulação* da origem/propriedade não significa que não haja um trabalho individual de renovação e mesmo criação de idéias e nem que se recuse que há estilo individual no modo de apropriação. O que se quer ressaltar com a idéia da simulação é que o autor representa essa origem, dá a entender que ela existe, realça o seu funcionamento, exhibe-se como fonte e origem. Isso é fruto do próprio esforço do autor para afastar a possibilidade de que ele seja percebido como um mero citador e copiator, que ele esteja sufocado pelas idéias dos outros. É claro que o esforço do autor nem sempre é compensado visto que leitores por vezes acusam autores de, ao invés de terem escrito textos, terem apenas compilado outros autores. É que, como já enfatizado, o reconhecimento da autoria depende dos processos de interação e de leitura. Entretanto, o autor faz a sua parte quando exhibe que ele assume alguma responsabilidade pela origem do seu próprio texto e contribui para que sua obra seja aceita, em algum grau, como autenticamente lhe pertencendo. Ou seja, parece caber ao próprio autor oferecer as primeiras marcas de autenticidade do seu texto.

A fim de mostrar que os seus textos são de sua autoria, o autor procede a uma combinação de dois tipos de apropriação: a **explícita**, que é feita conscientemente via citação e paráfrase; e uma **implícita (ou esquecida)**, quando fica a meio caminho entre a citação e o dizer próprio, e que muitas vezes torna indistinto o plágio e a própria citação. Em textos científicos e jornalísticos – onde é freqüente o uso de citações – também é comum o aparecimento de trechos que são absolutamente indistintos quanto à fonte, de modo que não se consegue saber se se trata de um discurso relatado ou de um discurso assumido em primeira pessoa. Trata-se de um dizer que se situa numa zona fronteira e nebulosa, cujo julgamento do trabalho de autoria fica a cargo dos leitores.

A apropriação explícita via citação foi cunhada por Schneider (1985) de plágio civilizado, uma vez que o autor assume que as idéias e palavras citadas não lhe pertencem. Contudo, pensamos que, mesmo sendo civilizado, não se pode deduzir que também se trata de um uso neutro e imparcial das idéias alheias. Uma vez deslocada de seu contexto original, a citação pode fazer com que o sentido seja outro. Portanto, se a citação assegura que as palavras são de outrem, ainda assim não assegura que o sentido é o do outro. Isso é uma razão para defendermos aqui que a citação é um caso de apropriação visto que está a serviço de quem dela se apropria. Ademais, o trabalho de citação serve também como indício para a fabricação do autor, por parte dos leitores, uma vez que estes prestam atenção ao conjunto de autores que são por um outro autor citados.

Compagnon (1979, p. 13), ao hipervalorizá-la e considerá-la mesmo o princípio fundamental da escrita, considera que a citação chega a ser um caso de ablação, pois quando alguém cita, extrai, mutila, desenraiza. Para ele, um trecho citado torna-se um outro texto, pois ele se desligou do que lhe era anterior e posterior e, metaforicamente, converte-se em "órgão recortado e posto em reserva" (*op. cit.*, p. 13). Numa outra formulação diz ele que "a leitura repousa em uma operação de depredação e de apropriação de um objeto que o prepara para a lembrança e para a imitação, ou seja, para a citação. (Repetição, memória, imitação: uma constelação semântica em que conviria delimitar o lugar da citação)" (*op. cit.*, p. 14). No nosso entender, uma das marcas do trabalho do autor reside no recorte e seleção daquilo que ele elege para citar - uma vez que autores diferentes fazem escolhas diferentes - e, mais ainda, no modo como ele combina e recontextualiza a citação, fazendo-a produzir outros sentidos. Apropriando-me de uma metáfora de Compagnon, diria com ele que o autor é uma espécie de médico cirúrgico que mutila um corpo e recupera-o, buscando deixá-lo com a aparência de um corpo inteiro.

A apropriação implícita tem como um dos seus efeitos gerar dúvidas no interlocutor quando à fonte do que é dito. Está-se diante de uma paráfrase? Seria um caso de discurso relatado? Ou um comentário? Essas dúvidas vêm à tona porque não é sempre que há uma discretização precisa entre as idéias do que cita e do que é citado, mas há mesmo casos nebulosos, situados num contínuo entre o que se apropria e o que é apropriado, de modo que nem sempre se sabe ao certo que voz está a falar. Enfim, o autor pode ser visto como aquele que sabe apropri-

ar-se das palavras dos outros e transmutá-las de modo que elas pareçam que saíram muito mais de sua boca do que de bocas alheias.

2.7 Um conceito de autoria

Após a discussão travada acima, queremos apresentar o conceito de autor (e, por uma outra perspectiva, também de autoria) com o qual lidaremos para analisar os dados desta tese e para refletir sobre a autoria enquanto categoria constitutiva dos gêneros do discurso. Mas desejamos tão logo informar que este conceito, resultado da fusão, síntese e reinterpretação de outros conceitos e outras visões, não será tomado como uma camisa-de-força e que desejamos mesmo que a análise dos dados possa servir para pô-lo à prova se e quando sua consistência falhar.

Vamos ao conceito: **o autor é a instância humana e/ou institucional, designada comumente por um nome próprio, sócio-histórica e culturalmente pré-construída mas, ao mesmo tempo, parcialmente reconstruída a cada ato interacional de produção de sentidos, presumida nos gêneros do discurso e tomada como macro-responsável pelo acabamento, pelo intuito discursivo e pelo estilo de um produto simbólico.**

Se dizemos que a instância é *humana* ou *institucional* é porque a macro-responsabilidade pelos produtos simbólicos tanto pode ser publicamente assumida por indivíduos como por instituições sociais. Claro deve ficar que o autor emerge como resultado de um processo de representação discursiva, de tal modo que um mesmo indivíduo empírico pode ser responsável por diferentes autorias individuais e/ou institucionais.

Se dizemos que a instância é ao mesmo tempo *pré-construída* e *reconstruída* é porque, por um lado, pleiteamos que os próprios gêneros já pressupõem uma *postura de autoria relativamente estabilizada*, mas, por outro lado e simultaneamente, tanto o autor como o leitor atuam nos flancos permitidos pela relatividade e plasticidade dos gêneros re-elaborando a postura da autoria. Em outras palavras, o autor não é um mero repositório de um papel discursivo, tanto porque ele reelabora a postura da autoria como porque o seu trabalho somente se efetiva quando o leitor/ouvinte reage ativamente a ele.

Se asseveramos que a instância é *macro-responsável* o fazemos para evidenciar que a responsabilidade assumida por e exigida do autor é de nível global e

ligada diretamente ao todo do texto ou da obra. Isso também pode explicar as diferenças entre o autor e os enunciadores, uma vez que estes serão aqui tomados como responsáveis por enunciados do interior do texto, mas não pela totalidade do produto simbólico, e também porque é o autor que aciona os enunciadores e reinterpreta os seus enunciados e não o contrário. Isso explica porque, via de regra, no processo de leitura, afigura-se como crucial reconstruir o *querer-dizer* do autor, o que não é garantido somente pela recuperação do querer-dizer dos enunciadores particulares acionados por aquele. Noutros termos: o querer-dizer dos enunciadores é apropriado, reinterpretado e, por conseguinte, transformado pelo autor.

Se sustentamos que a instância é macro-responsável pelo *acabamento* o fazemos para mostrar que o autor está sempre inserido numa cadeia discursiva, o que pressupõe que ele tanto está a responder a enunciados anteriores como espera que os seus próprios enunciados recebam novas respostas e contrapalavras. Por estar inserido em tal cadeia, é que o autor *acaba* sempre os seus enunciados esperando, ao mesmo tempo, que os *outros* o tomem como um enunciado concreto capaz de suscitar reações e réplicas.

Falamos que a instância é macro-responsável por um *intuito discursivo* pelo fato de, por um lado, o trabalho do autor visar semiotizar um querer-dizer e, por outro, pelo fato de a leitura contemplar a necessidade de recuperação de um "intuito discursivo" atribuído a um sujeito-autor. Gostaríamos que ficasse claro que não estamos a postular uma intenção de tipo testemunhal e psicológica, mas, radicalmente, uma intenção como fruto de uma interação entre leitor e autor, em função da qual caberia dizer que a intenção válida é aquela que, *pelo leitor*, é atribuída ao autor.

Se dizemos que a instância é macro-responsável pelo *estilo* é porque o efeito de autoria pode ser alcançado quando o sujeito, mesmo dizendo algo que já foi dito, o faz de um *modo não-igual* aos outros dizeres. No limite, por haver sempre escolhas, sempre há estilo. No entanto, como certas escolhas são mais notadas do que outras, teremos que a autoria poderá ser mais percebida nos casos em que parece ser relativamente marcada ou relativamente surpreendente.

Se fosse o caso de falar em termos metafóricos, diríamos que o autor é o *regente de uma orquestra*, aquele que no momento da apresentação comanda o coro de vozes, embora siga uma partitura que necessariamente não foi por ele elaborada, e cujo desempenho depende das reações da platéia. Em suma, *o autor*

é uma espécie de macro-voz de um produto simbólico responsável pelo seu "acabamento" enunciativo.

A postulação de que a autoria é de nítida natureza interacional implica que a observação da autoria pode privilegiar duas relações: a) a relação entre o autor do texto sob análise/leitura e os enunciadores por ele mobilizados (isto é, entre quem se apropria e quem é apropriado, entre quem cita e quem é citado, entre quem comenta e quem é comentado); b) a relação entre o autor e o leitor. Ao discutirmos o tipo de interação promovido pelas colunas de opinião assinadas, no capítulo 3, faremos uma análise da relação autor/leitor. Por ora, observemos a relação entre o autor e os enunciadores.

2.7.1 Relação entre autor e enunciadores

Ainda que de um modo esquemático, podemos supor a existência de cinco horizontes de relação entre um autor e os seus enunciadores.

a) **Horizonte da Cópia** – este é o caso em que um texto é transcrito *ipsis literis* com omissão deliberada da fonte. Trata-se da situação mais provável para as acusações de casos típicos de plágio. Contudo, pelos menos nos processos de leitura, o que seja ou não uma mera cópia depende obviamente do conhecimento de mundo e do repertório de leitura de um dado leitor, de modo que um mesmo texto pode ser julgado como sendo ou não cópia por dois leitores diferentes. No entanto, mesmo havendo o reconhecimento de uma transcrição *ipsis literis*, não se pode postular como regra geral para identificá-lo apenas a inteira correspondência lingüística entre dois segmentos textuais, pois é possível que um enunciado "copiado" seja manipulado e reinterpretado de tal modo por um sujeito que possa constituir um outro enunciado, do ponto de vista da significação, grandemente diferente (e não apenas pelo fato de o acontecimento do enunciado ser outro³³). Há um conhecidíssimo exemplo: o conto *Pierre Menárd, autor de Quixote*, de Jorge Luis Borges³⁴, no qual um escritor almeja escrever um texto que seja exatamente igual ao Dom Quixote. Borges, ao introduzir um outro contexto para um mesmo recorte textual, faz com que ele signifique outra coisa e mostra os limites extremamente problemáticos entre cópia e autoria. De todo modo, o mais co-

³³ A ressalva feita nos parênteses acima se justifica pelo fato de que, no limite, tudo o que é dito constitui uma nova enunciação, pois nunca as condições de produções dos enunciados são iguais. Assim é que se uma grande quantidade de pessoas reproduzir *ipsis literis* um mesmo enunciado, ainda assim, estarão produzindo enunciações diferentes, independentemente mesmo de seus intuitos discursivos.

³⁴ Este conto foi publicado no Brasil em **Ficções**. São Paulo, Globo, 1989, p. 29-38. O original espanhol data de 1969.

num em casos de acusação de cópia é que a voz de quem copia não assuma a “regência” do coro e, neste sentido, não seja sentida como a voz de um autor³⁵. É como se aquele que é citado não fosse transformado em enunciador e não tivesse seus enunciados sido apropriados e reinterpretados por outro autor – isso pode ocorrer nos casos de aprendizagem em que um sujeito não domina ainda um gênero ou uma temática.

b) **Horizonte da Citação** - o fato, no caso da citação, de haver transcrição mas com a devida menção às fontes, afasta a possibilidade de se apontar um caso de plágio, pois que não há propósito de apropriação fraudulenta. Observando um caso extremo poderíamos dizer que, se um texto é composto somente de citação de outros textos, ele poderia ser acusado de destituição de autoria. Isso é, tratar-se-ia de um texto repleto de enunciadores, mas destituído de um autor macro-responsável por um querer-dizer. Mas, vendo esse fato por outro viés, pode-se dizer que o próprio conjunto de autores eleitos para serem citados já atesta um certo grau de autoria, uma vez que este conjunto pode se diferenciar de um outro conjunto formulado por outro autor. Em outras palavras, os leitores podem ver, no conjunto de enunciadores citados por alguém, a expressão de uma significação decorrente, no caso, de uma filiação teórica. Em suma: os autores se diferenciam entre si também *pele que e por quem* citam. Ademais, a presença da autoria pode ser sentida nas escolhas estilísticas quanto ao modo de citar, que podem mostrar uma certa “infiltração” daquele que cita e que podem funcionar muito bem como indícios para a atribuição de um intuito discursivo. De todo modo, não parece possível formular uma regra tal que assegure ser impossível haver autoria quando um produto simbólico é construído apenas por citação, embora permaneça a intuição de que uma voz que unicamente cita apenas timidamente “rege” as vo-

³⁵ Ao estudar as relações entre plágio e intertextualidade, Christofe (1996) mostra justamente que, por servirem para revelar o modo com o escritor se posiciona face ao que escreve, “os elementos modalizadores revelam a face do plagiário que inconscientemente mantém, no texto que altera, as mesmas atitudes, opiniões e sentimentos do plagiado” (p. 176), o que a leva a concluir que o plágio não é uma questão apenas de conteúdo, mas também de forma. Por esta razão julga a autora que “compreendendo-se o plágio como uma questão de forma, compreende-se também que mecanismos inconscientes de reprodução de idéias, palavras e frases não geram textos plagiários. O plágio ocorre a partir de um trabalho de dissimulação da intertextualidade, realizado através de um ato consciente, que uma análise lingüística pode facilmente evidenciar” (p. 178). Assim, “o plagiário, ao incorporar de maneira não-significativa o texto alheio, desestrutura a produção intelectual e silencia, por imposição, a voz do plagiado” (178).

zes citadas e mais dificilmente será sentida como macro-responsável por um intuito discursivo³⁶.

c) **Horizonte da Paráfrase** – com a paráfrase, menção ao que o outro diz mas com uma formulação diferente do ponto de vista lingüístico-textual, tem-se uma evidência mais nítida para atribuição de autoria, uma vez que dizer de outro modo não equivale a dizer a mesma coisa. É que na paráfrase há uma presença bem evidente do estilo do sujeito uma vez que há escolhas em vários níveis lingüístico-textuais (lexical, sintático, semântico). No entanto, poder-se-ia contra-argumentar que o autor permanece no mesmo patamar do enunciador evocado e que para haver autoria propriamente dita seria necessário que o autor deliberadamente não apenas reportasse o que os outros dizem, mas, ao menos, os comentasse. Contudo, do mesmo modo como ocorre com a citação, não é possível postular a impossibilidade da manifestação discursiva da autoria com o uso exclusivo de paráfrase, dado que a voz do que parafraseia comumente exerce controle sobre a voz dos parafraseados gerando novos sentidos. Em suma, com a paráfrase, por haver intensamente estilo, apropriação e reinterpretação, pode-se perceber mais evidências da macro-responsabilidade por um querer-dizer, por um acabamento e por um estilo.

d) **Horizonte do Comentário** – com essa atividade, mais intensamente inter-subjetiva e administrada pelo sujeito responsável pelo texto em foco, a autoria pode ser percebida mais diretamente. E isso ocorre porque o comentário serve nitidamente para a manifestação do jogo de apropriação e reinterpretação por parte de quem comenta em relação a quem é comentado. É provável ainda que se perceba a presença da autoria muito mais quando o que comenta desqualifica quem é comentado do que quando o que comenta apenas reafirma e ratifica o dizer do que é comentado, pelo fato de que esta operação evidencia as diferenças e as fronteiras entre autores diferentes. Em suma, o comentário indica mais fortemente a presença da autoria porque o sujeito que comenta coloca-se como uma macrovoz que avalia o sentido do dizer das outras vozes e, por causa disso, sua própria voz torna-se saliente em relação às outras.

³⁶ Este horizonte pode ser explorado para se estudar a autoria nos livros didáticos, especialmente nos de Língua Portuguesa, pois nestes é bastante comum que o autor de livro didático não produza nenhum texto mas apenas formule questões a partir dos textos de outros autores. Intuitivamente, podemos dizer que o seu trabalho de autor se materializa na seleção dos textos e na forma de condução dos processos de interpretação.

e) **Horizonte da Postulação** – a postulação seria o caso em que a voz que fala não recorre a nenhuma outra voz (ou as silencia), mas fala em seu próprio nome. A rigor trata-se muito mais de uma suposição abstrata do que uma realidade empírica, pois, obviamente, tal possibilidade é apenas uma quimera na cultura humana, rigorosamente marcada pela intertextualidade, pelo dialogismo e pela polifonia. Entretanto, isso não impede que os sujeitos muitas vezes ajam linguisticamente como se o que dizem brotasse deles próprios (obviamente nestes casos há o apagamento ou o esquecimento dos outros intertextos). Mas como a autoria é também uma representação discursiva, quando os sujeitos agem como se fossem origem do que dizem, é provável que o efeito de autoria se presentifique com mais saliência nestes casos. O horizonte da postulação liga-se diretamente à concepção de autoria como simulação de um origem/propriedade/autenticidade, conforme discutida no item 2.6.

Como já dissemos, a divisão entre as cinco atividades acima é apenas um jogo abstrato para se poder especular acerca da autoria. E é evidente que as atividades de linguagem nunca se restringem a um dos tipos acima, sendo o corriqueiro haver diversas combinações entre elas. Por isso, a autoria é percebida no interior dos textos através da combinação entre as cinco atividades descritas acima e, especialmente, através do *modo* como os sujeitos realizam-nas (os modos de copiar, de citar, de parafrasear, de comentar e de postular). Por isso, pleiteamos aqui que, no processo de atribuição de autoria por parte dos leitores, presta-se grande atenção ao modo como a voz do autor conduz as outras vozes, como se infiltra entre elas, como as avalia e como delas se diferencia.

CAPITULO 3

3. OS GÊNEROS DO DISCURSO E O GÊNERO COLUNA DE OPINIÃO ASSINADA NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Nossa principal preocupação nesta tese é apresentar explicações para os modos de *funcionamento da autoria* em textos de caráter opinativo da esfera jornalística, escritos por jornalistas contratados por um jornal X, publicados no mesmo jornal X, em seções fixas e com periodicidade também fixa. Em função disso, faz-se necessário discutir minimamente como uma tal "modalidade de texto" é concebida em sua esfera de comunicação verbal, como é socialmente praticada, como é verbalmente composta, que tipo de interação promove, que estilo apresenta e que concepções de autor e leitor presume. Comumente, no meio jornalístico a designação deste tipo de autor oscila entre *colunista*, *cronista* e *articulista* e a referenciação da "modalidade de texto" que ele publica hesita, correlatamente, entre *coluna*, *crônica* e *artigo*. Ou seja, não há consenso total quanto ao modo de designá-los, embora se trate de uma variedade de termos bastante restrita. Há aqui, portanto, uma variação não só de designação de uma "modalidade de texto", mas provavelmente também de diferentes concepções de linguagem, de texto e de autoria. Para lidar com tais questões e com outras delas decorrentes ou correlatas, a ferramenta teórica que nos parece mais apropriada é a noção de gênero do discurso, especialmente aquela de feição bakhtiniana, cuja concepção presume a interação entre autor e ouvinte/leitor como de crucial importância.

3.1 A noção de gênero do discurso em Bakhtin (e suas possíveis relações com a questão da autoria)

A incorporação da noção teórica de gênero³⁷ do discurso, conforme preconizada especialmente por Bakhtin (1979c)³⁸, tem como vantagem a possibilidade de

³⁷ A noção de gênero do discurso até meados do século XX teve aplicação quase inteiramente circunscrita aos estudos literários e nos estudos retóricos, voltada para as especificidades destes dois campos. É com Bakhtin (1979) que a noção de gênero do discurso passa a ser pensada como uma noção que deveria/poderia dar conta de todos os usos da linguagem.

³⁸ No texto *A relação entre as infraestruturas e as superestruturas* (1929, p. 43) Bakhtin faz referência aos gêneros do discurso mas usando termos como *forma de discurso social*, *forma de enunciação* ou *forma de comunicação verbal*.

guiar o olhar do pesquisador para aspectos concretos, enunciativos e multidimensionais da linguagem, ao tempo em que lança sérias suspeitas sobre análises de gênero que se baseiam diretamente em aspectos abstratos e formais da linguagem. Na ótica de Bakhtin, pensar em gênero é pensar sobretudo em enunciados concretos e únicos *irremediavelmente* relacionados a esferas de atividades humanas (e não em exemplos abstratos e formais de linguagem). É que uma das justificativas para o estudo do gênero, nesta perspectiva, se encontra na própria necessidade de observar (e preservar) o vínculo entre a vida e a língua, pois é através de enunciados concretos e únicos (pertencentes a gêneros do discurso) que "a vida penetra na língua e que, em contrapartida, a língua penetra na vida" (*op. cit.* p. 282). Ou seja, a noção de gênero do discurso de feição bakhtiniana vem carregada de uma forte preocupação sociológica e ideológica, muito embora estas duas preocupações devam ser observadas via formas verbais e não através de julgamentos morais conclusivos e abstratos³⁹.

A idéia nuclear bakhtiniana – já quase um bordão, mas inevitável – de que os gêneros do discurso são "*tipos relativamente estáveis* de enunciados" (*op. cit.*, p.279) elaborados em esferas diversas e específicas da atividade humana, pode ser lida como recebendo ênfase ou na *estabilidade* ou na *relatividade*. Nossa opção aqui será aderir a uma leitura de caráter integrativo e complementar⁴⁰, nos seguintes termos: se por um lado é certo que não há caos total na composição dos gêneros, por outro a sua estruturação não é tirana, de modo que a estabilidade permanece em incessante processo e, em contrapartida, a mudança segue tendências pré-estabelecidas. Trata-se da velha idéia do "equilíbrio precário", o que ajuda a explicar porque os gêneros são marcados por uma extensa variedade e heterogeneidade tanto real como potencial, uma vez que em cada época convive-se com uma grande quantidade de gêneros diversos entre si, além de novos gêneros estarem sempre surgindo (mas sem que nos esqueçamos que estão surgindo através de transmutações de gêneros historicamente existentes e não como fruto de criatividade intrinsecamente individuais).

³⁹ A defesa de que a *valorização* e a *acentuação ideológica* devem ser observadas sobretudo via formas verbais e não em julgamentos conclusivos aparece explicitada nitidamente no texto *Discurso na vida e discurso na arte*, de 1926.

⁴⁰ Uma leitura mais atenta dos diversos textos de Bakhtin evidencia que ele considerava como de grande importância teórica e metodológica manter a integridade das relações complexas entre noções aparentemente contraditórias. Isso pode ser visto na forma como ele concebia a relação entre autor e texto; entre indivíduo e sociedade; entre autor e leitor; entre estilo e gramática, para citar algumas.

Esta idéia da *relativa estabilidade* parece-nos crucial também para a observação da autoria uma vez que ela aponta para os dois campos nos quais *um autor* trabalha: o *campo da relatividade*, que lhe permite fazer as suas escolhas temáticas e genéricas, através das quais pode imprimir o seu estilo individual; o *campo da estabilidade*, no qual ele necessita se apoiar como uma instância social e histórica que lhe possibilita interagir e ser compreendido pelos parceiros da comunicação verbal. Dito de outro modo, o trabalho do *autor* não pode se furtar de lidar com a relativa estabilidade dos gêneros do discurso, o que equivale a dizer que ele não age de modo inteiramente livre (não se trata do sujeito romântico), mas tampouco apenas se conforma aos gêneros (não se trata de um sujeito assujeitado).

Também nos parece de grande relevância para o estudo dos gêneros a asserção de Bakhtin de que o *todo do enunciado* (leia-se *texto*) é marcado pela sua esfera de atuação e que isso pode ser flagrado na fusão *indissolúvel* de três elementos: conteúdo temático, estilo e composição. Isso quer dizer que cada esfera de atuação humana promove modos específicos de combinar *indissolúvelmente* temas, estilo e estruturas, cujo resultado – ainda que não definitivamente pronto – revela a constituição de um gênero de discurso. Bakhtin acentua fortemente este caráter de *indissolubilidade* da relação dos três elementos verbais constitutivos do gênero, o que também aponta para uma decisão metodológica de grande relevância: um estudo dos gêneros deveria preservar ao máximo a *integridade* da relação entre seus elementos constituintes de modo a se poder explicar o *todo* do enunciado e não meramente as partes isoladas.

Mas como o *todo do enunciado* não pode ser visto como uma realidade autônoma, Bakhtin (*op. cit.*) aponta para outra relação também indissolúvel: a relação dialética e de mútua determinação entre o gênero e a enunciação. Pois, se é certo que o gênero “orienta” a produção de enunciados, não é menos certo que é o acontecimento do enunciado que possibilita tanto a sua continuação como a sua modificação. E assim, cada texto empírico produzido resulta numa síntese da relação dialética entre gênero e enunciação. Isso significa que a noção bakhtiniana de gênero pressupõe que ler e compreender textos implica compreender como o texto analisa a situação extraverbal que o constitui e como esta mesma situação extraverbal é incorporada ao texto e serve de âncora para que ele seja visto como um

todo significativo⁴¹. Temos aqui uma outra implicação para o estudo da autoria: se um autor produz textos sendo "orientado" por um (ou mais de um) gênero e se este gênero não tem vida própria independentemente do acontecimento enunciativo que o promove, então a autoria não pode ser observada somente no enunciado (produto), mas deve ser analisada tendo em vista também a enunciação. Ou melhor, deve ser vista na relação indissolúvel entre enunciado e enunciação, entre texto e contexto, entre o dito e o não-dito⁴².

Outra noção que possibilita discutir as relações entre gênero e autoria é a de *estilo*. Como todo enunciado é individual, ele pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve), ou seja, todo enunciado tem um estilo individual. Entretanto, Bakhtin (1979c, p. 283) defende que alguns gêneros são mais propícios que outros para refletir a individualidade na língua, e esse é o caso dos enunciados literários, cuja constituição inclui o estilo individual como um *empreendimento enunciativo*. Já os gêneros que requerem uma forma padronizada oferecem condições menos favoráveis para a expressão do estilo individual, embora Bakhtin não afirme a total impossibilidade de sua manifestação (apenas acusa condições menos favoráveis). De todo modo, para Bakhtin, à exceção dos gêneros artístico-literários, nos demais o estilo entra apenas como um epifenômeno, ou seja, como um produto complementar (*op. cit.* p. 283).

O que nos parece relevante neste modo de refletir a relação entre estilo e gênero é que, se os próprios gêneros admitem uma mais intensa ou menos intensa presença do estilo individual nos enunciados, isso também equivale a dizer que os gêneros pressupõem determinada forma de *engajamento enunciativo dos autores* nos enunciados. Ou seja, os gêneros trazem consigo uma certa previsão do tipo de autoria que lhes é característica, uns com mais rigidez, outros com menos rigidez. Entretanto, isso não significa em absoluto que os autores rendam-se incondicionalmente a tais previsões. E assim é que o modo escolhido pelo autor para lidar com a *previsão do seu próprio papel* na construção dos enunciados pode revelar muito sobre a sua inserção nos textos, na posição de autor.

⁴¹ No texto *Discurso na vida e discurso na arte*, Bakhtin nega que a situação extraverbal seja meramente uma causa externa e uma força mecânica que age de fora sobre o enunciado. Para ele, "a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação" (Bakhtin, 1926, p. 5).

⁴² É óbvio que realizar análises seguindo à risca o que propõe Bakhtin reveste-se de uma grande dificuldade metodológica e analítica.

Bakhtin (1979c, p. 289-326) desdobra e complementa a sua teorização sobre os gêneros discutindo o *enunciado*, tomado como a instância de realização e materialização semiótica dos gêneros. Para ele, o enunciado opõe-se frontalmente à oração, pois, ao passo que esta é uma unidade formal, abstrata e destituída de significação, o enunciado é uma *unidade real e concreta da comunicação verbal*. Todo enunciado, qualquer que seja a sua extensão, tem como fronteira a alternância entre dois sujeitos: o locutor, aquele que, em função do seu intuito discursivo, escolhe um gênero para materializar seus fins comunicativos⁴³; e o ouvinte, aquele a quem o enunciado é destinado e de quem o locutor espera uma *atitude responsiva ativa*. É de grande importância para os propósitos desta nossa pesquisa a consideração de que o ouvinte não precisa coincidir necessariamente com o público real, uma vez que ele existe sobretudo como uma instância cuja atitude responsiva é presumida pelo locutor. Ou seja, antes mesmo de oferecer uma resposta concreta ao locutor, o ouvinte é antecipadamente previsto por este e é por esta razão que ele é concebido por Bakhtin não como uma instância passiva, mas *ativa*.

A concepção de locutor de Bakhtin claramente difere daquelas concepções estritamente lingüísticas, que supõem o locutor como uma entidade abstrata responsável pela emissão de uma oração, também correlatamente abstrata. Por ser responsável por enunciados concretos, que promovem um intuito discursivo também concreto e que se dirigem a um ouvinte ativo, e ainda por ser um *respondente* a outros enunciados que conhece ou presume, é que este *locutor* de Bakhtin pode ser visto mesmo como um *autor*. E, de fato, ao falar de locutor, Bakhtin designa muito mais o *autor* do que o *locutor* conforme preconizado pela Lingüística, já que o "locutor" ao qual ele se refere produz enunciados e não orações.

Enfim, a noção de enunciado bakhtiniana pode nos servir bastante para o estudo da autoria porque ele concebe o enunciado **não** como um produto desvinculado dos sujeitos que o promovem, mas, ao contrário, justamente entende como características centrais do enunciado ter sua existência delimitada pela alternância dos locutores e manter com eles uma relação indissolúvel. Embora sem superestimá-lo frente ao ouvinte, ao enunciado e à situação extra-verbal, os postulados bakhtinianos conferem ao *locutor-autor* um papel de grande relevância. É que o locutor é concebido sobretudo como aquele que confere uma *apreciação valorativa*

⁴³ "A variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve". Bakhtin (1979, p. 291).

(*social*) aos seus enunciados, e isso somente pode ser alcançado através de uma série de escolhas sob sua responsabilidade.

A outra característica bakhtiniana do enunciado, indissociavelmente ligada à alternância dos sujeitos, é o *acabamento*. Pelo fato de se dirigir sempre ao *outro* e dele esperar uma *contrapalavra* é que os enunciados recebem da parte do locutor sempre um acabamento específico. Mas que fique bem claro que, nesta perspectiva, as fronteiras e o acabamento do enunciado não se justificam por necessidades formais (do tipo *começo, meio e fim e/ou seguindo uma seqüência pré-estabelecida*). Se existe acabamento é porque o locutor lança o seu enunciado nas trincheiras da comunicação verbal, expõe a sua *posição* e cede a palavra ao outro, esperando que o seu dizer seja apreciado, valorado, acentuado, julgado e receba, enfim, uma contrapalavra. Dizendo de outro modo, o acabamento resulta de pressões e necessidades sócio-interativas típicas da comunicação verbal e, por isso, deve-se ter em mente que se trata de um acabamento que incide, acima de tudo, sobre uma *posição*, sobre uma valoração e sobre uma significação, embora sua materialização dependa sempre de formas verbais. Quando um locutor *acaba* o seu enunciado isto significa que ele disse tudo o que tinha a dizer naquele momento e que deseja que alguma resposta (real ou virtual) lhe seja oferecida. Ou seja, o autor *acaba* o seu enunciado para que a interação com o outro *comece* (ou, no mínimo, continue).

Bakhtin (1979, p. 299 – 306) apresenta três fatores, também *indissociavelmente* ligados, como responsáveis pelo acabamento de um enunciado: 1) o tratamento exaustivo do objeto do sentido; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento.

O *tratamento do objeto do sentido* varia conforme as esferas de comunicação verbal, sendo mais rigidamente fechado em umas, minimamente e relativamente acabado em outras ou ainda apenas levemente sugerido em outros domínios. No caso dos enunciados opinativos da esfera jornalística, objeto de estudo desta tese, encontramos, em linhas gerais, um tratamento do objeto de sentido realizado de um modo não rigidamente fechado mas no qual é possível perceber que o jornalista orienta deliberadamente e com suficiente grau de explicitude a forma como concebe o seu objeto de sentido, ou seja, há uma posição marcadamente assumida. Mas o próprio fato de a esfera jornalística se apresentar *ideologicamente* como um campo democrático de discussão de idéias impede que o jorna-

lista confira um tratamento rígido ao seu objeto de sentido. No geral, há muita variação para este tratamento e, como aponta Bakhtin, esta variação decorre da segunda característica do enunciado, que é o *querer-dizer do locutor*.

Pois é esse *querer-dizer* que determina a escolha do objeto (sua amplitude, suas fronteiras e seu tratamento exaustivo) mas, *necessariamente*, em relação aos enunciados anteriores com os quais ele dialoga. Esse intuito, de natureza subjetiva, se coaduna com o objeto de sentido, de natureza objetiva, para formarem uma unidade indissolúvel vinculada à situação concreta de comunicação verbal, "marcada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores: seus enunciadores" (*op. cit*, p. 300). Agora, além de determinar a escolha do objeto, o intuito do locutor vai determinar uma outra escolha: a do gênero do discurso no qual será estruturado o enunciado. Bakhtin (*op. cit*, p. 301) enfatiza que esta escolha, embora determinada pela esfera de comunicação, pelo conjunto constituído de parceiros e pelas necessidades da temática, não apaga a individualidade e a subjetividade do locutor. Com isso, mais uma vez Bakhtin dá mostras de que concebe o locutor como um agente vivo no processo, capaz de fazer escolhas e de imprimir sua marcas individuais, embora tal individualidade esteja ancorada e legitimada em sua esfera social de atuação.

O que, entretanto, é mais significativo e relevante para nossa pesquisa é o fato de ele considerar que é *principalmente* na escolha do gênero que o *querer-dizer* do locutor se materializa. Pensamos que esta idéia pode ser apropriada e transmutada para se pensar a autoria e podemos supor algo do tipo: o gesto desencadeador de autoria ocorre com a escolha de um (ou mais de um) gênero e este gesto pode ser mais visivelmente percebido, pelo conjunto constituído de leitores, quando a escolha recai em um gênero menos previsível para uma dada esfera de comunicação e para um dado tratamento do objeto de sentido e para uma certo tipo de interação e para um dado intuito discursivo. Dito de outro modo: o autor não é apenas aquele que confirma a estabilidade dos gêneros, mas também aquele que surpreende o seus interlocutores por intermédio das escolhas de gêneros que promove.

Em suma, a concepção de gênero de Bakhtin mostra-se a mais apropriada para esta pesquisa porque ela inclui, conjuntamente, também uma concepção de locutor-autor. De fato, ao discutir o gênero, Bakhtin faz com que esta discussão venha acompanhada de uma discussão do intuito discursivo do locutor, do trata-

mento que ele confere ao objeto de sentido e das escolhas que ele opera entre os gêneros sócio-historicamente disponíveis. Ou seja, Bakhtin pensa o enunciado em sua estreita relação com o gênero, com o locutor-autor e com o ouvinte.

Mas este enfoque somente faz sentido para Bakhtin se se evitar duas posturas excludentes. Por um lado não se deveria fetichizar os textos, transformando-os em *artefatos*, em produto autônomos, desconsiderando-se inteiramente o seu **criador e os seus contempladores**⁴⁴. Mas, por outro lado, não se deveria restringir o estudo dos textos à psique do criador e do contemplador (no geral, igualando os dois) (Bakhtin, 1926, p. 3)⁴⁵. Em outras palavras, o locutor deve ser visto não como uma realidade psicologizada, mas como um componente enunciativo, cuja presença pode ser apontada nos próprios textos.

A noção de gênero do discurso bakhtiniana foi apropriada por várias correntes teóricas (sociológicas, antropológicas, lingüísticas) e recebeu tratamentos os mais diversos. No caso da Lingüística de Texto aparece como sintomático o interesse em incorporar a natureza histórica, social e interacional dos gêneros conforme preconizada por Bakhtin mas sem olvidar da noção de *tipo textual*, esta de caráter estritamente lingüístico-textual, cuja finalidade seria explicar as regularidades dos textos em termos de seqüências lingüísticas prototípicas. Talvez por esta razão fale-se preferencialmente em *gênero textual* ou *do texto* e não em gênero discursivo ou do discurso.

Rojo (2002, p. 2-3), traçando um painel geral das linhas teóricas resultantes de uma releitura bakhtiniana, aponta a existência de duas grandes vertentes: a Teoria dos Gêneros do Discurso e a Teoria dos Gêneros do Texto. Para ela, a Teoria dos Gêneros do Texto, mais caracteristicamente descritiva e textual, e bem menos preocupada com a significação dos discursos, privilegia a materialidade do texto e, por isso mesmo, trabalha com noções como *tipos*, *protótipos*, *seqüências típicas* herdadas da Lingüística Textual (Rojo, *op. cit.* p. 2). Por ser de inspiração wittgensteiniana, concebe o gênero como uma *família de textos*, cujas *similaridades* podem ocorrer ou no nível do texto ou no nível do contexto. Já a Teoria dos Gêneros do Discurso, por seguir mais de perto Bakhtin e seus comentadores, não tem como preocupação fundamental descrever exaustivamente os traços lingüísti-

⁴⁴ Ênfase acrescida.

⁴⁵ Esta reflexão é feita sobre textos literários, mas vemos como plenamente possível estendê-la aos demais textos.

cos e textuais, mas selecionar e ressaltar apenas aqueles que, por decorrerem de parâmetros enunciativos e da apreciação valorativa do locutor, atuam diretamente para produzir a significação do discurso.

Em resumo, a vertente discursiva teria como ponto de partida e foco principal o discurso social e o acento valorativo, sendo a materialidade textual apenas indiciária. Já a vertente textual teria como ponto de partida e como foco principal a materialidade textual ou traços funcionais/contextuais, sendo o discurso social secundário e a apreciação valorativa praticamente ausente. Rojo não concorda com a diluição das diferenças entre gênero do discurso e gênero de texto e prefere que o termo discurso seja associado a trabalhos que se voltam para o estudo da significação dos discursos e que o termo texto permaneça vinculado a estudos ocupados com a descrição da materialidade do texto. Para ela, um estudo "genuinamente" bakhtiniano é aquele que, claramente de característica metodológica *top down*, parte da situação social geral e somente depois observa os enunciados, mas tendo em foco sempre a significação.

Marcuschi (2002), buscando aproximar concepções discursivas de concepções textuais ao tempo em que amplia a noção de texto⁴⁶, discute a questão comparando e contrastando a noção de gêneros textuais àquela de tipos textuais, numa tentativa de mostrar que os gêneros são sobretudo "entidades sócio-discursivas e formas de ação social" (*op. cit.* p. 19) mas que, por outro lado, necessitam valer-se de tipos textuais para serem verbalmente estruturados. Ao observar a correlação entre estas duas categorias, Marcuschi salienta que, do ponto de vista dos tipos, os gêneros são sempre heterogêneos, pois que a tendência é cada texto empírico resultar de uma combinação entre vários tipos textuais. Marcuschi ressalta também que o que define um gênero são suas propriedades funcionais e não seus traços formais, embora reconheça que a forma pode ser decisiva em certos momentos e, por isso mesmo, não deveria ser desprezada.

Para os propósitos desta nossa pesquisa a noção de tipo textual não demonstra vitalidade, pois nossa preocupação em explicar as correlações entre auto-

⁴⁶ Tem havido na Lingüística de Texto, especialmente nos anos 90, um inflexão no sentido de ampliar a noção de texto. Esta ampliação pode ser vista, por um lado, na recusa por uma concepção de texto de caráter essencialmente lingüística e imanente e, por outro, pela adoção de um enfoque multidimensional incluindo elementos de natureza social, cultural e cognitiva. Esse enfoque pode ser visto nas obras de Beaugrande (1997), Van Dijk (1994), Marcuschi (1996,1998), Koch (1997 e 2002). Essa nota se justifica pelo fato de que muitas críticas feitas à Lingüística de Texto ainda tomam como referencial os textos das décadas de 70, quando, aí sim, a noção de texto era marcada por uma forte inflexão estrutural e imanente.

ria e gênero pressupõe que os elementos verbais são indissociáveis de seus valores sociais e, neste sentido, pertencem sempre a gêneros. Não haveria, então, um estágio em que uma seqüência é de natureza apenas lingüística e neste ponto estamos de acordo com Bakhtin quando defende que a linguagem é apreendida sempre com os valores, os acentos e as entoações que socialmente lhe são atribuídas⁴⁷. Se, por exemplo, uma seqüência narrativa não desempenha as mesmas funções num editorial, numa notícia e numa fofoca, não parece fazer muito sentido tratá-la como tendo uma mesma realidade textual-discursiva, a despeito da visível regularidade lingüística. A questão de fundo é que tanto as palavras, como as seqüências tipológicas e os enunciados são plurivalentes e valorados ideológica e socialmente. Embora nada impeça que eles possam ser observados de um ponto de vista abstrato e formal, é preciso ter clareza que uma tal abordagem não se harmoniza com uma perspectiva como a de gêneros, em que o uso, a situação extra-verbal e a função comunicativa são de vital importância. Aliás, é nesta perspectiva que se situam os trabalhos mais recentes desenvolvidos na Lingüística de Texto, que procuram observar as correlações e as vinculações entre as dimensões textual e contextual dos gêneros.

Mas o que mais interessará a nós da visão de Marcuschi⁴⁸ acerca dos gêneros é sua ênfase e valoração na natureza "plástica, dinâmica e maleável" dos gêneros⁴⁹. Ao conceber os gêneros como decorrentes diretamente de suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais, Marcuschi admite que eles são instrumentos semióticos abertos a inovações e renovações. Nós acrescentaríamos que esse caráter *plástico* e *dinâmico* dos gêneros evidencia sua relação com a autoria;

⁴⁷ O que Bakhtin (1926) defende é que a avaliação e o valor de todas as coisas do mundo não constituem categorias separadas destas coisas. O que se dá, para ele, é que **ao percebermos os objetos do mundo já os percebemos com os valores que socialmente lhes são dados**. E é por isso que o "juízo social de valor" determina "a *própria seleção do material verbal e a forma do todo verbal*" (p. 6). E, assim, o julgamento social de valor "encontra sua mais pura expressão na *entoação*", de tal modo que "a entoação estabelece um elo firme entre o discurso verbal e o contexto extraverbal" (p. 6).

⁴⁸ A abordagem de Marcuschi também se mostra muito produtiva para uma discussão do contínuo oralidade/escrita, uma vez que os gêneros escancaram a dificuldade em se tratar oralidade e escrita com duas modalidades de linguagem estanques e opostas. Esse debate, entretanto, escapa aos propósitos deste trabalho.

⁴⁹ Veja-se este trecho em que a noção de plasticidade e dinamicidade aparece formulada: "No entanto, mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros **não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos**" (Marcuschi, 2002, p. 19); "A linguagem dos novos gêneros torna-se cada vez mais plástica, assemelhando-se a uma coreografia e, no caso das publicidades, por exemplo, nota-se uma tendência a servirem-se de maneira sistemática dos formatos de gêneros prévios para objetivos novos" (*op. cit.* p. 21).

uma relação, sem dúvida, de mão dupla: por um lado, é a *plasticidade* e a *dinamicidade* dos gêneros que possibilita aos autores recriarem e renovarem os gêneros mas, por outro lado, é o trabalho ativo e dinâmico dos autores que faz também com que os gêneros não sejam instrumentos rígidos e estanques. Dito de outro modo: a plasticidade e dinamicidade não são características intrínsecas ou inatas dos gêneros, mas decorrem da dinâmica da vida social e cultural e do trabalho dos autores.

3.2 Classificação e nomeação dos gêneros

Como dito no início deste capítulo, os materiais que compõem o objeto de estudo desta tese são comumente designados por *coluna*, *artigo* e/ou *crônica*, mas há também quem os considere como *comentários* e/ou *artigos*. Embora não seja pretensão nem objetivo nosso prescrever o rótulo "correto" para designar tais materiais simbólicos, faremos aqui uma breve discussão do modo como esse gênero tem sido designado. Nosso objetivo será muito mais entender que concepções de gênero e de autoria subjazem a tais designações do que, como já dito, adotar uma postura normativa. Apesar disso, e motivados por finalidades sobretudo de eficácia comunicativa, faremos opção pela designação *coluna de opinião assinada*, cuja explicação será dada mais à frente.

A princípio, quando se começou a descrever os gêneros, muitos estudiosos acreditavam otimistamente na possibilidade de se chegar a uma descrição de todos os gêneros com a devida rotulação de cada um deles. Mas logo veio à tona que, por mais exaustiva que fosse uma classificação, ela não daria conta de capturar um fenômeno empírico altamente dinâmico, mutante e híbrido como o é o gênero do discurso. E é por isso que já é grande e diverso o "clube" dos que desistiram do ambicioso empreendimento de classificar todos os gêneros. Muito ciente de tal dificuldade, Bronckart (1997) usa a metáfora da "nebulosa" para explicar a complexidade das fronteiras entre os gêneros e a instabilidade classificatória de parte deles. Tal nebulosa consistiria de "ilhas" de gêneros facilmente identificáveis ao lado de pontos incertos e um tanto "deformados", contendo gêneros que flutuam e se "deformam" facilmente.

Propondo uma alternativa para se lidar com tal problema, Marcuschi (2000) alerta para o fato relevante de que, no caso dos gêneros, é mais frutífero aderir a uma classificação consagrada socialmente ou institucionalmente do que despende

esforços em inventar novos termos teóricos, mesmo porque a noção de gênero, ao contrário daquela de *tipo textual*, sustenta-se umbilicalmente em práticas e em saberes socioculturais. Isso aponta diretamente para o fato de que os critérios efetivamente válidos para a classificação dos gêneros são de natureza multidisciplinar e não meramente de ordem lingüística. E essa consideração, por sua vez, sustenta-se diante da evidência de que uma mesma composição textual-lingüística pode ser considerada um gênero diferente se variarem categorias sociais, culturais, cognitivas ou retóricas. É o que ocorre no seguinte exemplo:

[3] Um novo José

JOSIAS DE SOUZA

São Paulo - Calma, José.

A festa não recomeçou,

a luz não acendeu,

a noite não esquentou,

o Malan não amoleceu.

Mas se voltar a pergunta:

e agora, José?

Diga: ora, Drummond,

agora Camdessus.

Continua sem mulher,

continua sem discurso,

continua sem carinho,

ainda não pode beber,

ainda não pode fumar,

cuspir ainda não pode,

a noite ainda é fria,

o dia ainda não veio,

o riso ainda não veio,

não veio ainda a utopia,

o Malan tem miopia,

mas nem tudo acabou,

nem tudo fugiu,

nem tudo mofou.

Se voltar a pergunta:

e agora, José?

Diga: ora, Drummond,

agora FMI.

Se você gritasse,
se você gemesse,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...
O Malan nada faria,
mas já há quem faça.
Ainda só, no escuro,
qual bicho-do-mato,
ainda sem teogonia,
ainda sem parede nua,
para se encostar,
ainda sem cavalo preto
que fuja a galope,
você ainda marcha, José!
Se voltar a pergunta:
José, para onde?
Diga: ora, Drummond,
por que tanta dúvida?
Elementar, elementar.
Sigo pra Washington.
E, por favor, poeta,
não me chame de José.
Me chame Joseph. (4/10/1999, p. A-2)

O exemplo acima evidencia como um texto com a estrutura composicional de um poema pode **não** ser recebido como pertencendo ao gênero poesia, mas ao gênero *coluna de opinião assinada*⁵⁰ se e quando, como no caso acima, a esfera e o suporte de circulação, os propósitos comunicativos e o tipo de interação em jogo forem predominantemente aqueles do domínio da coluna de opinião assinada e não da poesia (embora não se trate meramente de um intercâmbio entre formas e funções, como discutiremos adiante). Ou seja, os leitores provavelmente interpretam o texto acima como uma coluna de opinião assinada porque o texto foi publicado no Jornal Folha de São Paulo, numa página e num tipo de sessão onde cotidianamente são publicados textos opinativos assinados por jornalistas da própria

⁵⁰ Mais à frente explicaremos porque optamos por considerar como *coluna de opinião assinadas* as modalidades de textos que serão nesta tese analisadas. Por ora, diremos sucintamente que se trata de uma designação que tenta capturar as seguintes características: texto com finalidades opinativas, autoria de um jornalista, circulação e publicação em seção (coluna) fixa de um jornal.

Folha de São Paulo. Assim, a leitura do texto valida que o seu propósito principal é criticar a política econômica do governo brasileiro, o que se encaixa num propósito típico das colunas assinadas de jornal, e não fazer, por exemplo, uma indagação existencial transcendente ao aqui e agora acerca da condição humana, como ocorre com o poema *José*, de Carlos Drummond de Andrade, ao qual intertextualmente o texto de Josias de Sousa se refere. Como se vê, a determinação do pertencimento de um gênero pode depender evidentemente da observação da multidimensionalidade de um texto empírico e não meramente de sua dimensão lingüística.

Mas é claro que temos neste caso o uso de uma estrutura composicional pouco comum em colunas assinadas de jornal, o que, em contrapartida, evidencia uma marcante presença de estilo, dado que há uma escolha pouco freqüente por uma estrutura composicional de um gênero para ser superposta a outra. Como será explicado em mais pormenores à frente, esse tipo de estilo evidencia o *trabalho do autor*, pois neste caso ele claramente opta por mobilizar duas estruturas composicionais de gênero para fazê-las funcionar simultaneamente superpostas uma à outra. Em outras palavras: o autor se "submete" apenas parcialmente a um "modelo" de gênero historicamente estabelecido, visto que a superposição entre dois gêneros gera um texto empírico híbrido quanto a categorias tanto formais como funcionais. Por enquanto fiquemos com a idéia, ainda em grande parte intuitiva, de que em casos como este o autor opera intertextualmente (produz um texto "sobre" outros textos) e intergenericamente (projeta uma composição de gênero "sobre" outra composição de gênero).

É justamente o funcionamento dos textos em situações concretas que faz com que os leitores ou ouvintes de um modo geral minimizem ou até resolvam as dificuldades para identificar o pertencimento de textos a certos gêneros do discurso, mesmo quando estes não preservam a correlação forma/função que lhe é típica: é que eles podem recorrer a informações contextuais de variadas ordens. Quando, ao contrário, diante de situações artificiais, têm que se valer quase exclusivamente do material lingüístico, o problema da identificação do gênero emerge com toda a força. É por isso que, a rigor, observar textos como pertencendo a gêneros pressupõe uma metodologia que preserve ao máximo ou tanto quanto possível as informações contextuais, que respeite a multidimensionalidade de cada texto e que procure articular as partes ao todo e o todo às partes.

Há uma outra questão ainda: é que nem sempre há paralelismo entre identificação e nomeação do gênero, de modo que, mesmo quando se reconhece consensualmente um exemplar de um gênero, pode permanecer como problema a sua nomeação quando, por exemplo, coexiste mais de um nome. Esse problema ocorre em boa escala com o objeto de estudo desta tese, pois os exemplares de texto aqui analisados são ou já foram conhecidos e nomeados como *crônica*, *coluna*, *comentário* e *artigo de opinião*. Por isso é possível que, mesmo usando nomes diferentes como os referidos acima, as pessoas tenham em mente um mesmo tipo funcional e histórico de gênero e desejem apontar para as mesmas configurações enunciativas empíricas.

3.3 Os gêneros jornalísticos vistos pela esfera jornalística

Acatando a sugestão de Marcuschi (2000), vamos aqui observar inicialmente como o gênero que vamos analisar é visto e rotulado em sua própria esfera de comunicação verbal. No meio jornalístico, a noção de gênero (em grande parte intuitiva) teve historicamente como critérios determinantes o *estilo* e a *função*, de modo que para ser considerado um gênero jornalístico um texto deveria ter como função primordial proceder ao relato das informações ou à expressão de opiniões, usando para isso um estilo em consonância com o "acontecer diário" (cf. Melo, 1994). Ademais, esses dois critérios deveriam estar atreladamente ligados ainda a uma função "utilitária", na medida em que os gostos e as inclinações do público deveriam ser levados efetivamente em conta.

A inauguração de uma reflexão propriamente dita acerca da classificação dos gêneros jornalísticos é por muitos atribuída ao editor inglês Samuel Buckekey, na sua famosa separação entre *news* e *comments*, no princípio do século XVIII. Tem-se assim iniciado um modo de classificação que inauguraria uma longa tradição ocupada em separar os gêneros "intencionalmente informativos" daqueles "explicitamente opinativos". Essa perspectiva forneceu duas grandes categorias de orientação para o processo de produção e de leitura dos textos jornalísticos: assim é que, em princípio, ou um texto era de natureza informativa ou de natureza opinativa, ainda que tal distinção fosse muito mais ideológica do que propriamente uma evidência empírica. Como bem mostra Chaparro (1997, p. 55), relato e comentário mantêm uma relação de intensíssima mútua dependência: "a consistência do relato jornalístico exige cada vez mais a elucidação opinativa, assim como a

clareza e o sentido do comentário dependem da qualidade das informações que lhe dão sustentação". Porém, a despeito das críticas e rejeições sofrida ao longo dos tempos, esta dicotomia demonstrou (e ainda demonstra) grande vitalidade na esfera jornalística.

A partir da década de 40 do século XX, essa visão dicotômica fundada na oposição relato/comentário passou a conviver com uma divisão tripartite, quando a imprensa estadunidense passou a identificar três grandes categorias jornalísticas: *noticiosa*, *opinativa* e *interpretativa*. A categoria interpretativa teria como função ocupar um vácuo entre as outras duas e, ao menos em tese, justificar o uso de elementos voltados para uma compreensão dos fatos com base em análise e documentação – com isso, e não à toa, a ideologia da isenção e da neutralidade ganha um reforço extra. A partir desta proposta torna-se ainda mais evidente que a classificação dos gêneros jornalísticos era realizada com o uso desigual de dois critérios atrelados, sendo o primeiro mais relevante que o segundo: a) a noção de categoria geral para enquadramento de gêneros em dois ou três grandes grupos; b) a própria concepção de gênero particular. Assim, o procedimento mais comum era arrolar e enquadrar vários gêneros numa única categoria geral: informativa, opinativa *ou* interpretativa.

Nestes estudos a questão mais importante (e sempre espinhosa!) era delimitar a quantidade das categorias jornalísticas às quais os gêneros se atrelariam. (- Somente duas: informativa e opinativa?; - Mas não haveria uma terceira, interpretativa? - Ou seria melhor incorporar as categorias "amena" e "diversional"?). Isso demonstra que efetivamente estas classificações resultavam mais preocupadas em enquadrar cada gênero em uma categoria determinada do que propriamente em identificar e justificar as diferenças entre os gêneros específicos: era como se o mais importante fosse enquadrar cada gênero em uma dada categoria e não propriamente identificar e caracterizar cada um individualmente.

A classificação de Beltrão (1980), por exemplo, seguindo um critério dito por ele explicitamente funcional, tinha por base as categorias *informativa*, *interpretativa* e *opinativa*, e aparece assim distribuída:

A) Jornalismo informativo

Notícia

Reportagem

História de interesse humano

Informação pela imagem

B) Jornalismo interpretativo

Reportagem em profundidade

C) Jornalismo opinativo

Editorial

Artigo

Crônica

Opinião ilustrada

Opinião do leitor

Não nos parece, no entanto, suficientemente justificada a inclusão da categoria *interpretativa*, pois ela somente está sendo utilizada para a inclusão do gênero "reportagem em profundidade", que já aparece parcialmente no subgrupo informativo. Quer dizer, a categoria *interpretativa* teria como justificativa apenas a adjetivação ("em profundidade") de um gênero informativo, o que não parece lá muito consistente. (- Se não há um único gênero tipicamente interpretativo, haveria razões para se postular tal categoria?) Para nós, mostra-se mais econômico e coerente manter todo tipo de reportagem na categoria informativa porque, mesmo com uma sub-função interpretativa, ela permanecerá predominantemente informativa. Em suma, mais do que a designação de um gênero em particular, o que parece problemático em tal classificação é a categoria à qual devem pertencer (obrigatoriamente!) os gêneros, fato agravado em razão das próprias categorias não estarem suficientemente bem definidas seguindo critérios minimamente consistentes.

Numa outra classificação, Chaparro (1997), além de reivindicar a incorporação dos gêneros "utilitários" (também chamados de "serviços") - por entender acertadamente que eles ocupam uma proeminente função na vida urbana-, tenta recusar o binômio informação/opinião como fundamento para a organização e distribuição dos gêneros, então substituídos por outra dicotomia: relato/comentário. Ele apresenta o seguinte quadro:

Quadro 3 Classificação dos gêneros jornalísticos segundo Chaparro (1997)

Gênero COMENTÁRIO		Gênero RELATO	
<i>Espécies argumentativas</i>	<i>Espécies Gráfico-Artísticas</i>	<i>Espécies argumentativas</i>	<i>Espécies Gráfico-Artísticas</i>
Artigo Crônica Cartas Coluna	Caricatura Charge	Reportagem Notícia Entrevista	Roteiros Indicadores Agendamentos Previsão de tempo Cartas-consulta Orientações úteis

O mesmo problema permanece aqui, apenas com outra feição, pois não nos parece que substituir o binômio *informação/opinião* por *relato/comentário* seja suficiente para recusar uma classificação dos gêneros jornalísticos, criticada pelo próprio Chaparro, fundada numa ideologia que tradicionalmente dissocia a opinião do relato dos fatos. Chaparro tenta resolver o problema ao incluir a “espécie argumentativa” caracterizando tanto comentários como relatos, incluindo reportagens e notícias. Até aí tudo bem. Mas por que a caricatura e especialmente a charge não são tipificadas como argumentativas, se elas veiculam opiniões e buscam a adesão do leitor? O problema é que Chaparro mistura critérios de ordem discursiva com critérios de ordem técnico-estética, dando a entender que “espécies gráfico-artísticas” e “espécies argumentativas” são mutuamente excludentes, além de confundir também tipo com gênero, pois o que ele chama de comentário e relato são tipos teóricos e não propriamente gêneros empíricos⁵¹.

Mais uma vez vemos que o problema eleito como o mais importante é o enquadramento de gêneros particulares em categorias mais gerais, ou seja, em tipos textuais. Contudo, não nos parece complicado conceber que uma notícia possa conter opinião, ainda que de modo diferente de um editorial. Mas isso se torna espinhoso se cada gênero tiver que figurar numa única classificação tipológica rígi-

⁵¹ Essa noção de comentário e relato corresponde aos agrupamentos de tipos textuais da ordem do *argumentar* e do *relatar* (cf. Schneuwly e Dolz, 2004).

da. Ou seja, a classificação de Chaparro (1997) não resolve o problema a que se propõe porque está muito mais centrada na noção de tipo do que na noção de gênero⁵², apesar de ele tentar sustentar que comentário e relato são dois gêneros, o que é, no mínimo, bastante questionável.

Também hipervalorizando as categorias gerais, Melo (1994, p. 63) prefere manter a dicotomia *informação/opinião* por entender que o jornalismo articula-se em torno de dois eixos de interesse por parte dos leitores: saber o que acontece (informação) e saber o que se pensa sobre o que acontece (opinião). Para ele, o fato de os próprios leitores disporem de mecanismos para “captar o sentido que orienta a ordenação das mensagens jornalísticas” (*op. cit.* p. 63) justifica o estabelecimento das fronteiras entre a descrição e a avaliação do real. Ademais, ainda para ele, a ordenação dos gêneros nestes dois grandes eixos contribui para conferir credibilidade ao jornal na medida em que este faculta ao leitor o direito de escolher entre - preferencialmente - tomar conhecimento dos fatos ou apreciar uma avaliação destes. A outra justificativa de Melo (*op. cit.* p. 64) é que há um conjunto de gêneros que se estruturam a partir de um referencial exterior (personalidades, organizações) à instituição jornalística, enquanto há outros que são “co-determinados por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião)”.

Em função de tal argumentação, a proposta de Melo sustenta que qualquer gênero jornalístico ou pertence à categoria informativa ou à opinativa, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

A) *Jornalismo informativo*

Nota

Notícia

Reportagem

Entrevista

A) *Jornalismo opinativo*

Editorial

⁵² Mesmo falando em gênero, o referencial teórico de Chaparro é quase inteiramente fundado em autores que trabalham mesmo como tipo textual e não com gênero textual, como é o caso de Todo-rov, van Dijk e Adam.

Comentário
Artigo
Resenha
Coluna
Crônica
Caricatura
Carta

A proposta de Melo tem a vantagem de observar os textos jornalísticos não em função apenas de uma tipologia estrutural, mas de incorporar traços contextuais, uma vez que ele busca, em sua classificação, articular o “ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura)” (p. 64). Incorporando à observação dos gêneros categorias de natureza social e política, Melo não se restringe a defini-los e classificá-los com base apenas no conteúdo e no estilo. Por exemplo: a sua distinção entre os gêneros opinativos (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica e caricatura, carta) recorre em boa medida, ainda que intuitivamente, à noção de *autoria do gênero*, o que possibilita explicar porque textos de estrutura idêntica podem ser considerados como pertencendo a gêneros diferentes. Sua explicação sugere que textos funcionalmente e composicionalmente idênticos ou bastante parecidos poderão ser tomados como pertencendo a gêneros diferentes se tiverem como autor um jornalista, um leitor, um cientista ou a própria empresa jornalística. Esta idéia, por conceber a autoria como uma das categorias relevantes para a compreensão dos gêneros, será por nós apropriada em outras análises.

Do seu enquadramento o que se mostra menos consistente é incluir a entrevista como de tipo informativo. Embora não se possa negar que ela serve para informar, não faz sentido asseverar que não tenha como função primordial também expressar opinião. É que neste caso o jogo de vozes e o jogo interacional é mais complexo pelo fato de haver a presença de pelo menos três vozes: do entrevistado, do entrevistador e da empresa jornalística. Somente restringindo a leitura a uma ou outra voz é que se poderia afirmar que uma entrevista é de tipo exclusivamente informativo ou exclusivamente opinativo. Na metáfora da nebulosa de Bronckart (1999), a entrevista localizar-se-ia num ponto incerto e flutuante.

Como atestam todas as propostas de classificação aqui analisadas, afigura-se bastante difícil escapar das categorias *informativa* e *opinativa*, porque elas respondem pelo próprio modo como o jornalismo concebe o agrupamento dos gêneros. Se é razoável, numa classificação de gêneros, demonstrar sensibilidade pela forma como os nomes dos gêneros são usados efetivamente em contextos sociais ou profissionais, a mesma postura deveria ser mantida em relação às categorias ou tipos usadas para enquadrar os gêneros, sob pena de se cair em contradição ou inconsistência. Ademais, a presença marcante da tipologia dos gêneros na esfera jornalística serve de contra-argumento para a idéia de que os tipos, por serem de natureza teórica, se oporiam aos gêneros, marcadamente empíricos (cf. Marcuschi, 2000 e 2001). Ora, na esfera jornalística, as noções de tipos informativos e opinativos também respondem por necessidades ligadas às práticas jornalísticas e, por isso, não poderiam ser consideradas apenas teóricas.

Fizemos esta ponderação para deixar claro que não vamos recusar os rótulos informativo e opinativo, ainda que conscientes de que eles não significam exclusividade nem exaustividade. Ou seja, dizer que um gênero é informativo deve equivaler, no âmbito deste trabalho, a afirmar que ele é concebido pela esfera jornalística como tendo *preferencialmente* a função de informar, ainda que isso não implique ausência de comentário e avaliação. Em contrapartida, asseverar que um gênero é opinativo equivale a dizer que sua função precípua é expressar opinião, sem que isso signifique a impossibilidade da co-ocorrência da função informativa⁵³.

3.4 A nebulosa opinativa

Na esfera jornalística coexistem vários gêneros de caráter explicitamente e assumidamente opinativo⁵⁴, mas as fronteiras entre eles nem sempre são muito nítidas, especialmente pelo fato de eles comungarem aspectos sócio-discursivos,

⁵³ Um outro problema ainda que perpassa várias tentativas de classificação dos gêneros jornalísticos é o estatuto de textos literários, pois onde colocar contos, crônicas, poemas, *comics* que, por origem, pertencem aos gêneros literários – ocupados com a “ficção” – mas são rotineiramente publicados em jornais – ocupados com o “real”? Por enquanto, parece não haver respostas satisfatórias para a questão, mas intuitivamente acreditamos que um encaminhamento possível é incorporar a noção de *suporte*, isto é, o meio físico em que um gênero é afixado, veiculado ou difundido. Se o suporte – livro ou jornal, no caso – for uma categoria relevante para a noção de gênero, um conto publicado no jornal não coincide ou equivale exatamente a um conto publicado em livro e pode, portanto, ser concebido de modo diferente, uma vez que o suporte pode gerar um acontecimento enunciativo diferente num e noutro caso. Enfim, a noção de suporte não deveria ser desprezada nos processos de estabelecimento do pertencimento genérico dos textos empíricos.

⁵⁴ Vistos por uma perspectiva enunciativa e/ou ideológica, todos os gêneros jornalísticos no fundo são opinativos (mesmo a notícia), mas estaremos considerando aqui como opinativos aqueles que, da perspectiva do próprio jornal, são considerados como opinativos e não como noticiosos.

composicionais, temáticos e estilísticos, justamente aqueles aos quais se poderia recorrer para diferenciá-los entre si. Assim é que, na modalidade escrita, *editorial*, *artigo de opinião*, *crônica*, *comentário*, *resenha*, *carta de leitor* e *coluna de opinião assinada* distribuem-se continuamente, ora designando exemplares de texto nitidamente distintos entre si ora designando “produtos simbólicos” bastante parecidos. A indistinção entre eles é progressivamente agravada na proporção em que se tem menos acesso a informações extra-verbais e contextuais, o que equivale a dizer que eles se parecem muito mais do ponto de vista da sua dimensão verbal.

Um traço que recobre todos eles é o fato de expressarem abertamente opinião, isto é, de sair em defesa de um ponto de vista que está em disputa e que, portanto, depende de normas, valores e julgamentos⁵⁵. Dito de outro modo, a opinião no jornalismo não pretende veicular conhecimentos que possam ser atestados por critérios epistêmicos (como é o caso das ciências), mas expressar crenças avaliativas que implicam julgamento de bom ou ruim, certo ou errado, embora o discurso científico seja por vezes evocado para conferir sustentação à opinião, especialmente no editorial. Neste sentido, os textos opinativos servem bem de exemplificação da tese de Bakhtin de que os enunciados são sempre marcados pela apreciação valorativa (social) do locutor⁵⁶.

Bakhtin, como apontado antes, defende que há três características indissociáveis em todo enunciado: o *acabamento*, o *querer-dizer do locutor* e a *escolha do gênero*. Observando tais características na esfera opinativa do jornalismo, o que se pode perceber é que o acabamento dos enunciados, o querer-dizer do locutor e a escolha do gênero decorrem diretamente de uma interação diária e rotinizada com o conjunto constituído de leitores. Isso faz com que os enunciados apresentem composições acentuadamente estereotipadas (mesmo tamanho, aproximadamente a mesma quantidade de caracteres e de parágrafos, mesmo tipo de fonte, publicação rigorosamente na mesma seção), o que indica um tipo de interação bastante previsível e rotinizada. Para o leitor assíduo, é como se ele fosse conversar com uma mesma pessoa, todos os dias, num mesmo lugar, sobre os

⁵⁵ Uma discussão sobre a opinião no editorial pode ser vista em Van Dijk (1996).

⁵⁶ Embora vinculados a teorias bem distintas, há pontos de aproximação as teses de Bakhtin e o modo como van Dijk (1988, 1996) concebe textos jornalísticos como a notícia e o editorial. Van Dijk julga que o componente ideológico é crucial no modo como estes textos são produzidos e compreendidos e, por uma outra metodologia, também ele procura explorar as correlações entre o verbal e o contextual. A diferença é que van Dijk confere um lugar mais importante para a dimensão verbal, embora não seja nem de longe uma abordagem imanente.

mesmos assuntos. Esse comportamento evidencia bem uma contradição da esfera jornalística: ao mesmo tempo em que se funda numa ideologia da novidade, os textos opinativos servem muito mais para confirmar e reafirmar valores e opiniões das elites que lêem jornais (cf. van Dijk, 1994). Por isso, e de uma certa maneira, pode-se dizer que grande parte do acabamento dos textos opinativos já se encontra previamente determinada, embora o editor e o colunista possam imprimir algumas escolhas.

Um critério que pode evidenciar diferenças entre os textos jornalísticos opinativos é o critério da autoria. Num certo lugar, o *editorial* fica "ilhado" porque decorre de uma autoria institucional, ou seja, recebe a assinatura da própria empresa jornalística. Num outro nicho figura tanto a *carta de leitor*, cuja autoria é externa ao jornal e, qualquer que seja o seu autor empírico, assina o texto na qualidade de leitor do jornal, como o *artigo de opinião*, cuja autoria, também externa, recebe a assinatura de um "homem da polis" de prestígio social. Numa terceira zona convivem gêneros mais embaralhados (coluna, crônica, comentário, resenha), cuja autoria fica a cargo prioritariamente de um jornalista, mas também pode ser ocupada por outro profissional.

O problema da identificação destes gêneros tem duas causas: a primeira decorre de eles, enquanto "produtos" verbais, serem realmente muito parecidos⁵⁷. Recorrendo às categorias de tema, composição e estilo (cf. Bakhtin, (1979), veremos que estes gêneros se aproximam bastante entre si e, se fossem submetidos a processos de leitura sem o uso das informações que lhes indicam o autor, o título e a seção do jornal, provavelmente o texto de um gênero poderia ser tomado imperceptivelmente como de outro gênero. O outro problema de identificação decorre do uso, pela esfera jornalística, de critérios diferentes para explicar gêneros de mesma tipologia ou da mesma ordem, como já apontamos antes ao falar da tipologia de Chaparro que mistura critérios de ordem gráfica com critérios de ordem discursiva. Por todas estas razões arroladas acima vamos nos apropriar da noção de *nebulosa* de Bronckart (1999, p. 74) para explicar os casos em que as frontei-

⁵⁷ Editorial, artigo de opinião, crônica, comentário, carta de leitor e coluna de opinião comungam os seguintes traços verbais, temáticos, estilísticos e composicionais: uso de verbos no tempo do presente do indicativo, uso de adjetivos, uso de advérbios modais, conclusões pragmáticas, temas recentes e difundidos pelas notícias, títulos nominais, entre outros. Embora o editorial possa ser visto como mais "ilhado" porque não faz uso de pronomes em primeira pessoa, ainda assim esta característica não resolve o problema pois os outros gêneros também aparecem, muitas vezes, escritos sem o uso de pronomes de primeira pessoa.

ras entre exemplares de textos opinativos não são muito nítidas, embora sejam designados por rótulos consagrados. Por *nebulosa opinativa* estaremos tomando os textos de caráter opinativo de semiose estritamente verbal, que têm sido designados pelos seguintes rótulos: editorial, coluna de opinião, artigo de opinião, crônica, comentário, carta de leitor e resenha jornalística. Nossa análise não incidirá sobre todos eles, mas os teremos sempre em perspectiva pelo fato de eles todos dialogarem com os materiais que iremos analisar. Assim é que tentaremos delimitar o nosso material de análise por oposição e aproximação aos outros gêneros de materiais opinativos com os quais ele divide espaço enunciativo.

3.4.1 As fronteiras entre crônica e coluna

Como a área de estudo que se ocupou por muito tempo da teorização dos gêneros foi a crítica literária, deve-se a ela o nome mais difundido no Brasil para designar textos curtos opinativos assinados e publicados em jornal. Trata-se do termo *crônica*, cuja consolidação data dos meados do século XIX, momento em que ainda competia com a designação *folhetim*. Concebida como tendo por principal função *entreter* e tornar "palatáveis" informações e idéias destinadas, sobretudo, ao público feminino, as crônicas surgiram no jornalismo brasileiro abordando um amplo leque temático, que se estendia da política ao teatro, dos eventos sociais aos esportivos, dos acontecimentos cotidianos ao universo intimista de cada autor (cf. Teixeira, 2004).

A crônica era concebida como um gênero literário "menor" diante, por exemplo, do romance, do conto e da poesia, consideração bastante tematizada nas próprias crônicas e contra o qual se insurgiram vários escritores, dentre eles Machado de Assis⁵⁸ e José de Alencar. Assim, meio como uma filha bastarda, a crônica nunca foi inteiramente legitimada no domínio literário, tanto que ainda recentemente havia escritores, como Afonso Romano de Sant'Anna, gastando tinta para tentar assegurar-lhe *status* literário. Essa dificuldade provavelmente é fruto do seu

⁵⁸ A título de curiosidade transcrevo abaixo trecho de uma metacrônica de Machado de Assis, em que ele apresenta uma suposta origem da crônica: "Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar as ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amamatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica". In Assis, Machado. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997 [1877], p. 370.

caráter de pertencimento híbrido, pois tanto a crônica pertence à esfera jornalística (é em jornais que ela é publicada, seguindo suas normas de funcionamento e buscando atender aos critérios de atualidade, oportunidade e difusão coletiva) como à esfera literária (são escritores literários que tradicionalmente e geralmente escrevem, o estilo individual pode entrar como um empreendimento enunciativo e não é raro tornarem-se livros via coletâneas). Isso significa dizer que a crônica tem uma natureza paradoxal (cf. Teixeira, 2004), pois é produzida como objeto simbólico *efêmero* - traço típico do jornalismo - mas aspira à *perenidade* dos bens literários. Em suma, é como se os cronistas desejassem que ela fosse ao mesmo tempo do *agora* e do *sempre*, aspiração que lhe custou e ainda custa caro.

À parte a polêmica do "gênero menor" - secundária em relação aos objetivos deste estudo -, o certo é que a crônica, pelo menos do ponto de vista da extensão física, é caracterizada como um gênero cujos exemplares são de tamanho curto e rigidamente pré-definido pelo corpo editorial, o que implica a existência de um controle externo em relação a este aspecto. É que, como todo gênero jornalístico, a crônica sofre alguma interposição da empresa jornalística, que funciona assim como uma espécie de *autor interposto*⁵⁹. Como veremos adiante, a interposição, quando não realizada diretamente sobre o texto, pode se dar *a priori* no processo administrativo de escolha dos cronistas do jornal.

Teixeira (*op. cit.*, p. 4-5) assim resume as principais características da crônica jornalística: ritmo rápido, para atender ao gosto da agilidade exigida pelos leitores de periódicos; relação com o cotidiano da vida em sociedade; presença de um **autor ativo e que dialoga com o seu leitor**⁶⁰; brevidade dos textos. Teixeira cita Afrânio Coutinho (1999), para quem, longe de serem o assunto ou conteúdo, os traços definidores da crônica são o estilo e forma "graciosos" e "inventivos" de apreciar e analisar "fatos miúdos e sem importância". Na mesma linha de raciocínio, Moisés (2001, p. 104) aponta como principais características da crônica: a subjetividade mostrada pelo foco narrativo em primeira pessoa; o diálogo (ao menos imaginário) com o leitor; o estilo entre o oral e o literário; a temática sempre ligada a questões do cotidiano; a efemeridade⁶¹.

⁵⁹ A noção de autor imposto aplicada ao jornalismo pode ser vista em mais detalhes na tese de doutorado *A constituição e funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*, de Rosângela Hammes Rodrigues, defendida no LAEL/PUC-SP, em 2001.

⁶⁰ Ênfase acrescida.

⁶¹ Entretanto, Teixeira (2004) considera que o traço efemeridade deve ser relativizado, uma vez que há casos de crônicas que se eternizam após virarem livros, embora concorde que o traço se

Ao analisar as crônicas políticas de Machado de Assis publicadas na *Gazeta de Notícias* entre 1883 e 1897, Teixeira (*op. cit.*, p. 9) apresenta as seguintes características recorrentes: constante menção aos jornais como fonte de referência; ironia; comentários explícitos, em primeira pessoa, dos acontecimentos políticos; relação informal e dialogada com os leitores, sem nenhum caráter doutrinal. Pode-se ver, então, no campo da crítica literária ou em estudos por ela influenciados, a presença recorrente de quatro características demarcadoras da crônica: a subjetividade explícita; a relação (virtualmente) dialogada e informal entre o autor e o leitor; o estilo "inventivo"; a reação crítica a acontecimentos cotidianos via de regra publicados no próprio jornal. Isso evidencia como critérios bastante relevantes a *autoria*, a *interação autor-leitor*, a *atualidade temática* e o *estilo*, o que mostra que já há nesta abordagem, embora não formulada explicitamente, a incorporação de alguns traços contextuais, como o tipo de interação autor/leitor. Como veremos mais adiante, essas características permanecem essencialmente válidas para o jornalismo opinativo atual, especialmente para as colunas de opinião assinadas.

A discussão feita até aqui leva a pensar que o que caracteriza exemplares de texto como crônica decorre em muito da perspectiva pela qual são abordados, isto é, a perspectiva da crítica literária. Como esta tese não tem como finalidade analisar as "crônicas" do ponto de vista de seus traços literários - embora não neguemos as relações deste traço com a noção de estilo e autoria -, não usaremos o termo crônica para designar os materiais a serem aqui analisados. É que esta designação não identifica e concebe o objeto predominantemente do ponto de vista do jornalismo, no qual estamos interessados, embora - reafirmamos - não seja possível isolá-lo inteiramente da perspectiva literária pelo fato de suas origens estarem também lá fincadas.

De resto, tudo indica que o termo *crônica* decorre mais de critérios ligados aos temas e ao estilo, ao passo que o termo *coluna* sucede em princípio de um tipo de composição e diagramação que assumem os textos empíricos. Nesta lógica são identificadas como crônicas exemplares de texto que, num estilo "leve" e "gracioso, falam de certos de assuntos da atualidade. Já o termo *coluna* designa exemplares de textos que são publicados num mesmo espaço de um jornal e tendo,

aplique a muitos tipos de crônicas cuja condição para serem compreendidas é o acesso a informações contextuais e históricas datadas.

cada um, sempre uma mesma assinatura. Agora, isso explica apenas uma diminuta questão do funcionamento das colunas. Há mais o que perseguir.

3.4.2 As fronteiras entre editorial e coluna

O editorial comunga com a coluna de opinião assinada o fato de ambos expressarem reações e comentários avaliativos acerca de eventos recentes da cena política da *polis*, mas diferem em razão de o editorial fazê-lo de um ponto de vista institucional e de a coluna fazê-lo de uma perspectiva pessoal-profissional. Como diz van Dijk⁶² (1996), no caso dos editoriais é importante perceber que, qualquer que seja a opinião específica sobre eventos específicos, ela tende a ser derivada de representações sociais, muito mais do que das experiências ou opiniões pessoais de um editor. É bem óbvio que este enfoque produz modificações na composição, no tipo de interação e, sobretudo, no estilo do gênero. Desse modo, de um lado, temos, no editorial, a interdição de pronomes de primeira pessoa, de vocativos e de histórias de experiência pessoal. De outro, vemos na coluna a presença franqueada de pronomes de primeira pessoa, de vocativos e, ainda que não tão frequentemente, menção a experiências ou vivências pessoais.

Contudo, enquanto o comportamento do editorial⁶³ é bastante sistemático e regular e, portanto, menos heterogêneo – o que permite considerá-lo como uma “ilha” –, a coluna sofre muitas variações, ora tendendo para uma caráter mais institucional ora pendendo para uma inflexão acentuadamente pessoal – o que sugere que ela pode ser mais bem explicada em termos de uma “nebulosa”. No caso da Folha de São Paulo, é bem nítido que as colunas de Fernando Rodrigues apresentam um estilo mais próximo do estilo do editorial (com ausência de vocativos e de pronomes de primeira pessoa – ver, por exemplo, anexos 10, 12 e 13), ao passo que as colunas de Carlos Heitor Cony tendem muito mais para o que se tem tradicionalmente chamado de crônica⁶⁴, dada a presença marcante da primeira pessoa e do relato de experiências pessoais (ver especialmente anexos 7 e 8). Uma comparação dos anexos 7 e 11 pode dar uma idéia destas diferenças. Esse modo de

⁶² van Dijk, Teun A. "Opinions and Ideologies in Editorials". Paper for the 4th International Symposium of Critical Discourse Analysis, Language, Social Life and Critical Thought, Athens, 14-16 December, 1995. Second Draft, March 1996

⁶³ Neste estudo sobre o editorial mencionado na nota anterior, van Dijk defende que o editorial possui três categorias esquemáticas bastante regulares: o *sumário do evento*; a *avaliação do evento* – especialmente de ações e atores sociais e a *conclusão pragmática* (recomendação, conselho, advertência).

⁶⁴ O próprio Cony considera que o que escreve na página 2 da Folha de São Paulo são crônicas e muitas vezes explicita isso.

funcionamento pode ser observado também como uma prova da *relativa* estabilidade dos gêneros em geral e da coluna de opinião assinada em particular, e também do fato de que a concepção de autoria dos gêneros pode ser tomada como uma importante categoria para explicar o comportamento total de um gênero. Com efeito, um dos traços mais significativos para diferenciar entre si os gêneros jornalísticos opinativos é o da autoria.

3.4.3 As fronteiras entre artigo de opinião e coluna

Seguramente, a coluna de opinião assinada mantém uma grande proximidade com o artigo de opinião. Seguindo muito de perto a orientação metodológica e a concepção de interação bakhtiniana, Rodrigues (2001) faz um estudo do gênero artigo de jornal buscando explicar as relações inextricáveis entre as suas dimensões social e verbal. Rodrigues defende no estudo que não é possível encontrar regularidades ou apenas verbais ou apenas sociais nos artigos de jornal, somente sendo possível falar em termos de regularidades sócio-discursivas, ou seja, em termos de traços recorrentes da situação de interação na comunicação jornalística. Em função disso é que, para ela, o que constitui a maior regularidade do artigo é o seu *cronotopo*, formado pela finalidade ideológico-discursiva, seu espaço/tempo de circulação em sua esfera de comunicação e sua concepção de autor e destinatário (p. 249). À exceção da concepção de autor, a coluna de opinião assinada apresenta também as mesmas particularidades do artigo de opinião, além de uma relação indissolúvel entre seu aparato verbal e seu valor social. Do mesmo modo como a coluna, também o artigo é pouco padronizado, seja porque permite variação composicional seja porque faz uso de outros gêneros intercalados⁶⁵. Ao analisar centenas de artigos em quatro jornais brasileiros, Rodrigues (*op. cit.*), encontrou vários casos de gêneros intercalados (resumo, pro-

⁶⁵ A noção de *gênero intercalado* foi introduzida por Bakhtin (1979) para explicar o plurilingüismo no romance. Em resumo, o que mostra o autor neste estudo é que uma das características centrais do romance é fazer uso de outros gêneros como uma forma de dar voz a outras vozes, a outros estilos e a outros discursos. No caso das colunas não nos parece que a noção de gêneros intercalados apresenta a mesma produtividade que proporciona para a análise dos romances. É que, por se tratar de um gênero de tamanho composicional muito pequeno, nas colunas não chega a haver propriamente uma intercalação de outros gêneros. O que nos parece haver é uma superposição entre mais de um gênero, o que gera um redimensionamento de suas funções. Por conta disso, estamos fazendo aqui uma distinção entre *gêneros intercalados* e *gêneros superpostos*. Gêneros intercalados ocorrem quando a estrutura composicional de um certo gênero é mantida e no interior dele se introduzem outros gêneros, como ocorrem com romances, por exemplo. Já *gêneros superpostos* ocorrem quando a estrutura composicional de um gênero não é mantida na íntegra, podendo mesmo (apenas a estrutura composicional) ser inteiramente substituída por uma outra, embora os dois exerçam entre si mútua influência. Essa questão voltará a ser discutida no capítulo 3.

vérbio e relato) mas apenas dois casos em que um gênero é superposto a outro, em ambos os casos o gênero *carta*. Em nosso corpus, analisando um único jornal, encontramos uma quantidade e uma variedade bem maior de gêneros intercalados nas colunas e também uma quantidade e uma variedade bem maior de gêneros superpostos (*carta, e-mail, fábula, receita, tese*). Contudo, em ambos os casos, por criar alguma surpresa ao leitor, é que tanto os artigos como as colunas requerem o apelo a sua dimensão social para serem compreendidos e interpretados.

Rodrigues (*op. cit.*) mostra que, nos artigos, o autor mantém uma relação dialógica, por um lado, com outras posições valorativas e com outras vozes, delas se aproximando ou se afastando, em acordo como seu querer-dizer, e, por outro lado, com a perspectiva do leitor, antevendo da parte deste uma reação-resposta ativa. Salvo pequenas nuances, este também é o funcionamento dialógico das colunas de opinião.

As colunas também se assemelham aos artigos pelo fato de ambos se constituírem como uma reação-resposta avaliativa e valorativa a acontecimentos recentes que dizem interesse aos centros de poder. Neste sentido, ambos se constituem como gêneros cuja circulação encontra-se diretamente ligada às elites – tanto os autores como os leitores legitimamente constituídos pertencem a segmentos sociais de elite. Tal pertencimento justifica a existência, em ambos os gêneros, de uma concepção de autoria de prestígio social e midiológico, que exige que o seu produtor seja, sobretudo, um *leitor autorizado*. Como conseqüência, também nos dois gêneros, a interação promovida com o leitor é vertical e hierarquizada e a própria empresa jornalística funciona como um autor interposto. No caso do artigo a interposição é reiteradamente realizada a cada novo convite para publicação e a cada texto selecionado (ou não) para publicação enquanto no caso das colunas tal interposição se dá *a priori* no momento em que a empresa seleciona os seus articulistas (fixos). Com isso, entretanto, já estamos a falar de uma outra diferença entre os dois gêneros: é que no caso dos artigos, a autoria é externa ao jornal, concretizada na figura de um colaborador sem vínculos empregatícios com a empresa e, ao menos em tese, menos dependente da linha editorial; no caso das colunas, tem-se uma autoria interna, na figura de um jornalista contratado pela empresa e que, também em tese, deve ser mais dependente ou comprometido com a linha editorial do jornal.

3.4.4 As fronteiras entre comentário e coluna

Enquanto, nos estudos sobre jornalismo, alguns autores consideram *coluna* e *comentário* nomes diferentes para referir um mesmo gênero, há quem defenda tratar-se de dois rótulos para referir dois gêneros diferentes e autônomos. Entre os últimos, encontramos Melo (1994, p. 105-115), para quem o *comentário* identifica o conjunto de textos opinativos escritos por um jornalista experiente e de prestígio⁶⁶ e que respondem aos anseios dos leitores modernos, os quais, saturados da rapidez das informações, desejam ser orientados acerca do possível desenrolar dos fatos da atualidade. O *comentário*, nesta ótica, ultrapassando o mero relato dos fatos, teria a função de levar o leitor a compreendê-los efetivamente, evidenciando suas causas, conseqüências, continuidade e desdobramentos. Melo (p. 109) cita Albertos (1974), para quem o *comentário* é o "vaticínio mais ou menos profético do posterior desenvolvimento dos fatos". Assim é que, pelo menos em tese, o comentário expressa a opinião pessoal do jornalista e não necessariamente precisa seguir a linha editorial da empresa jornalística, ao passo que - presume-se do argumento de Melo - a coluna expressaria a opinião do próprio jornal. Pelo menos na *Folha de São Paulo* essa diferenciação não é tão esquemática pois muitos colunistas buscam *dar a entender* que expressam suas próprias opiniões, embora isso possa, ideologicamente, ser relativizado e contestado.

Há um traço aventado por Melo (*op. cit.*) que nos parece funcional no sentido de diferenciar o *comentário* da *coluna*: é que apenas o primeiro figura ao lado da própria notícia que lhe serve de mote para a apreciação valorativa. Isso significa dizer que o comentário não tem autonomia em relação à notícia que aprecia e que é concebido pelo jornal para ser lido posteriormente à leitura daquela, como uma complementação necessária a quem não quer se contentar apenas com o relato dos fatos. Na ótica de Melo, tal funcionamento não ocorre com a coluna, que, apesar de também ser construída a partir de fatos noticiados, mantém em relação a eles suficiente autonomia, de modo que sua leitura não depende estritamente da leitura da notícia, (mesmo porque é comum no corpo do texto da coluna de opinião haver um breve resumo do fato a ser apreciado).

⁶⁶ Sobre o prestígio do comentarista é interessante o que diz Melo (1994, p. 107): "Os grandes mitos do jornalismo norte-americano como Walter Lippmann ou James Reston firmam-se no panorama político através do **comentário** (grifo nosso). O mesmo pode-se dizer, no Brasil, de Newton Carlos ou Paulo Francis".

Analisando o jornalismo espanhol, Gutierrez Palácio (1984, p. 170), seguindo Albertos (1974) usa indistintamente *coluna* e *comentário* para designar uma espécie de artigo “razonador, orientador, analítico, enjuiciativo, valorativo”. Para os dois, a *coluna* ou *comentário* compartilham inúmeras semelhanças funcionais e formais com o editorial, sendo que o que os diferencia em essência é a existência de assinatura (autoria pessoal-profissional) no caso das *colunas/comentário*. Em linhas gerais, Gutierrez Palácio (*op. cit.*, p. 171) caracteriza o colunismo como uma “atividade editorializante realizada de modo regular por um nome constante, em relação com qualquer atividade humana que se apresente com uma certa continuidade no tempo e seja capaz de atrair a atenção de um número importante de leitores”. É isso que justifica a existência de variadas colunas distribuídas pelos vários cadernos do jornal discutindo variados assuntos, sobretudo aqueles especializados. Embora menos consistente e menos regular, há uma outra diferença, apontada por Palácio, entre a coluna/comentário e o editorial: enquanto o último busca evidenciar posições ideológicas vigentes, aquela especula, às vezes profeticamente, acerca dos desdobramentos futuros dos fatos. Pelo menos na *Folha de São Paulo* esta diferença não é sistemática, sendo que os dois objetivos são realizados indistintamente tanto em colunas como em comentários.

Para os propósitos específicos desta tese, afigura-se mais frutífero admitir o fato de que a coluna possui autoria individualizada como uma decorrência da própria busca do jornal por manter uma interação mais direta, próxima, com algum grau de proximidade com os leitores e, portanto, sem um caráter institucional. Ora, um dos modos de alcançar tal objetivo é eleger para a escrita da coluna um estilo coloquial e menos “empolado”, o que ainda serve, segundo Gutierrez Palácio (*op. cit.*), para o periódico resolver uma dupla obrigação que tem para com os seus leitores: informar e entreter. Como se diz um tanto anedoticamente: o bom colunista informa entretendo e diverte informando (ou opina entretendo e entretém opinando). É justamente este traço que explica uma das diferenças fundamentais entre os dois gêneros: enquanto o editorial mantém uma interação institucional e impessoal com os leitores, a coluna/comentário o faz de modo dialógico e pessoal.

A designação *coluna* surgiu na imprensa norte-americana (cf. Bond, 1978, citado por Melo, *op. cit.*, p. 137), em meados do século XIX, como ressonância das mudanças por que passavam os jornais, especialmente do anseio por deixarem de

ser doutrinários e passarem a ser praticados e vistos como informativos. É que o público da época demonstrava sinais de insatisfação com o estilo frio, impessoal e anônimo da opinião editorial e, em contrapartida, ansiava por ler textos que revelassem o vigor e o estilo personalístico do jornalista.

Rabaça e Barbosa (1978, p. 102, citados por Melo, *op. cit.*, p. 136) assim definem a coluna, de um modo a deixar entrever uma caracterização bastante elástica e flutuante, aproximando-se, neste sentido, da noção de constelação de Marcuschi (2000) e da noção de ponto nebuloso de Bronckart (1999):

“seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade, **geralmente**⁶⁷ assinada, e redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum. Compõe-se de notas, sueltos, crônicas, artigos **ou**⁶⁸ textos-legendas, **podendo**⁶⁹ adotar, lado a lado, várias dessas formas. As colunas mantêm um título ou cabeçalho constante, e são diagramadas geralmente numa posição fixa e sempre na mesma página, o que facilita a sua localização imediata pelos leitores”.

Na mesma linha de raciocínio, Melo (*op. cit.*, p. 136) acrescenta que a coluna pode ser vista como um mosaico de informações e opiniões curtas decorrentes de algum furo. É que ela teria como função “trazer fatos, julgamentos e idéias em primeira mão, antecipando-se à sua apropriação pelas outras seções dos jornais” (ibidem, p. 136). Campos (2002) diz que a coluna tem uma função complementar em relação à notícia e à reportagem na medida em que, muito mais do que apenas resumir os fatos, ela tem como funções explicá-los com profundidade; apresentar dados pitorescos, curiosos e particulares desconhecidos dos leitores; e justificar a história particular de cada decisão. É por isso que, para ele, o colunista-modelo acumularia os papéis de repórter, de comentarista e de redator: “do primeiro, há que ter o gosto pelo *furo*, da notícia em primeira mão; do segundo, a sagacidade, a agudeza de espírito, a perspicácia de dizer o máximo com o mínimo de palavras. E a tudo isto somar o bom-humor constante e a originalidade, a fim de tornar sua *coluna* um lugar sempre atraente” (Campos, *op. cit.*). Entretanto, este conceito de coluna ao qual Melo se refere serve para explicar apenas colunas

⁶⁷ Ênfase acrescida.

⁶⁸ Ênfase acrescida.

⁶⁹ Ênfase acrescida.

de tipo mais noticioso, como é o caso da coluna *Painel*⁷⁰, da Folha de São Paulo, mas pouco se aplica para as colunas tipicamente opinativas.

Conforme concebido por jornalistas e por estudiosos de comunicação, o comentário e a coluna, por um lado, comungam a autoria pessoal e de prestígio, o caráter opinativo e a reação-resposta rápida a acontecimentos noticiosos. Por outro lado, entretanto, diferenciam-se entre si pelo fato de (alguns tipos de) coluna não apresentarem unidade temática, traço este típico do comentário. No Jornal Folha de São Paulo é possível identificar três "modalidades de texto" diferentes que recobrem as características levantadas acima: uma coluna bastante híbrida do ponto de vista temático e funcional (contendo notas e sueltos) com periodicidade e seção fixa⁷¹; uma coluna de opinião pessoal com periodicidade e seção fixa e com forte tendência para unidade temática⁷²; um comentário pontual de uma reportagem, cuja publicação é esporádica e mais ligadas a assuntos internacionais. Somente uma descrição de mais fôlego, inclusive trabalhando com outros jornais, poderia assegurar se se trata ou não de gêneros distintos entre si, mas como isso não é objetivo desta tese, a questão não será aqui tratada.

Dada a ambigüidade da conceituação, a presença de critérios variados e a diversidade de modelos dos seus textos empíricos, diremos que o termo *coluna* não identifica prontamente um gênero mas muito mais aquilo que se chama *configuração* ou *constelação* (cf. Marcuschi, 2001), uma vez que há vários subtipos temáticos de colunas: social, política, esportiva, de arte, de humor, de economia, assim como diversos subtipos composicionais: com vários blocos temáticos, com um único bloco temático, ocupando uma página inteira⁷³. Dito de outro modo: enquanto o editorial constitui uma "ilha" claramente delimitada, a coluna constitui aquele ponto "nebuloso" ao qual faz referência Bronckart (1999).

Os problemas apontados no parágrafo anterior exigem, então, se se quiser mantê-lo, que o termo *coluna* apareça adjetivado para que se possa demonstrar com alguma precisão características temáticas, composicionais, estilísticas e fun-

⁷⁰ Mais à frente há a transcrição de uma destas colunas.

⁷¹ Na Folha de São Paulo, este é caso de colunas como *Painel* (página A-4), *Mônica Bergamo* (p. E-1) e da coluna de Elio Gaspari publicada aos domingos.

⁷² É o caso das colunas de Clovis Rossi, Carlos Heitor Cony, Fernando Rodrigues, além de várias outras publicadas nos cadernos específicos. Em todos os cadernos da Folha de S. Paulo há este tipo de coluna.

⁷³ Outro problema ligado ao termo *coluna* é que ele tem uma ligação mais direta e tradicional com a *coluna social*, sendo por vezes tomado como um sinônimo desta. Tanto é assim que muitas das descrições de coluna terminam por caracterizá-la usando categorias que são exclusivas da coluna social mas não de outros tipos de colunas.

cionais do gênero. Há que se falar, pelo menos, de dois tipos de colunas: A) uma coluna com várias notas, tematizando assuntos bem diferentes entre si e associando função informativa com função opinativa, sem predomínio exclusivo de uma ou outra; B) uma coluna explicitamente opinativa estruturada em torno de uma unidade temática. Um exemplo do tipo A (que não será objeto de estudo desta tese) é o seguinte:

[4]

MONICA BERBANO

COISA NOSSA

Depois do samba, a capoeira: o Ministério da Cultura está preparando um programa de apoio que pode até transformar o jogo em patrimônio cultural da humanidade, como já foi proposto no caso do samba para a Unesco. Em 19 de agosto, mestres brasileiros que montaram academias no mundo todo -já existe capoeira em Tóquio, Moscou, Nova York, Los Angeles, Madri, Paris, Genebra e Lisboa- devem se reunir em Genebra.

★

Vão a convite do ministro Gilberto Gil participar, com ele, de um evento na ONU em memória do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, morto num atentado no Iraque no ano passado.

E NADA MAIS

Solteiro novo na praça. O deputado Valdemar Costa Netto, presidente do PL, já não divide os talheres com a socialite paulista Maria Cristina Mendes Caldeira.

CHEIROSA

Xuxa não relaxa nunca: a cada troca de roupa para tirar fotos da campanha de jeans que vai estrelar, ela passa um pouco de perfume Azzaro, masculino.

ANJO VOADOR

Para fazer o número de vôo durante o espetáculo performático do grupo De La Guarda, anteontem em São Paulo, um dos atores argentinos escolheu aleatoriamente uma bela morena na platéia.

★

Muito simpática e nem tão anônima assim para o público, Camila Pitanga subiu ao palco e foi içada pelos ares.

PAULICÉIA

Um dos ícones da moda carioca, Carlos Tufvesson, que desfila hoje na SP Fashion Week, tem dado uma olhada em apartamentos para comprar em São Paulo. Está de olho, no momento, em um prédio da rua Haddock Lobo que tem entre os condôminos Miguel Falabella.

GLASNOST

"Nina" foi o único filme brasileiro selecionado para concorrer no Festival de Cinema de Moscou, nesta semana. O roteiro do filme, que se passa em SP, é uma livre adaptação de "Crime e Castigo", de Dostoiévski.

ALGUM SINAL

Militantes gays de Brasília pediram ao presidente Lula uma mensagem de apoio à Parada GLBT, que acontece na capital federal amanhã. Neste ano, o desfile passará pela primeira vez diante do Palácio do Planalto.

MÃOZINHA

O cantor britânico Rod Stewart percorreu 20 milhas (32 km) quando percebeu que um restaurante de Los Angeles (EUA) havia cobrado dele uma água mineral a mais na conta (US\$ 4). Retornou ao lugar e só foi embora depois de receber o dinheiro de volta.

@ - bergamo@folhasp.com.br

(Folha de São Paulo, Ilustrada, 19/06/2004, p. E-6.)

Como se evidencia no exemplo acima, este tipo de coluna é inteiramente híbrido quanto às categorias do relato e do comentário, pois se, do ponto de vista formal, ele é marcadamente narrativo, já da perspectiva funcional ele é de caráter tanto opinativo com narrativo. Do ponto de vista temático, tal coluna é caracterizada pela multiplicidade de tópicos, de modo que no processo de leitura não vigora, por exemplo, a necessidade de (re)construção de uma "macroestrutura semântica" (cf. van Dijk e Kintsch, 1983), o que comumente faz parte das estratégias de leitura de uma coluna de opinião assinada.

O outro tipo de coluna, que também já foi chamado de *coluna editorial assinada* e também de *comentário*, é aquele em que tipicamente há um tema central único ou predominante, em função do qual o colunista apresenta uma opinião pessoal e constrói uma rede argumentativa. Isto é, tem-se aqui um gênero tipicamente argumentativo, tanto do ponto de vista da forma, quanto do conteúdo, da função e da estratégia de escrita. Como se pode facilmente ver, temos na verdade dois gêneros com diferenças bem nítidas quanto à função, ao tema, ao estilo e à composição, embora sejam apontados muitas vezes pelo mesmo rótulo na práxis cotidiana e profissional e comunguem algumas características. A fim de delimitar o

gênero a ser estudado aqui, iremos referi-lo a partir de agora unicamente como *coluna de opinião assinada*⁷⁴. O termo *coluna* será mantido em função de ele ser usado, na própria esfera jornalística, para referir textos assinados por jornalistas e publicados em mesma seção e com periodicidade fixa. O termo *opinião* será usado para opor entre si colunas preponderantemente noticiosas das colunas preferencialmente opinativas. E o termo *assinada* foi escolhido para diferenciar as colunas assinadas abertamente por um jornalista daquelas sem assinatura. Apresentamos a seguir um exemplar típico do tipo de coluna que será objeto de estudo nesta tese:

[5] CLÓVIS ROSSI

A vida e a morte

MADRI - Há alguma coisa errada na lógica que se tornou predominante a respeito dos atentados em Madri e dos resultados eleitorais.

Diz a lógica que o governo do conservador José María Aznar perdeu uma eleição que quase todo o mundo dava por ganha porque os eleitores repudiaram nas urnas o fato de Aznar ter entrado na Guerra do Iraque, o que, por sua vez, atraiu a ira do radicalismo islâmico.

Deve ter acontecido isso mesmo, mas o erro está em que, levada ao limite, tal lógica significaria que, se não tivesse havido a invasão do Afeganistão e do Iraque, a Al Qaeda ou alguma de suas franqueadas não teria atacado.

Por condenáveis que sejam - e são - as ações no Iraque e no Afeganistão, é preciso lembrar a cronologia exata: o ataque da Al Qaeda aos Estados Unidos se deu antes, não depois do Afeganistão e do Iraque.

Pode-se, portanto, condenar o unilateralismo e a prepotência americana. Mas não se pode, daí, saltar para a conclusão de que o Ocidente estaria livre do terrorismo islâmico radical se os EUA e seus aliados ficassem quietinhos no seu canto. Tampouco seria razoável imaginar que, se a guerra no Iraque tivesse sido aprovada pela ONU, mesmo por unanimidade, o terrorismo a aceitaria.

Aqui, um parêntesis: o próprio líder socialista espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, tentou ontem desmentir a ligação guerra/resultado eleitoral ao dizer que, antes dos atentados, "havia ganas de mudança na Espanha".

Voltemos ao terrorismo. A condenação ao unilateralismo norte-americano e a seus aliados subservientes é merecida, mas não muda um dado da realidade: há

⁷⁴ Reafirmamos que não estamos nos propondo a fazer uma descrição do gênero, mesmo porque nossa análise é feita unicamente sobre textos publicados num único jornal. A despeito disso, faremos uso da noção de gênero para oferecer uma caracterização geral do comportamento das colunas de opinião assinada no Jornal Folha de São Paulo porque tal caracterização se constitui como um pré-requisito para o estudo da autoria neste gênero.

um tipo de terrorismo com o qual o mundo não sabe lidar, com ou sem unilateralismo.

Uma frase contida na fita de vídeo em que a Al Qaeda assume os atentados em Madri diz: "Vosotros queréis la vida y nosotros queremos la muerte" (uso a tradução da polícia).

É essa a chave. Ou se decifra ou ainda vai devorar muita gente. Pior: gente inocente. (16/3/2004, p. A-2).

3.5 A coluna de opinião assinada na *Folha de São Paulo*: categorias, características e funcionamento do gênero

Devemos, neste ponto, explicitar com mais precisão e certo detalhamento o que significa efetivamente dizer que a *coluna de opinião assinada* será aqui tomada como um gênero discursivo (que ora se aproxima e ora se distancia de outros gêneros de caráter opinativo da esfera jornalística). Do ponto de vista mais global, trata-se de afirmar que estamos diante de um 'tipo histórico de enunciado' (cf. Bakhtin, 1979), cujo nome se encontra consagrado pelo uso, especialmente na esfera jornalística⁷⁵, e cujo surgimento decorreu de condições tecnológicas, no caso a invenção da tipografia, de condições socioculturais como a existência de pessoas alfabetizadas e leitoras de jornal, assim como de condições econômicas, tais como o surgimento de empresas jornalísticas e de um público consumidor de jornal. Ou seja, um conjunto de condições econômicas, culturais e sociais possibilitaram que uma "ferramenta semiótica" fosse se constituindo para efetivo uso na comunicação verbal e em interações sociais.

Do ponto de vista histórico, é interessante relembrar que a coluna emerge por oposição ao editorial. Os historiadores do periodismo (cf. Palácio, 1984, p. 175) relatam que até aproximadamente 1870⁷⁶, os periódicos norte-americanos estavam a serviço da expressão da opinião de um único indivíduo – o seu diretor. Na época, nos Estados Unidos, lia-se um jornal para tomar conhecimento da opinião pessoal, por exemplo, de Benjamin Franklin, de William Cullen Bryant ou de Horace Greeley, mas não para ficar a par do que defendia a *Gazette*, o *Times* ou o

⁷⁵ Há todo um campo lexical consagrado em torno do nome coluna, incluindo colunismo, colunista. No uso jornalístico e cotidiano se diz 'li a coluna de fulano de tal', 'gosto do colunista x', 'o colunismo não vai muito bem'.

⁷⁶ Fraser (citado por Gutierrez Palacio, 1984, p. 174) diz que os primeiros colunistas surgiram no último quarto do século XIX: "El Replublican se Springfield publicaba algo parecido a una columna en 1872; Eugene Field engendró un tipo algo diferente con su "Sharps and Flats" (Sostenidos y Bemoles) en el *Daily News* de Chicago en los años de 1890 y siguientes; al mismo tiempo, en la costa occidental, Ambrose Bierce complaba "Prattle" (papelaría) para el *Examiner* de San Francisco".

Evening Post, para citar alguns dos principais periódicos da época. Quando, a partir dos anos seguintes, a imprensa se tornou um grande negócio empresarial e administrativamente complexo é que a opinião no jornal renunciou a seu caráter pessoal em prol de um tom institucional: os diversos jornalistas-editores passaram a escrever anonimamente e em nome da empresa jornalística. Como o leitor passou a tomar contato apenas com a perspectiva institucional “fria”, estava criado uma espécie de “vazio dialogal” e os leitores tornam-se desejosos de poder ter acesso a opiniões de caráter pessoal e individualizado.

É nesta conjuntura que reaparece a opinião pessoal, embora agora noutros moldes: rotulada de *colunismo* e não mais de editorial; assinada veladamente apenas com as iniciais do seu autor e não com seu nome completo; e dividindo espaço na página com a opinião institucional veiculada no editorial. Podemos notar então que neste momento histórico os gêneros jornalísticos opinativos sofrem um processo de complexificação, especialmente em relação ao funcionamento da *auto-ria*, assumindo um caráter institucional no editorial e um caráter pessoal-profissional, ainda que de modo um tanto cifrado, nas colunas.

Transcorrido pouco mais de um século desde o seu surgimento, a coluna de opinião assinada, tal como funciona atualmente no jornal Folha de São Paulo⁷⁷, semiotizou funções comunicativas em estilos e estruturas composicionais que fizeram com que ela passasse a ser vista como uma ferramenta⁷⁸ sócio-discursiva plenamente incorporada à sociedade de consumo (de informação) na qual vivemos. É assim que o gênero coluna de opinião assinada, através de uma combinação particular de categorias enunciativas, termina por “refletir” a própria esfera de comunicação da qual faz parte, a saber, a esfera jornalística, além de manter relações de contigüidade com outros gêneros desta mesma esfera. Por tudo isso, afirmar que a *coluna de opinião assinada* é um gênero equivale a dizer que ela possui, umbilicalmente ligadas, uma dimensão verbal e uma dimensão social.

Já de uma perspectiva sócio-cognitiva, pensar a coluna de opinião assinada como um gênero significa dizer que há uma competência genérica (de gênero) da parte dos que a produzem – os colunistas – e uma competência por parte dos que

⁷⁷ É bastante provável que este funcionamento seja muito semelhante em outros jornais, mas como nosso estudo é circunscrito à Folha de São Paulo, preferimos evitar fazer categoricamente tal generalização.

⁷⁸ Segundo Dolz e Schneuwly (2004), os gêneros podem ser considerados como ferramentas porque fornecem um suporte para a atividade nas situações de comunicação e uma referência para os aprendizes.

ativamente a recebem – os leitores de jornais -, estando na base desta competência uma capacidade específica para interpretar as correlações entre forma e função do gênero, de modo que, por exemplo, as variações entre uma e/ou outra não comprometam ou impeçam o processo de leitura. (Nem seria necessário lembrar aqui que dominar um gênero ultrapassa em muito o mero domínio de um código lingüístico.) É justamente esta competência que justifica um texto com a estrutura de um poema, como o que já foi visto acima, poder ser recebido, lido e compreendido como uma coluna de opinião assinada, a despeito da inteira diferença de composição e estilo existente entre os dois.

Apesar de não ser objetivo deste estudo fazer uma descrição exaustiva do gênero coluna de opinião assinada, como já explicado antes, apresentamos a seguir algumas características gerais, uma vez que elas mantêm relações diretas com o funcionamento da postura de autoria neste gênero. Serão abordadas as seguintes características: *funções e propósitos comunicativos; concepção de leitor-modelo; tópicos; espaço-tempo de circulação na comunicação jornalística; composição; estilo do gênero; tipo de interação colunista-leitor.*

3.5.1 Funções e propósitos comunicativos

A coluna de opinião assinada desempenha, na esfera jornalística, algumas funções sócio-comunicativas bem estabilizadas. Elaborada e integrada no interior da ideologia midiológica que separa o relato dos fatos da expressão de opiniões, a coluna de opinião assinada, concebida como gênero da esfera opinativa pela própria empresa jornalística, tem como uma de suas principais funções servir de ferramenta para o *comentário avaliativo pessoal-profissional* (e não institucional como é o caso do editorial) sobre eventos sociais, políticos, econômicos e culturais recentes, relevantes e geralmente já noticiados. Funcionando, na página de opinião, como uma ressonância avaliativa e opinativa do relato noticioso dos fatos, a coluna de opinião assinada é idealmente concebida como capaz de possibilitar uma compreensão cuidadosa e “profunda” dos fatos da *polis*. Com isso, ela funciona como um dos meios de perpetuação e estratégia de legitimação da ‘ideologia da democracia’, da ‘liberdade de expressão’ e da ‘livre iniciativa’, na medida em que dá a entender que o jornal é um veículo que concede aos próprios jornalistas um espaço para manifestação de suas posições pessoais, isentos de censura ou controle. Além do mais, da perspectiva do leitor, o jornal estaria possibilitando o “li-

vre" acesso a opiniões diversas e múltiplas, o que o instrumentaria a exercer com mais consciência a vida republicana.

Os fragmentos abaixo, especialmente os trechos sublinhados, ilustram o caráter de *comentário avaliativo pessoal-profissional* assumido explicitamente pelo colunista:

[6] "São Paulo – **Tinha prometido a mim mesmo que não voltaria** a escrever sobre a obscena desigualdade no Brasil – por ser inútil. (...) Na outra mão, Dimenstein tinha a capa desta **Folha** (a verdadeira, da sexta-feira, 3/10/2003). Título principal: "Desigualdade piora em 66% do país" (**que pena que não se usa mais ponto de exclamação e pena maior ainda que não se tenha inventado ponto de indignação**)" (Clóvis Rossi, *50 anos não é nada*, 5/10/2003, p. A-2

[7a] "**Discordo** dessa opinião sensata e isenta, entre outras coisas, porque **não costumo ser sensato** e, muito menos, isento". (Carlos Heitor Cony, *Opinião pessoal*, 23/7/2003, p. A-2)

[8] "**Não sei, não**, mas este século que está começando parece aqueles espanhóis dos romances de capa e espada: dele se podem esperar as piores coisas. Não **me refiro** às miudezas de sempre, que sempre acompanham o mundo e o homem – as enchentes, a falta disso ou daquilo, tudo o que podia ser e nunca será" (Carlos Heitor Cony, *Ex oriente lux*, 30/12/2001, p. A-2)

Como desdobramento da função aludida acima, a coluna também serve como uma ferramenta sócio-discursiva para fiscalização dos atos, especialmente dos poderes públicos e para cobrança de posturas éticas e morais.

[9] "Fica aqui o registro para **vigiar** mais essa novidade e ver no que dá. Porque, de Cieps em Cieps, os nossos sonhos vão virando pó". (Eliane Catanhêde, *Entre o ideal e o possível*: 9/12/2003, p. A-2).

[10] "Lindberg Farias pediu um registro em maio. "Voto contra taxar inativos", disse. "A ver", escrevi. Lindberg votou a favor. Com tal convicção ideológica, vai longe" (Fernando Rodrigues, *O vice paulistano*, 18/8/2003, p. A-2).

[11] "Tá certo que José Graziano não revela uma vocação executiva, mas ele é apenas a ponta mais visível daquele óbvio que a gente falava ali em cima: falta articulação, coordenação, comando. Aja, Lula!" (Eliane Catanhêde, *A falta que ele faz*, 18/3/2003, p. A-2).

Uma outra função é a previsão ou prognóstico (muitas vezes mera especulação) acerca dos desdobramentos futuros ocasionados pelos fatos comentados no momento atual. Munindo-se de conhecimentos acerca de fatos históricos episódicos, o colunista apresenta-se como capaz de antever as conseqüências futuras dos atos do aqui/agora.

[12] "O governo não vai tão bem como o seu chefe. No ano passado, a aprovação da administração petista caiu de 56,6% para 41% - queda de 15,6 pontos. Agora, oscilou para 39,9%. **Se o desgaste de 2003 se repetir nos próximos anos, o presidente terá sérios problemas para se reeleger em 2006**" (Fernando Rodrigues, *Sinais para Lula*, 11/2/2004, p. A-2,).

[13] "**É evidente que Lula conseguirá abafar o caso.** Tem ampla base de apoio no Congresso. Em 1997, FHC enterrou a CPI da compra de votos da reeleição na base da fisiologia - deu dois ministérios ao PMDB. Lula é previdente e mais cauteloso: deu os cargos antes da crise" (Fernando Rodrigues, *Encanto quebrado*, 14/2/2004, p. A-2).

[14] "**Eis aqui uma previsão fácil: o próximo presidente da República tomará posse em 1º de janeiro de 2007 com um discurso sobre a necessidade de reformas estruturais na Constituição.** FHC trilhou esse caminho. Lula está na estrada. **Os próximos não vão escapar**" (Fernando Rodrigues, *Reformas intermináveis*, 11/8/2003, p. A-2).

[15] "É triste, mas é a realidade. Há 500 anos. **E assim será por muito tempo.**" (Fernando Rodrigues, *Roseana não é Thatcher*, 22/1/2000, p. A-2).

Quando lhe parece mais incerto prever com alguma exatidão o que ocorrerá, o colunista vale-se da estratégia de apenas indagar acerca das possibilidades ao tempo em que convida o leitor a também se questionar sobre o porvir. Claro está que os acertos do colunista em seu exercício de futurologia são uma poderosa arma para lhe auferir mais ainda autoridade e prestígio. Além, é claro, do fato de

que neste uso também reside uma estratégia para conquistar a fidelidade do leitor: ao apontar para os desdobramentos futuros, o colunista o convida a ler os jornais dos dias seguintes. Ou seja, não deixa de se tratar de uma estratégia de marketing da mercadoria jornal.

Esse caráter de previsão e/ou indagação do futuro tem ligação muito direta com as formas de acabamento das colunas e, conseqüentemente, com a interação estabelecida com o leitor. Quando o colunista afirma categoricamente acerca dos desdobramentos dos fatos, o texto recebe um acabamento "mais fechado" e o leitor é até certo ponto ignorado. Quando se indaga a respeito do futuro, mas sem asseverar nada em definitivo, o texto tem um acabamento "mais aberto" e o leitor é solicitado a se posicionar e a tomar partido. Ou seja, fica bem evidenciada aquela idéia de Bakhtin (1979) de que um texto é acabado por um autor para que ele seja posto em processo interativo. Os trechos abaixo exemplificam bem este dois tipos de acabamento: o primeiro, mas "fechado" e monológico; os últimos, mais "abertos" e mais dialógicos:

[16] "Tivessem tucanos e petistas feito algo lá atrás, parte dos servidores atuais já estaria sob regras mais justas. Agora, o PT ensaia alterar a Constituição para deixá-la quase como está no que diz respeito a novos funcionamentos públicos. **Dará a volta ao mundo para chegar ao mesmo lugar. Para azar do país, o futuro da Previdência continuará à deriva**" (Fernando Rodrigues, Inútil volta ao mundo, 4/8/2003, p. A-2).

[17] "A questão é essa: **qual é esse limite? Os manifestantes não sabem, governo também não, e nós, que não temos nada a ver com isso, sabemos menos ainda. Só assistimos, para ver no que vai dar**" (Eliane Catanhede, Questão de limite, 20/4/2004, A-2).

[18] "Tudo somado, cabe perguntar: era preciso esperar nove anos para aprovar um código que, de defesa da ética, tem tão pouco?" (Clóvis Rossi, *Os incomovíveis*, 7/9/2001, p. A-2)

3.5.2 Concepção de leitor-modelo

Os gêneros do discurso, além de apresentarem uma concepção de autor, também evidenciam uma concepção de leitor, isto é, têm como horizonte de interlocução um leitor presumido ou um modelo de leitor. Na concepção de Bakhtin, o

ouvinte é visto como aquele que, por ser presumido o tempo todo e por ser aquele a quem o texto é orientado, torna-se um "participante imanente" e não uma entidade externa. E assim, em função de tal imanência, o ouvinte em algum grau "tem efeito determinativo na obra desde dentro" (Bakhtin, 1926, p. 14). Isso pode ser visto, por exemplo, quando o autor supõe qual será a reação do ouvinte e já dialoga com ela no interior do texto.

Falando por uma perspectiva semiótica, Eco (1979) também supõe o tipo de leitor que é preconcebido pelo próprio autor de um texto ou obra, como já foi resenhado e comentado no capítulo 2. Em resumo, para Eco o que é relevante não é o leitor empírico mas um conjunto de capacidades e competências que o próprio autor de um texto considera como minimamente necessárias para que um texto adquira sentido. Isto é, tal leitor-modelo, conforme pensado por Eco, está circunscrito à atividade de leitura conforme suposta pelo autor e, por isso, não deve ser confundido com leitores empíricos.

No caso específico do jornalismo, é possível pensar em leitores-modelo, uma vez que é possível localizar capacidades e competências de leitura presumidas pelos colunistas. Entretanto, há uma outra noção de leitor que também se afigura bastante relevante nesta esfera. Como os meios de comunicação preocupam-se grandemente com os leitores empíricos, na esfera jornalística adquire relevância o perfil (empírico mesmo) do leitor, que é caracterizado com base em pesquisas sobre o perfil socioeconômico e os comportamentos das pessoas que efetivamente compram e lêem jornais e revistas. É que, para além ou aquém de concepções hermenêuticas e dialógicas, os leitores de jornal são pensados como consumidores de produtos, o que justifica não apenas supor determinado perfil, mas ter acesso a dados que permitam uma caracterização com uma suficiente margem de segurança.

A Folha de São Paulo, desde 1982⁷⁹ faz uma sondagem com vistas a traçar o perfil do seu leitor, a princípio circunscrita ao Estado de São Paulo, mas posteriormente – desde 1997 - estendida a todo o Brasil. Esses dados possibilitaram a caracterização do leitor-padrão: com idade média de 40,3 anos, ele tem formação superior (com significativo número de pós-graduados e pós-graduandos), é casado, está empregado no setor formal da economia, tem renda individual na faixa que vai até 15 salários mínimos (R\$ 2.265) e familiar na que ultrapassa os 30 mí-

⁷⁹ http://www1.folha.uol.com.br/fofha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml

nimos (R\$ 4.530), ou seja, faz parte ou da classe A ou da classe B. É católico, possui TV por assinatura e utiliza a Internet. Do ponto de vista político-ideológico, predomina entre eles uma visão liberal da sociedade acerca de assuntos polêmicos, como a discriminação do aborto e do uso da maconha e a adoção da pena de morte. Quando os dados são olhados diacronicamente, evidencia-se que o leitor está ficando mais velho e mais instruído, o que configura, segundo o diretor de Redação da Folha, Otavio Frias Filho, "a inserção do jornal no *establishment* da opinião pública brasileira" e consagra "a realização de um objetivo antigo da Folha"⁸⁰. Em suma, de todos os pontos de vista, o leitor-padrão da Folha de São Paulo pertence a segmentos elitizados (é mais rico, mais instruído e habita cidades mais ricas).

Pelo que é explicitado pelos próprios colunistas em seus textos, vê-se que há dois grandes grupos de leitores com os quais eles (virtualmente) dialogam: 1) os leitores em geral que não fazem parte diretamente das escalas de poder e que acompanham como espectadores o jogo político – trata-se de uma elite. 2) os próprios ocupantes dos altos cargos públicos, como governadores, secretários de estado, ministros, presidentes da República e outros, a quem diretamente os colunistas muitas vezes se dirigem – representam a elite de uma elite. Ao se dirigir diretamente a alguém das altas esferas do poder, o colunista convida o seu leitor a se tornar co-participante de uma outra enunciação, que supostamente se daria entre o colunista e alguém da elite de poder. Também podemos dizer que esta estratégia cria um diálogo virtual entre os leitores e as elites de poder:

[19] "Tudo somado, *ministro Palocci, abra o olho*: lustrosas fichas acadêmicas e técnicas, como a de Boskin ou a do pessoal do FMI, não garantem bons conselhos" (Clóvis Rossi, *Palocci, Cuidado com os gênios*, p. A-2.)

[20] "Em junho, *joguei o assunto para o ministro Antonio Palocci Filho*, que jurou que não há uma política deliberada de gerar superávit além do combinado". (Clóvis Rossi, *Ciência e incompetência*, 2/8/2003, p. A-2)

[21] "Ah, por falar em metáforas, já vai fazer nove meses de *gestação, presidente*. A tomografia mostra que a criança, em vez da cara do pai, a-

⁸⁰ http://www1.folha.uol.com.br/foha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml

inda leva jeito de "herança maldita" (Clóvis Rossi, *O sopão do crédito*, 19/9/2003, p. A-2)

[22] "Ainda mais quando se está em um momento no mundo "de notável transformação estrutural do tipo que ocorre apenas uma vez a cada século ou dois", conforme escreve Eisuke Sakakibara, que já foi chamado de "Mr. Ien", quando era vice-ministro de Assuntos Internacionais do Ministério Japonês de Finanças (**atenção, Palocci, artigo em "The Internacional Herald Tribune, de ontem"**)" (Clóvis Rossi, *Como medir competência*, 19/9/2003, p. A-2)

[23] "Fernando Henrique diz na entrevista que é contra a CPI da Reeleição. "Não podemos transformar o Congresso em polícia." OK. Mas também não podemos permanecer deitados em berço esplêndido enquanto suspeitas desse porte apontarem para seu amigo, sócio e principal ministro. **Ah, sim. Feliz aniversário, presidente**". (Josias de Souza, *Feliz aniversário*, 16/06/1997, p. A-2)

No caso específico da coluna de opinião assinada, o leitor-modelo é concebido de um modo paradoxal. Por um lado ele é presumido, em acordo com o perfil empírico de leitor do jornal, como um sujeito obviamente letrado e com alto grau de escolaridade, pois dele é exigido o domínio de um léxico e de estruturas sintáticas textuais típicas de gêneros escritos cultos (editoriais, artigos de opinião, ensaios). Some-se a isso a demanda de que ele esteja razoavelmente informado acerca dos fatos noticiados pela imprensa bem como das opiniões emitidas em relação a eles. Porém, por outro lado, ele é tratado como hierarquicamente inferior ao colunista, pois este presume que o seu interlocutor desconhece as informações, argumentações e análises que ele elege para veicular em sua coluna. Em virtude disso, a relação dialógica tramada pelos textos pode ser caracterizada como predominantemente assimétrica, para a qual contribuem ainda os seguintes fatores:

a) O colunista fala como um sujeito cosmopolita conhecedor de várias realidades além da realidade brasileira, inclusive, muitas vezes, assinando o texto de cidades da Europa e Estados Unidos.

[24] "SÃO PAULO - Antes de voltar mentalmente ao Brasil, uma última palavrinha sobre Portugal. É fenomenal a modernização ocorrida no país a partir da chamada "Revolução dos Cravos" (1974). [...] Hoje, Portugal é um país europeu perfeito e acabado. *O Portugal que conheci há quase 30 anos*, ao cobrir a revolu-

ção, era triste, para defini-lo em uma só palavra" (Clovis Rossi, *Um hino à democracia*, FSP, 26/11/2002, p. A-2).

[25] "LONDRES - Cada vez menos se entende o governo Lula. Nem maquiavélico consegue ser. Não era Maquiavel quem dizia que o bem deve ser feito aos poucos, mas o mal deve ser feito de uma só vez? Bom, no caso do salário mínimo, Lula fez justamente o contrário: sabia que ia fazer o mal (ou seja, dar um resultado insatisfatório), mas, ainda assim, prolongou a agonia por vários dias. (Clovis Rossi, *Farinha da mesma desculpa*, 30/04/2004, p. A-2)

[26] "TEXAS - [...] *Escrevo de Austin, Texas, nos EUA*, onde participo de um fórum de jornalismo. *Até daqui é possível sentir o calor desse escândalo que deixa o PT mais parecido como simulacro que a sigla já se tornou há tempos*" (Fernando Rodrigues, *Encanto quebrado*, 14/2/2004, p. A-2).

[27] "PARIS - O pacotinho do McDonald's estava em cima do banco do metrô, fácil de ver, ainda mais que o vagão estava quase vazio. O cérebro dizia que uma bomba não cabe em um saquinho, mas o instinto primal me fez dar uma olhadinha disfarçada, mas cuidadosa, para me certificar de que o pacote estava vazio. (Clóvis Rossi, *Pacote de preconceitos*, 09/06/2004, p. A-2)

b) Há vários casos em que o colunista dá a conhecer publicamente que lê revistas e jornais americanos e europeus, equivalentes neste caso a veículos de prestígio. Em contrapartida, o leitor ("tupiniquim", para usar um termo do colunista Clóvis Rossi) é concebido como alguém cujo conhecimento de mundo é circunscrito basicamente à realidade brasileira. Em função do suposto "desnível" de conhecimento enciclopédico e conhecimento especializado, o colunista funciona como uma espécie de "tradutor", de mediador entre um discurso especializado e um discurso "vulgarizado" (no sentido de divulgado para público não especializado). No caso seguinte, o colunista, ao citar o assunto de uma revista britânica diz explicitamente que vai "traduzi"-lo para o leitor. Outro detalhe merecedor de atenção no mesmo exemplo é o caso dos apostos usados para *PIB*, pois estes, além de explicitarem a sigla – o que já é uma espécie de tradução- , ainda "retraduzem" tal explicitação para "medida da renda de um país". Como se vê, o colunista pressupõe pouco conhecimento de mundo do leitor, o que torna a relação ainda mais assimé-

trica, embora, possa-se contra-argumentar, mais eficaz tendo em vista o processo comunicativo.

[28] "A revista britânica *"The Economist"*, no número que acaba de sair, mergulha num assunto fascinante, que poderia ser *traduzido* assim: a relação entre PIB (*Produto Interno Bruto, medida da renda de um país*) e felicidade" (Clovis Rossi, *Felicidade Nacional Bruta*, 9/8/2003, p. A-2).

O uso de léxico de outras línguas (inglês, latim, espanhol), com correspondente tradução e, portanto, interposição do colunista entre a fonte original e o leitor; tal ocorrência presume o leitor como falante apenas da língua nativa (o português).

[29] "Uma frase contida na fita de vídeo em que a Al Qaeda assume os atentados em Madri diz: "Vosotros queréis la vida y nosotros queremos la muerte" (uso a tradução da polícia)". (Clóvis Rossi, *A vida e a morte*, 6/03/2004, p. A-2).

[30] "Os EUA não vão esperar: nós avançaremos na direção do livre comércio com os países **'can do'**" (**os dispostos a aceitar a negociação nos termos norte-americanos**). (Clóvis Rossi, *Alca, da pressa à paciência*, 10/12/2003, P. A-2)

[31] "Mas essas regras deveriam valer **"urbi et orbi"**. (Clóvis Rossi, *Democratas seletivos (e cínicos)*, 6/12/2003, p. A-2)

[32] "Nessas circunstâncias, a permanência de Canuto em Brasília seria, no mínimo, problemática, do que resultou ter sido **"kicked upstairs' (chutado para cima, para usar expressão em inglês, apropriada ao caso)**. (Clóvis Rossi, *Conspiração abortada*, 5/12/2003, p. A-2)

b) O uso de muitas informações interpostas, através da recorrência de apostos e orações adjetivas com a função de explicar os referentes e os atributos de nomes próprios, havendo, em relação a este aspecto, pouca aposta no conhecimento de mundo do leitor.

[33a] “Jayson Blair é aquele jornalista de “The New York Times” demitido, com escândalo, por inventar histórias ou por copiá-las de outros jornais e assumi-las como suas” (Clóvis Rossi, *A síndrome de Jayson Blair*, 18/7/2003, p. A-2).

3.5.3 Tipo de interação colunista-leitor

Para sermos mais precisos, devemos postular que os gêneros não apenas possuem uma concepção de autor e uma concepção de leitor-modelo isoladamente, mas apresentam uma concepção de interação entre os dois.

Ao contrário, por exemplo, da notícia, em que tanto está ausente o “eu” que fala como o “tu” a quem a matéria se dirige, a coluna assinada pode assumir um caráter diretamente dialogal entre colunista e leitor:

[34] “*Eu, se fosse você*, tomaria com o máximo de cuidado toda e qualquer análise sobre o cenário eleitoral, *inclusive as minhas*” (Clóvis Rossi, *Não dá para entender*, 24/9/2002, p. A-2).

[35] “Portanto, *caro leitor*, interesse nacional, crescimento econômico, equidade, eliminação de privilégios, tudo isso é besteira ou, no mínimo, secundário, desde que o Brasil continue sendo um bom pagador” (Clóvis Rossi, *Reforma, mercado e Estado*, 8/8/2003, p. A-2,).

A interação direta com o leitor dá-se também através de perguntas feitas ao final do texto solicitando-o a se posicionar sobre o ponto de vista defendido no texto e, no fim das contas, legitimá-lo como interlocutor:

[36] “A Al Qaeda só existe pela descrição dos que a combatem, jamais por ela própria, ao contrário, por exemplo, de terroristas convencionais como ETA espanhol ou os grupos extremistas palestinos. *É ou não assustador?*” (Clóvis Rossi, *Não é Vietnã, é pior*, 20/8/2003, p. A-2).

[37a] “O que evidentemente, não significa abafar. Apenas há outros mecanismos de investigação além de CPIs, e eles não estão só no governo. Há o ministério público, as polícias, a sociedade, a imprensa. Que se apurem todos os triângulos, doa a quem doer, seja um mero gandula ou o “capitão do time” (Dirceu, segundo Lula). Com ou sem CPIs, o maior interessado dever ser o PT. *Ou não?* (Eliane Catanhêde, *Triângulos não tão amorosos*, 17/2/2004, p. A-2).

No caso específico da coluna de opinião assinada, a interação entre colunista e leitor, como já antecipado em sessão anterior, é de tipo *assimétrico*. Seja quando se dirige diretamente aos personagens da cena política, seja quando se dirige aos leitores em geral, o colunista ocupa uma posição discursiva hierarquicamente superior, que lhe permite falar com e como autoridade. Os leitores-modelo, conforme supostos pelo colunista, não compreendem ou desconhecem certas facetas explicativas, algumas causas, certas nuances dos fenômenos tematizados e, por esta razão, precisam recorrer aos escritos dos colunistas. Por sua vez, os interlocutores mais diretos (políticos e governantes) são tratados como se lhes faltasse alguma competência ou caráter moral para agir da forma acertada, sendo que muitas vezes o colunista lhes dita o modo "correto" de agir.

[38] "Por isso, **tomo a liberdade de sugerir ao ministro Antonio Palocci**, que me parece bem intencionado, embora equivocado no caminho, **que se autoconvide para a reunião do consenso**, marcada de 24 a 28 de maio, na capital dinamarquesa" (...) "É hora, Palocci, de abrir os olhos para essa busca" (Clóvis Rossi, *Vá a Copenhague, Palocci*, 22/4/2004, p. A-2)

Há poucos, mas significativos e relevantes, casos em que o colunista escreve simulando um diálogo direto com um dos representantes das esferas de poder. Este tipo de atividade enunciativa indica e reafirma o caráter de prestígio e autoridade do colunista ao tempo em que, indiretamente, pode produzir no leitor a sensação - dir-se-á "ilusória" - de também estar dialogando com as esferas de poder. Trata-se de um tipo particular de interação em que o colunista faz uma espécie de convite ao leitor para que sua voz seja incorporada à voz do colunista. Desse modo, os dois, fundidos numa única voz, "conversam" com a gente das esferas de poder, com quem, provavelmente, o leitor não terá a possibilidade de fazê-lo efetivamente. O texto seguinte traduz bem este funcionamento (neste caso é especialmente retórico o fato de o pronome escolhido para o colunista se dirigir ao Presidente da República ser o "você", e não "V. Exa.", como preconizam os manuais de etiqueta):

[39] CLÓVIS ROSSI

Quando se perde a alma

PARIS - Quando **você** chama Orestes Quércia de ladrão de carrinho de pipoca e depois pede e recebe o apoio dele; quando **você** passa a vida chamando Paulo Salim Maluf de tudo quanto é nome e depois incorpora o partido dele à sua base de apoio no Congresso; quando **você** inferniza o governo José Sarney e toda a herança dele, inclusive a candidatura de sua filha à Presidência, e depois o transforma em um sábio conselheiro de seu governo; quando **você** diz o diabo de Antonio Carlos Magalhães e depois aceita o apoio dele.

Quando **você** ataca feroz e vigorosamente a política econômica do seu antecessor e depois pratica política idêntica; quando **você** sataniza toda a sua vida o Fundo Monetário Internacional e depois aplica condições (não pedidas) ainda mais draconianas para o acordo com o ex-Satã; quando **você** passa a vida ensinando os outros quais são as políticas sociais certas e depois não consegue fazer a política social certa, a ponto de ter que demitir, em apenas um ano, dois dos responsáveis por elas.

Quando **você** se alia aos antigos inimigos e expulsa antigos companheiros cujo único crime foi o de continuar defendendo o que você defendia até a véspera; quando **você** faz campanha eleitoral prometendo mudanças e inicia o discurso de posse com uma única palavra (exatamente "mudança") e depois muda muito pouco ou nada.

Quando **você** faz tudo isso, você rifou seus princípios, vendeu a sua história e tornou-se um ser amorfo, sem alma, sem projeto, a não ser o projeto de permanecer no poder. Enterra o orgulho pela história já vivida porque não pode permitir que investiguem a sua nova história. Nem **você** mesmo sabe se existe ou não "conduta irregular" de um funcionário seu, como admite agora até o seu líder no Senado, Aloizio Mercadante.

Enfim, tem de jogar o jogo como quase todos jogaram antes de **você**. E fracassaram. Temo que seja tarde para voltar atrás e re-reescrever a história e que um filme velho e triste está sendo reencenado com novo elenco. Novo? (20, 2/2004, p. A-2)

Este tipo de funcionamento interacional sugere que a autoria, em sentido geral, tem sempre algum caráter assimétrico, pois repousa, em maior ou menor grau, sobre a noção de autoridade. Assim, ocupar a posição de autor significa exercer controle sobre o suposto leitor, pressupondo que há algo que ele necessita saber ou apreciar de determinado ângulo e que o autor, por "deter" este conhecimento, pode satisfazer a sua vontade ou necessidade. A relação entre o autor e o leitor-modelo pressupõe, portanto, ainda que idealmente, a relação entre alguém que tem um saber que desperta interesse numa audiência.

3.5.4 Estilo do gênero

Há bastante consenso em se considerar que a noção de estilo é decorrente direta da noção de escolha (cf. Granger (1968), Possenti (1988) e Compagnon (1998)), de modo que somente haverá estilo se houver – e sempre há – possibilidade de escolha. Em função disso um estilo pode ser notado toda vez que, dada uma invariante semântica, pragmática ou situacional, flagra-se um conjunto de escolhas fonéticas, sintáticas ou lexicais (cf. Van Dijk, 1988). O estilo pode ser de um grupo social, de um dialeto, de um gênero, de um autor e, embora não concorde com a suposição de um estilo neutro, van Dijk admite também que há necessidade de estabelecer comparações entre estilos diferentes para explicar cada um isoladamente. Mas, sobretudo, interessa-nos aqui a idéia bakhtiniana de que todos os estilos tendem para o gênero e que é nos gêneros que os estilos são forjados, desenvolvidos, mantidos e transformados.

Pelo fato mesmo de ser concebida como um gênero discursivo que admite a expressão da subjetividade e da singularidade, a coluna de opinião assinada não possui um estilo do gênero bastante homogêneo e, portanto, tão facilmente e prontamente identificável, como ocorre, por exemplo, com a notícia e com o editorial. A questão de fundo é esta: quanto mais um gênero possibilita a presença do estilo do autor, menos rígido é o estilo do próprio gênero; em contrapartida, quanto menos um gênero admite o estilo do autor, mais rígido é o estilo do gênero. Dito isto, buscaremos esboçar uma caracterização do estilo das colunas de opinião assinadas recorrendo a mecanismos de comparação com outros gêneros da esfera jornalística com os quais ele mantém relações de contigüidade ou oposição.

Ao contrário do editorial e da notícia, cujo estilo impessoal inclui uma distância entre o escritor e o leitor e mesmo um total apagamento do “eu” que fala e do “tu” a quem se fala (cf. van Dijk, 1988, p. 74), a coluna de opinião assinada admite a manifestação de um estilo pessoal, de modo que tanto o colunista não se apaga enquanto autor como pode incorporar explicitamente o leitor-modelo ao próprio discurso. Assim, tanto é comum que a coluna se dirija a interlocutores específicos, como é corriqueiro que o colunista expresse em primeira pessoa crenças e opiniões privadas, ainda que não desvinculadas e independentes da perspectiva da instituição jornalística.

Mas há também muitos casos em que, em vez da pessoalidade explícita, os colunistas recorrem à impessoalidade típica do cientista clássico. Isso pode ser explicado tanto pela busca de persuasão, uma vez que esse recurso pode obter como efeito a idéia de verdade supra-individual, objetiva e imparcial, como pela marcação da relação hierarquizada. Dando a entender que ocupa uma posição assemelhada de algum modo à de um cientista, o colunista reafirma a verticalidade da relação que mantém com os seus leitores. Seguem um exemplo:

[40] “São Paulo _ Os dois viveram em mundos muito distintos. Um era materialista a mais não poder. O outro, religioso. Um fenômeno uniu os seus históricos: ambos tiveram a petulância de sobreviver à própria morte. **Está-se** falando de uma dupla curiosa: Vladimir Ilich Ulianov, vulgo Lênin, o santo do comunismo soviético, e Pio Gianotti, o Frei Damião, beato do catolicismo brasileiro” (Josias de Sousa, *Damião encontra Lênin*, 9/6/1997, A-2).

[41] “**A única hipótese de prosperar alguma mudança para melhor é uma lei que só passe a valer daqui a duas eleições – por exemplo, em 2010.** É muito tempo. Mas seria uma forma de marcar uma data para o fim da promiscuidade partidária” (Fernando Rodrigues, *Troca-troca nem fim*, 1/10/2003, p. A-2).

[42a] “A safadeza, **eis o que se deseja realçar**, faz parte do cotidiano do Brasil de hoje tanto quanto a palmeira e o sabiá do Brasil de Gonçalves Dias. As coisas estão mesmo ficando monótonas. Congressistas levam colegas à guilhotina com naturalidade própria de quem se habituou a escanhoar a face diante do espelho todas as manhãs” (...) “**Não se está dizendo** que todos têm culpa. O que se está tentando afirmar é que a convivência com esse tipo de dúvida está na raiz do fenômeno que transforma corrupção em palmeira” (Josias de Sousa, *Jovem Guarda da Corrupção*, 19/5/1997, A-2).

Como ocorre com os demais gêneros jornalísticos, o estilo da coluna de opinião assinada exige de um modo geral as características do estilo de comunicação formal dirigida à elite. Entretanto, observando o contínuo formalidade/informalidade, percebemos que há a exploração de movimentos nas duas direções, de modo que não se poderia dizer que nas colunas de opinião assinadas predomina com exclusividade ou o estilo informal ou o formal, ainda que os textos sejam todos escritos de acordo com a norma culta, conforme prescrita no próprio Manual de Estilo da Folha de São Paulo. Pensamos que se poderia formular assim

a questão: o fundo estilístico geral é de tipo formal, ao passo que o estilo informal emerge e se apresenta como uma saliência e, por isso mesmo, pode adquirir maior visibilidade. Em termos quantitativos, prevalece a formalidade, o que inclusive serve como comprovação de uma comunicação formal e elitizada. Em contrapartida, a menor quantidade de casos com estilo informal é duplamente funcional: mantém o status elitista do gênero e confere relevância e visibilidade à informalidade. Como estilo é escolha e como, neste gênero, a escolha é mais perceptível no caso dos recursos de linguagem informal, o trabalho de estilo individual na coluna de opinião assinada pode ser mais percebido no pólo da informalidade. Esses traços estilísticos mantêm ainda uma ligação direta com a perpetuação da tradição que concebia a crônica jornalística como um gênero de caráter leve, fluido, "ligeiro", bem-humorado, conforme discutimos em seções anteriores.

O estilo das colunas também é determinado em parte pelo fato de elas serem escritas sempre premidas pelo prazo rápido, assim como se dá com as notícias (cf. Van Dijk, 1988). Assim, a escrita das colunas deve ser rápida e, para evitar problemas, faz-se necessário que a função seja delegada a escritores experientes e bastante hábeis. Estes, em geral, terminam por criar um estilo pessoal que também os auxilia a escrever eficientemente premidos por tempo tão exíguo. Além do mais, em função do espaço reduzido, o estilo de escrita deve ser muito compacto (com bastante uso de nominalizações, orações encaixadas, especialmente as relativas).

3.5.5 Composição

Por ter como função possibilitar a expressão de comentários individuais em estilos também individuais, a coluna de opinião assinada não apresenta uma estrutura composicional fixa e altamente previsível, como é o caso, por exemplo, da notícia e do editorial. É que a composição da notícia e do editorial são pré-definidas institucionalmente, constituindo-se em modelos gerais para serem atualizados e "preenchidos" por cada redator, solicitado a ocupar uma autoria institucional. No caso das colunas, pode-se falar apenas em tendências gerais e, ainda assim, levando em conta que a concepção do autor-colunista possibilita a ele um certo grau de liberdade quanto ao modo escolhido para compor os textos empíricos. Como veremos à frente, ao discutirmos e analisarmos o trabalho do autor-colunista, um dos modos de evidenciar este trabalho consiste justamente em não

seguir a tendência geral quanto à composição da coluna e acionar uma outra *forma histórica* para composição de textos. Entretanto, a relativa liberdade de que dispõem os autores-colunistas não abona pensar que a coluna assinada tem sua composição reinventada a cada vez que é escrita. Mesmo não rigidamente, há uma composição geral composta de seções recorrentes: nome do colunista no topo do texto, título logo abaixo, cidade onde se encontra o colunista e corpo do texto. No início do texto é bastante comum haver uma citação ou paráfrase do que disse alguém de prestígio social e a conclusão tende a apresentar uma síntese da réplica do colunista em relação aos enunciadores por ele acionados. Prevaecem duas formas gerais de acabamento dos textos:

a) o colunista apresenta explicitamente uma (ou mais de uma) conclusão para o texto:

[43] "**Conclusão 1:** os EUA cometem excessos para fazer o que o Brasil nunca faz, que é defender suas empresas. **Conclusão 2:** quem diz o que quer ouve o que não quer. Bem feito!" (Eliane Catanhêde, *Sorry, periferia*, 23/1/2000)

[44] "Serra é paulista. Roseana é maranhense. Um homem e uma mulher. Uma chapa difícil de ser viabilizada. **Mas capaz de causar barulho.**" (Fernando Rodrigues, *Serra e Roseana*, 24/1/2000, p. A-2)

[45] "**Resumo da ópera:** 15 anos após o fim do regime dos generais, sua história real está longe de ser contada por inteiro, e as feridas, cicatrizadas" (Mário Magalhães, *Striptease da história*, 25/1/2000, p. A-2)

b) o colunista deixa perguntas "no ar" e convida a leitor a se posicionar sobre elas:

[46] "Hoje, porém, a rede de proteção pode estar sendo abandonada, por desnecessária. **Com as coisas mais ou menos em ordem, interna e externamente, chegou a hora de os adversários voltarem à carga contra Malan?**" (Eliane Catanhêde, *Malan e Serra*, 27/1/2000)

[47] "Isso posto, é inqualificável o governo entrar num troca-troca infernal para aprovar as reformas. **Por que FHC tem de se trancar com Maluf, Luís**

Eduardo Magalhães e Luiz Carlos Santos para o PPB votar a favor? Será que foi só um pretexto? (Eliane Catanhêde, *Pretexto adquirido*, 12/2/1998)

Seguindo uma regra típica do jornalismo, a *coluna de opinião assinada* possui um tamanho rigorosamente fixo. E, no caso específico da *Folha de São Paulo*, o texto é distribuído por vários parágrafos de tamanho curto, ainda que tal simplicidade na estrutura do parágrafo seja contrabalançada com uma sintaxe interna mais complexa, especialmente com o uso de variados operadores semântico-pragmáticos. É comum que o parágrafo inteiro coincida com apenas um período, elaborado em torno de até três conexões semântico-pragmáticas. Essas duas características opostas (texto/paragrafação simples e sintaxe complexa) atendem ao propósito de conferir leveza ao texto sem perder a densidade argumentativa. Ademais, elas se coadunam com o caráter dialógico/interativo e, simultaneamente, hierárquico das colunas, de modo que a paragrafação simples pode aproximar os interlocutores do colunista ao passo que a estratégia argumentativa complexa tende a delimitar os seus lugares hierárquicos.

Como dito acima, em relação ao tamanho do texto o colunista não goza de liberdade de escolha individual. É por isso que, dada a interdição em torno da opção por um tamanho de texto maior ou menor, as escolhas individuais se manifestam por vezes no movimento de deslocamento de outros *tipos históricos* (carta, e-mail, receita, resumo de filme, poema, para citar alguns) e sua colocação a serviço dos propósitos comunicativos típicos da coluna de opinião assinada, ainda que o modelo deslocado tenha que se acomodar ao mesmo espaço e tamanho da coluna. O que acontece nestes casos é que, como já foi sugerido antes, a autoria emerge também como resposta e escape a um conjunto de limitações impostas ao autor.

3.5.6 Espaço-tempo de circulação na comunicação jornalística

As colunas de opinião assinadas apresentam um alto grau de rotina por se tratarem de publicações diárias veiculadas em seção fixa do jornal. Desse modo, ocupando um espaço curto e circulando com periodicidade definida (via de regra diária), a coluna se caracteriza como um gênero "rápido", tanto por se constituir como uma reação imediata aos acontecimentos e discursos recentes como por ser mais comumente lida de modo rápido pelos leitores. Colunista e leitor, nos dois pólos da constituição destes textos, são premidos a dar respostas rápidas aos a-

contecimentos da ordem do dia. Esse traço mostra, por um lado, algumas aproximações da coluna com o editorial e, por outro, o seu distanciamento em relação ao artigo de opinião, pois este último, por ser encomendado, por dispor de espaço maior e por não ser diário, pode ser elaborado com vagar e com tempo para consultas, em suma, usufruindo de condições de produção menos coercitivas. Essa característica reafirma o caráter de prestígio da autoria na coluna: para fornecer respostas analíticas e opinativas rápidas, mas com credibilidade e estilo individual, faz-se necessária a mão de um autor experiente, hábil, experto.

O lugar social-geográfico de onde falam os colunistas da Folha de São Paulo é incorporado à própria composição dos textos, como pode ser visto a seguir:

[48] "BRASÍLIA - José Alencar esperneou, a Fiesp exigiu, a Força Sindical ameaçou, os petistas moderados e radicais esbravejaram, até o presidente Lula, ao pé do ouvido de Palocci, implorou. E o Banco Central, enfim, reduziu as taxas de juros. (Valdo Cruz, *O medo do soluço*, 19/06/2003, P. A-2).

[49] "RIO DE JANEIRO - Como o comprimento das saias e o corte do cabelo, as palavras costumam ir e vir no dia-a-dia de nosso vocabulário básico. Palavras saem de moda e retornam, e uma delas, com significado óbvio, é "saco", que, para todos os efeitos, já tinha dois significados, o de saco mesmo, e o de coisa chata, sacal. (Carlos Heitor Cony, *Saco de espantos*, 19/06/2003, p. A-2)

[50] "SÃO PAULO - Além da Constituinte e da queda de Collor, o fato político mais importante desde a ditadura é a adesão definitiva do PT ao establishment. Lula é outro episódio de renovação do continuísmo - a história do Brasil em duas palavras". (Vinicius Torres Freire, *Lula e a renovação do continuísmo*, 23/06/2003, p. A-2)

Assim, o leitor é sempre informado sobre a cidade na qual o colunista se encontra e de onde ele enuncia. Relevante, neste caso, é perceber como este tipo de informação se coaduna com o caráter de prestígio da autoria: é que, via de regra, os lugares sociais-geográficos correspondem a centros de poder dentro ou fora do país. Deste modo, todo dia, salvo quando estão em viagem pelo mundo, há um colunista enunciando de São Paulo, outro de Brasília e um outro do Rio de Janeiro, isto é, dos centros de poder econômico e político do Brasil. Deste modo, não há colunista da Folha enunciando de Recife, Teresina ou Porto Alegre; nem de

Campinas, Pedro II ou Jataí. Já quando os colunistas saem em viagens internacionais, o nome da cidade onde eles se encontram passa a substituir uma das três cidades brasileiras e, nestes casos, eles passam a falar de centros de poder mundiais. Resumindo: a menção a estes lugares tem uma clara função retórica na medida em que entra como elemento importante para a composição de uma cena genérica que confere autoridade ao colunista para dialogar com leitores de elite. Brincando, poderíamos dizer que este funcionamento perpetua a relação entre metrópole, aqui representada pelos colunistas, e colônia, aqui representada pelos leitores tupiniquins.

3.5.7 Temas

Em geral, considera-se intuitivamente como tema ou tópico aquilo sobre o que trata um texto em termos globais. Para van Dijk (1988, p. 31), somente se pode falar de tópicos em termos de uma semântica global, pois o tópico ou tema não se refere ao significado de uma sentença, mas a largas partes do discurso, o que equivale a dizer que se trata de um conceito de nível global. Já para Bakhtin (1929) a noção de tema é bem mais ampla e abrange o sentido não reiterável e único de um texto completo para uma dada situação, sendo determinado tanto por elementos verbais como não-verbais. Forçando uma aproximação entre dois, diríamos que o tema de Bakhtin se aproxima da noção de macroestrutura de van Dijk, pois esta também é vista como determinada pela situação.

No caso específico das colunas de opinião assinadas, pelo fato de elas serem textos com forte caráter argumentativo, os temas aparecem co-determinados pelos pontos de vista. É que na grande maioria dos casos, muito mais do que girar em torno de um tópico propriamente dito, a coluna gira em torno de pontos de vista defendidos por outros sujeitos. Por isso é comum que o texto de um colunista tenha como principal função comunicativa refutar ou "reparar" um outro ponto de vista, em vez de prioritariamente tratar de um dado tema. Mas é claro que isso não indica ausência de tópicos determinados, mas apenas que eles aparecem determinados pelo ponto de vista e, nesta condição, podem ser obviamente inferidos.

Vistos no conjunto de um jornal inteiro ou numa amostra de vários jornais, os temas das colunas são abundantemente diversos e até certo ponto pouco previsíveis. Entretanto, se observados em uma mesma coluna, eles são bastante previsíveis dado que as colunas são gêneros com alto grau de especialização temática.

Em ambos os casos, os tópicos não resultam de escolhas propriamente individuais dos colunistas, mas de algum modo são consequência daquilo que, pela mídia e pelas outras esferas de poder, é considerado relevante. Funcionando como uma ressonância avaliativa das notícias e reportagens publicadas no próprio jornal, os colunistas praticamente são premidos a tematizar certos assuntos e não outros. Não menos importante é o fato de que é bastante comum um mesmo texto apresentar mais de um tópico principal ou justamente eleger como tópico principal a relação temática entre dois ou mais tópicos.

A tendência geral é a seguinte: os tópicos das colunas decorrem dos tópicos das notícias que, por sua vez, são derivados dos assuntos focados pelos centros de poder. Esse funcionamento evidencia o caráter fortemente polifônico da determinação temática deste gênero, dado que a escolha dos temas envolve, minimamente, as instituições sociais irradiadoras de opinião, os editores do jornal (por "selecionarem" a pauta de notícias), os leitores-modelo e anunciadores (por influenciarem, por razões mercadológicas, a escolha dos editores) e os próprios colunistas. No caso específico da *Folha de São Paulo* chama a atenção a preponderância de temas ligados às esferas do poder público, especialmente federal, e, em contrapartida, a inexpressiva presença de temas ligados à iniciativa privada. Assim, se os colunistas se revelam contumazes fiscais do governo, o mesmo não pode ser dito em relação ao mundo empresarial da iniciativa privada, o que serve para corroborar o caráter altamente ideológico da tematização nos gêneros.

Na página 2 da *Folha de São Paulo* há um único caso de um colunista cuja temática não segue rigorosamente a tendência geral comentada acima. Trata-se de Carlos Heitor Cony, cuja coluna apresenta uma abrangência temática mais diversificada do que as outras, conquanto coincida em várias publicações diárias. Assim, embora por vezes fale dos mesmos temas políticos e sociais presentes nas colunas de Clóvis Rossi, Eliane Catanhêde, Fernando Rodrigues e Elio Gaspari, é significativo o número de edições em que os seus textos tematizam assuntos de outra natureza, especialmente fatos da sua vida privada, dos amigos, e do passado. Ao fazer uma escolha mais pessoal da temática a ser abordada, Cony menos realiza a postura da autoria no gênero e mais se mostra como um autor no gênero. Neste aspecto, a sua coluna se aproxima das assim chamadas crônicas jornalísticas e pode ser considerada um típico caso de nebulosa. Contudo, seria problemático não considerá-la uma coluna de opinião, dado que ela comunga *n* característi-

cas com os textos dos outros jornalistas da mesma página: circula no mesmo suporte e na mesma página e seção, apresenta a mesma composição geral, segue a mesma periodicidade, tem o mesmo tamanho, é dirigida ao mesmo tipo de leitor.

Retomada e síntese

Como tentamos evidenciar em alguns momentos, as categorias apresentadas acima para caracterizar a coluna assinada estão intensamente inter-relacionadas de modo que cada uma delas tanto influencia como é influenciada pelas outras. Portanto, não seria proveitoso nem em termos descritivos nem explicativos tomá-las isoladamente, a não ser por necessidades estritamente didáticas e/ou metodológicas. Em função disso iremos fazer a leitura e a análise de uma coluna, usando como ferramenta a noção de gênero do discurso e visando articular e as diversas categorias apresentadas acima como sendo características das colunas de opinião.

[51] CLÓVIS ROSSI

Futebol, a tribo e o globo

LISBOA – Está para sair um livro de **Franklin Foer, editor-assistente da revista norte-americana "New Republic"**, em que ele defende a **ousada** tese de que não há nada mais globalizado que o futebol.

No número mais recente da **trimestral "Foreign Policy"**, **Foer** faz um resumo do livro para dizer que, **"de muitas maneiras, o belo jogo (o futebol) revela muito mais sobre os limites da globalização que sobre suas possibilidades"**.

Pode ser, mas o futebol globalizado está se tornando um negócio tão formidável que o faturamento do clube mais rico do mundo, o inglês Manchester United, bateu, na temporada 2002/03, na espetacular marca de **£ 251,4 milhões (algo como R\$ 905 milhões)**, dinheiro para fazer inveja a qualquer empresa de setores mais tradicionais.

O impacto do futebol é tamanho que Lisboa está tomada pelos preparativos e pela propaganda para a Eurocopa, **o torneio europeu de seleções**, que começa em junho em Portugal. É impossível, mesmo para o mais distraído que desembarque na capital portuguesa, não entrar em contato visual com alguma coisa relacionada ao torneio.

Os portugueses até exageraram: em vez de simplesmente reformar, derubaram estádios e construíram novos no lugar (ou ao lado, em alguns casos). Isso deve ter ajudado o país a superar uma renitente desaceleração econômica.

É verdade que, aqui e ali, há respingos sobre o quanto se poderia fazer pela saúde e pela educação com o dinheiro enterrado no cimento dos estádios. Há igualmente **comentários ranzinzas** sobre a "cara" do Alvalade, **o estádio do Sporting de Lisboa**, que parece feito das mesmas pedrinhas do Borba Gato, que os paulistanos adoram odiar.

Mas aposto que, na hora em que começarem a pipocar os turistas para ver os jogos, os portugueses reservarão os resmungos para Luiz Felipe Scolari se ele não conseguir dar o título aos anfitriões.

Globalizado ou não, futebol ainda é uma questão tribal. (Folha de São Paulo, 5/3/2004, p. A-2)

A coluna de opinião assinada transcrita acima, de autoria de Clóvis Rossi, não possui um único tema, mas gira em torno das interseções de vários temas: futebol, globalização, cultura, política. A macroestrutura semântica do texto pode ser formulada pelo leitor tendo como pistas mais diretas o título e o último parágrafo, apesar de ser necessário levar em conta obviamente o que o colunista diz ao longo do texto. É bem provável que o intuito discursivo do colunista gire em torno da expressão de uma opinião que envolva as relações entre futebol, globalização e "tribo". O texto é construído como reação-resposta a uma opinião do jornalista americano Franklin Foer e está a serviço da expressão de um comentário avaliativo de um jornalista da *Folha de São Paulo*. A fim de mostrar que há uma opinião pessoal-profissional que deve ser tomada como lhe sendo própria, o jornalista comenta outras opiniões, mas demonstra que elas têm validade limitada e que, se não são no todo inconsistentes, requerem, ao menos, um "reparo" ou "ajuste" semântico-discursivo. Assim, no terceiro parágrafo, Rossi faz um "reparo" à opinião do jornalista americano e no oitavo parágrafo redimensiona ou requalifica os comentários da opinião pública portuguesa, dando a entender que a opinião mais consistente é a sua própria. O texto apresenta uma única marca explícita da primeira pessoa ("*aposto*", oitavo parágrafo), mas suficiente para garantir que há uma autoria assumida e que não se trata de um texto institucional.

A coluna marca o seu lugar geográfico-social de produção (*Lisboa*), indicando que o jornalista se encontra nesta cidade, de onde escreveu a coluna, o que serve para caracterizar a cena genérica como geopoliticamente assimétrica. Integrado a esta cena há o fato de o jornalista explicitar que tem acesso primeiro a um livro que ainda será publicado e a uma revista internacional, os quais, presumidamente, são de desconhecimento dos seus leitores. Desse modo, tendo, em relação

aos seus interlocutores, primazia de acesso a fontes internacionais, o autor funciona como um porta-voz para os leitores brasileiros, o que caracteriza uma relação entre, digamos, um autor cosmopolita e um leitor provinciano ("tupiniquim"). Há várias evidências de que o colunista presume que o leitor desconhece uma série de informações, e, por isso, o texto tem um forte tom assertivo, especialmente em relação ao uso de nomes próprios cujos referentes pertencem ao mundo europeu, como "Franklin Foer", "New Republic", "Manchester United", "Eurocopa", "Alvalade", todos devidamente explicados pelo uso de estruturas informacionais apositivas ou adjetivas. Em outras palavras, o leitor-modelo é tipicamente um brasileiro cujo conhecimento de mundo é circunscrito à realidade brasileira, o que pode ser corroborado também pelo fato de que o único nome próprio que figura sem aposto ou adjetivação é o de Luiz Felipe Scolari, não à toa um brasileiro.

Entretanto, se o colunista pode ser acusado de "presunçoso" em decorrência das origens das fontes e das citações e da ostentação do lugar geográfico-social, o mesmo não se dá se se pensar pela óptica da macrossintaxe do texto. Trata-se de uma macrossintaxe bastante simples uma vez que constituída de muitos mas curtos parágrafos, inclusive quatro deles (o primeiro, o segundo e os dois últimos) constituídos de um único período. Ou seja, quanto a este aspecto, o autor mantém uma relação horizontal com o seu leitor, uma vez que não ostenta o domínio de estruturas de escrita complexas e eruditas. Em outras palavras, do ponto de vista da informação conteudística e da intertextualidade, a relação tende para uma assimetria, ao passo que, do ponto de vista do estilo sintático, a relação tende para a simetria. Esta aparente contradição pode ser justificada pela preocupação do jornalista em não desagradar os seus leitores. Ou seja, embora assuma um tom assertivo com base numa reduzida aposta no conhecimento enciclopédico do seu leitor, o colunista escreve numa sintaxe que é amplamente conhecida pelo leitor, o que lhe oferece segurança para continuar a leitura e, portanto, sentimento de pertencimento a um lugar geográfico-social elitizado.

A análise que fizemos acima, vários momentos, recorre à categoria do autor e à noção de autoria. É que estamos pleiteando aqui que a noção de autor e de autoria desempenham papel crucial para a explicação e interpretação dos textos quando tomados como pertencendo a gêneros de discurso. Com isso estamos já anunciando o próximo capítulo, que tem como um dos seus objetivos centrais discutir as correlações teóricas e analíticas entre as noções de gênero e de autoria.

CAPÍTULO 4

A AUTORIA NOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS E NA COLUNA DE OPINIÃO ASSINADA

Nossa tarefa agora é promover uma reflexão conjunta entre autoria e gêneros, observando em que medida um conceito tem implicação sobre o outro e também em que medida um conceito pode contribuir para a explicação do outro. Como já sugerido antes, suspeitamos aqui que a autoria pode ser mais bem explicada se for pensada como uma categoria presumida pelos gêneros. Por outro lado, também pleiteamos que a explicação do funcionamento dos gêneros pode avançar teoricamente se incorporar a observação da postura de autoria presumida pelos gêneros e o trabalho efetivos dos autores empíricos.

4.1 Modalidades de autoria

Quando focalizamos um texto individualmente podemos observar que ele apresenta uma autoria empírica, isto é, que há uma "instância de agentividade" individual ou institucional macro-responsável pela enunciação de tal texto, comumente designada por um nome próprio. Esse modo de olhar a autoria específica de um texto ou obra aponta para autores empíricos individuais (*Clóvis Rossi, Eliane Catanhêde*, por exemplo) ou institucionais (*Folha de São Paulo, Governo Federal*). Mas o olhar pode privilegiar também o genérico (no sentido mesmo de gênero), como o faz Bakhtin (1979d), ao mostrar que, quando se pensa a autoria *no gênero* e não em um *texto empírico*, fica evidenciado que esta não se refere à pessoa física (empírica), mas a uma postura de autoria inscrita no próprio gênero e caracterizada por sua macro-responsabilidade enunciativa. Em outras palavras, a forma da autoria num conjunto de enunciados singulares termina por constituir a própria concepção da *autoria do gênero*. Mas é claro que este modo de observar o fenômeno exige uma metodologia que se ocupe não de um ou outro texto individual, mas de um conjunto de textos, isto é, faz-se necessária uma descrição mínima de um *corpus* composto de textos pertencentes a um mesmo gênero. Contudo, queremos deixar claro que, para nós, não há contradição ou exclusão entre autoria empírica e autoria no gênero. É que, se é certo que os autores empíricos produzem textos tendo como parâmetro sócio-histórico a postura de autoria presumida

pelo gênero, por outro lado, também é verdade que a autoria no gênero é (re)construída tendo por fundamento o trabalho concreto dos autores empíricos. Em suma, a relação entre os dois é de mútua dependência, de modo a podermos falar tanto da postura da autoria no gênero como da postura de autores individuais.

Em função disso, pleitearemos aqui que, em sentido amplo, reside em todo gênero uma dada concepção de autoria, o que implica dizer que saber usar minimamente um gênero pressupõe compreender a função que a autoria nele desempenha⁸¹. Pode ser que a autoria do gênero seja *institucional*, como ocorre, por exemplo, com editorial de jornal, bula de remédio, aviso de licitação, edital de concurso, cujo processo de elaboração exige que o redator saiba apagar (ou não manifestar) as marcas lingüístico-textuais ligadas à sua individualidade para dar a entender uma voz institucional (e não pessoal), comumente associada a efeitos de objetividade, neutralidade e/ou credibilidade.

Na autoria institucional fica bem evidenciado o caráter discursivo, tomada no sentido de representação e construção histórica, da postura do autor. É que nestes casos o locutor necessita apagar os traços que poderiam apontar para o indivíduo empírico produtor do texto e fazer emergir um papel institucional. Isto é, é necessário enunciar de uma perspectiva supra-individual. Para alcançar este efeito os locutores comumente fazem uso de várias estratégias lingüístico-textuais, tais como: ausência de pronomes e desinências verbais de primeira pessoa do plural; privilégio de marcas de impessoalização do sujeito. Ademais, em função de cada gênero de discurso específico, a autoria será assegurada pela textualização de uma espécie de intuito discursivo global típico de cada gênero, já presumido para aquela situação. No caso, por exemplo, de uma bula de remédio, o intuito discursivo típico será informar acerca das propriedades físico-químicas do medicamento e orientar os consumidores acerca dos usos do remédio.

Por outro lado, pode ser que a autoria do gênero seja de feição *individual*, quando o autor fala em primeira pessoa e em seu próprio nome, assumindo e/ou dando a entender que o texto decorre de uma macro-responsabilidade enunciativa de caráter pessoal (e não institucional). Este tipo de autoria pode ser esquematizado

⁸¹ É claro que existem muitos gêneros que circulam anonimamente e cuja constituição decorre em grande parte do fato de circularem necessariamente de modo anônimo. Por esta razão, no sentido lato, até se poderia falar que o anonimato pode ser visto mesmo como um tipo de autoria, definido em termos de uma macro-responsabilidade inominável e não identificável.

camente dividido em dois subtipos. Pode tratar-se de uma autoria *pessoal-privada*, como cartas pessoais, e-mails, crônicas, diários pessoais, quando o autor fala em nome de sua pessoa privada, enquanto *um* indivíduo. Ou pode ser o caso de uma autoria *pessoal-profissional*, quando o autor fala em seu nome, mas na condição de representante de um certo grupo profissional, como ocorre com muita frequência com artigos de opinião e colunas de opinião assinadas.

Parece bem óbvio que a autoria institucional *tende* a se manifestar mais plenamente em gêneros com algum grau de padronização e estereotipia, como havia sugerido Bakhtin (1979d), ao passo que a autoria individual, por sua vez, *tende* a se manifestar mais plenamente em gêneros caracterizados pela *plasticidade* e *maleabilidade*. Contudo, as duas tendências indicadas acima somente têm validade explicativa se e quando os gêneros estiverem sendo usados em acordo com os *tipos históricos* canônicos, ou seja, quando estiver fortemente preservada a correlação forma/função. Porém, e obviamente, as coisas nem sempre ocorrem deste modo. Isto é, a *relativa* estabilidade dos gêneros, vista mais comumente em relação aos mecanismos de textualização internos, também pode ser afetada em relação ao funcionamento sócio-comunicativo global, quando, por exemplo, há alguma recusa pela indexação do gênero a um uso consagrado ou às suas funções típicas. Começemos por observar o que ocorre com a propaganda de cosméticos abaixo, extraída de uma revista semanal:

[52]

CURRICULUM VITAE

Dados Pessoais

Não é da sua conta.

Idade

Bem menor que a sua.

Experiência

De vida.

Línguas

Só uma, comprida e vermelha.

Salário pretendido

Não te interessa.

Referências

Mamãe, ela diz que sou o máximo.

O que temos acima é o uso do *tipo histórico currículo vitae* para realizar funções sócio-comunicativas que **não** são aquelas tipicamente previstas por e para ele. Isto é, a função de descrever a vida profissional de um sujeito para fins de promoção pessoal e submissão a postos de trabalho – típica de um currículo vitae – é aqui substituída pela função geral de promover a venda de um produto, utilizando-se para isso de subfunções, tais como envolver ludicamente a leitora/consumidora e promover um tipo idealizado de mulher com a qual esta possa se identificar. É fácil perceber que há *entrecruzamento* e *superposição* entre os *tipos históricos* currículo vitae e a propaganda, de modo que o currículo vitae, desenhado de suas funções estáveis, passa a funcionar momentaneamente numa *zona de intergenericidade*, ou seja, num lugar que redimensiona sua forma e função na medida em que elas são “contaminadas” pela forma e função do gênero propaganda.

Uma possível leitura particular dos significados específicos do texto acima poderia indicar que, com o objetivo de idealizar um modelo de mulher independente, corajosa e “sem papas na língua”, o criador da propaganda faz com que a personagem feminina que enuncia o texto recuse coerções institucionais através da violação do cânone de um modelo global de gênero de discurso. Como é óbvio, o currículo vitae tipicamente semiotiza uma relação assimétrica entre candidatos a emprego e empresas através de uma série de perguntas indiretas a serem respondidas objetivamente, com total ausência de subjetividade e estilo pessoal. No caso, o criador da peça publicitária simula uma não obediência a tais coerções, na medida em que a personagem feminina “desaforadamente” diz o que bem quer dizer, impondo sua própria subjetividade, decorrente também da instauração de um interlocutor (normalmente apagado nos usos corriqueiros do currículo). Em termos bakhtinianos, poderíamos dizer que este texto empírico se constitui numa réplica ao *tipo histórico* currículo vitae, inclusive, fazendo de tal gênero um comentário avaliativo. Ou seja, não se trata de uma mera “reposição em circulação” de um modelo de gênero, mas de um processo de apropriação e de reinterpretação de um *tipo histórico* de texto. Como conseqüência de tal uso, da perspectiva do leitor, trata-se de um texto com grande probabilidade de ser percebido como inusi-

tado, surpreendente e com um caráter de novidade. Não se poderia deixar de comentar também que tal uso proporciona uma refração das intenções comunicativas, uma vez que várias intenções estão superpostas: a de vender um produto, a de proporcionar diversão, a de simular comportamentos, a de difundir uma concepção de mulher. Aliás, refranger intenções é uma das características mais típicas do gênero propaganda.

Vejamos mais um outro exemplo na mesma linha:

[53]

Os livros Diógenes acham-se internacionalmente introduzidos na biblioterapia

Posologia

As áreas de aplicação são muitas. Principalmente resfriados, corizas, dores de garganta e rouquidão, mas também nervosismo, irritações em geral e fraqueza de concentração. Em geral, os **Livros Diógenes** atuam no processo de cura de quase todas as doenças para as quais prescreve-se descanso. Sucessos especiais foram registrados em casos de convalescença.

Propriedades

O efeito se faz notar pouco tempo após o início da leitura e tem grande durabilidade. **Livros Diógenes** aliviam rapidamente a dor, estimulam a circulação sanguínea e o estado geral melhora.

Precauções/riscos

Em geral, os **Livros Diógenes** são bem tolerados. Para miopia aconselham-se meios de auxílio à leitura. São conhecidos casos isolados nos quais o uso prolongado produziu dependência.

Dosagem

Caso não houver outra indicação, sugere-se um livro a cada dois ou três dias. Regularidade no uso é o pressuposto essencial para a cura. Leitura diagonal ou desistência prematura pode interferir no efeito.

Composição

Papel, cola e cores na impressão. **Livros Diógenes** são ecologicamente produzidos. Neles são usados papéis de madeira sem cloro e sem ácidos, o que garante alta durabilidade.

Também no caso de boa saúde garante-se
ótima distração.

LIVROS DIÓGENES

São menos aborrecidos.

Fonte: Ulla FIX (1997:100), traduzido e citado em Marcuschi (2000, p. 26).

Aqui a estratégia geral de construção do texto é praticamente idêntica ao do caso anterior, sendo que neste caso o criador da peça publicitária promoveu o “desenquadre” de uma bula de remédio, que deixou de ser usada para descrever as propriedades físico-químicas de um medicamento e para orientar os consumidores sobre os modos de ingestão de tal medicamento – funções típicas de uma bula de remédio -, passando a ser usada no “quadro” do gênero propaganda e tendo como função geral promover a venda de um produto, embora de modo indireto e não ostensivo. Também neste caso há uma apropriação e uma reinterpretação de um *tipo histórico* de texto e, como no caso anterior, existe refração das intenções comunicativas e muito provavelmente tal texto será percebido pelos leitores como diferente, inusitado e surpreendente.

Podemos dizer que estes dois casos são indicadores de autoria (tomada sobretudo no sentido de singularidade) pelo fato de que eles ostentam que o produtor do texto operou deliberadamente superposições entre formas e funções de mais de um gênero, gerando um texto que, com grande probabilidade, será percebido como exibindo estranhamento e singularidade. A julgar pelos dois exemplos acima, tal efeito de novidade e de estranhamento parece ter mais visibilidade porque, por um lado, as categorias esquemáticas dos gêneros foram rigorosamente mantidas, inclusive na mesma seqüência (nos dois exemplos acima tanto as categorias esquemáticas do currículo como as da bula de remédio são mantidas), e, por outro, porque elas foram “preenchidas” por conteúdos proposicionais inesperados ou diferentes em relação ao que habitualmente acontece. E é esse jogo de *manutenção da macrossintaxe* e de *modificação da macroestrutura* que produz estranhamento na medida em que se pode perceber que um gênero está presente, mas, ao mesmo tempo, aparece “desenquadrado” do ponto de vista de uma semântica global.

Por se tratar muito mais do que uma mera atualização de um modelo de gênero, o produto textual indica um trabalho de escolhas no nível funcional do gênero e aponta para claras operações de apropriação e de reinterpretação da *relativa estabilidade dos gêneros*. De um certo modo, o autor se contrapõe ao *tipo his-*

tórico na medida em que faz com que ele possa servir a propósitos comunicativos distintos daqueles a que canonicamente se presta. Como consequência, as pessoas poderiam fazer comentários do tipo: "esta propaganda é criativa"; "o cara que inventou a propaganda é muito criativo"; "gosto muito desta propaganda". Ou seja: esse tipo de texto chama a atenção tanto para o produto simbólico como para o processo de criação de tal produto e aponta para o trabalho individual de um sujeito.

Trouxemos estes dois exemplos porque eles funcionam como indícios para se refletir acerca das relações entre gêneros padronizados e plásticos e a autoria (especialmente quando tomada no sentido específico de produção de textos que podem ser percebidos com alguma singularidade). O mais provável é que, em linhas gerais, dê-se o seguinte:

(a) *gêneros padronizados* colocados em funcionamento segundo suas funções estáveis são *refratários* à manifestação do trabalho individual do autor. O sujeito que desejar produzir exemplares destes gêneros nesta perspectiva deve apagar-se enquanto agente produtor, aceitando a indexação do gênero a usos consagrados, ocupando uma postura de autoria que prevê o apagamento da individualidade e "preenchendo" as categorias esquemáticas do gênero com conteúdos proposicionais também previstos. Na perspectiva do leitor, esses gêneros se caracterizam pelo fato de não suscitarem a curiosidade de se saber qual instância humana produziu empiricamente o texto e haver grande probabilidade de se prever a intenção comunicativa global do texto. São casos em que *tipos históricos* de enunciado são apenas repostos em circulação atualizando um modelo e uma postura de autoria. É isso o que ocorre com bulas de remédio, currículos, requerimentos, receita culinária, ata de condomínio, edital de concurso e muitos outros.

(b) *gêneros maleáveis* constituem os modelos de gênero típicos para manifestação do trabalho individual do autor pelo fato de eles facultarem aos sujeitos produtores um certo grau de "liberdade" na elaboração individual de textos empíricos, tanto em relação aos mecanismos internos de textualização quanto aos mecanismos enunciativos. Assim, embora não possam se esquivar inteiramente das "orientações" funcionais do gênero, os agentes produtores podem operar variações em função do seu "intuito discursivo" particular, além de poderem marcar-se subjetivamente no texto. Da perspectiva do leitor adquire importância o conhecimento do autor do texto, especialmente porque nestes casos ele funciona como uma ca-

tegoria estratégica para o estabelecimento da coerência e do sentido do texto. É o que comumente se dá com o artigo de opinião, a poesia, o conto, a resenha, a coluna de opinião assinada, a carta de leitor, o romance.

(c) Um *efeito de autoria* pode ser observado quando os sujeitos produtores de textos agem sobre gêneros padronizados como se estivessem agindo sobre gêneros maleáveis, ou seja, quando projetam a maleabilidade sobre a padronização. É que esta forma de operar facilmente cria efeitos de novidade e de singularidade, embora, para produzir mais eficazmente o efeito esperado, não deva ser banalizada por usos freqüentes. Como veremos adiante, esta é uma das estratégias usadas por colunistas de jornal.

A propaganda opera freqüentemente no âmbito de c) e o faz certamente porque um dos modos de chamar a atenção para a venda de um produto é simular uma subversão da ordem instituída, incluída aí a ordem do discurso tal como se configura nos próprios gêneros. Fix (1997, citada por Marcuschi (2000) p. 25) enxerga entusiasticamente no ato de burlar o cânone de um gênero uma "tendência pós-moderna de dissolução da racionalidade, inclusive dos gêneros textuais". Pelo que foi dito, poderíamos pensar que há razões para se postular que o gênero propaganda se constitui como intensamente propício para a manifestação do trabalho individual do autor. Entretanto, isso precisa ser observado à luz do anonimato que é constitutivo das propagandas e que aponta para uma certa contradição, pois ao tempo em que este gênero exige de seus produtores um trabalho marcadamente individual de elaboração de textos de modo que eles possam ser sentidos como "novos" e surpreendentes, ao mesmo tempo veda a exibição do nome do agente produtor. Ou seja, se por um lado o processo de elaboração há que ser marcadamente "criativo", por outro o produto deve esconder os agentes responsáveis por esta condição e circular anonimamente. Trata-se de um anonimato fingido, pois o produtor cria uma peça publicitária para circular à moda dos provérbios, como se portasse verdades ancestrais, coletivas, imemoriais. Se circulasse como de autoria de um sujeito x, essa manipulação das supostas verdades coletivas e inquestionáveis não surtiria efeito.

E, assim, a propaganda se caracteriza em larga escala por exibir textos que resultam de um intenso trabalho individual de um autor, mas seu funcionamento e sua circulação impedem a veiculação do nome do autor. Brincando, poderíamos dizer que, contraditoriamente, as propagandas são gêneros de discurso ao mesmo

tempo com autores e sem autores. Isso pode ser explicado pelo fato de a propaganda ser um gênero absolutamente institucional no sentido de que está a serviço de uma empresa e que, em função dos objetivos comerciais que não podem ser abertamente assumidos, necessita ocultar ou dissimular tanto estes objetivos como a responsabilidade enunciativa. É neste sentido que Maingueneau (1998) comenta o fato de os textos publicitários fazerem bastante uso de estratégias lúdicas para ocultar o fato de que invadem a privacidade das pessoas, sem a elas pedir licença.

É óbvio que um estudo da autoria na propaganda exigiria incursões pelos campos da comunicação, da sociologia, da psicanálise e de outros domínios, tarefa que não constitui objetivo nosso. Se trouxemos estes dois exemplos foi porque esta operação de *desenquadre dos gêneros* (tão recorrente na propaganda) ocorre também com as colunas de opinião assinada e o cotejo com outro gênero pode indicar que outras operações devem ser levadas em conta para se postular em que medida o desenquadre dos gêneros é um indício de autoria. Parece-nos, por enquanto, que o desenquadre por si só não assegura que o texto circule socialmente como possuindo autores individuais. Uma outra condição essencial é a presença da macro-responsabilidade explícita por um intuito discursivo. Como a propaganda necessita mesmo ocultar o "real" intuito discursivo, a análise dos seus mecanismos de autoria torna-se amplamente complexo, e se revela num interessante campo para estudos e pesquisas.

Retomando a noção de autoria individual apresentada acima, queremos afirmar que não podemos olvidar o fato de que há casos em que, ainda que não se tente apagar, também não se pretende evidenciar as pegadas de uma autoria individual, como se dá freqüentemente com exemplares de colunas de opinião assinadas e artigos de opinião, situação em que a autoria individual pode ser *inferida* por parte do leitor, embora não se encontre explicitamente marcada no corpo do texto. Esta última circunstância sugere que há razões para se pleitear que sempre é possível reconhecer a autoria individual de textos empíricos pertencentes a gêneros que admitem a expressão de tal modalidade de autoria. É que ela pode ser atribuída pelos leitores, já que todo uso de textos caracteriza-se por ser sempre dialógico, interacional e inferencial. Por isso, embora marcas lingüístico-discursivas sejam relevantes para a construção da autoria individual, elas nem são suficientes nem absolutamente necessárias, pois a autoria pode ser inferida e atribuída via

trabalho e apreciação dos próprios leitores. Além do mais, é óbvio que a autoria não pode ser reduzida unicamente à expressão aberta da primeira pessoa, cuja contraprova mais evidente é o caso das peças de teatro, nas quais o autor não se representa como pessoa no corpo do texto, mas parece implausível defender que se trata de um gênero textual destituído de autoria individual.

Assim, em função do papel do leitor e do autor, falaremos aqui de duas possibilidades de autoria:

a) **uma autoria atribuída ou inferida**, que fica a cargo dos leitores e que, embora possa se fundar em marcas lingüístico-discursivas, lida sobretudo com outros tipos de informação de caráter contextual e cognitivo. Embora esta atribuição tenda a ocorrer com gêneros caracteristicamente constituídos pela possibilidade da admissão de uma dada postura de autoria, nada impede que ela ocorra com qualquer gênero. A título de exemplo vejamos o exemplo abaixo de um cartaz afixado em várias paredes públicas da cidade de Campinas:

[54]

O SALÁRIO DO PECADO É A MORTE Rm, 6:23

Trata-se de um uso da linguagem que possibilita especulações acerca de sua autoria, pois ao enunciador citado (*Rm*, isto é, *Paulo*, em sua carta aos romanos) não pode ser atribuída a autoria desta enunciação, pela simples razão que *Paulo* já morreu há bastante tempo e que o seu dizer está sendo colocado em funcionamento numa outra circunstância que não aquela do livro bíblico. Por conta disso, os leitores podem inferir que houve alguém que se apropriou de tal citação, transformando-a numa nova enunciação. Levando em conta o contexto social e religioso de hoje – época de afixação do cartaz –, um leitor poderia inferir que o autor, isto é, a instância macro-responsável por tal enunciação, é um militante ou um grupo evangélico. No caso, a suposição inferencial do provável autor será decisiva para a própria construção do sentido do texto. Este caso aponta ainda para uma outra particularidade interessante da relação entre autoria e intuito discursi-

vo: nos casos em que a autoria não aparece evidenciada e ostentada no corpo do texto – como é o caso do anúncio acima – o processo inferencial de atribuição da autoria vale-se muito da suposição de um intuito discursivo atribuído a um indivíduo ou a uma instituição. Interessante notar que há uma relação inextricável e de mútua dependência entre a suposição da autoria e a suposição do intuito discursivo.

b) uma **autoria mostrada**, que aparece marcada lingüisticamente no produto textual, embora, para ter êxito, dependa da aceitação dos leitores. Essa mostração é comumente feita com o uso de pronomes de primeira pessoa, de verbos em primeira pessoa, de adjetivos, de citações e paráfrases seguidas de réplicas e comentários. Entretanto, mesmo pleiteando estes dois tipos de autoria, queremos salientar que os dois não são mutuamente excludentes e que, muitas vezes, se complementam, apesar de ser possível perceber a predominância de um ou de outro tipo quando se analisam textos empíricos.

Agora, do ponto de vista do tipo da macro-responsabilidade enunciativa, falaremos de dois tipos de autoria:

a) uma **autoria institucional**, quando a macro-responsabilidade enunciativa é de uma ordem supra-individual (institucional);

b) uma **autoria individual**, quando um (ou mais de um) indivíduo assume centralmente para si o papel e a macro-responsabilidade enunciativa.

Devemos dizer novamente que esses dois tipos também não são inteiramente excludentes e que há gêneros que fazem certas combinações entre os dois, não sendo incomum também que tais combinações tenham um caráter ideológico quando, por exemplo, a autoria pessoal reafirma, via outro estilo, o ponto de vista da autoria institucional, como ocorre no jornalismo – é quando, por exemplo, coluna de opinião assinada e editorial saem em defesa de um mesmo ponto de vista, como será exemplificado mais à frente.

Há, ainda, uma outra ressalva importante a fazer: afirmar que há uma autoria individual não significa dizer que ela seja inteiramente destituída de caráter social, pois esse tipo de individualidade foi (e continua sendo) construído socialmente, como insistentemente defendeu Bakhtin (1979c). Isso significa dizer que o caráter personalístico atribuído ao e exigido do colunista foi construído no mundo

moderno como reflexo de uma concepção de sociedade fundada no individualismo. Em termos bakhtinianos, poderíamos dizer que se trata de um individualismo cuja origem e motivação é de ordem social, inclusive porque é a aprovação social que confere garantia e credibilidade aos mecanismos estilísticos individualizantes. Dito de outro modo, os diversos caracteres individualizantes também têm como função retratar, assegurar e perpetuar valores sociais.

Por acreditarmos que os gêneros estão constituídos num contínuo em que há aproximações entre uns e distanciamento entre outros - o que faz com que eles comunguem muitas características entre si - iremos agora discutir o funcionamento da autoria na esfera do jornalismo opinativo, domínio em que se insere a coluna de opinião assinada.

4.2 A autoria no jornalismo opinativo

Embora existam pouquíssimos estudos sobre a autoria no jornalismo, este parece-nos um domínio privilegiado para o estudo da autoria. O privilégio decorre dos seguintes fatos:

(a) grande parte dos textos jornalísticos é produzida como apresentando obrigatoriamente uma assinatura que responda pela macro-responsabilidade enunciativa, seja ela *institucional* - caso do editorial e da notícia - , *individual* - caso de (certos tipos de) cartas de leitor - , ou *individual-profissional* - caso de colunas assinadas, crônicas, artigos de opinião e (certos tipos de) cartas de leitor. Uma olhada rápida nos jornais atuais evidencia uma tendência de uso de assinatura individual mesmo para as notícias e reportagens. É claro que estes permanecem gêneros refratários à manifestação aberta de opinião pessoal, mas o uso da assinatura tem uma função de macro-responsabilização individualizadora pela seleção das fontes, veracidade e confiabilidade das informações. Do ponto de vista pragmático, este uso da assinatura também visa reduzir a responsabilidade da empresa jornalística e transferi-la tanto quanto possível para as costas do jornalista.

(b) do ponto de vista da recepção, a prática de leitura de jornais inclui entre seus componentes essenciais a noção de *macro-responsabilidade enunciativa*, tanto que os leitores cobram isso da empresa jornalística, dos jornalistas e dos outros leitores que publicam textos. A existência da sessão *carta de leitores*, na medida em que institucionaliza a participação dos leitores, evidencia que as instâncias hu-

manas ou institucionais que assinam os textos serão cobradas por suas posturas assumidas.

(c) um jornal é uma instituição que se constitui e se mostra para a sociedade essencialmente pelo uso da linguagem, o que faz com que um jornal pretenda ser reconhecido também por um estilo geral e pelos estilos particulares dos seus jornalistas, cronistas, articulistas, colunistas e mesmo repórteres. Questões ligadas à ordem do *como* usar a linguagem adquirem grande relevância no mundo jornalístico, de modo que os jornalistas são incentivados a construir um estilo que seja reconhecido pelos leitores e que possa funcionar como um chamariz para as opções de escolha do leitor. As aproximações entre o jornalismo e a literatura são tanto causa como consequência de tal necessidade, o que pode ser exemplificado pelo fato de jornalistas com alguma frequência tornarem-se escritores literários e escritores literários comumente escrevem periodicamente em jornais.

(d) gêneros como a crônica, a coluna assinada e os artigos de jornal escritos originalmente em jornais são propícios a constituírem obra publicada em livro, que é um dos suportes mais profícuos para a manifestação da autoria individual, pois que elaborado em torno da figura do autor.

(e) Os textos jornalísticos têm como uma de suas principais funções informar os leitores acerca dos últimos acontecimentos, ou seja, daquilo que pode ser percebido como novidade. Isso é notório no caso específico das notícias, que sempre tematizam os fatos recentes e, portanto, supostamente novos. Contudo, também os textos opinativos tendem a compartilhar esse caráter de novidade, pois, no limite, tematizam os mesmos fatos (novos) que são objeto da notícia⁸².

Em suma, os textos jornalísticos evidenciam sempre a noção de *macro-responsabilidade enunciativa*, a qual funciona como uma das condições para a existência da autoria. Além disso, os diversos gêneros jornalísticos se tornam específicos também em função da postura de autoria que neles é histórica e institucionalmente inscrita. Notícia, editorial, artigo de opinião, coluna de opinião assinada, carta de leitor podem ser mais bem compreendidos enquanto gêneros se se observa como se dá em cada um deles a postura da autoria (quem fala, em nome de

⁸² Uma hipótese a ser testada é se o caráter de recentidade dos fatos sobre os quais se opina diferencia as colunas de opinião das crônicas. Pelo menos na *Folha de S. Paulo* essa é a tendência: as colunas tendem a demonstrar preferência pelos fatos recentes ao passo que as crônicas, embora não excluam os fatos recentes, não os elegem como preferenciais. Dos colunistas estudados nesta tese, apenas Carlos Heitor Cony escreve textos que não dão preferência por temas recentes e noticiados na imprensa. Os demais seguem a tendência da preferência temática das colunas de opinião na *Folha*.

quem fala, qual o seu papel social, qual o seu prestígio das vozes acionadas, como a voz dos outros é reinterpretada). Se compararmos exemplares de editorial, coluna de opinião assinada e artigo de opinião veremos que eles podem ser muito semelhantes quanto ao tema, à estratégia de argumentação e à posição defendida, mas se diferenciarão entre si pelo fato de exibirem diferentes posturas de autoria.

Dadas as afinidades e proximidades entre a colunas de opinião assinada e o artigo de opinião, faremos uma breve incursão pela caracterização da autoria neste último gênero para, sob o efeito da comparação e do contraste, tentar jogar luz sob o funcionamento da autoria nas colunas.

4.2.1 A autoria nos artigos de jornal

Um dos poucos estudos a analisar a autoria no jornalismo brasileiro é o de Rodrigues (2001), cuja análise de 4 jornais brasileiros (*Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, A Notícia e Diário Catarinense*) confirmou que a maior parte dos artigos é escrita por colaboradores não-jornalistas, o que corrobora a tese de que, no jornalismo brasileiro, o artigo tem como autor típico um colaborador externo, embora haja casos – em menor escala – de autores jornalistas. Mas não se pense que esta opinião externa ao jornal é incorporada ao jornalismo como uma mera concessão. Não. O estudo mostra que ela decorre essencialmente da necessidade de ‘exigência de credibilidade’ para o jornal, visto que um jornal que não dá voz a outros segmentos institucionais pode ser considerado tendencioso, autoritário e, portanto, desacreditado.

Quanto ao lugar social de que falam, há principalmente a presença de articulistas da esfera política, da indústria, da administração, do comércio, do clero e da esfera científico-acadêmica. Contudo, ainda conforme Rodrigues (*op. cit.*, p. 143), para falar em nome destes lugares sociais há restrições e condições: o candidato a articulista necessita ser percebido como de destaque e notoriedade profissional e social em sua esfera de atuação, isto é, deve ser aceito inquestionavelmente como um “homem público”. Isso explica porque a autoria do artigo é tão restritiva e mesmo “profissionalizada”, haja vista que, mesmo havendo em tese a abertura para uma grande diversidade de articulistas, são quase sempre os mesmos que publicam.

Rodrigues mostra que justamente por ser um representante legitimado por sua esfera de atuação e não por sua vida privada, o autor articulista não fala em

seu próprio nome, mas a partir do ponto de vista de sua esfera, como uma espécie de porta-voz. Vê-se assim que a sua própria voz é sobreposta pela voz da instituição, o que caracteriza este discurso como *bivocal* (cf. Bakhtin, 1975a e 1975b). Isso pode ser visto concretamente nos casos em que o uso do pronome *nós* não engloba o autor e o leitor, mas o autor e seu segmento de atuação. Pode ser evidenciado também pelo fato do *pé biográfico*⁸³ freqüentemente informar em que instituição o articulista atua. Entretanto, o autor articulista não fala apenas em nome de sua esfera de atuação. Em função da orientação argumentativa e da defesa de um certo ponto de vista, muitas vezes a posição da autoria apresenta-se como um 'coro de vozes'. É o caso, por exemplo, da impessoalização, quando o articulista mimetiza a posição discursiva do "autor-cientista" e em todos os casos em que ele cita direta ou indiretamente outras vozes. Isso significa que ele enuncia de outros lugares, embora com o intuito de defender a posição de sua esfera de atuação. No nosso modo de entender, o que se dá é que o articulista se apropria de outros enunciadores, mas para fazê-los falar da sua (do articulista) perspectiva enunciativa. Ou seja, não nos parece que o articulista enuncia do lugar daqueles que ele cita, mas muito mais o contrário: ele aciona os outros enunciadores para dentro do seu texto de modo que estes sejam incorporados por sua "macro-voz". Da mesma forma que nas colunas assinadas, como veremos mais à frente, nos artigos de opinião prevalece também uma *autoria pessoal-profissional*, com a diferença de que inclui diversificadas profissões, e não somente uma como no caso das colunas.

Um outro traço típico da autoria dos artigos (cf. Rodrigues, id., p. 138-139) é o fato de que o articulista não está interagindo numa situação de comunicação intrínseca à sua esfera de atuação, mas num diálogo com a sociedade. Ou seja, a autoria se constitui na interface entre o extrajornalístico e o jornalístico, sofrendo as restrições e a influência deste último. Rodrigues postula mesmo que o jornal é uma espécie de "autor interposto" na medida em que seleciona os articulistas e concede-lhes um lugar discursivo, ao tempo em que também lhes autentica credibilidade. Como veremos mais à frente, no caso das colunas assinadas também há interposição da empresa jornalística, embora noutros moldes.

⁸³ O *pé biográfico* é o termo dado, no jornalismo, para a síntese biográfica sobre o autor do texto. Usa-se o termo *pé* porque a informação aparece após o texto na parte inferior. No Jornal Folha de São Paulo, o *pe biográfico* é usado apenas para textos cujos autores não são dos quadros da empresas.

Ademais, a autoria no artigo está ligada diretamente a um *ethos* de competência social e profissional manifestado ideologicamente no gênero. Esse *ethos* confere legitimidade ao ponto de vista do autor e garantia ao seu discurso, o que serve para tornar vertical e assimétrica a relação do articulista com o seu leitor (cf. ainda Rodrigues, *op. cit.*, p. 144). A autora salienta ainda que este *ethos*, em vez de ser citado a cada vez – o que o tornaria meio ridículo – é *mostrado* pela própria situação de interação, ou seja, pela cena genérica, que tem como contraparte verbal a assinatura e o pé biográfico. Isto é, o fato de o leitor encontrar um texto publicado na seção de artigos de um jornal já o induz a crer que se trata de um artigo que contém idéias que merecem crédito e que o seu autor deve ser uma autoridade no assunto. E, assim, o argumento de autoridade é duplamente legitimado: de um lado pela notoriedade do articulista em sua esfera de atuação e de outro pela interposição do jornal. Uma consequência prática deste funcionamento é que, muitas vezes, o próprio artigo vira notícia e acaba gerando novos comentários que podem circular no painel do leitor, em colunas assinadas ou em outros artigos.

4.3 A autoria no gênero coluna de opinião assinada

4.3.1 A postura da autoria

A *postura da autoria* nas colunas de opinião assinadas claramente **não** é de tipo institucional, como ocorre no editorial, mas *individual-profissional*. Isso significa dizer que sócio-historicamente a *coluna de opinião assinada* constituiu-se como uma ferramenta semiótica para a expressão de opiniões pessoais – pois que são assumidas em primeira pessoa – mas também profissionais – pois que marcadas pela perspectiva do sujeito ocupando a posição de colunista de jornal. Em função disso, o autor típico da coluna de opinião assinada é sócio-historicamente concebido como um sujeito que não somente tem idéias próprias, mas competência para expressá-las com alguma “singularidade”, exercitando e manifestando um estilo individual de escrita (na vida prática estas características são mesmo algumas das condições para a admissão de um colunista em uma empresa jornalística). Em função disso tanto a comunidade de leitores espera um comportamento discursivo a serviço da subjetividade do colunista como este trabalha com vistas a concretizar tais expectativas de “personalismo” na abordagem dos temas e na manifestação do estilo. No trecho seguinte, por exemplo, a própria colunista simula a pergunta que os leitores poderiam lhe estar fazendo, como se estivessem pressionando-a a

se posicionar sobre uma decisão, como se não aceitassem sua reticência. Isso evidencia que as colunas têm como uma de suas funções gerais possibilitar a expressão da macro-responsabilidade enunciativa de um indivíduo:

[37b] “*Se eu defendo uma CPI agora? Não, não defendo.* Técnica-mente: as negociatas com o bicheiro foram em 2002, antes do governo Lula, quando Waldomiro não tinha cargo nenhum no Planalto. Politicamente: seria dramático. Um governo no início do segundo ano, desemprego alto, economia incerta e o Congresso parado...” (Eliane Catanhêde, *Triângulos não tão amorosos*, 17/2/2004, p. A-2).

Este caráter individual-profissional se materializa nos textos empíricos através do uso de vários recursos lingüístico-textuais. Um deles é a categoria dos pronomes pessoais (ou das flexões de pessoa presentes nos verbos). Como consensualmente se admite, a pessoa do discurso tanto pode se ocultar (“apagar suas pegadas”), como se mostrar (“não apagar suas pegadas”). Tal apagamento pode ser alcançado pela simples omissão da primeira pessoa (singular ou plural), ou, mais enfaticamente, pelo uso do pronome “se” como índice de indeterminação do sujeito (*nota-se, percebe-se, defende-se*). Já o “não apagamento das pegadas” pode ser materializado mais comumente com o uso dos pronomes e verbos de primeira pessoa (*eu noto que, eu percebo que, nós defendemos*).

Nas colunas assinadas, o uso dos pronomes de primeira pessoa do singular aparece com freqüência no fio dos textos, o que significa que o seu uso é facultado neste gênero. Nestas situações o colunista assume inteiramente que fala em seu próprio nome e que, supostamente ou não, está a defender os seus próprios pontos de vista⁸⁴.

[55] “*Confesso* que, após anos e anos de retórica integracionista jamais levada à prática, **sou** cético a respeito, por mais que torça para que dê certo. [...] Exemplo dois, que só agora **descobri**: a brasileiríssima marca Skol é a terceira cerveja mais vendida do mundo, atrás apenas de duas norte-americanas. [...] Não se trata de ufanismo verde-amarelo, o único pecado de que não **posso** ser acusado” (Clóvis Rossi, *A última utopia?* 24/8/2003, p. A-2)

⁸⁴ Contudo, o uso da primeira pessoa não se reveste de obrigatoriedade e há mesmo alguns colunistas que evitam insistentemente o seu uso. O colunista Fernando Rodrigues é um dos que, na Folha de São Paulo, evita o uso da primeira pessoa do singular e, em menor escala, também da primeira pessoa do plural.

[56] "Ainda bem que não **sou** assessor de coisa nenhuma, nem bicheiro, autoridade ou político. **Passei** o carnaval em paz, sem necessidade de articular ou desarticular os próximos lances da vida nacional. **Imagino** a inquietação de uns e de outros, procurando saídas ou entradas para o caso Waldomiro, que, pouco a pouco, se está tornando o caso Dirceu" (Carlos Heitor Cony, *A primeira pedra*, 25/2/2004, p. A-2).

[7b] "**Tenho** ouvido muita gente sensata, isenta em relação á reforma da previdência, dizer que o governo está com a razão, mas não soube passar à sociedade, convenientemente, a necessidade das medidas que propõe. Daí a confusão, o bate-boca que tende a engrossar, sendo lembrada até mesmo a possibilidade de uma crise institucional, o que seria o pior que nos poderia acontecer. **Discordo** dessa opinião sensata e isenta, entre outras coisas, porque não **costumo** ser sensato e, muito menos, isento. (...) **Sinceramente, acho** que os adversários estão carecas de saber tudo isso (...)" (Carlos Heitor Cony, *Opinião pessoal*, 23/7/2003, p. A-2)

Entretanto, não se pode entender este caráter pessoal no sentido de vida privada, ligada a questões familiares, existenciais ou psicológicas do jornalista. Trata-se, mais precisamente, de uma "pessoalidade" ligada diretamente ao exercício profissional do jornalista, mesmo porque o contexto geral do jornalismo (ou parte dele) é aquele da comunicação formal pública. Assim é que os pronomes de primeira pessoa do plural presentes nos textos fazem remissão a dois conjuntos de referentes no mundo social:

a. ao conjunto constituído pelo jornalista mais os seus leitores, o que contribui para tornar a interação mais direta. Nestes casos também fica evidente que o colunista não deseja ser visto como um aliado das elites de poder, mas procura dar a entender ser um representante e um defensor dos leitores comuns, como se ele também fosse uma vítima das políticas das elites.

[57] "De todo modo, uma versão apimentada sempre pega aqui e ali. O fato é que essa história é briga pelo poder apenas. Nada tem a ver com o meu, o seu, o **nosso** interesse" (FSP, 8/3/2002, p. A-2, Clóvis Rossi, *Breve história do P-FL*).

[58] “Sou obrigado a suspeitar que furtos, se existem, são poucos, porque ninguém criou mecanismos de proteção para as mercadorias expostas do lado de fora. Ao contrário do Brasil, em que **cada um de nós**, quando tem bolsa, agarra-a com tanta força como se fosse o filho mais querido. Algum dia ainda venço a timidez e roubo um jornal. Só para dizer que não têm o direito de me humilhar, esfregando na minha cara a certeza de sua segurança” (Clóvis Rossi, *A bolsa e a vida*, 4/02/2001, p. A-2).t

[59] “O FMI já deu aval para o projeto da Comissão Européia que joga de 2004 para 2006 a obtenção do déficit zero, o que mostra que não se trata de radicalismo, de violação de contratos, o diabo. Trata-se de bom senso, mas só está disponível para brancos, não para **nós, pobres mulatinhos**. Aqui, como disse ontem Vinicius Torres Freire, um dos meus diletos chefes, “a princípio, não há alternativa a um regime de pão e água”. (Clóvis Rossi, *Entre a rua Wall e a rua*, 12/10/2002, p. A-2,).

[60] “Nesse caso, os réus **somos todos nós**, de MST a contribuinte do INSS. *Exceto os banqueiros, claro*”. (Eliane Catanhêde, *Só faltou o bispo*, 21/3/2004, p. A-2)

[61] “Os brasileiros **acabamos** de ser informados de que o PT passou praticamente toda a sua vida equivocado. É a única conclusão possível a se tirar do mea culpa do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, segundo quem seu partido errou ao não ajudar a aprovar as reformas propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.” (Clóvis Rossi, *E a “solucionática”, companheiros?*, 13/03/2003, p. A-2,).

b. ao jornalista enquanto representante de sua categoria profissional, o que contribui para uma “angulação” profissional das questões debatidas. Como alguns exemplos mostram, também é comum que estes colunistas falem sobretudo em nome da própria empresa jornalística de fazer parte – a *Folha de S. Paulo* – o que aponta para um comportamento corporativista, aliás muito criticado pelos colunistas em relação a outros profissionais mas, contraditoriamente, por eles praticado. Especialmente o exemplo 64 revela o comprometimento do colunista com sua empresa jornalística, o que serve de forte indício da presença de um *discurso bivocal*: a *Folha de S. Paulo* fala através dos seus colunistas:

[62] "A professora Marilena Chauí identifica um complô nacional, talvez mundial, quiçá planetário, para desfazer os símbolos mais caros ao PT. Errado, professora. Se há complô, é do próprio PT. Quem está fazendo pó de seus símbolos **não somos nós** nem mesmo a oposição. É ele: o PT no poder" (Eliane Catanhêde, *Pó, pedra e "agenda positiva*, 22/2/2004, p. A-2).

[63] "De vez em quando me assalta a megalomaníaca impressão de que essas super-conferências internacionais são feitas só para que eu aprenda algo. Explico: são poucos *os jornalistas especializados* que podem sobreviver, dignamente, tratando apenas de um assunto. Os mortais comuns **temos** que pular de galho em galho, cuidando de política em um dia, de comércio internacional no outro, de futebol no terceiro – e por aí vai. Ou, posto de outra forma, **sabemos** muito pouco, mas de muitas coisas diferentes. Quando ocorre um evento internacional, então, é obrigatório mergulhar nele com volúpia absoluta para poder aprender mais de uma só coisa" (Clóvis Rossi, *Os números do horror*, 24/3/2002, p. A-2)

[33b] "Se é assim, sinto dizer **aos companheiros** que nem dá para culpar os patrões e os chefes, os suspeitos de sempre. São no máximo cúmplices, porque a síndrome começa com **os que estamos** na linha de frente, como Jayson Blair" (Clóvis Rossi, *A síndrome de Jayson Blair*, 18/7/2003, p. A-2)

[64] "Em nome da transparência que a **Folha** tenta praticar, algumas informações preliminares: 1 - Não **sou** judeu nem árabe. Logo, ao menos em tese, o sangue não vai enviesar **meu** trabalho sobre o conflito no Oriente Médio. 2 - Não obstante, **sou** fascinado por esta região do mundo. Sempre que **entro** em Jerusalém, sinto o peso de 3.000 anos de história e da mística religiosa da única cidade do mundo que abriga locais há séculos reverenciados como sagrados pelas três grandes religiões monoteístas. 3 - O fascínio se estende aos judeus, sei lá por que". (Clóvis Rossi, *Belicosidade macabra*, 4/4/2002, p. A-2)

[65] "O embaixador José Alfredo Graça Lima, o principal negociador brasileiro para assuntos comerciais, desabafa: "Estou me sentindo como se estivesse a ponto de entregar o Brasil". É uma alusão às críticas às negociações para a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas, prevista para englobar os 34 países americanos, menos Cuba). Acompanho o trabalho de Graça Lima já faz um certo tempo. É admirável, pela competência, pelo zelo e até pela paciência que tem para explicar a **nós, pobres e ignaros jornalistas**, os intrincados lances de negociações comerciais e seu jargão quase sempre impenetrável". (Clóvis Rossi, *Alca, entrega e solidão*, 21/3/2001, p. A-2).

Em função disso é que optamos por sustentar que a autoria nas colunas de opinião assinadas é nitidamente de tipo *individual-profissional*, o que significa afirmar que o colunista não fala nem em nome exclusivo da instituição nem em nome de si próprio como indivíduo da vida privada, mas em seu nome enquanto jornalista, isto é, enquanto "homem público", membro de um conjunto profissional maior e de uma empresa de comunicação. Por conta disso, seu discurso é marcado por uma bivocalidade: nele também falam os outros jornalistas e a empresa jornalística.

Obviamente, este sentido particular dos pronomes pessoais de primeira pessoa do plural - associado a outras circunstâncias - matiza claramente a autoria neste gênero, na medida em que mostra as aproximações entre o seu caráter pessoal e o seu tom institucional. Ou seja, apesar da existência efetiva de um caráter personalístico, não se pode deixar de entrever também uma certa inflexão institucional. É que colunistas são jornalistas que trabalham como funcionários para o jornal em que são publicados os seus textos, o que faz com que estejam inseridos na dinâmica política e ideológica da empresa. Tanto é assim que muitos colunistas fazem parte do corpo editorial do jornal e com certa freqüência escrevem - sem que muitos leitores venham disso suspeitar - os próprios editoriais. Assim, do ponto de vista ideológico, as colunas de opinião assinadas muitas vezes funcionam como legitimação do próprio discurso da empresa jornalística, pois as posições enunciativas defendidas nos editoriais podem convergir (ou mesmo serem idênticas) às das colunas.

Tal convergência pode ser vista mesmo como uma condição para a empresa jornalística conceder a fulano ou beltrano a função de colunista, pois para tal função inexistem concursos públicos e a seleção decorre também (talvez principalmente) de "afinidades" ideológicas. Uma certa análise do discurso diria - não sem razão - que no fundo o *discurso* é o mesmo (tanto o do editorial como o da coluna assinada), embora os "efeitos de sentido" de cada gênero possam ser diferentes. Por outro lado, o fato de o jornalista empírico poder ocupar posturas de autor diversas no interior do jornal (editorialista, repórter, articulista ou colunista) reafirma como o autor é uma personagem criada no próprio discurso, uma vez que um mesmo jornalista empírico pode ser o produtor de textos que expressam uma autoria institucional, ou individual-pessoal ou ainda individual-profissional.

Relatos de estudiosos da área de comunicação e jornalismo, preocupados em caracterizar socioculturalmente os jornalistas, fornecem dados empíricos que convergem na direção de uma caracterização “prestigiosa” dos colunistas. Campos (2004), por exemplo, comenta que, no jornalismo, a expressão da opinião, de modo geral, é facultada aos jornalistas mais experientes, ao passo que aos inexperientes recomenda-se a feitura de reportagens interpretativas, com a devida consulta a especialistas. Isso evidencia como, no chamado jornalismo opinativo, a autoria é bastante vinculada à noção de autoridade e como uma autoria sem o abalimento de uma autoridade pode ser vista como comprometedora da qualidade de um produto simbólico tornado mercadoria, como é o caso das colunas de opinião assinadas. Campos (*op. cit.*) alude aqui a um conjunto de condições a que deve fazer jus um jornalista para poder exercer a função de colunista: ter acesso às melhores fontes, reunir condições de respeito e confiabilidade, além de circular nas ante-salas das instâncias de poder. O caráter de *prestígio* é também apontado por Mesquita (2004), para quem a função de colunista, por se constituir num lugar para manifestação de impressões e argumentos pessoais, goza de grande privilégio e prestígio no mundo jornalístico, induzindo, algumas vezes, a manifestação de posturas abertamente soberbas por parte de tais profissionais⁸⁵.

Assim como ocorre com os artigos de opinião, também na coluna assinada a autoria aparece ligada a um *ethos* de competência social e profissional manifestado ideologicamente no gênero e que confere legitimidade ao ponto de vista e garantia ao discurso do colunista. Contudo, enquanto no artigo de opinião essa dimensão sócio-ideológica tem sua contraparte verbal na assinatura e no *pé biográfico* (cf. Rodrigues, *op. cit.*), no caso da coluna a contraparte verbal se manifesta sinteticamente no nome do autor que é elevado à categoria de nome da própria coluna. Lembremos aqui que, como apontado por Foucault (1969), o nome de autor não é um mero equivalente a um nome próprio pelo fato de que, além de designar e qualificar, ele funciona como um “foco de expressão” capaz de agrupar,

⁸⁵ Muitos enxergam, além de prestígio, um caráter de arrogância no *ethos* do colunista, como se pode ver, por exemplo, na transcrição seguinte: “de todas as fantásticas figuras que se têm levantado no pântano da confusão desde a Grande Guerra, a mais sutil e, ao mesmo tempo, a mais pretenciosa, é a do profundo pensador de cabelo empastado, o colunista ou comentarista que sabe todas as respostas de improviso e pode resolver grandes problemas com absoluta confiança, três e até seis dias por semana”. PEGLER, Westbrook. Citado por AMARAL, Luís. **Jornalismo: matéria de primeira página**. Rio de Janeiro/Fortaleza, Tempo Brasileiro/UFC, 1982, p. 96-97. Amaral (id, p. 97) também comenta que “não é raro o colunista tornar-se mais importante do que o próprio jornal e por este motivo um dos grandes matutinos do Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*, hoje extinto, sempre se negou a introduzir qualquer coluna com as características que marcam este gênero no jornalismo”.

delimitar, desfazer incoerências e contradições de uma obra associada a um autor. No caso das colunas, mais do que funcionar como uma assinatura, o nome do autor-colunista funciona como uma espécie de "grife", como o nome de marca de um produto simbólico e, por isso mesmo, ele é exibido centralizadamente e acima do texto, isto é, na posição que garante maior visibilidade. Como conseqüência, o nome do autor cumpre uma dupla função: nomeia o colunista e nomeia também a própria coluna⁸⁶.

O prestígio do colunista é evidenciado também pelo fato de o seu texto não ser editado nem censurado, como pode acontecer com cartas de leitor, notícias e artigos de opinião. Caso os textos de um dado colunista não mais satisfaçam à empresa jornalística, a conseqüência ou punição pode ser a demissão do colunista, mas não a mutilação do texto⁸⁷. Tudo isso equivale a dizer que na hierarquia jornalística a função de colunista está no topo da pirâmide, o que já é o resultado de uma exigência do perfil de leitores deste gênero. Ou seja, a coluna de opinião assinada, destinada a leitores de perfil elitista, exige autores também da elite jornalística. Trata-se de um diálogo entre elites.

4.3.2 Relação entre o autor-colunista e seus enunciadores

Observemos mais de perto agora como se dá a relação entre os autores colunistas e seus enunciadores, isto é, aqueles eleitos para serem citados, parafraseados e comentados, uma vez que a constituição da autoria leva muito em conta o modo como se dá esta relação. Usaremos como parâmetro geral para esta observação os cinco horizontes que estipulamos no segundo capítulo: *horizonte da cópia*, *horizonte da citação*, *horizonte da paráfrase*, *horizonte do comentário* e *horizonte da postulação*. Observando o *corpus* no seu conjunto o que percebemos é a

⁸⁶ Esse caráter de "grife" pode ser flagrado também em muitas propagandas de assinatura e venda de jornais, que usam como argumento a favor da adesão do consumidor o fato de que no jornal X escrevem regularmente os colunistas beltrano e cicrano.

⁸⁷ No site <http://www.publico.pt/nos/provedor/textos-fidalgo/index.html> do jornal *O público*, de Portugal, o ouvidor comenta as reclamações de leitores acerca do comportamento de um colunista e dá voz ao editor do Jornal, José Manuel Fernandes, que sai em defesa da liberdade de expressão do colunista: "O colunista pode entender fundamentar mais ou menos as suas opiniões, mas isso depende do seu estilo e do que ele entender que vale a pena. De resto, aquilo que distingue um bom colunista de um mau colunista é ele ter opiniões, essas opiniões serem polémicas e o colunista conseguir argumentar bem. Como o objectivo das colunas de opinião não é serem isentas ou imparciais, mas antes serem substantivas, é ele que escolhe o detalhe que quer dar aos seus argumentos e à fundamentação das suas teses" (...) "A partir do momento em que são convidados, dispõem de toda a liberdade para escrever o que entenderem; é essa a relação de confiança que existe, assente no princípio de que não abusarão dela". (...) "Se porventura acontecesse, o que haveria a fazer era dispensar o colunista, nunca censurar-lhe o texto"

constante presença dos horizontes da citação, da paráfrase, do comentário e, em menor escala, da postulação, estando ausentes casos de cópia, uma vez que não detectamos omissão deliberada das fontes de uma citação, com corresponde apropriação possível de ser rotulada de fraudulenta.

Afigura-se como mais relevante, entretanto, o fato de que estas quatro operações alternam-se muito proximamente nos mesmos textos, sendo, por vezes, difícil apartar uma da outra. E mais: esta intensa proximidade revela muito da constituição da autoria nas colunas assinadas: é que o autor-colunista *postula* seus próprios pontos de vista quase sempre *a partir de/com base* no dizer de outrem⁸⁸. Por conta disso é que em uns casos a *postulação* do colunista se constrói como resultado do conjunto das operações de citação, paráfrase e comentário; noutras o seu intuito discursivo pode ser percebido nos comentários *infiltrados* nas citações e nas paráfrases; e, noutros casos ainda, ocorre uma apropriação do ponto de vista dos leitores com a finalidade de comprovar o comentário avaliativo do colunista.

4.3.2.1 A infiltração do autor.

Vejamos alguns casos em que o *trabalho* do autor e a *representação* da autoria se manifestam por operações de *infiltração*, ou seja, quando o autor sutilmente intromete-se entre os enunciadores, através de réplicas e pequenos comentários. Tal estratégia de infiltração é bastante recorrente no discurso dos colunistas e responde por um dos modos de constituição da autoria, sendo que sua grande vantagem é possibilitar a produtividade do discurso do *eu* a partir e com base no discurso do *outro*. Vejamos uma seqüência de casos:

[66] “Entre as muitas bananosas em que se meteu, o governo está especialmente empenhado em resolver uma: a pressão **(justa)** por aumentos de salários do setor público” (Eliane Catanhêde, *Chiou, levou*, 23/04/2004).

⁸⁸ A título de curiosidade vejamos o que diz um próprio colunista acerca da sua relação com o dizer dos outros (ênfase acrescida): “Minha sensação em relação ao PT era a de que, se a gente passasse pela calçada (nem precisaria entrar) de qualquer diretório municipal, estadual ou nacional do partido, sairia com um pilha de folhetos, documentos, projetos e propostas contendo análises e soluções para todos os problemas do planeta. Tenho muitos guardados até hoje, pela simples e boa razão de que **a maneira mais fácil de um colunista ganhar a vida é reproduzir o que dizem ou escrevem os candidatos e comparar com aquilo que fazem ou dizem depois de eleitos**” (Clóvis Rossi, *Os sem-projeto*, 16/3/2003, p. A-2)

[67a] “Depois de 16 meses, o governo anunciou ter identificado 219 regiões com potencial turístico. Vai concentrar (**sic**) suas ações nesses locais. Não há risco de dar certo. Não existe prioridade com 219 itens” (Fernando Rodrigues, Mui pronto, mui pronto, 1/5/ 2004).

[68] “Os jornais precisariam, em tese (**esta lei não vai pegar**), escrever “rato” entre parênteses depois de “mouse” para descrever o equipamento usando nos computadores. Haverá “*sansões administrativas cabíveis*” para quem descumprir as novas regras” (Fernando Rodrigues, A lei do “rato”, 1/9/ 2003).

[69] “Não bastasse José Dirceu estar tão flagrantemente enfraquecido, vem o PT (**o PT!**) atirar contra Palocci” (Eliane Catanhêde, *Perdido por um, perdido por mil*, 7/03/2004, p. A-2)

[70] “A ambição de Cristovam Buarque é começar modestamente, monitorar o sistema e chegar a todos os 5.500 municípios em 15 anos no pós-Lula (**se é que ele pensa em sair de lá!**). (Eliane Catanhêde, *Entre o ideal e o possível*, 9/12/2003, p. A-2)

[71] “Mas não se engane. Eles serão chamados na condição de assessores (**ou acessórios?**), para ajudar a botar a casa e a burocracia em dia. O centro do poder político, social, econômico é/será de São Paulo e ninguém tasca” (Eliane Catanhêde, *Paulistério desvairado*, 19/11/2002, p. A-2)

Em todos estes casos, foram negritadas as expressões que marcam de modo mais direto a infiltração do autor por entre o discurso dos enunciadores por ele citados. Ao infiltrar uma réplica ou um comentário por entre citações ou paráfrases, o autor proporciona o seguinte efeito: é como se o seu ponto de vista não passasse de uma decorrência inevitável originada pelo próprio discurso de outrem. Em função disso, a sua opinião soa muito menos impositiva do que se fosse expressa de modo direto e autônomo. O exemplo 68 apresenta ainda uma particularidade a mais: a infiltração é feita usando a *voz corrente* disseminada na cultura brasileira que assevera que “as leis não pegam”. Trata-se de um caso que pode exemplarmente explicar a idéia de Bakhtin (1979b) de que a autoria se instaura quando palavras alheias se tornam palavras próprias: o discurso corrente foi neste

caso apropriado pelo colunista para replicar e comentar um outro discurso – a voz corrente, nesta circunstância, passa a ser a voz do colunista.

Observemos agora a infiltração do autor no todo de um texto:

[67b] FERNANDO RODRIGUES

“Mui pronto, mui pronto”

BRASÍLIA – Depois de 16 meses, o governo anunciou ter identificado 219 regiões com potencial turístico. Vai concentrar **(sic)** suas ações nesses locais. Não há risco de dar certo. Não existe prioridade com 219 itens.

A Baixada Fluminense é um dos locais escolhidos. O programa não tem orçamento definido.

No site do Ministério do Turismo **(sim, existe um)** não há detalhamento do Programa de Regionalização do Turismo e suas 219 regiões. As duas manchetes da página eram para o Festival de São João de Campina Grande e para o Festival Internacional de Londrina – uma oportunidade para “o intercâmbio de experiências artísticas e socioculturais”.

Como quem interessa são os estrangeiros, o site do Ministério do Turismo tem opções do seu conteúdo em inglês e em espanhol. Quem clica nesses links recebe as seguintes mensagens: “soon this area will be available” e “mui pronto este area estará disponible” **(“mui”, e não “muy”, como seria correto)**. Tendo a administração Lula torrado um terço do seu mandato, fica a dúvida sobre qual será a noção relativa de tempo (“soon” e “mui pronto”) para os petistas.

Apesar das ruas imundas e da falta de infra-estrutura, o Brasil é barato para europeus e norte-americanos.

Divulgar o real desvalorizado para potenciais turistas ajudaria mais do que o anúncio das 219 prioridades. Evitaria, por exemplo, que os mais de 4 milhões de assinantes da edição de maio da revista norte-americana “Consumer Reports” lessem que o Brasil se inclui entre os destinos de “aventuras caras”, porque recentemente “o real se valorizou cerca de 21%” em relação ao dólar.

Certamente, o redator da “CR” olhou apenas a curva do real do governo Lula para cá. A moeda valorizou, de fato. O jornalista pode ter tentado visitar o site do Ministério do Turismo brasileiro. Esbarrou em “soon this area will be available”. Se fosse espanhol, teria lido “mui pronto este area estará disponible”.

Assim caminha o governo Lula. De “mui pronto” em “mui pronto”.
(1º/5/2004)

Neste caso, o colunista monta o seu texto através de citações, paráfrases e comentários acerca do que disse o Governo Federal Brasileiro sobre o seu projeto de turismo para o país. A voz *infiltrada do colunista* perfila-se ao lado da voz cita-

da do enunciador durante todo o texto e, vigilantemente, vai desqualificando-a, como pode ser visto nos seguintes trechos:

[67c] "Vai concentrar (*sic*) suas ações nesses locais";

[68d] "No site do Ministério do Turismo (*sim, existe um*) não há detalhamento do Programa de Regionalização do Turismo e suas 219 regiões"

[67e] "Quem clica nesses links recebe as seguintes mensagens: "soon this area will be available" e "muy pronto este area estará disponible" ("*muy*", e não "*muy*", como seria correto)"

Na Folha de São Paulo, há uma coluna⁸⁹, intitulada *No ar*, cuja postura da autoria se apresenta como de relevante interesse teórico e analítico. O colunista Nelson de Sá, responsável pela coluna, elabora os seus textos sempre a partir daquilo que, por várias pessoas de prestígio social, foi dito em diversos setores da mídia. São textos construídos abundantemente a partir do horizonte da citação e da paráfrase, tendo como uma de suas funções dar a conhecer ao leitor, reunidos sinteticamente num só texto, os "mais relevantes" depoimentos do dia anterior. Por se tratar de um texto que se propõe prioritariamente a relatar o que outros disseram e não a expressar diretamente o que quer dizer o seu autor, poderíamos pensar, à primeira vista, encontrar textos apresentando poucas marcas do intuito discursivo e do estilo do colunista. No entanto, não é o que encontramos. Vejamos um exemplo:

[72] NO AR

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2910200314.htm>

Do crescimento à ética

NELSON DE SÁ

EDITOR DA ILUSTRADA

⁸⁹ A coluna *No ar* deixou de circular a partir de 2003. Em seu lugar circular atualmente a coluna *Toda mídia*, que passou a tematizar também mídias eletrônicas. Em essência não houve mudança quanto à postura de autoria.

Jô Soares, **depois de longa e acrítica entrevista com José Dirceu**, puxou os "parabéns" para Lula e cantou com o ministro, o sexteto e todo o auditório, na madrugada.

E a terça-feira que se seguiu parecia indicar realmente a entrega de muitos "presentes" de aniversário, para usar uma expressão do comentarista Alexandre Garcia.

Para começar, a produção industrial em São Paulo, segundo levantamento da Fiesp, cresceu 6% em setembro. "O melhor mês de setembro em nove anos", **bradou** William Bonner no Jornal Nacional.

Foi o terceiro mês seguido de aumento no nível de atividade industrial paulista, aumento que começou no mesmo julho em que Lula **havia deixado escapar, num de seus arroubos populistas**, a expressão "espetáculo do crescimento".

Na **usualmente queixosa** Fiesp, **anunciou-se com certa resistência** que foi o maior crescimento em quase um ano e **aceitou-se** que foi um número "alto", mais até, uma "belíssima surpresa".

Acrescente-se a isso a nova queda nos juros bancários, ainda que pequena, e o que se tinha pela frente era - **ou parecia ser** - uma jornada de graça para o governo Lula.

Acrescente-se, **como cereja sobre o bolo**, uma pesquisa da Universidade de Miami, realizada com 537 integrantes **do que foi descrito como** "elite latina" e divulgada por todos os meios.

Nela, Lula surgiu como o líder pan-americano com a melhor avaliação entre os "**latinos**" ricos: 69% de aprovação, contra 56% do segundo colocado, o argentino Néstor Kirchner, e 55% do terceiro, o chileno Ricardo Lagos. E, **mais importante**, contra 87% de desaprovção do norte-americano George W. Bush.

Um presente atrás do outro, como se vê. Mas o dia foi longo o bastante para que o presidente da Força Sindical, ex-candidato a vice-presidente da República, **embarcasse com estardalhaço** numa acusação nada confortável para Lula e o PT, a de "**espionagem**" eleitoral.

Paulo Pereira da Silva, "recém-lançado candidato do PDT a prefeito de São Paulo", como destacou a Record, anunciou que agora "quer distância" do governo Lula. E até se desculpou com o tucano José Serra, que foi seu acusado anterior pela mesma "espionagem".

A **vociferante** oposição do PSDB e do PFL no Congresso **reagiu ameaçando** com uma CPI que não deixaria o presidente respirar.

O âncora Boris Casoy, do Jornal da Record, **foi mais contido e sublinhou** a "ótima oportunidade" encontrada por Paulinho para romper com os petistas e iniciar sua campanha para a vaga de Marta Suplicy em 2004. **Mas acrescentou:**

- Bons tempos em que o PT clamava por ética na política.

Apesar de, o tempo todo, citar e parafrasear outros, o colunista faz isso *infiltrando* seus comentários e suas réplicas através de: adjetivação (“depois de **longa e acrítica** entrevista com José Dirceu”; “na usualmente **queixosa** Fiesp”); modalizadores (“na **usualmente** queixosa Fiesp”); verbos discendi avaliadores (“**bradou** William Bonner no Jornal Nacional”, “Lula **havia deixado escapar**”; “**anunciou-se com certa resistência** que foi o maior crescimento em quase um ano”); glosas metaenunciativas (“parecia indicar realmente a entrega de muitos **“presentes”** de aniversário”). Através do conjunto de recursos de linguagem acima elencados, o colunista, sem que expresse explicitamente em primeira pessoa, possibilita que os seus leitores percebam seu intuito discursivo e seus acentos avaliativos em relação ao que circula na mídia. Ou seja, apesar de se tratar de um texto todo escrito em terceira pessoa e sem nenhuma marca da primeira pessoa, o uso recorrente de recursos de linguagem que possibilitam o autor se infiltrar por entre os enunciadores oferece a garantia de se tratar de um texto que apresenta autoria pessoal-profissional.

4.3.2.2 A apropriação do discurso do leitor.

A apropriação do discurso do outro para ilustrar ou servir de prova do discurso do autor é outra das estratégias de autoria encontradas nas colunas da Folha de S. Paulo. Como já mostrado anteriormente, o coro de vozes acionado pelos colunistas da Folha de São Paulo é tipicamente composto por enunciadores de prestígio social, cultural e político e que fazem parte das várias esferas do poder nacional e internacional. Por conta disso, citações, paráfrases e comentários do ponto de vista de *leitores comuns* não se encaixam na tendência geral das colunas assinadas de opinião. Se o leitor comum é transformado em enunciador, como é o caso das duas colunas abaixo, deve ser motivada por uma outra razão, que não o *status* social do leitor e o valor de prestígio de suas opiniões.

[73]

CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz250920>

0304.htm

Carta do último petista

SÃO PAULO - Conheci Carlos Fernando Galvão quando, estudante ainda, era um desses raros poetas que buscam soluções para os problemas do mundo (ou, ao menos, para os de seu entorno).

Queria palpites sobre um livro com o relato de ações concretas. Hoje, aos 33 anos, é professor de geografia, doutorando em ciências sociais e presidente da ONG Cidade Viva.

Militante de base do PT, estufava o peito de orgulho. Agora, manda o e-mail que resumo a seguir:

"**Você** afirmou, com boa razão, que, se havia idealismo (no PT), antes do poder, ele já acabou".

"Isso pode ter acontecido com a nossa cúpula, mas não aconteceu com boa parte da militância, na qual me incluo. Tanto é verdade que queria o meu PT de volta, como já disse em outras mensagens."

"Continuo, por exemplo, acreditando piamente que já pagamos a nossa dívida externa uma dúzia de vezes e apoiaria, de bom grado, uma auditoria nela."

"Não mudei de opinião só porque meu partido ascendeu ao governo. Isso está me dando um desgosto muito grande, que só é aumentado quando leio o que **você** escreveu."

"Mas não vale para todo o PT e gostaria que você chamasse a atenção para isso. Da minha parte, estou tão chateado que, em que pese o fato de que há méritos no meu governo, como a maravilhosa política externa, estou pensando se continuo filiado (eu me filiei há 14 anos, quando tinha 19 anos)."

"**Rossi**, o que peço é que faça uma coluna para nós, "neobobos", "dinossauros", "pré-modernos", como queiram chamar, mas que insistem em ter uma ideologia, na boa acepção da palavra."

"**Rossi**, fale da gente, cara. **Dê-nos um pouco de voz** no meio dessa aridez em que o mundo em geral e o Brasil em particular estão se transformando. **Ajude-nos** a não matar na raiz o sonho de acreditarmos que um outro mundo é possível."

[74]

CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1412200303.htm>

Com medo de ser PT

SÃO PAULO - Reproduzo abaixo, com **autorização da autora**, trechos de e-mail recebido de Celeste Marcondes, cuja idade não **perguntei, por educação**, mas cujo número de RG indica tratar-se de uma moça da **minha geração, em torno dos 60 anos**.

Celeste conta ser militante política desde sempre, o que a levou à clandestinidade nos anos de chumbo.

Seu desabafo:

"Hoje (quinta-feira), assisti a várias mulheres levarem uma surra da vida. Mulheres pobres, velhas, doentes, esposas de maridos pobres, velhos, doentes que, como eu, lá estavam na fila, havia horas, esperando receber medicamentos para tratamento de nossos cânceres. Alto custo.

Enquanto esperava, lia.

Como há 50 anos, leio dois jornais por dia, pois, desde os 20 (militância oblige), ao acordar, penso que talvez a utopia sonhada nesta m... de país será notícia.

Hoje, outras mulheres eram notícia, mulheres de ministros, de governadores, mulheres que, mesmo a esta altura do movimento feminista e do politicamente correto (não exijo mais que isso), ainda acompanham seus machos em viagens internacionais à custa do erário. Elas têm ou não o direito de ficar com os seus presentes?

Em meio à leitura, ouço a funcionária avisar que os remédios para câncer de próstata e o outro para câncer de mama não estavam disponíveis. Ninguém abriu a boca.

Tentei fazer alguma coisa, mas fiquei com vergonha: já pensou se alguém percebe que sou do PT? Que fiz campanha 24 horas por dia pelo Lula? Pois é, nem quando estive clandestina senti tanta necessidade de me esconder.

Estou muito triste, muito mesmo. Chocada com a humildade, com o silêncio daquelas mulheres retomando com os seus saquinhos de plástico vazios o caminho da periferia. Talvez nem saibam o grau da violência de que estão sendo vítimas".

Nos dois textos acima vemos que praticamente inexitem réplicas e comentários do colunista a respeito dos enunciadores por ele acionados. O colunista opta por introduzir os textos com uma breve biografia destes leitores e uma contextualização da origem dos textos. O restante dos dois textos – quase a totalidade deles – corresponde à reprodução citada do que escreveram os leitores e enviaram ao colunista. Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, este uso da voz do leitor reafirma, por uma outra perspectiva, que o leitor é concebido de um modo diferente dos enunciadores de prestígio das altas esferas de poder e comumente acionados pelos colunistas.

Clóvis Rossi, no caso dos textos *Carta do último petista* e *Com medo de ser PT*, apropria-se da opinião dos dois leitores comuns sobretudo para legitimar suas próprias opiniões de colunista, embora isso não impeça que ele também dê voz aos seus leitores. O efeito de sentido é o seguinte: as opiniões do colunista não resultam de sua implicância ou não simpatia pelo Governo, mas expressam o pen-

samento do conjunto de leitores comuns. Desse modo, o colunista dá sua própria colaboração para a construção da imagem de um jornalista democrático que ouve e dá voz aos leitores. A total ausência de espaço equivalente para citações de leitores que expressam opiniões contrárias às do colunista reforça a idéia de que este jogo é manipulativo.

Notamos que o discurso dos leitores passa a ser citável quando exemplifica o ponto de vista do colunista, como ocorre nos dois casos acima, em que as opiniões defendidas pelos leitores já haviam sido defendidas *n* vezes pelo colunista em textos anteriores. A título de exemplo apresentamos o seguinte caso, mas os anexos [75] e [76] retratam este tipo de opinião do colunista:

[77]

CLÓVIS ROSSI

Uma questão de decência

SÃO PAULO - A cúpula do PT, com o inestimável auxílio daquela parte da mídia que é governo seja qual for o governo, conseguiu transformar o caso dos mal chamados radicais do partido em uma questão de disciplina e de opinião. Não é. É de decência política.

Vejamos apenas um caso, o da deputada Luciana Genro (RS). Essa moça é petista literalmente desde criancinha. Ou, mais precisamente, desde os 14 anos. Está no PT há 18 anos. Tem mais tempo de petista do que de brincar de roda.

Suponho que tenha cantado loucamente o "Lula-lá" ou outro refrão das campanhas presidenciais do partido. Suspeito que tenha brigado na escola em defesa da sua estrela tanto contra os preconceituosos que são contra o PT pelas qualidades do partido como contra os que legitimamente se opõem ao PT pelos seus inúmeros defeitos.

É essa moça que está agora ameaçada de expulsão pelo único e indecente motivo de querer continuar sendo o que sempre foi. Nunca lhe disseram, até agora, que estava errada, que suas idéias não eram as idéias do PT. Ao contrário, usaram-na sempre, a ponto de dar a ela lugar na lista de candidatas a deputado federal na eleição do ano passado, quando ela dizia o que continua a dizer hoje.

Talvez ela _e todos os outros mal chamados radicais _ esteja errada. Acho até que cometem de fato alguns equívocos graves. Mas são os equívocos que toda a cúpula do PT cometia até ontem, a começar pelo presidente da República.

Se a cúpula, inebriada pelo poder ou assustada pelos mercados, mudou de idéia, quem deve explicações é quem mudou de idéia, não quem defende o que sempre defendeu.

As reformas, pretexto para a eventual expulsão, são circunstanciais por definição. A decência política que está sendo violada é para sempre. (6/5/2003)

4.3.2.3 A reinterpretação do discurso do outro

Havíamos apontado no segundo capítulo que uma das características da autoria é a busca pelo efeito de origem/propriedade/autenticidade, mas que esse efeito decorre sempre de atos de apropriação e nunca de uma criação *ab ovo*, inteiramente inédita. Isso equivale a dizer que a autoria emerge como resultado da negociação e da luta entre o eu e o outro, entre o indivíduo e o coletivo. No caso das colunas de opinião assinadas, esse efeito de autoria pode ser observado no trabalho de escrita do colunista para mostrar um tanto explicitamente que o que ele diz não equivale exatamente ao que os outros já disseram. Ora, uma forma de mostrar que há diferenças entre o que diz o colunista e o que outros disseram é justamente fazer um reparo nos dizeres. Notamos que há uma preferência por fazer este reparo no final das colunas justamente porque este lugar do texto tende a conferir maior valor de verdade ao que é dito. Vejamos alguns exemplos:

[78] "Guido Mantega (Planejamento) falou ontem de manhã na TV Globo - sempre lá - que só a China se equipara ao Brasil em ritmo de crescimento das exportações. **Errado**" (Fernando Rodrigues, *Realidade e Marketing*, 1/9/2004, p. A-2).

[79] "**Engana-se quem** imagina que o governador do Rio, Anthony Garotinho, pensa apenas no PMDB como opção à sua saída do PDT. **Erra muito mais quem** acredita ser para valer o convite feito por Lula a Garotinho para que este entre no PT no caso de a divergência com Leonel Brizola entornar o caldo de vez." (Fernando Rodrigues, *Garotinho imita Sílvio*, 12/2/2000, p. A-2)

[80] "Mas, gente, é hora de o PT festejar. A realidade nua e crua pode ficar para depois. **Depois das eleições, claro.**" (Eliane Catanhêde, *Tudo a seu tempo*, 2/9/2004, p. A-2);

[42b] "Assim começa o famoso poema de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864): "Minha terra tem palmeiras/Onde canta o sabiá..." **Se fosse vivo, o poeta talvez escrevesse:** "Minha terra tem corrupção/Onde cantam mais do que Ronivons..." (Josias de Sousa, *Jovem guarda da corrupção*, 19/5/1997, p. A-2);

[81] "O presidente do Banco Central se reunia com o presidente da República mais ou menos a cada seis meses. "Não raras vezes, o presidente lhe dirigia sugestões sutis, expressas de maneira cuidadosa, para que ele reduzisse a taxa de juros, de modo a estimular o crescimento da economia". De que país estamos falando: Brasil, Ar-

gentina, Guatemala? **Não, estamos falando dos Estados Unidos e da lendária independência de seu banco central, o Federal Reserve**". (Clovis Rossi, *Independência do BC, a lenda*, 15/3/2003, p. A-2)

[82] "Esses 46% representam o percentual mais alto dos últimos 20 anos, superior aos níveis dos anos 80 (a chamada década perdida). Conclusão: o Brasil "cortaja" uma nova crise externa, diz o empresário. **E acrescento eu**: a perspectiva de vitória eleitoral da oposição não tem nada a ver com isso, antes que venham com o terrorismo de praxe." (Clóvis Rossi, *Cortejando a crise*, 8/9/2001. p. A-2).

[83] "Lula dizia, em tempos outros, que, para chegar à Presidência, Brizola seria capaz de "pisar no pescoço da própria mãe". **No da mãe, talvez não. Mas, no de Lula, Brizola já está pisando**". (Josias de Souza, *O pescoço de Lula*, 18/6/1998, p. A-2).

Nos exemplos 78 e 79 os colunistas para lá de explicitamente asserveram que *o outro* está **errado** (e que, por exclusão, ele estaria certo); no exemplo 80, a colunista faz o reparo num dizer através de uma restrição do escopo semântico do advérbio de tempo "depois" – interessante neste caso é perceber que a colunista faz reparo num sentido que ela própria deu a entender; no caso número 42b, o colunista supõe que reparação de sentido faria um poeta se escrevesse nos dias de hoje; e nos demais casos, o colunista "acaba" o texto fazendo o seu acréscimo pessoal ao dizer de outrem, o que equivale a apontar nele uma incompletude.

Uma estratégia mais específica para lidar e tratar o discurso de outrem ocorre nos casos em que o colunista cita um enunciador, apropria-se do seu dizer e o transforma, de modo a fazer com que o seu dizer se volte contra ele próprio. Poderíamos dizer que se trata da estratégia de *fazer o feitiço se voltar contra o feiticeiro*. Um exemplo desta *subversão* do discurso do outro pode ser visto no enxerto seguinte, em que o colunista faz com que a expressão *trocar de roupa*, dita por um deputado no sentido denotativo, seja interpretada como "mudar de partido ou de posição":

[84] "Ao final, feliz da vida por trazer mais opositores ao PMDB, o presidente da sigla no Rio, deputado Moreira Franco, foi indagado por um presente: "Para onde você vai?". Empapado de suor, respondeu: "Eu vou é trocar de roupa". **É, faz sentido**" (Fernando Rodrigues, *Troca de roupa*, 20/8/2003, p. A-2).

Em casos como este, o autor se apropria apenas parcialmente das palavras de outrem, alterando significativamente o seu sentido e o seu valor de verdade. Os efeitos de sentido podem ser: a) o enunciador está tão equivocado que suas próprias palavras se prestam para evidenciar tal equívoco; b) o colunista não está tomando uma atitude parcial, subjetiva e impositiva em relação a seu enunciador, mas apenas constatando algo que as próprias palavras do enunciador autorizam; c) portanto, o comentário do autor-colunista merece credibilidade.

4.4. Análises da postura da autoria no gênero

Tomemos agora algumas colunas de opinião assinadas para observarmos no *todo do texto* como a postura da autoria aparece reconstruída e como se apresenta o trabalho individual do autor. A proposta aqui é proceder a uma leitura de textos tomando como ferramenta principal de análise e observação a constituição da autoria e o trabalho do autor. Ou seja, com este tipo de análise estamos buscando responder à seguinte pergunta: que sentidos podemos construir para um texto quando o observamos da perspectiva da autoria? Vamos aos textos e às análises⁹⁰:

[85]

CLÓVIS ROSSI

Democracia vendida

BUENOS AIRES - Néstor Kirchner, o presidente eleito da Argentina, diz, uma e outra vez, que está disposto a dirigir-se diretamente ao público para denunciar qualquer pressão indevida ou proposta de acordo espúrio que viçem a ser feitas por grupos empresariais.

Tomara que o faça. Está se tornando **insuportável**, em toda parte, a submissão dos governos aos grandes grupos econômicos.

É **absolutamente verdadeira a brutal** frase de **George Soros à Folha** quando começava a campanha eleitoral brasileira ("como na Roma antiga só votavam os romanos, agora só votam os americanos, não os brasileiros"). É claro que, por "americanos", **devem-se entender** grupos econômicos poderosos.

É **verdade** que os brasileiros votaram contra o que os mercados esperavam. **Mas o governo que resultou da eleição** diz estar sendo obrigado ao **que chama de "choque de credibilidade"**, um eufemismo para rendição aos desejos do mercado, **que, assim, está ganhando o terceiro turno da eleição.**

⁹⁰ Na transcrição dos originais negritamos as expressões que, de modo mais direto, podem indiciar a postura da autoria e o trabalho de constituição do autor.

Na Argentina, **o tal de mercado** não faz o menor esforço para dissimular que busca condicionar o novo governo, atacando-o não pelo que diz que fará, mas pela retórica política. **Ao afirmar o óbvio** ("não serei prisioneiro das corporações"), Kirchner suscitou a prevenção delas, evidência de que estão tão habituadas a aprisionar governos que já não se dão ao trabalho de disfarçar.

Kirchner disse, no discurso que já provocou tanto rebuliço, que setores econômicos "compraram a política". **É a mais pura verdade, e não vale apenas para a Argentina. Serve para toda a América Latina.**

Os "compradores" temeram que Lula fosse romper o molde. Não o fez até agora. Kirchner, segundo o matutino "La Nación", pretende instaurar o controle de capitais para evitar a gangorra descontrolada do dólar. **Se for verdade, ou** ele cai prematuramente **ou** começa a tirar a política da mão de donos espúrios. (FSP,17/5/2003)

De um modo muito geral, podemos dizer que nesta coluna de opinião assinada a autoria reside no fato de que há uma instância individual-profissional (*um jornalista*), no texto rotulada pelo nome próprio Clóvis Rossi, que assume explicitamente a macro-responsabilidade pelo intuito discursivo, pelo acabamento e pelo estilo do todo deste texto e que o faz se apropriando de uma postura de autoria já sócio-históricamente e culturalmente pré-construída por e para este gênero. Isto é, ele fala como comumente fala um colunista de jornal e o faz em primeira pessoa ("**Tomara** que o faça"), expressando suas réplicas, seus comentários e suas opiniões.

Em sentido mais específico, o colunista Clóvis Rossi constrói-se como autor neste texto através da relação dialógica que mantém com os enunciadores por ele citados, parafrazeados e comentados. Podemos logo notar que as vozes acionadas pertencem a segmentos de elite e de prestígio social, tanto no plano nacional como internacional (*Néstor Kirchner, George Soros, "o governo que resultou da eleição", o matutino "La Nación"*). Em sua relação dialógica, o colunista faz uso de uma estratégia de *infiltração*, que consiste em ir introduzindo comentários e réplicas pontualmente, à medida que o ponto de vista dos outros enunciadores é acionado. Observamos então que o colunista, ao tempo em que cita e parafraseia, vai fazendo comentários avaliativos de tal modo que a voz dos enunciadores já aparece orientada, apreciada e, portanto, reinterpertada pela sua própria voz. Desse modo, o colunista contribui para afastar a possibilidade de os leitores o acusarem de se comportar como um mero copador de idéias de outrem e para dar a enten-

der que tem idéias e pontos de vista próprios e que, portanto, o que diz representa alguma novidade e merece ser lido com credibilidade. No fim das contas, a estratégia da infiltração possibilita que as *palavras alheias* sejam apropriadas pelo intuito discursivo do colunista e soem como palavras próprias.

Assim, claramente o dizer dos outros não é apenas citado e parafraseado, mas sofre uma espécie de "interposição e superposição interpretativa". É o que se dá, por exemplo, quando o colunista orienta o leitor a interpretar a palavra "americanos" como "grupos econômicos poderosos" e não, como poderia ser o mais esperado no contexto, como "pessoas nascidas nos EUA". Assim também é que o colunista, mesmo quando fala citando, se "infiltra" no discurso do outro, por exemplo, através do uso de adjetivos e modalizadores como em "**É absolutamente verdadeira a brutal frase de George Soros à Folha quando começava a campanha eleitoral brasileira**". Há, também, demonstração de que ele pensa de modo diferente dos enunciadores que cita e isso vem marcado em várias passagens do texto, seja através de glossas metaenunciativas ("os **"compradores"** temeram que *Lula fosse romper o molde*") seja por meio de comentários explícitos ("mas o governo que resultou da eleição diz estar sendo obrigado ao que chama de **"choque de credibilidade"**, **um eufemismo para rendição aos desejos do mercado**, que, assim, está ganhando o terceiro turno da eleição").

É curioso que nas duas únicas passagens em que atribui um valor de verdade ao que outros disseram ("**É verdade** que os brasileiros votaram contra o que os mercados esperavam"; "**É a mais pura verdade**, e não vale apenas para a Argentina. *Serve para toda a América Latina*"), o colunista tenha ainda alguma ressalva interpretativa ou alguma extensão de sentido a fazer, dando a entender que há uma certa incompletude ou imprecisão que ele se propõe a resolver. Podemos dizer então que em casos como este o autor trabalha como um *reparador dos sentidos de outrem*.

Há neste texto um tipo de seqüência que é comum nas colunas de opinião da Folha de São Paulo: o autor inicia a escritura citando um enunciador, mas conclui o texto com uma posição assumida como de sua responsabilidade individual (*Se for verdade, ou ele cai prematuramente ou começa a tirar a política da mão de donos espúrios.*). O efeito de sentido disso é o seguinte: a última palavra é a do autor e é ela, ao menos segundo a orientação dada pelo colunista, a que tem mais validade e maior valor de verdade. Em suma, a autoria nas colunas não se carac-

teriza apenas pela atividade de dar voz aos outros, mas de *regê-las* submetendo-as à voz do autor-colunista *macro-responsável* pelo texto. Tudo isso indica haver uma busca por uma "diferencialidade" da parte do autor do texto em relação aos outros enunciadores, ou seja, a autoria pode ser percebida nas estratégias usadas, por aquele que assina o texto, para mostrar que seus pontos de vista não coincidem exatamente com os pontos de vista dos enunciadores por ele acionados e que, além de diferentes, são os que expressam a *última e mais completa verdade*. Aquela idéia de autoria como equivalente de originalidade e novidade – discutida no segundo capítulo – somente faria sentido aqui se fosse tomada dentro de uma radical relatividade: o autor diz algo de novo porque o diz replicando outro. Ou seja, o caráter de novidade é relativo ao que já foi dito e, por isso, somente pode ser tomado como uma lapidação individual que opera sobre uma construção coletiva.

Vamos ao segundo texto.

[86]

ELIANE CATANHÊDE

Carne aos leões

BRASÍLIA – Uma das **melhores** frases da crise Waldomiro partiu do líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN): "Com ou sem CPI, a oposição está bem alimentada para uma longa travessia".

Não fica claro se ele inclui nessa "travessia" algo essencial: as eleições municipais de outubro, aquelas em que o PT sonha, **ou sonhava**, multiplicar prefeitos do próprio partido **ou** de aliados pelo país afora.

O governo e o próprio PT têm **dado carne aos leões**, *algumas vezes de graça*. PSDB e PFL podem ficar **sentadinhos, colhendo no colo** o discurso (**ou melhor, os ataques**) de campanha. Waldomiro, **como bem disse Agripino**, já é um **excelente alimento. Mas há outros, muitos outros**.

Os dois principais são na economia e no social. A política econômica **conservadora** gerou uma variação negativa de 0,2% do PIB. **Vexaminoso, além de perigoso**. A política social **ficou calcada** no Fome Zero. **Ficção, além de propaganda enganosa**.

Basta isso – Waldomiro, recessão, área social empacada – e tem-se uma **robusta** campanha de oposição nos mais de 5.500 municípios.

Governo e petistas lembram que **esse discursinho federal** não tem nenhum impacto nem elege ninguém nos municípios. **Tá bom**. Mas nunca **se esqueça** que em eleições também vale **a sábia advertência: nada como um dia atrás do outro**. O discurso de 2004 fica pairando no ar, formando consciências contra e a favor, minando

certezas de uns e criando certezas em outros. E, **certamente**, vai ter efeito, por exemplo, em 2006.

Lula e seus 60% de aprovação popular estão passando incólumes, como mostrou claramente o **Datafolha** desta semana. Ele tem, portanto, boas condições para ser reeleito. Mas ganhar eleições não é tudo. Governar depois **é que são elas**.

Ao **dar esse tipo de carne aos leões** – hoje, no Congresso, amanhã, nas eleições municipais e, depois, nos botecos do país –, o governo corre o risco de chegar **como um cordeirinho** a um segundo mandato de Lula. **Não é bom para o partido, nem para Lula e muito menos para o país.** (4/3/2004).

Acompanhando o fio do texto, notamos de saída que o ponto de partida aqui, seguindo a tendência deste gênero, é uma outra voz pertencente às elites de poder (“o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN)”). A colunista cita e, ao mesmo tempo, avalia o ponto de vista deste político: (“Uma das **melhores frases da crise Waldomiro**” e “**Não fica claro se ele inclui nessa “travessia” algo essencial**”). Interessante observar, logo à frente, o comentário avaliativo da colunista sendo feito através de uma outra voz (o discurso proverbial sintetizado no ditado “**dar carne aos leões**”). Ao fazer um comentário avaliativo pessoal usando como fundo apreciativo um discurso de verdade coletiva, como é o caso dos provérbios, a autora pode conferir efeito de credibilidade e de valor de verdade ao seu próprio comentário. Ou seja, no caso, o “eu” da colunista está devidamente sustentada por um “nós” histórico e ancestral.

Logo adiante, um pontual efeito de autoria pode ser encontrado no trecho “*Mas há outros, muitos outros*”, pois aqui a colunista declara que o ponto de vista do seu primeiro enunciador acionado (“José Agripino Maia”), embora parcialmente acertado, falha por ser incompleto e, por esta razão, ela própria se propõe a completá-lo e a corrigi-lo. Poderíamos atribuir à colunista o seguinte intuito discursivo: - *O que disse o Agripino até que tem lá alguma verdade, mas preciso fazer-lhe os acréscimos e os reparos necessários*. A fim de resolver tal problema, a colunista recorre ao discurso noticioso do relato dos fatos (“*A política econômica conservadora gerou⁹¹ uma variação negativa de 0,2% do PIB*” e “*A política social ficou calcada no Fome Zero*”), embora já haja embutidos aí comentários que podem não ser percebidos explicitamente. Explícitas mesmo são as duas apreciações diri-

⁹¹ Negritamos as expressões verbais que, no tempo verbal pretérito perfeito, podem ser tomadas como típicas do discurso noticioso e que, supostamente e ideologicamente, apenas relatam os fatos ocorridos no passado, sem se comprometer com um julgamento deles.

gidas pela colunista aos dois relatos: “*Vexaminoso, além de perigoso*” e “*Ficção, além de propaganda enganosa*”. Deste modo, vai se reconstruindo a postura de autoria típica das colunas de opinião, que presume a expressão da opinião pessoal do jornalista – em termos lingüístico-textuais, isso se materializa na grande quantidade de adjetivos (*melhores, claro, essencial, de graça, excelente, principais, conservadora, negativa, vexaminoso, perigoso, enganosa, empacada, robusta, bom, sábia, incólumes, bom*), em algumas expressões modalizadoras (*certamente, algumas vezes de graça, certamente*) e em operadores argumentativos (*ou, mas, além de, também*).

Na seqüência, a colunista aciona agora a voz do “*governo e dos petistas*” através de um discurso indireto livre (“*lembram que **esse discursinho federal** não tem nenhum impacto nem elege ninguém nos municípios*”) e reage ao ponto de vista do governo petista com o uso da expressão coloquial “*tá bom*”, típica dos gêneros orais cotidianos, caracterizada aqui por expressar uma fingida aceitação de um ponto de vista. Logo à frente, e mais uma vez, a colunista apóia-se em um discurso social tradicional para sustentar a sua apreciação (“*a sábia advertência: nada como um dia atrás do outro*”). Ela conclui o parágrafo expressando aquilo no qual ela “*certamente*” acredita: o discurso de 2004 vai ter efeito em 2006. Vemos assim como a autora vai construindo o seu intuito discursivo apoiando-se em outros enunciadores e em outros discursos, mas sempre deixando muito claro que a *verdade última e mais completa* é a sua própria. Em suma, o processo de autoria é caracteristicamente um processo de apropriação e de demonstração da validade e credibilidade do ponto de vista do próprio autor.

No parágrafo seguinte, o enunciador acionado é o Instituto de Pesquisas Datafolha, pertencente ao grupo empresarial do qual faz parte o Jornal Folha de São Paulo, fato que, visto em conjunto com a evocação das outras publicações da empresa Folha feita costumeiramente pelos outros colunistas, termina por indicar um comportamento corporativista dos colunistas deste jornal. Ou seja, a freqüente (positiva ou “neutra”) citação do universo de discurso da Folha de São Paulo funciona como uma estratégia de “credibilização” e de legitimação dos discursos e das verdades da *Folha de S. Paulo*. Agora, para fazer jus à postura de individualidade do autor-colunista, Catanhêde, logo à frente, reavalia e se contrapõe à conclusão mais óbvia que poderia decorrer da pesquisa: o discurso corrente até pode ter razão ao dizer que o governo petista poderá se reeleger, mas falha ao não se posi-

cionar sobre as prováveis dificuldades de governabilidade futuras. Mais uma vez, a última palavra e mais verdadeira é a da colunista, embora a sua verdade seja construída por intermédio de um constante diálogo com outras verdades. Em suma, trata-se de uma autoria que toma por base a polifonia, mas que a expressa da perspectiva da voz do autor.

A credibilidade do comentário e do tom avaliativo da colunista também é assegurada pelo acabamento do texto. Como já discutido teoricamente, uma das funções do autor é compor um texto de modo que ele seja recebido como constituindo um todo capaz de suscitar reações por parte dos interlocutores. Mas é claro que isso depende muito de *n* fatores, o que pode fazer aparecer um "todo mais aberto" ou um "todo mais fechado". No caso específico deste texto, o acabamento pode ser observado, sobretudo, pelo fato de o discurso proverbial "dar carne aos leões" aparecer reiteradamente em três lugares: no título ("**Carne aos leões**"), no meio do texto ("*O governo e o próprio PT têm **dado carne aos leões**, algumas vezes de graça*") e no último parágrafo ("*Ao **dar esse tipo de carne aos leões***"). A reiteração, por si só, já dá uma idéia de acabamento na medida em que aponta para alguma exaustão no tratamento de um objeto de sentido: se algo é retomado *n* vezes num texto é porque muito provavelmente gira em torno do intuito discursivo do autor e clama por réplicas. Agora, neste caso, além da reiteração, temos que o discurso proverbial é usado no título e na conclusão, justamente duas categorias esquemáticas textuais usadas para a expressão de informações semânticas tomadas como macrorelevantes. Ou seja, nas práticas de leitura em geral e nas de colunas de opinião em particular costumeiramente avalia-se que aquilo que o autor informa no título e na conclusão mais diretamente expressa o seu intuito discursivo global. Desse modo, vemos que a presença do autor também pode ser sentida na forma escolhida para conferir acabamento ao texto.

Vamos agora ao terceiro texto:

[87]

CLÓVIS ROSSI

A crítica a Lula, por Lula

SÃO PAULO – Suspeito de que pouca gente séria discordará do **senador Aloísio Mercadante (PT-SP)**, líder do governo, quando ele ataca o excesso de medidas provisórias editadas pelo governo do qual é líder.

Até seu chefe, **o presidente Luiz Inácio Lula da Silva**, concorda com a crítica, como **se pode deduzir** de texto do hoje presidente, divulgado pelo Insituto da Cidadania, por ele dirigido, em fevereiro de 2001:

“O presidente FHC quer manter as medidas provisórias porque deseja completar o seu modelo econômico, subordinado ao FMI, sem submeter as decisões ao Congresso Nacional. É o que pretende, por exemplo, com as anunciadas alterações no Bando Central e com a regulamentação do sistema financeiro. Uma espécie de “blindagem da economia”, para dificultar as mudanças de rumo do país em um futuro governo das atuais oposições”, escrevia Lula.

Não, não ria ainda. Tem mais:

“Isso está sendo tentado porque os dirigentes neoliberais estão começando a enfrentar sérias crises em consequência das suas políticas anti-sociais, tanto aqui no Brasil como em outras partes do mundo”.

Pode começar a esboçar um sorriso de escárnio. Mas, para completá-lo, leia mais um pouco do velho Lula: “Nós temos compromissos de princípio com a democracia e com o fortalecimento e autonomia dos poderes da República. Penso que há um claro sentimento de saturação na maioria dos partidos, no Congresso, em boa parte da imprensa e nos setores organizados da população, em relação à essa forma autoritária de governar por meio de medidas provisórias, levada a extremos pelos presidente Fernando Henrique”.

Pois é. Dá para levar a sério um governo cujo chefe faz tudo, rigorosamente tudo, o que criticava com tanto ardor no antecessor? Dá para levar a sério um governo cujo líder é obrigado a levar seus resmungos para a mídia porque ninguém lhe dá bola no próprio governo? (FSP, 27/11/2004, p. A-2).

Além do fato de citar e, ao mesmo tempo, avaliar vozes de prestígio no mundo social (*Aloísio Mercadante*, presidente Luiz Inácio Lula da Silva), de expressar opiniões de modo pessoal (“*suspeito*”), este texto apresenta um outro fato bastante relevante da constituição da autoria: é que nele o autor se apresenta, no caso explicitamente, como um *guia autorizado do leitor* (cf. Bakhtin, 1929). Ao simular uma interação direta com o seu leitor, o colunista orienta como, e inclusive em que ritmo, este poderia reagir às citações que ele apresenta (“*Não, não ria ainda*” e “*Pode começar a esboçar um sorriso de escárnio. Mas, para completá-lo, leia mais um pouco do velho Lula*”). E mais: por presumir que todos os leitores reagirão do mesmo modo que ele reagiu à citação feita, o colunista ignora que o leitor possa reagir de modo diferente e, portanto, “obriga-o” a concordar com ele ou, no mínimo, pressupõe um altíssimo grau de concordância. Ou seja, além de fazer a sua reinterpretação do discurso de outro, o colunista “coloca na boca e na

expressão” do leitor esta mesma interpretação, presumindo algo que é apenas uma possibilidade. Em suma, este é um caso que pode ser explicado em termos da *autoridade do autor*, qual seja do fato de que o autor age, em sua relação com o leitor, como aquele que decide como os dizeres devem ser interpretados.

Abaixo apresentamos mais um caso em que o autor-colunista se comporta como o *guia do leitor*, dirigindo-o para os outros textos a partir dos quais o colunista monta o seu comentário avaliativo

[88] “**Peço ao leitor que, por favor, volte às fotos** que esta **Folha** publicou ontem na capa, aquelas dos policiais do Rio de Janeiro cercando moradores do morro da Providência e, depois, carregando escadas abaixo o cadáver de um deles. (...) **Passe agora, caro leitor, para as fotos** do arrastão na praia do Leblon. (...) **Passe o leitor agora** para as declarações do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, um excelente advogado e uma bela figura pública, aliás”. (Clóvis Rossi, *Brasil, Iraque, Haiti*, 30/9/2004, p. A-2)

Claro está que tal comportamento entra em contradição com a ideologia, muitas vezes difundidas pelos próprios colunistas, de que eles comportam-se de modo não-autoritário.

Não explicitada textualmente, mas de grande relevância para a explicação da autoria do texto, é o papel desempenhado pela empresa jornalística *Folha de São Paulo*. É que a concessão a Clóvis Rossi do direito de falar em primeira pessoa somente foi consumada em função de haver uma série de convergências ideológicas e discursivas (no sentido de posição) entre o jornalista e a *Folha*. Por esta razão o Jornal funciona como um *autor interposto*, cujas posições são defendidas também pelo jornalista, embora num estilo subjetivo. A título de exemplificação transcrevemos abaixo o editorial que foi publicado no mesmo dia e ao lado da coluna *A crítica a Lula, por Lula*, assinada por Clóvis Rossi. É bem evidente que são duas posições bastante próximas, a despeito das diferenças decorrentes dos gêneros:

[89]

ABUSOS DO EXECUTIVO

A crer em baluartes da República, o abuso de medidas provisórias representa um vício insitucional do Brasil que, além de criar problemas políticos, conspurca a própria democracia.

“Penso que há um claro sentimento de saturação na maioria dos partidos, no Congresso, em boa parte da imprensa e nos setores organizados da população, em relação à essa forma autoritária de governar por meio de medidas provisórias”. Essas são palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que constam de publicação do Instituto da Cidadania, ligado ao PT. Foram, evidentemente, escritas quando Lula ainda se encontrava na oposição, em 2001. Dirigiam-se contra o então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Todavia, FHC também era, em tempos de oposição, contra o abuso de MPs, a crer em texto publicado por esta **Folha** em 1990: “O governo afoga o Congresso numa enxurrada de ‘medidas provisórias’. (...) Ou o Congresso põe ponto final no reiterado desrespeito a si próprio e à Constituição, ou então é melhor reconhecer que no país existe um poder de verdade, o do presidente. E daí por diante esqueçamos também de falar em democracia”.

A despeito do que foi dito, FHC, quando presidente, editou uma média mensal de 6,8 medidas provisórias (consideradas apenas as posteriores à emenda constitucional nº 32/2001, que alterou seu regime jurídico), enquanto Lula, até aqui, produziu 5,5 por mês. Ambos o fizeram sob fortes críticas daqueles que não vêem na maioria delas “relevância e urgência”, prevista no artigo 62 da Constituição.

Não há como deixar de concordar com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), quando critica o executivo por ter virtualmente paralisado o Legislativo com uma enxurrada de MPs. Nas contas de Mercadante, apenas 64 das 123 medidas de Lula seriam justificáveis. Talvez seja um exagero retórico de quem está na oposição afirmar que MPs em excesso solapam a democracia, mas é certo que as instituições ganhariam se elas fossem usadas com o necessário comedimento. (FSP, 27/11/2004).

Como já apontado algumas vezes, o autor é tido como o macro-responsável por um intuito discursivo, mas este processo se dá de modo interacional. No caso das colunas de opinião, este processo interacional de atribuição e de negociação dos intuítos discursivos pode ser observado no Painel do Leitor quando aparecem comentários dos leitores acerca dos pontos de vista dos colunistas. Como exemplificam os casos abaixo, o intuito discursivo “pretendido” pelo colunista pode convergir ou divergir do intuito discursivo *atribuído* pelos leitores à enunciação. Os comentários dos leitores também demonstram que estes interpretam as colunas como de responsabilidade individual dos colunistas e não como de responsabilidade institucional da Folha de S. Paulo:

[90] Farmácia Popular

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1006200411.htm>

"É impressionante. **Depois de a melhora do PIB nacional ter deixado indignado o senhor Clóvis Rossi, é a vez de o senhor Vinicius Torres Freire ("Lula, marquetagem e história", Opinião, 7/6), ambos colunistas prestigiados da Folha, atacar ferozmente o programa Farmácia Popular, ainda em implantação.** A crítica pelo simples "cacoete" da crítica perde a credibilidade. Há que se notar o aval dado ao programa pela senhora Zilda Arns - que dispensa apresentações quando o assunto é a área social. Não estou a defender o governo, que tem falhas e dificuldades, mas também não quero ser evasivamente contra. O Brasil necessita de algo mais do que a mera "oposição pela oposição". É melhor que o governo tente alguma coisa, não?"
Mauro de Castro Andrade (Fortaleza, CE)

[91] Paciência e petismo

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1907200411.htm>

"Quem tem 44 programas termina não tendo nenhum." A frase, do presidente Lula, está nas duas colunas da página 2 da Folha de ontem: **na de Clóvis Rossi e na de Eliane Cantanhêde.** Coincidência? **Ambas revelam a preocupação excessiva de bater em Lula.** Tantos assuntos importantes neste Brasil, como o caso dos precatórios e a confusão no sistema de seguros e planos de saúde. Mas esses problemas remetem aos erros do governo FHC. **Não interessam aos dois colunistas, que também demonstram cansaço e estão cansando os leitores."** **Alfredo Sternheim** (São Paulo, SP)

[92] Longa luta

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2107200411.htm>

"**Carlos Heitor Cony acertou em seu artigo ao comparar armas a ratos** ("Armas e ratos", **Opinião**, 19/7). A dimensão da violência com armas no Brasil deve ser tratada como epidemia, que vitima mais pessoas do que qualquer doença. Exatamente por isso - **e não como coloca o autor** - precisa ser combatida com estratégias não excludentes, mas complementares: conscientização da população e implementação de medidas efetivas de controle.(...)"
Denis Mizne, diretor-executivo do Instituto Sou da Paz (São Paulo, SP)

[93] Capitalismo

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1210200411.htm>

"**Não é possível concordar com a análise de Fernando Rodrigues em seu artigo de ontem** ("O anticapitalismo de Lula", **Opinião**, pág. A2). Não acho que o presidente tenha errado ao enviar a mensagem de redução de im-

postos para microempresas com faturamento de até R\$ 3 mil. **Assim como o caso hipotético descrito por Fernando pode ocorrer, eu também poderia citar** cem casos de pessoas sérias, honestas, trabalhadoras e higiênicas que faturam menos de R\$ 3 mil por mês e que são remetidas à informalidade pela escorchantes carga de impostos que existe no Brasil. Na minha opinião, desta vez o presidente Lula acertou." **Décio Luiz Gazzoni (Londrina, PR)**

[94] <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1509200411.htm>

"Se é que o senhor Clóvis Rossi precisa do apoio de um simples leitor do fundo dos "grotões" do Rio Grande do Sul, gostaria que ele ficasse sabendo que concordo com o tom de seus últimos artigos e não embarco nessa onda ufanista. O compadre de Rossi, o jornalista Ricardo Kotscho, que me desculpe. Como professor universitário, eu até acredito nos méritos de alguns métodos de incentivo para determinados fins (estudos, concursos, desafios etc.). Todavia o programa de lavagem de corações e mentes patrocinado pelo atual governo é um insulto à inteligência de qualquer pessoa minimamente alfabetizada. Bom trabalho a Clóvis Rossi e parabéns pelo Premio Nuevo Periodismo Cemex-FNPI 2004." **Aguinaldo Medici Severino**, professor-doutor do Departamento de Física da Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria, RS)

4.5 O trabalho dos autores-colunistas

Como discutimos nas sessões anteriores, o próprio gênero coluna de opinião assinada pressupõe uma postura da autoria a qual, em linhas gerais, pode ser resumida do seguinte modo: a autoria típica de uma coluna de opinião assinada é ocupada por um jornalista de prestígio que trabalha para o jornal em que publica os seus textos. Este autor usa os seus textos para expor suas opiniões pessoais-profissionais acerca de fatos políticos, sociais e econômicos como também acerca de outros discursos sobre os mesmos temas. Suas opiniões são construídas tomando por base a opinião de gente e de instituições de prestígio nacional e internacional. Há, da parte dele, empenho em constituir e expor um estilo de escrita pessoal, que possa em alguma medida diferenciá-lo dos outros colunistas e conferir "graça" e "identidade" aos seus escritos.

A garantia desta eficácia decorre, entretanto, do próprio domínio do gênero, ou seja, o autor da coluna precisa demonstrar *maestria* no uso e na manipulação dos temas, da estrutura composicional e do estilo típicos deste gênero, de modo que ele possa escrever premido pela rapidez da publicação do jornal e ainda assim

de modo "personalizado", "sugestivo" e "gracioso". A consequência mais relevante disso é que, no interior de tais limites impostos pelo gênero, os colunistas tanto asseguram a constituição da postura de autoria típica do gênero, como constroem também a sua postura de autor individual.

Os escritos de Bakhtin permitem observações acerca da relação entre o gênero e o autor e sugerem tratar-se de uma relação dialética, pois: a) o autor pode adaptar e ajustar o seu "intuito discursivo" ao gênero escolhido sem que tenha que renunciar à sua "individualidade" e à sua "subjetividade"; b) grande parte dos gêneros se presta a uma "reestruturação criativa", embora tal "renovação" dependa do domínio da relativa estabilidade dos gêneros; c) quanto mais um locutor domina um gênero e mais o usa com desembaraço mais depressa descobre nele mesmo sua própria individualidade (*op. cit.* p. 301-304). Tudo isso sugere, com o que estamos inteiramente de acordo, que, ainda que se configurem como *tipos históricos relativamente estáveis*, os gêneros não são uma camisa de força com poder suficiente para enquadrar definitivamente os falantes. O texto que segue pode exemplarmente ajudar-nos a explicar essa relação dialética entre o gênero e a autoria:

[95]

Fábula da saúde

JOSIAS DE SOUZA FSP, 27/10/97

São Paulo - Havia certa vez um reino esculhambado, que mantinha sua legislação sob permanente reforma. A tal ponto que os cidadãos já não sabiam se era a mania de reformas que provocava a esculhambação ou se era a esculhambação que conduzia à febre de reformas.

A confusão tinha muitas caras. Uma de suas fisionomias mais perversas era a imagem do doente estirado na maca, esquecido no corredor do hospital. Preocupado, o rei mandou chamar o cardiologista mais famoso do reino. Entregou-lhe os negócios da saúde.

O auxiliar não tardou a tornar à presença de Sua Majestade. Queixou-se de falta de verba. Sentado sobre o cofre, seu colega da pasta das finanças deu de ombros. De resto, dizia-se na corte, a bocas fartas, que o dinheiro da saúde era drenado pela corrupção. Sem estancar a hemorragia, não haveria verba que chegasse.

O maior dos cardiologistas não se deu por achado. Com o aval do rei, criou um imposto novo para complementar o financiamento da saúde. Seguiram-se cenas próprias do reino da esculhambação.

O cultuado cardiologista foi para casa. Seu substituto continuou de pires na mão. O dinheiro arrancado do bolso da patuléia não foi senão para os cofres do mi-

nistro das finanças. Os doentes continuaram abandonados no corredor. E o rei observou tudo à distância, com ar de superioridade.

Primeira moral da história: nem tudo o que parece superior é superior.

Segunda moral: "Se os homens foram feitos à imagem de Deus, então o ministro das Finanças, depois do rei, deve ser o homem que mais se aproxima dessa imagem" (Colbert, dono da chave do cofre sob Luís 14, na França).

Terceira moral: no posto de ministro, um médico renomado pode fazer muito mal à saúde.

Quarta moral: em casa que falta pão, todos reclamam e só o contribuinte não tem razão.

Quinta e última moral: imposto bom é o imposto que jamais será criado.

O texto acima não segue a tendência geral historicamente construída quanto à composição e ao estilo das colunas de opinião assinadas e quanto à *postura da autoria* nelas inscrita. Como facilmente se vê, não há marcas da primeira pessoa do jornalista – o autor não fala propriamente (ou exclusivamente) como jornalista; em vez de uma seqüência tipológica argumentativa, prevalece uma seqüência narrativa e o leitor é solicitado a ler o texto de uma perspectiva diversa daquela que corriqueiramente põe em prática. Não estivesse publicado num suporte jornalístico e no interior de uma sessão para expressão de opiniões acerca de fatos atuais e recentes, este texto poderia suscitar problemas de legibilidade e interpretabilidade decorrentes, por sua vez, da dificuldade de reconhecimento e identificação do gênero.

O que se deu é que a decisão do colunista trilha um caminho diferente do que habitualmente fazem os produtores de linguagem diante desta situação particular de interação, que seria "escolher, entre os gêneros de textos disponíveis na intertextualidade, aquele que lhe parece o mais adaptado e o mais eficaz em relação à sua situação de ação específica" (cf. Bronckart, 1997, p. 100). Em vez disso, ele optou por mobilizar um outro modelo de gênero (a *fábula*), mas não com o objetivo de fazê-la funcionar de acordo com as suas funções sócio-comunicativas típicas, mas até certo ponto em acordo com as funções do modelo de gênero a que ela está parcialmente a substituir (a *coluna de opinião assinada*). Como se vê, o colunista **não** se restringiu a ocupar uma postura de autoria através da escolha de um tipo histórico de texto consagrado, o que seria o caso se ele optasse apenas pela coluna de opinião assinada (ou se escolhesse a *fábula* caso estivesse envolvido com uma tarefa comunicativa tipicamente solucionada por este último gênero).

Optando, então, por esta complexificação de composição (isto é, por uma tessitura que conjuga mais de um tipo histórico), o colunista não se limita a fazer uso de um único modelo de gênero já plenamente consagrado para realizar determinadas funções, ou seja, ele não se submete inteiramente a uma dada institucionalização sócio-histórica semiotizada num gênero específico. Em vez disso, por decisão e escolha individual, este autor mobiliza um dado modelo de gênero e o faz funcionar como ferramenta retórica para realizar funções típicas de um outro gênero. Não se trata, pois, apenas da atualização de uma postura de autoria já historicamente estabilizada para um dado gênero. Poder-se-ia contra-argumentar usando o raciocínio de Bronckart (1999, p. 100-101) de que, como os gêneros portam múltiplas indexações sociais, isto é, possuem vários valores de uso, essas variações já estão previstas. É certo que alguns usos já são mesmo previsíveis, mas não é este o caso. Usar o tipo histórico fábula para realizar funções comunicativas típicas das colunas de opinião assinadas ainda se reveste de um caráter de raridade.

Desse modo, ao fazer um gênero funcionar no interior do quadro de um outro gênero, o autor chama a atenção dos leitores para o seu próprio trabalho de escrita (isto é, para as suas escolhas individuais em nível global). Ainda que não tão tranqüilamente, poder-se-ia dizer que aqui há uma certa "criatividade", ou, de outra perspectiva, que o leitor é surpreendido por um uso não estereotipado e padronizado de dois gêneros. Convém, contudo, matizar que se trata de uma criatividade relativa, pois que elaborada a partir de tipos históricos já existentes – no caso a coluna de opinião assinada e a fábula. Se é certo, porém, que o autor usa dois gêneros já historicamente estabilizados, por outro lado não se pode olvidar que é de sua inteira responsabilidade a escolha justamente por estes dois *tipos históricos* para, entrecruzados e superpostos, realizar uma complexa função sócio-comunicativa. Assim é que, por se tratar de uma atividade que comporta uma "estratégia de risco", ao próprio autor será diretamente imputada a eficácia ou o fracasso de tal "inovação".

Pensamos que se pode formular tal uso, ainda que um tanto esquematicamente, do seguinte modo: a postura de autoria conforme prevista no próprio gênero é aqui parcialmente transformada (ela não é inteiramente transformada porque não há mudança significativa da intenção comunicativa). No caso em análise,

o autor constrói o seu texto com base em dois tipos históricos, que passam a adquirir, ao menos momentaneamente, funções específicas.

Marcuschi (2001, p. 26), seguindo sugestão de Fix (1997), explica este uso da linguagem como um caso de "intertextualidade tipológica", ou seja, como uma situação em que se mesclam formas e funções de gêneros distintos. Ele diria, então, que neste caso, o colunista usou a *forma* do gênero fábula para realizar as *funções* do gênero coluna de opinião assinada. Ainda que esta explicação seja bastante operacional, parece-nos que - olhando agora mais de perto a atividade enunciativa que deu luz ao texto - os dois gêneros encontram-se mutuamente "contaminados" tanto em relação à forma quanto à função, de tal modo que não se poderia dizer que função e forma permanecem inalteradas e que foram simplesmente intercambiadas. Ao contrário, a "forma" da fábula aparece já transformada: o título inclui o nome "fábula" - incomum em fábulas tradicionais; há cinco morais e não uma só, como é o corriqueiro; os personagens são humanos; inexistem diálogos; e há citação de sujeitos reais ligados às elites de poder. Em função disso, parece-nos mais apropriado dizer que há uma mutua superposição da *forma* dos dois gêneros, indicando um claro caso de hibridismo ou de "mixagem" de gêneros. O mesmo hibridismo pode ser apontado em relação às funções: a função de fazer críticas de modo indireto e lúdico - típica da fábula - simultaneamente superpõe-se e é superposta pela função de fazer um comentário avaliativo dos fatos da "polis" - típica da coluna de opinião assinada.

Desse modo, ao "mixar" formas e funções de dois gêneros distintos, o autor provoca um hibridismo também da *postura da autoria*. Assim é que aqui ele fala simultaneamente como fabulista e como colunista, embora a postura do fabulista seja "comandada" pela postura do colunista. Não se pode deixar de notar, além do mais, que esta "sofisticação" do uso dos gêneros reafirma tanto a *maestria* como a *autoridade* do colunista, pois tal uso requer o domínio de dois gêneros e a capacidade de superpô-los sem, contudo, inviabilizar uma interação que se dá no interior da rapidez e efemeridade da leitura cotidiana de jornais. Tanto é assim que apenas alguns colunistas fazem tal uso e que, além disso, os que o fazem dele não abusam. Trata-se de um uso esporádico e raro, o que serve em acréscimo para chamar a atenção dos leitores para a atividade enunciativa individual e para, que é o que mais nos interessa aqui, o *trabalho individual do próprio colunista*. Diríamos mesmo que a *raridade do uso* é condição para o efeito de novidade e de autoria de

autor. Suponhamos que houvesse a disseminação da "mixagem" entre coluna de opinião assinada e fábula e que ela se tornasse cada vez mais comum. Quais seriam as conseqüências disso? Sobretudo dar-se-ia a estabilização de uma postura de autoria que passaria a ser prevista pelo "novo" gênero e que, como tal, não seria vista como uma escolha individual, mas como uma condição pressuposta pelo próprio gênero.

Vejamos um outro exemplo

[96]

29/07/2003 - 03h42

Gilson Schwartz:

E-mail vence Aids⁹²

GILSON SCHWARTZ- colunista da Folha de S.Paulo

Abriu o e-mail e baixou o santo. Era de um professor e pesquisador brasileiro que trabalhava em uma escola de ensino médio no Senegal, enviado em 14 de julho de 2030. Será que é spam?

Assunto: Funcionou!

Data do envio: 14 de julho de 2030

De: Professor Fernando Spin (spin2030@spinafrica.org)

Para: Jonas Yoruba

C/C: Sinapse, edição especial, julho, 2003

valeu muito **vc** ter blogado **teu** lance com os hiphackers. estamos usando **super** por aqui. a rede sobre saúde e desnutrição já tem versões traduzidas para 15 dialetos africanos, resultado da cooperação entre escolas de tribos que, há pouco mais de 20 anos, se matavam pelas ruas. é incrível, mas funcionou: usamos praticamente as mesmas técnicas que tinham funcionado - o quê, uns mais de 15 anos atrás, né?, com **a moçada** no Rio e em Sampa.

tem **um monte de gente** dizendo por aí (deve ser coisa do Steve em Oxford, aquele velho maluco!) que vamos faturar o Nobel da Paz. acham que as nossas redes de aprendizado foram o "elo perdido" que permitiu a eliminação da Aids na África.

lembra do Moussa, do Senegal? ele deu o primeiro alerta, era uma tese de doutorado no início do século, dizia que Aids era lida como "síndrome americana contra o amor entre os africanos".

rolaram então vários projetos **muito em cima** dos blogs em que escolas e telecentros do Brasil agitavam aquele papo **tipo** Paulo Freire digital. e a **moçada... sem chance, sem chance! taí, foi 10!** :-) sem falar na onda de mestrados e doutorados que saíram da história (ou melhor, entraram nela!).

meu, foram aqueles blogs da Bahia que colocaram as escolas da **perifa** em contato com uma rede de conhecimentos sobre desnutrição, violência e direitos digitais.

e esse Nobel, hein? será mesmo que levamos? tão dizendo que seria entregue para a Luara, aquela líder angolana que puxou as conexões entre escolas, sindicatos e postos de saúde. uma visionária sem diploma

⁹² <http://www1.folha.uol.com.br/foha/sinapse/ult1063u510.shtml>

que multiplicou por mil o número de diplomas em práticas de saúde no país.

olha, te dou a notícia em primeira mão: estou saindo da África, depois de dez anos de trabalho por aqui. 65 anos... acabo de receber um convite para participar da montagem de uma rede entre escolas e cavernas digitais na Índia. claro, o fato de não terem ainda resolvido o problema da fome por lá também me anima a encarar o novo desafio. acho que o nosso Paulo Freire digital ainda tem muito a fazer! se funcionou em São Paulo, no Brasil e na África, tem que dar certo na Índia também!

desculpa te mandar um e-mail tão longo em vez de acionar o nosso bom e velho videofax, mas neste exato momento estou participando de uma videoconferência com 3.000 escolas públicas que desenvolvem projetos sociais. é meio que a formatura da moçada. o canal de vídeo ficou pesado demais e só dá para mandar e-mail. essa infra continua não dando conta do recado! #@\$!*&!

AQUELE abraço

O texto acima, juntamente com mais outros 9, foi produzido sob encomenda para o caderno *Sinapse da Folha de São Paulo* de modo a apresentar um prognóstico de cada colunista ou especialista da educação acerca da situação educacional do Brasil a exatos 30 anos a contar da data da publicação dos textos (29/07/2003). À exceção do que aparece transcrito acima, os outros 9 textos foram todos produzidos de acordo com a estrutura composicional, o estilo e a postura de autoria de uma coluna de opinião assinada ou de um artigo assinado (já que alguns autores não eram jornalistas nem colunistas da *Folha*). Tratava-se de textos tipicamente expositivo-argumentativos, escritos no português-padrão, cuja posição de autoria era tipicamente ou de um jornalista ou de um especialista em educação. Todos recorreram à autoridade de que são investidos para conferir credibilidade aos textos. Apenas o texto transcrito acima apresentava um outro formato composicional, outro estilo e outra postura de autoria, possivelmente causando alguma surpresa ou estranhamento entre os leitores. O que o seu autor fez foi usar o gênero *e-mail* a fim de resolver uma tarefa sociocomunicativa típica das colunas de opinião.

Neste caso parece particularmente interessante o fato de que o colunista teve que incorporar parcialmente o estilo do gênero *e-mail* tal como é usado por “blogueiros” e internautas típicos (por exemplo: ausência de maiúsculas após ponto; abreviatura de palavras [*perifa*, *vc*]; uso de símbolos icônicos no interior do texto [#@\$!*&! e :-]); itens lexicais sócio-lingüisticamente marcados (*meu, valeu muito, blogado, teu lance, taí, foi 10!*). Entretanto, há passagens em que o estilo

do gênero coluna de opinião é mantido, como, por exemplo, no trecho “a rede sobre saúde e desnutrição já tem versões traduzidas para 15 dialetos africanos, resultado da cooperação entre escolas de tribos que, há pouco mais de 20 anos, se matavam pelas ruas”. Tal incorporação (parcial) de outro estilo revela uma representação de *postura de autoria* que é uma exigência do próprio gênero: o colunista fala como se ele fosse um “blogueiro”, embora não abdique inteiramente de falar como colunista.

Como já comentado antes em relação ao texto “A fábula da saúde”, dois gêneros estão se superpondo mutuamente e tanto as suas categorias de gênero como as suas funções sócio-comunicativas se fazem presentes no exemplar empírico acima, embora evidentemente “ressignificadas”. Isto é, a estratégia retórica foi a de não apenas falar *sobre* o tema sugerido, mas falar *como* se o próprio autor fosse uma das pessoas envolvidas com os fatos sobre os quais falará. Assim, o uso do gênero e-mail pelo colunista deveria servir como demonstração da própria tese defendida por ele de que a internet será um meio de educação extremamente eficaz, cuja possível comprovação é o próprio freqüente uso do e-mail como ferramenta para se debater questões educacionais. Em outras palavras, este caso aponta para correlações entre a postura da autoria, os modelos de gêneros usados e a argumentação, de tal modo que se poderia também sugerir que a *representação da posição de autoria* pode ser usada como uma poderosa estratégia argumentativa.

Vejamos mais um caso:

[97]

CARLOS HEITOR CONY

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1910200>

305.htm

Tese de mestrado

RIO DE JANEIRO - Uma caneta divide-se em três partes: a tampa, a pena e a caneta propriamente dita. A tampa serve para tampar a caneta e proteger a pena. A pena é a variante das antigas penas de ganso que os antigos usavam para escrever, mas, em alguns casos, é substituída por pequenina esfera, daí que o nome delas passou a ser “esferográfica”.

A caneta propriamente dita é o corpo principal dela, onde se colocam os cartuchos com tinta em massa, no caso das esferográficas, ou onde fica o depósito que armazena a tinta líquida, bombeada por pequena alavanca lateral ou por uma espécie de conta-gotas de borracha nos modelos mais antigos.

A finalidade da caneta é escrever. Apesar dos computadores e editores de texto de que hoje **dispomos**, *ainda se usa a caneta para assinar nomeações de ministros e assessores, liberar verbas para os municípios que adotaram o Fome Zero, assinar lista de presença nas missas de sétimo dia.*

Um rei em desespero queria trocar seu reino por um cavalo: "A horse! A horse!". Em idêntica situação, um rei de hoje pediria uma caneta, variando a língua de acordo com o reino.

Nada mais desolador do que um rei sem cavalo e sem caneta. Definida a caneta, é necessário definir um cavalo. Trata-se de um animal com cabeça, tronco e membros, e só difere do homem, que é um animal bípede, porque é um quadrúpede (*). Não deve ser confundido com cavalo-vapor, mais conhecido pela sigla HP (**). E muito menos com cavalgadura, que é outra coisa.

(*) Quadrúpede é o animal que tem quatro pés ou patas (apud Aurélio, in "Novo Dicionário da Língua Portuguesa").

(**) Em inglês: "horse power".

Nota: Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda do corpo docente da UJG e, em especial, de Catarina, minha esposa, que me ajudou com seus esclarecimentos.

Uma vez mais temos aqui um caso em que há superposições entre dois gêneros, desta feita entre a coluna de opinião assinada e uma tese de mestrado. Do modelo da coluna de opinião assinada, além dos elementos contextuais, aparece, na estrutura do próprio texto, o nome do colunista (*Carlos Heitor Cony*), a cidade de onde ele escreve (*Rio de Janeiro*), o tamanho do texto e referências a fatos políticos do momento (*ainda se usa a caneta para assinar nomeações de ministros e assessores, liberar verbas para os municípios que adotaram o Fome Zero*). De uma tese de mestrado encontramos no texto uma postura de autoria impessoal típica do academicismo tradicional (com apagamento da pessoa que fala e uso da terceira pessoa); predominância de tipo de texto expositivo (verbos no presente, uso de descrições, seqüência descritiva do geral para o particular); e uso de notas de rodapé.

Numa interpretação particular dos significados do texto, parece-nos que há a presença recorrente de ironia em relação às categorias, ao estilo e às funções de uma tese de mestrado, de modo a se poder dizer que este gênero está sendo acionado e apropriado "negativamente". Muito mais do que usá-lo como uma estratégia retórica para dizer alguma coisa para a qual a coluna de opinião pode se mostrar ineficaz, o intuito discursivo do colunista é desqualificar o gênero tese de

mestrado, expondo suas incongruências, limitações e ineficácia. Deve ser este intuito que explica o fato de o colunista não assumir efetivamente a postura de autoria típica de uma tese de mestrado. Mas, em contrapartida, ele também não permanece fazendo uso da postura de autoria típica das colunas de opinião assinadas, uma vez que não fala em primeira pessoa como jornalista (embora seja certo que o apelo aos elementos contextuais justifique afirmar a prevalência da postura de colunista).

O que chama a atenção neste texto é que a postura de autoria é, de certo modo, "inventada" no próprio texto uma vez que o colunista não simplesmente "ocupa" uma postura já institucionalizada. Uma das conseqüências de tal "mixagem" de posturas de autoria é uma certa complexificação do processo de leitura, pois o leitor não pode neste caso valer-se de uma única postura típica de um único gênero, como é o caso mais corriqueiro na comunicação jornalística. Mesmo porque o gênero tese de mestrado aparece aqui de modo caricatural dado que seria totalmente impossível reconstruir uma tese de mestrado no espaço gráfico destinado a uma coluna de opinião.

Uma vez mais esse processo construtivo da autoria ocorre na dependência do prestígio e da autoridade tanto do colunista em geral como do colunista ligado a um nome de autor específico. Dito de outro modo, o fato do texto *Tese de mestrado* ser assinado por Carlos Heitor Cony e o fato deste nome remeter para um autor prestigiado em nossa sociedade faz com que os leitores em geral, mesmo tendo grandes dificuldades de compreensão, acreditem que estão diante de um texto a que podem atribuir coerência e sentido. Nem seria necessário lembrar que se o mesmo texto fosse assinado por alguém sem prestígio midiológico o risco de ele ser visto como incoerente não seria nada desprezível.

No texto seguinte, a mixagem é feita entre a coluna e uma receita. Novamente ambos os gêneros se "contaminam" mutuamente: nem se trata mais de uma típica receita nem de uma típica coluna, mas de um texto num formato com grande probabilidade de ser percebido como diferente e estranho. Tanto os ingredientes usados são inusitados para uma receita como são combinados de modos imprevisíveis. Vale a pena comentar ainda que esta complexificação das posturas de autoria e dos modelos de gênero torna mais complexo o processo de leitura uma vez que o leitor não pode tomar como dada uma superestrutura e preocupar-se essencialmente com a reconstrução da macroestrutura. Dito de outra forma:

seu conhecimento prévio sobre esquemas globais de texto precisa ser reavaliado e não pode ser aplicado tal como está mentalmente formulado.

[98]

CARLOS HEITOR CONY

Receita de pauta

RIO DE JANEIRO - Pegue um livro do Leonardo Boff, um pôster da Luma de Oliveira no sambódromo, a cara compenetrada do Antonio Carlos Magalhães olhando um broche em forma de trombone (ou vice-versa, ou seja, um trombone em forma de broche olhando para o Antonio Carlos Magalhães), o procurador Luiz Francisco vestido com um dos ternos do Jô Soares e vice-versa, o Jô vestido com os ternos do procurador, junte tudo num caldeirão do Huck e coloque numa plataforma da Petrobrás adernada, com um pouco das medidas que o ministro José Gregori ameaça tomar. Mas sem exagerar.

Mexa tudo com um pau-de-arara fotografado pelo Sebastião Salgado e bote para descansar no sítio do presidente da República, antes que o movimento dos sem-terra movimente a tranqüilidade do campo e perturbe o minuto de silêncio pela morte de Mário Covas.

Numa CPI de barro, prepare uma liminar contra a quebra do sigilo telefônico do Eduardo Jorge, coloque um hábeas corpus em favor do Luiz Estevão e deixe o caldo engrossar em ponto de bala perdida no morro de Santa Marta.

Deixe esfriar no banho de sol dos amotinados do Carandiru, com direito a consultas grátis do Drauzio Varella e comentários lingüísticos do Pasquale Cipro Neto, tomando cuidado para não perturbar o terço bizantino do padre Marcelo Rossi.

Tire o véu da Feiticeira e coloque um emplastro Sabiá nas colunas dos especialistas em informática, mas tomando cuidado para não misturar com colunas de economia.

Finalmente, enfeite uma travessa com fitas periciadas por técnicos da Unicamp e dossiês do Caribe, tomando cuidado para que os dossiês do Caribe não sejam periciados por agentes infiltrados da operação Collor.

Tudo pronto, é servir com esqueletos escondidos no Banco Central e com frutos do mar de escândalos.

No exemplo seguinte, o gênero escolhido para se superpor e ser superposto pela coluna é a carta. Neste caso fica evidente uma característica que já estava presente também nos outros casos analisados: a função de fazer críticas – típica das colunas assinadas – passa a ser realizada de modo indireto, cabendo ao leitor a tarefa de construí-la e não apenas de selecioná-la do texto. Aqui também fica evidente outro traço comum neste tipo de autoria do autor: são criadas duas cenas

de enunciação. Numa cena, digamos, interna, há o diálogo entre o missivista e o Presidente da República; na cena, digamos, externa, há o diálogo entre o colunista e o leitor.

[99]

JOSIAS DE SOUSA
Carta de um estômago

São Paulo _ Sei que o senhor não me conhece, presidente. Pois permita que me apresente. Moro onde olho nenhum me alcança, no ermo das entranhas. Sou ferida exposta que não se vê. Sou espaço baldio entre o esôfago e o duodeno. Trago das origens uma certa vocação para a tragédia. Não deve ser por outra razão que venho do grego: "stómachos". Se pudesse dar entrevista, resumiria assim o oco de minha existência: "É dura a vida de víscera." Às vezes, presidente, invejo o coração que, quando sofre, é de amor. Eu, pobre tripa flagelada, jamais tive tempo para sentimentos abstratos. Perdoe-me o pragmatismo estomacal. Mas só tenho apreço pelo concreto: o feijão, o arroz, a carne... Meu projeto de vida sempre foi arranjar comida. Às vezes, veja o senhor, cobiço a cabeça. Quisera me fosse dado revisitar glórias passadas ou, melhor ainda, idealizar um futuro promissor. Quisera não tivesse que dançar ao ritmo da emergência. Meu mundo cabe no intervalo entre uma refeição e outra. Meu relógio, caprichoso, só tem tempo para certas horas: a hora do café, a hora do almoço, a hora do jantar... Sem comida, senhor presidente, meu relógio ficou louco. Passou a anunciar a chegada de cada novo segundo aos gritos. Nunca tive grandes ambições. Não quero dormir com a Sheila do Tchan. Não quero ganhar a Sena acumulada. Só queria a solidariedade de uma cesta básica, a compaixão de um grão escorregando faringe abaixo. Ardem-me as paredes, bombardeadas por jatos de suco gástrico. Mas já não sofro, presidente. Sem alimento desde junho, encontrei a paz na melancolia da fome. O ajuste fiscal levou-me à ante-sala de outra esfera. Escrevo para dizer-lhe obrigado. Estou prestes a trocar o inferno do sertão pelo paraíso. E, temente a Deus, sei que Ele não se atreverá a pôr em meu céu um novo FHC, mais um Malan, outro FMI. Não, não. Meu céu há de ser uma cozinha como a do Alvorada, tão farta que me propicie uma fome de rico, dessas que a gente resolve simplesmente abrindo a geladeira. (20/09/1999, P. 2)

Como já salientamos antes, este tipo de "mixagem" entre gêneros e, conseqüentemente, de posturas de autoria, apresenta um caráter de raridade, uma vez que a própria raridade é uma das garantias dos efeitos de surpresa, estranhamento ou novidade visados pela escolha de tal estratégia.

Os cinco exemplares de texto acima lidos e analisados possibilitam concluir que os gêneros são realmente relativamente estáveis, como havia proposto Bakh-

tin, e que a autoria desempenha um papel relevante neste processo, pois ela trabalha nos dois sentidos, ou seja, tanto para manter a estabilidade como para relativizá-la. Aquilo que chamamos postura da autoria do gênero tem como função precípua manter a estabilidade genérica na medida em que o autor, no papel de macro-responsável pela intenção dos textos, reatualiza uma postura de autoria e um tipo histórico de texto. Mas o autor não necessariamente apenas atualiza esta postura, podendo mesmo transformá-la parcialmente, alargando neste caso as fronteiras do gênero e tirando proveito de sua instabilidade, na medida em que incorpora posturas de autoria diferentes das previstas para o gênero e promove um desenquadre do gênero. Não é demais repetir que estes dois processos não são independentes um do outro.

CONCLUSÃO/ACABAMENTO

É chegada a hora de conferir *acabamento* a esta tese. Mas o acabamento, quando pensado dialogicamente, significa, sobretudo, o ato de solicitar a réplica do leitor/ouvinte, e não delimitar confortavelmente um ponto final. De verdade, é isso o que pretendemos ao sumarizar o que foi discutido e analisado ao longo da tese e ao apontar para novos estudos que podem complementar e repensar o que aqui ainda se encontra inacabado (mas acabado).

Embora não tenha sido objetivo desta tese fazer uma descrição de gênero exaustiva da *modalidade de texto* aqui estudada, foram encontradas várias *tendências* quanto a estilo, composição, temas, tipos de interação e concepção de leitor e de autor que podem ser vistos como uma evidência da existência de um gênero de discurso específico que aqui nesta tese foi nomeado como *coluna de opinião assinada*⁹³. Em função dos nossos interesses particulares na tese, afigurou-se como relevante o fato de a *concepção de autor* ser uma característica bastante produtiva para a delimitação e explicação deste gênero. Pois, em grande medida, a coluna de opinião assinada difere do editorial, do artigo de opinião e da carta do leitor precisamente porque tem como autor-modelo um jornalista que trabalha para uma empresa jornalística e que assume individualmente a responsabilidade pelo discurso que dá a público, enquanto nos outros três gêneros o autor típico tem outra configuração sócio-discursiva. Embora tenhamos admitido que os gêneros de discurso opinativos da esfera jornalística podem constituir uma *nebulosa*, dado que há muita semelhança, aproximação e indistinção quanto a vários aspectos formais e funcionais, as suas particulares concepções e posturas da autoria possibilitam distingui-los e apontar algumas especificidades. Em função disso, imaginamos que mais estudos podem observar em outros domínios sociais de comunicação qual o papel e a relevância da postura da autoria para a descrição de gêneros.

Do ponto de vista metodológico, este estudo pode ser tomado como um forte argumento em defesa da tese de que a autoria pode ser mais bem compreendida se vista em interface com a noção de gêneros, como tentamos demonstrar em

⁹³ É evidente que os dados aqui usados – de um único jornal – não são suficientes para uma comprovação consistente da existência de um gênero. Como não temos conhecimento da existência de um estudo descritivo do gênero coluna de opinião assinada, pelo menos no Brasil, fica a sugestão para tal estudo. Nossa convicção, contudo, é que se trata de um gênero de discurso, sim, e tipicamente *relativamente estável*.

vários momentos. Isso se dá por duas razões complementares: a) cada gênero do discurso presume uma determinada concepção de autoria (anônima, imemorial, institucional, pessoal-profissional, pessoal-privada), a qual é, conjuntamente com o gênero ao qual se vincula, sócio-historicamente constituída; b) a própria constituição dos gêneros é, em parte, uma decorrência e uma conseqüência do trabalho individual dos autores ao longo dos tempos. Em outras palavras, isso equivale a dizer que a autoria e o gênero mantêm uma relação *indissociável* complexa e circular. E, sem que haja contradição nisso, a postura da autoria no gênero não impede a existência da postura individual do autor, dado que o trabalho dos autores não pode ser reduzido à mera reposição em circulação de uma postura de autoria presumida. Assim como os gêneros são relativamente estáveis, também a autoria o é, de modo que a instabilidade relativa da autoria é também uma das causas do caráter plástico e dinâmico dos gêneros. Por conta disso, podemos sustentar que a relação entre o autor e o gênero é uma relação de mão dupla: ao mesmo tempo em que o gênero institui a autoria, os autores vão refazendo os gêneros e refazendo a própria postura de autoria do gênero. Nesse sentido, as colunas de opinião construídas mediante a superposição de dois ou mais *tipos históricos* de texto, como as analisados no capítulo 4, servem bem de demonstração da ação dos autores sobre a relatividade dos gêneros. Em suma, o trabalho dos autores tanto serve para estabilizar os gêneros como para relativizar tal estabilidade.

Do ponto de vista teórico, a tese preconiza como fundamental, para o estudo da autoria, o uso de abordagens teóricas de feição dialógica, interacional e sócio-histórica. É que, como demonstrado várias vezes, as explicações acerca do funcionamento da autoria necessitam observar tanto as relações entre o autor e os seus enunciadores como as relações entre o autor e os seus leitores/ouvintes - um autor é autor porque *dá por acabados* os seus textos para que os seus leitores/ouvintes os avaliem e os julguem e faz isso se apropriando, *ao seu modo*, do dizer dos outros enunciadores. Como apresentado nas análises, a autoria das colunas de opinião assinadas da *Folha de S. Paulo* é marcadamente polifônica e dialógica porque os colunistas se constituem como autores a partir do que dizem enunciadores de prestígio social dentro e fora do Brasil. É através de réplicas e comentários ao que os outros disseram que os colunistas assumem o seu lugar de autor para poder expressar as suas reinterpretações, seus acentos e suas verdades, tidas por eles mesmos como as mais válidas e as mais completas.

Uma implicação metodológica do que estamos dizendo é que os estudos acerca da autoria não podem se restringir a analisar os textos tomando-os como produtos prontos, mas como produtos *acabados* (no sentido bakhtiniano). Dito de outro modo: explicar a autoria demanda dar a conhecer os *processos de apropriação* dos dizeres e dos saberes coletivos e, simultaneamente, a sua expressão por um indivíduo ou uma instituição. Nesse sentido é que estudar a autoria se reveste num modo de observar a relação inextricável entre o caráter simultaneamente individual e social da linguagem humana, pois, para assumir o papel de autor, um sujeito precisa se inserir, como indivíduo, num quadro social e histórico, replicando o que disseram os outros.

O conjunto das análises apontou para a existência de três principais operações textuais-discursivas, caracteristicamente dialógicas, de constituição do autor-colunista: *apropriação* – o colunista se apossa do discurso alheio e o expressa do seu ponto de vista e em acordo com o seu *intuito discursivo*; *reinterpretação* – o colunista abertamente se contrapõe ao discurso alheio e faz com que ele signifique outra coisa; e *infiltração* – o colunista sutilmente se introduz por entre o discurso alheio para avaliá-lo e replicá-lo. Nossa suspeita é que estas três características não são restritas apenas às colunas de opinião nos jornais, mas podem explicar o funcionamento da autoria em muitos outros gêneros de discurso. Fica o convite para novas pesquisas.

Também é possível defender, embora mais estudos nesta direção sejam ainda necessários, que a autoria é uma ferramenta bastante proveitosa para os processos de leitura compreensiva e interpretativa de textos dos mais diversos gêneros do discurso. É que, se o autor é a instância macro-responsável pelo intuito discursivo de um texto e se os leitores, ao lerem, buscam reconstruir tal intuito discursivo, então o processo de leitura pode ser mais produtivo se o leitor observa os textos como eventos simbólicos dotados de uma *postura de autoria* e assumidos explicitamente ou implicitamente por uma autoria empírica. Com isso estamos a mostrar que os textos e a linguagem em geral promovem sempre um encontro entre autores e leitores-ouvintes (as instâncias sócio-históricas macro-responsáveis pelos processos enunciativos). Um tanto alegoricamente poderíamos mesmo dizer que autor e leitor, no fundo no fundo, desempenham as mesmas funções – replicar os outros e construir significados para os textos -, sendo o que os diferencia algo apenas da ordem da ação empírica concreta.

Como ficou evidenciado ao longo da tese, fizemos um alargamento da noção de autoria ao defender que todo gênero possui autoria. Isso nos obrigou a adjetivar o termo autor (*individual, institucional*, por exemplo) para expressar que, quando pensados dialogicamente e inseridos nos processos de interação social, os textos são interpretados como dotados de autoria. Isso se dá porque os leitores, para proceder aos processos de compreensão, valem-se estrategicamente da categoria *autor*, inclusive procedendo a vários tipos de inferência para recuperar e reconstruir um autor que não aparece marcado no texto. Em outras palavras, o autor tanto é construído pelo próprio autor empírico de um texto, como pelos leitores.

Em relação à postura da autoria ligada diretamente às colunas de opinião assinadas do jornal *Folha de S. Paulo*, pudemos notar que ela, explicitamente, é de tipo *individual-profissional* pois que expressa a voz pessoal dos colunistas na função de jornalistas, mas, *implicitamente*, tende para um certo teor institucional na medida em que é usada para legitimar, num estilo menos formal e mais pessoal, as posições enunciativas da empresa jornalística *Folha de S. Paulo*. Demonstração disso são: o fato de a própria *Folha de S. Paulo* (via notícias e outras colunas) ser uma das vozes recorrentemente citada pelos colunistas e as convergências e aproximações entre as posições defendidas nos editoriais e nas colunas. Assim, embora a existência das colunas de opinião assinadas na imprensa seja por vezes usada para legitimar o discurso da liberdade de expressão, isso, por si só, não oferece tal garantia, dado que os colunistas funcionam como uma ressonância ideológica do discurso da empresa jornalística para a qual trabalham.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, L. **Jornalismo, matéria de primeira página**. Rio de Janeiro/Fortaleza, Tempo Brasileiro, UFC, 1982.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. "O autor e o herói". In: **Estética da criação verbal**. S. Paulo, Martins Fontes, 1979a [1953].
- _____. "O problema do autor". In: **Estética da criação verbal**. S. Paulo, Martins Fontes, 1979b [1953].
- _____. "Os gêneros do discurso". In: **Estética da criação verbal**. S. Paulo, Martins Fontes, 1979c [1953].
- _____. "O problema do texto". In: **Estética da criação verbal**. S. Paulo, Martins Fontes, 1979d [1953].
- _____. "A interação verbal". Em: **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, AnnaBlume/Hucitec, 1997, [1929/1930]
- _____. "O plurilingüismo". Em: **Questão de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo, Ed. Unesp/Hucitec, 1998a. [1975]
- _____. "A pessoa que fala no romance". Em: **Questão de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo, Ed. Unesp/Hucitec, 1998b [1975].
- BARTHES, R. "A morte do autor". Em: **O rumor da língua**. Lisboa: Edições 70, 1984 [1968].
- BENVENISTE, È. "O aparelho formal da enunciação". Em: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 81-90.
- _____. "Da subjetividade na linguagem". Em: _____. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP : Pontes, 1989.
- BEAUGRANDE, R. de. **New foudations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of acess to knowledge and society**. Norwood, Nem Jersey: Ablex Publising Corporation, 1997
- BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre, Sulina, 1980.
- BLIKSTEIN, I. **Kasper Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo, Cultrix, 1990.
- BONINI, A. "Em busca de um modelo integrado para os gêneros do jornal". Florianópolis, UNISUL, 2002. Mimeografado.

BRAGA, D. B. "A natureza do hipertexto e suas implicações para a liberdade do leitor e o controle do autor nas interações em ambiente de hipermídia". Em: Revista da ANPOLL, n. 15, p. 65-85, São Paulo, Humanitas/FFCHL-USP, jul./dez. 2003.

BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: EDUC, 1999.

CAMPOS, P. C. "Artigo, coluna, editorial". In: <http://wmail.faac.unesp.br/~pcampos/Artigo,%20coluna,%20editorial.htm> [capturado em 26/2/2004].

CARREIRA, A. F. **Subjetividade e autoria: o sujeito como vacilo do "Eu"?** Ribeirão Preto(SP), USP, 2000 [Tese de doutorado]

CHAPARRO, M. C. da C. **Jornalismo, discurso em dois gêneros**. Tese de livre docência, USP, 1997.

CHARTIER, R. "Figuras do autor". Em: _____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília, Editora UnB, 1999 (p. 33-65).

COMPAGON, A. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1979.

_____. « Qu'est-ce qu'un auteur ? 4. Généalogie de l'autorité » Em: <http://www.fabula.org/compagnon/auteur4.php>. 2002a (capturado em 20/10/2002).

_____. « Qu'est-ce qu'un auteur ? 2. La fonction auteur ». Em: <http://www.fabula.org/compagnon/auteur2.php> 2002b. (capturado em 20/10/2002).

_____. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**, Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2003 [1998].

CHRISTOFÉ, L. **Intertextualidade e plágio: questões de linguagem e autoria**. IEL/UNICAMP, Campinas, 1996 [Tese de doutorado].

DIJK, T. A. van. "Opinions and Ideologies in Editorials". Paper for the 4th International Symposium of Critical Discourse Analysis, Language, Social Life and Critical Thought, Athens, 14-16 December, 1995. Second Draft, March 1996.

_____. **News as discourse**. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1988

_____. & KINTSCH, W.. **Strategies of comprehension discourse**. London: Academic Press, 1983.

ECO, U. **Lector in fabula**. São Paulo, Perspectiva, 1979.

_____. "Entre autor e texto". Em: **Superinterpretando textos**. Martins Fontes, São Paulo, 1997 [1992].

FOLHA DE SÃO PAULO. "Quem é o leitor". Em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml (capturado em 15/8/2002).

FOUCAULT, M. **O que é um autor**. /s.l./, Lisboa, Passagens, 1969.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 1970.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo, Companhia das letras, 1989 [1986].

GRANGER, G.G. **Filosofia do estilo**. São Paulo, Perspectiva/USP, 1968.

GUTIERREZ PALACIO, J. **Periodismo de opinion**: redaccion periodistica, editorial, columna, artículo, crítica. Madrid, Paraninfo, 1984.

JORNAL O PÚBLICO. <http://www.publico.pt/nos/provedor/textos-fidalgo/index.html>

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo, Contexto, 1997.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo, Cortez, 2002.

_____ e TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo, Contexto, 1990.

LEMOS, C. T. G. "A função e o destino da palavra alheia". Em: BARROS, D. L. P e FIORIN, J. L. **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo, EDUSP, 1999, P. 37-42.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de comunicação**. São Paulo, Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto**: o que é e como se faz. Recife, UFPE, 1983.

_____. "Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino de língua". Em: Em aberto - livro didático e qualidade de ensino nº 16 Brasília, MEC, 1996, p. 64 - 82

_____. "Aspectos lingüísticos, sociais e cognitivos na produção de sentido". Fortaleza, Geine, 2 a 4/9/1998. Mimeografado.

_____. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade". Em: DIONISIO, Angela Paiva, MACHADO, A. R. e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro, Lucerna, 2001.

_____. "O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula". UFPE, s/d. Mimeografado.

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. rev. Petrópolis, Vozes, 1994.

- MESERANI, S. **O intertexto escolar**: notas sobre leitura, aula e redação. São Paulo, Cortez, 1995.
- ORLANDI, E. "Nem escritor, nem sujeito: apenas autor". Em: **Discurso e leitura**. S. Paulo/Campinas, Cortez/Editora da Unicamp, 1987.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis (RJ), Vozes, 1996
- POSSENTI, S. **Discurso, estilo, subjetividade**. São Paulo, Martins Fontes, 1988
- _____. "Enunciação, estilo e autoria". Em: Revista da FAEEBA, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I, Ano 1, n. 1, jan/jul, 1992, Salvador, UNEB.
- _____. "Indícios de autoria". Em: Perspectiva: revista do Centro de Ciências da Educação, V. 20, n. 01, p. 105-124, jan/jun. 2002, Florianópolis, UFSC
- RANIÈRE, J. "Autor morto ou artista vivo demais". Em: Caderno Mais, Folha de São Paulo. 6/4/2003
- RODRIGUES, R. H.. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo**: cronotopo e dialogismo. São Paulo, LAEL/PUC-SP 2001. (tese de doutorado) Em: <http://lael.pucsp.br/lael/teses>. (Capturado em 15/7/2002)
- ROJO, R. "Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas". Em: MEURER, J. L. (org.) **Gêneros textuais sob perspectivas diversas**. Florianópolis/SC: UFSC/GT de LA da ANPOLL. (a sair).
- SCHNEIDER, M. **Ladrões de palavras**. Campinas, editora da Unicamp, 1990 [1985].
- SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. et. al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, Mercado das Letras, 2004
- TEIXEIRA, T. "Crônica política no Brasil – um estudo das características e dos aspectos históricos a partir da obra de Machado de Assis, Carlos Heitor Cony e Luis Fernando Veríssimo". 2003. Em: <http://www.eca.usp.Br/alaic> (capturado em 20/9/2003)
- TFOUNI, L. V. "A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento". Em: SIGNORINI, I. **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas/SP, Mercado das letras, 2001.
- VOLOSHINOV, V. N./ BAKHTIN, M. M. "Discurso na vida e discurso na arte (sobre poética sociológica)". (tradução para o português feita por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, para uso didático, tomou como base a tradução inglesa de I. R. Titunik ("Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics"), publicada em V. N. Voloshinov, *Freudism*, New York. Academic Press, 1976. [1926]

ANEXOS

[6] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0510200303.htm>

50 anos não é nada

SÃO PAULO - Tinha prometido a mim mesmo que não voltaria a escrever sobre a obscena desigualdade no Brasil -por ser inútil.

Todo mundo já sabe dos números pavorosos a esse respeito, todos os diagnósticos já foram feitos, todas as promessas para mudar o quadro também, mas, entra ano, sai ano, entra governo, sai governo, tudo continua igual ou pior.

Aí, Gilberto Dimenstein vem com a capa publicitária do jornal "O Globo" de sexta-feira. Naquele dia, como o leitor certamente lembrará, vários jornais reproduziram, como matéria paga da Petrobras, a sua própria capa de 50 anos antes, data em que Getúlio Vargas sancionou o decreto que criava a estatal.

Um dos títulos da capa "fake" de "O Globo" era: "O Brasil entre as nações mais pobres e atrasadas do mundo" (com direito até a ponto de exclamação para fechar o título, recurso que não se usa mais).

Na outra mão, Dimenstein tinha a capa desta **Folha** (a verdadeira, da sexta-feira 3/10/2003). Título principal: "Desigualdade piora em 66% do país" (que pena que não se usa mais ponto de exclamação e pena maior ainda que não se tenha inventado ponto de indignação).

O leitor conformista dirá: ah, pobreza e atraso não é o mesmo que desigualdade, e o Brasil já não está entre as nações mais pobres e atrasadas do mundo.

É verdade, mas não é toda a verdade: para a grande massa de brasileiros que fica com as migalhas de uma renda tão concentrada não há grande diferença na pobreza e no atraso de 50 anos atrás e no de hoje.

De certa forma, até piorou: as grandes cidades e até cidades médias exibem hoje um grau de violência desconhecido em 1953, e são os pobres as maiores vítimas.

Cinquenta anos, uma ditadura e 13 presidentes depois, é profundamente doloroso verificar que, não fosse a tipologia ultrapassada, o título de "O Globo" poderia ser tido como atual.

[7] CARLOS HEITOR CONY

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2307200306.htm>

Opinião pessoal

RIO DE JANEIRO - Tenho ouvido muita gente sensata, isenta em relação à reforma da Previdência, dizer que o governo está com a razão, mas não soube passar à sociedade, convenientemente, a necessidade das medidas que propõe. Daí a confusão, o bate-boca que tende a engrossar, sendo lembrada até mesmo a possibilidade de uma crise institucional, o que seria o pior que nos poderia acontecer.

Discordo dessa opinião sensata e isenta, entre outras coisas, porque não costumo ser sensato e, muito menos, isento. Através de seus membros, seus líderes e afiliados, o governo já explicou até a exaustão que a Previdência está falida e, por gravidade, na base do arrastão, poderão falir em futuro próximo não apenas a União, mas os Estados e municípios. Já esfregou na cara dos privilegiados o enorme rombo que dão ao erário, com aposentadorias e pensões de potentados das mil e uma noites.

Sinceramente, acho que os adversários do projeto estão carecas de saber tudo isso. O problema é que são duas questões que não podem ser resolvidas ao mesmo tempo e do mesmo modo. O rombo da Previdência existe porque os sucessivos governos foram incapazes de moralizar a arrecadação e administrar corretamente o que era arrecadado. Basta citar o caso das grandes empresas e pessoas jurídicas que devem fortunas à Previdência e nunca são cobradas de fato: as dívidas são reescaladas ao infinito ou

mesmo esquecidas, quando não perdoadas oficialmente.

E o mais importante para a insatisfação dos que se sentem prejudicados: a reforma pretendida fere o princípio do direito adquirido, que é um direito realmente discutível. Mas fere sobretudo o princípio fundamental de qualquer direito, segundo o qual, a lei não retroage.

[8] CARLOS HEITOR CONY

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3012200105.htm>

"Ex Oriente lux"

RIO DE JANEIRO - Não sei, não, mas este século que está começando parece aqueles frades espanhóis dos romances de capa e espada: deles se podem esperar as piores coisas. Não me refiro às miudezas de sempre, que sempre acompanham o mundo e o homem -as enchentes, a falta disso ou daquilo, tudo o que podia ser e nunca será. Tampouco me preocupo de forma especial com os atentados de 11 de setembro, que pelo menos tiveram um alvo preciso e isolado. E, verdade seja dita, os Estados Unidos pela primeira vez deram bola à opinião pública mundial, fizeram acordos e alianças, levaram um mês para reagir e, dentro do possível, conseguiram limitar o conflito a uma região e a uma finalidade: combater o terror em escala mundial.

Desde os anos 50, estamos habituados à idéia de um conflito nuclear. Mas, durante os anos da Guerra Fria, quando duas superpotências se confrontavam ideologicamente, havia um razoável equilíbrio não apenas no poderio nuclear, mas, sobretudo, no que os Estados Unidos e a União Soviética tinham a perder. Não haveria causa que justificasse a destruição total de Nova York ou de Moscou.

O diabo é que minipotências, países ainda em luta contra o subdesenvolvimento, como o Paquistão e a Índia, já possuem armamentos nucleares. Ainda que primitivos, são suficientes para fazer um estrago federal entre si, nos vizinhos e, na sequência, no mundo todo.

Entre as duas "potências nucleares" está o Afeganistão, com suas cavernas e seus suicidas potenciais. São milhões de pequenas e grandes razões que criam permanente tensão -tensão que não se dilui com alimentos, remédios e noticiário da CNN.

"Ex Oriente lux". A frase latina servia de base às filosofias e teologias mais ou menos esotéricas, que volta e meia fascinavam o Ocidente. Que esta luz que virá do Oriente não seja provocada pelo cogumelo atômico que destruiu Hiroshima e Nagasaki.

[9] ELIANE CANTANHÊDE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0912200305.htm>

Entre o ideal e o possível

BRASÍLIA - O governo Lula lança amanhã o Escola Ideal, um piloto a ser testado em 29 municípios de sete Estados, com boas chances de ser multiplicado por dois em 2004.

O MEC detesta a comparação, mas a idéia lembra o Ciep do Brizola, que virou Ciac com Collor e nem sei em que deu. Ou seja: investir nas condições físicas mínimas das escolas e na apresentação dos alunos do ensino fundamental e médio. Até para criar gosto e auto-estima na garotada.

Em vez de construir monumentos (como os Cieps), o governo federal reforma, amplia e mobília as escolas, inclusive os banheiros. Também garante o acesso de todas as crianças a transporte escolar, a uniforme, a biblioteca e a um ambiente tecnológico básico, com TV, vídeo e antena para internet. Estado e municípios entram com a capacitação e com algum agrado para o professor -gratificação, bônus ou bolsa.

Há várias outras diferenças em relação aos Cieps e aos Ciacs, fantasmas da sempre cantada e nunca decantada prioridade para a educação. Mas a principal delas é que não se pretende criar escolas-modelo -que, aliás, já existem aos montes, mas só uma,

duas, três em cada lugar. Dessas excludentes, em que os pais passam dias e/ou noites nas filas sem conseguir vagas para os filhos. No Escola Ideal, a intenção não é diferenciar escolas, mas investir em todas elas. Nas urbanas, uma por uma. Nas rurais, criando núcleos que possam atender a toda uma mesma área.

Os 29 municípios receberão R\$ 3 milhões cada um, em média. Foram escolhidos com base no IDH (os mais pobrezinhos), na população (10 mil a 15 mil habitantes, só) e no interesse das autoridades locais, a partir do próprio prefeito, claro, mas não só dele. A ambição de Cristovam Buarque é começar modestamente, monitorar o sistema e chegar a todos os 5.500 municípios em 15 anos no pós-Lula (se é que ele pensa em sair até lá!).

Fica aqui o registro para vigiar mais essa novidade e ver no que dá. Porque, de Cieps em Cieps, os nossos sonhos vão virando pó.

[10] FERNANDO RODRIGUES

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1808200305.htm>

O vice paulistano

BRASÍLIA - Há certos movimentos em política que representam muito mais do que a ação em si. Um deles é a escolha do candidato a vice-prefeito paulistano na chapa de Marta Suplicy à reeleição no ano que vem.

A prefeita petista de São Paulo tem hoje o vice ideal. É Hélio Bicudo, uma espécie de Marco Maciel do PT.

A manutenção de Bicudo significará um caminho suave para Marta no caso de uma reeleição. A prefeita ficará tranquila para, em 2006, tentar o governo do Estado. Deixaria em seu lugar alguém de confiança.

No PT, essa estratégia não é consenso. Cresce no partido a idéia de ampliar a política de alianças. Isso significa ter um vice-prefeito de outra sigla. Seria como demonstrar na prática que a agremiação de Lula caminha para uma convivência mais pacífica com seus adversários.

Se vingar essa tática, a depender de quem for o escolhido, deixará de ser tão fácil para Marta abandonar a Prefeitura de São Paulo em 2006 -o ocupante do cargo pode não ser um aliado tão fiel. A petista estaria condenada a ficar quatro anos na cadeira, na eventualidade de ser reeleita no ano que vem.

Não por acaso essa tese do candidato a vice-prefeito interessa a alguns petistas de olho na disputa estadual de 2006 em São Paulo.

Há pelo menos quatro petistas importantes sonhando com o Palácio dos Bandeirantes, nesta ordem: José Genoíno, José Dirceu, Antonio Palocci e João Paulo Cunha.

Essa discussão ainda não transbordou para fora do PT com a intensidade com que se dá dentro do partido. Experientes, cada um dos protagonistas tateia o terreno antes de abrir o jogo. Será uma das grandes disputas de poder dentro da sigla.

★

Lindberg Farias pediu um registro em maio. "Voto contra taxar inativos", disse. "A ver", escrevi.

Lindberg votou a favor. Com tal convicção ideológica, vai longe.

[11] ELIANE CANTANHÊDE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1803200305.htm>

A falta que ele faz

BRASÍLIA - No dia 14 de janeiro, o governo completava duas semanas e a coluna intitulada "Buraco Negro" cobrava o óbvio: alguém tem de exercer a coordenação dos programas e das ações do governo.

No final, dizia: "Ou alguém se impõe pela própria dinâmica como coordenador do mi-

nistério, ou Lula vai ter de, logo ali adiante, providenciar um".

O "logo adiante" chegou. É evidente que ninguém se impôs pela própria dinâmica, e a cúpula do governo começa a descobrir que o óbvio é óbvio. Lula vai ter de ceder e nomear um "gerentão" para o governo.

Em geral, como nos anos FHC, quem ocupava esse papel era o chefe da Casa Civil.

Mas, no atual governo, o ministro José Dirceu anda ocupado demais articulando o apoio do PMDB, segurando o ímpeto oposicionista do PFL, neutralizando os próprios aliados -como PPS e PDT.

A saída seria usar o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, mas ele também tem mais o que fazer. Escreve discursos que, às vezes, o presidente despreza e troca por improvisos mais eloquentes. E faz articulações "com a sociedade" -com o irrequieto MST, por exemplo.

Além de Dirceu e de Dulci, outro com autoridade para falar com todos os demais ministros é Luiz Gushiken (Comunicação Institucional). No máximo, porém, ele apaga incêndios. Reclama de declarações conflitantes, disputa de espaço, essas coisas. Coordenação mesmo que é bom e todo governo gosta, nada. Daí essa sensação de amadorismo, de falta de rumo ou "de projeto" como dizem PPS e CUT.

Se o governo quiser fazer casas populares, ficará engraçado: um ministro vai subir a parede, outro vai colocar o telhado e um terceiro vai instalar a cisterna. Depois da casa pronta -se há alguma chance de que fique pronta- coloca-se uma placa na porta: "Realização Fome Zero".

Tá certo que José Graziano não revela uma vocação executiva, mas ele é apenas a ponta mais visível daquele óbvio que a gente falava ali em cima: falta articulação, coordenação, comando. Aja, Lula!

[12] FERNANDO RODRIGUES

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1102200405.htm>

Sinais para Lula

BRASÍLIA - A pesquisa CNT/Sensus divulgada ontem tem dois sinais para Lula. O primeiro é que a popularidade pessoal do presidente continua em um nível muito alto, de 65,3%. O segundo sinal é que a queda desse percentual tem sido lenta, gradual e incessante desde a posse. Na primeira pesquisa CNT/Sensus do ano passado, Lula registrou 83,6% de aprovação para seu desempenho pessoal. Em dezembro, 69,9%. Agora, com 65,3% atuais, a queda acumulada já é de 18,3 pontos. Numa conta simplificada, Lula perdeu 13,7 pontos de sua popularidade pessoal nos 12 meses de 2003. A continuar nesse ritmo, chegará ao final do mandato com 28,8%, um percentual ainda razoável. O governo Lula não vai tão bem como o seu chefe. No ano passado, a aprovação da administração petista caiu de 56,6% para 41% -queda de 15,6 pontos. Agora, oscilou para 39,9%. Se o desgaste de 2003 se repetir neste e nos próximos anos, o presidente terá sérios problemas para se reeleger em 2006. Na comparação com o seu antecessor, Lula se sai bem. Em fevereiro de 1996, com pouco mais de 13 meses no cargo, Fernando Henrique Cardoso obteve 41% de aprovação para seu governo numa pesquisa Ibope. Taxa próxima dos 39,9% atuais de Lula. A cúpula petista acha que o pior momento já tenha passado. A perda de popularidade seria só residual -por causa de 2003. Neste ano de 2004, o petista ficará estável ou vai até melhorar sua imagem com o eventual crescimento da economia. Pode ser. Nada indica que a perda de popularidade se manterá no mesmo ritmo. Ainda assim, tampouco está garantido o sucesso do petista. O desemprego está alto. A renda dos assalariados, em queda. O crescimento pode ser insuficiente. No fundo, o PT aposta mesmo é na quase ausência de senso crítico do brasileiro. Poucos políticos se deram mal fazendo isso.

★

Tanto barulho por quase nada: 54,6% dos eleitores não acompanharam a reforma ministerial de Lula.

[13] FERNANDO RODRIGUES

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1402200404.htm>

Encanto quebrado

AUSTIN - A reportagem de Andrei Meireles e de Gustavo Krieger na revista "Época" representa a quebra do encanto do PT federal. A plataforma de Lula era fazer o "governo da mudança". Agora surgem indícios contundentes de que um assessor que despacha dentro do Palácio do Planalto coletou dinheiro de maneira ilegal, do jogo do bicho, para campanhas petistas. O alto funcionário é Waldomiro Diniz. O nome é irrelevante. É um desconhecido do público. O que importa é a quem ele servia. O PT o demitiu. Tenta circunscrever o problema ao funcionário. Não vai dar certo. Waldomiro foi, desde o primeiro dia do governo Lula, o assessor mais próximo do ministro José Dirceu. Fazia apenas o que o "comandante" ordenava. Antes de estar no governo, Waldomiro participou pessoalmente de quase todas as reuniões e negociações comandadas pelo hoje chefe da Casa Civil para montar o governo Lula em 2002 -o ano em que se envolveu com o jogo do bicho, segundo a reportagem de "Época". É possível que o ministro José Dirceu não soubesse da atuação de Waldomiro? O que deve acontecer com Dirceu? Há duas hipóteses: 1) se não sabia o que Waldomiro fazia, Dirceu é um parvo. Deve ser demitido por incompetência; 2) se sabia, pior ainda. Deve ser demitido por Lula e cassado pela Câmara dos Deputados -Dirceu é deputado federal pelo PT paulista. É evidente que Lula conseguirá abafar o caso. Tem ampla base de apoio no Congresso. Em 1997, FHC enterrou a CPI da compra de votos da reeleição na base da fisiologia -deu dois ministérios ao PMDB. Lula é previdente e mais cauteloso: deu os cargos antes da crise.

★

Escrevo de Austin, Texas, nos EUA, onde participo de um fórum de jornalismo. Até daqui é possível sentir o calor desse escândalo que deixa o PT mais parecido com o simulacro que a sigla já se tornou há tempos.

[14] FERNANDO RODRIGUES

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1108200305.htm>

Reformas intermináveis

BRASÍLIA - Eis aqui uma previsão fácil: o próximo presidente da República tomará posse em 1º de janeiro de 2007 com um discurso sobre a necessidade de reformas estruturais na Constituição. FHC trilhou esse caminho. Lula está na estrada. Os próximos não vão escapar.

Esse ciclo será infundável até que seja possível fazer uma reforma constitucional no atacado.

A Constituição atual foi redigida de maneira inadequada (por um Congresso que não tinha sido eleito para essa finalidade), num momento de inflexão histórica do planeta (a União Soviética estava acabando, mas ainda existia) e em meio a uma transição incompleta do país para a democracia plena.

O texto de 1988 é um monstro. Abrigou interesses represados por 21 anos de regime militar. Garante "a inviolabilidade do direito à vida". Roberto Campos brincava que pediria um habeas corpus preventivo a Deus para viver para sempre.

O pior foi a festa das corporações. A palavra "advogados" aparece 16 vezes no texto. Em quatro trechos é para citar atribuições da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). É ilustrativo do caráter de um país essa rendição a um lobby tão escrachado dentro da Constituição.

Por conta dessas anomalias, a Carta de 1988 já teve 46 emendas -média de uma a cada quatro meses desde a promulgação do texto. Incompatível com um país normal. A média aumentará com a aprovação das emendas da Previdência e tributária. A única forma de estancar esse ciclo perverso de reformas é uma miniconstituinte a partir de 2007.

A eleição de deputados e senadores em 2006 teria de ser com esse fim específico. Uma emenda constitucional pode ser votada até lá, circunscrevendo os temas a serem abordados.

É difícil. Lula não tem a menor condição de pensar no assunto agora. Tudo bem. Mas o país continuará ingovernável se cada novo presidente tiver de gastar quase todo o seu tempo remendando a Constituição.

[15]

FERNANDO RODRIGUES

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2201200005.htm>

Roseana não é Thatcher

Brasília - Assunto do momento em Brasília quando o tema é sucessão presidencial, Roseana Sarney está mais para Marta Suplicy do que para Margaret Thatcher em termos políticos e ideológicos.

Aos 46 anos e bem-sucedida politicamente, a governadora do Maranhão poderia encarnar aquilo que seu partido, o PFL, nunca fez direito: uma defesa conjugada da democracia e do capitalismo.

Roseana tem o espírito democrático, mas não é nem de longe uma liberal. Entrevistei a governadora por 40 minutos nesta semana, por telefone. Ela exala convencionalismo quando o assunto é privatização.

Por exemplo, a governadora é contra a privatização do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. Por quê? Porque essas instituições seriam "agências de desenvolvimento" para os mais pobres, nas suas palavras.

Não seria o caso então de haver agências de desenvolvimento de fato em vez de agências disfarçadas de bancos? Roseana acha difícil, "é uma idéia para ser estudada" etc. Enfim, a resposta padrão de um petista ou pefelista -eles são iguais no que se refere a ter capitalismo no Brasil.

Vender a Petrobras, então, nem pensar. Só terceirizar alguns serviços. E vamos conviver com essa aberração destruindo as contas públicas e agora também as praias do Rio de Janeiro.

Depois da entrevista com Roseana, que impressiona pela obstinação e deve ir longe na política, isso é certo, ficou uma sensação de vazio a respeito de modernização do país. Apesar de nomes novos na política como o da governadora do Maranhão, está longe o dia em que o país conseguirá suprir a falta de democracia (um voto do Acre vale mil vezes um de São Paulo) e de capitalismo (o Banco do Brasil distribui dinheiro e a cada dois anos tem de ser salvo pelo pagador de impostos de classe média).

É triste, mas é a realidade. Há 500 anos. E assim será por muito tempo.

[16] **FERNANDO RODRIGUES**

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0408200305.htm>

Inútil volta ao mundo

BRASÍLIA - As condições políticas excepcionais do início do mandato se evaporam a cada dia. O governo e o Congresso ensaiam recuos nas reformas da Previdência e tributária.

A maior concessão na Previdência se dará em relação aos futuros servidores. Na emenda constitucional em tramitação, os novos funcionários públicos admitidos após a promulgação da reforma poderão, em tese, participar de um sistema auto-sustentável e justo. Ocorre que o texto não é auto-aplicável.

Para que os novos servidores passem a contribuir com um regime semelhante ao do INSS (com garantia de aposentadoria até R\$ 2.400) e também para um fundo de pensão complementar, é necessário votar leis estabelecendo as novas regras para União, Estados e municípios.

Aprovadas as leis, os fundos seriam então constituídos. Numa previsão otimista, nada disso ocorrerá antes de 2005. Até lá, fica tudo como está, pelo sistema atual.

É natural que seja assim. Não é aconselhável a Constituição detalhar regras de fundos de pensão.

Tudo normal, exceto o fato de que o texto constitucional atual já autorize isso no seu artigo 40. Bastaria deputados e senadores votarem uma lei para mudar o regime previdenciário dos futuros servidores.

Pode parecer pouca coisa. Na prática, é o oposto. Nos oito anos de FHC foram admitidos 52 mil novos funcionários por concurso. Esse grupo representa cerca de 10% dos civis a serviço da União no momento.

Tivessem tucanos e petistas feito algo lá atrás, parte dos servidores atuais já estaria sob regras mais justas. Agora, o PT ensaia alterar a Constituição para deixá-la quase como está no que diz respeito a novos funcionários públicos. Dará a volta ao mundo para chegar ao mesmo lugar. Para azar do país, o futuro da Previdência continuará a deriva.

[17] ELIANE CANTANHÊDE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2004200405.htm>

Questão de limite

BRASÍLIA - Do presidente da República e comandante-em-chefe das Forças Armadas para as próprias Forças Armadas: "As suas legítimas aspirações serão contempladas". Essa promessa, feita ontem por Lula, não é apenas mais um capítulo da novela sobre os soldos militares. É um compromisso do presidente -direto, público e a ser cobrado- com um bom reajuste para oficiais e soldados da Marinha, Exército e Aeronáutica, sem aumento desde janeiro de 2001.

Até aqui, o ministro da Defesa age diplomaticamente, ouvindo as queixas, visitando gabinetes da área econômica e alertando o próprio presidente para a insatisfação das casernas e de altas esferas militares. Nem precisava. Bastava Lula ler, pela imprensa, as queixas dos três comandantes e as manifestações da reserva e de familiares do pessoal da ativa.

Agora, todo mundo já falou. Uns cobraram, outros negociaram, o ministro deu um "cala a boca" nos que andavam falando demais e, por último, quem manda em todos fez a promessa. Tudo isso para dar no que já era mais ou menos esperado: é provável que os militares tenham 10% neste ano, com a perspectiva de mais um tanto em 2005, em parcelas.

Na onda, discute-se também a relação dos militares com a segurança pública. Além da intenção crescente de usar o Exército no Rio, há outra discussão bem avançada: a criação de uma espécie de Guarda Nacional, reunindo polícias militares e civis sob um comando federal. Para tratamentos de choque, claro.

As reações do governo a tantas pressões -de militares, servidores públicos, sem-terra e agentes da PF- têm sido em etapas. Primeiro, perplexo, quis mostrar que quer ser "democrático", deixando a coisa rolar. Agora, está na fase de tentar ser "firme", co-

brando "responsabilidade" e avisando que "tudo tem limite".

A questão é essa: qual é esse limite? Os manifestantes não sabem, o governo também não, e nós, que não temos nada a ver com isso, sabemos menos ainda. Só assistimos, para ver no que vai dar.

[18] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0709200104.htm>

Os imóveis

SÃO PAULO - O Código de Ética e Decoro Parlamentar ficou nove anos tramitando, numa prova definitiva da preocupação com que os parlamentares tupiniquins encaram a questão ética.

Aprovado na quarta-feira, dá para dizer que foi um triunfo do clamor das ruas por um novo patamar ético no comportamento dos homens públicos? Não. Dá apenas para dizer que boa parte dos parlamentares é simplesmente imóvel.

Primeiro ponto: foi rejeitado o item que previa a divulgação das declarações de bens e renda, da movimentação financeira e das dívidas dos deputados.

"Deputado, antes de ser deputado, é cidadão. Lá na Constituição está escrito que são invioláveis os dados do cidadão", argumenta o deputado Gerson Peres (PPB-PA), um dos mais vociferantes adversários da transparência.

O deputado equivoca-se redondamente. Para o homem público, vale a regra da mulher de César, que, além de ser honesta, tem de parecer honesta. E, para parecer honesto, o homem público deveria ser o maior interessado na absoluta transparência de sua vida, inclusive (ou principalmente) financeira.

Do contrário, só cabe cair no popular "quem não deve não teme".

Segundo ponto: agora, em vez de indícios, são exigidas provas para a abertura de processo de investigação por falta de decoro.

Chega a ser grotesco: se houvesse provas, o processo seria mera formalidade, necessária, mas sempre formalidade.

A Folha mostrou ontem que o notório caso da compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição não poderia ser apurado, porque não havia provas, apenas indícios. No entanto os réus eram tão culpados que dois deles renunciaram ao mandato tão logo surgiu a denúncia, numa clara confissão de culpa.

Tudo somado, cabe perguntar: era preciso esperar nove anos para aprovar um código que, de defesa da ética, tem tão pouco?

[19] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3007200304.htm>

Palocci, cuidado com os gênios

MONTRÉAL- O jornal "The New York Times" relatou, no domingo, um pequeno erro de apenas US\$ 12 trilhões cometido pelo economista Michael J. Boskin.

Não se trata de um economista qualquer. Foi chefe do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca (gestão Bush pai), faz parte da assessoria do Comitê de Orçamento do Congresso, é de uma das grifes acadêmicas dos EUA (Stanford) e, segundo o relato do "Times", "não hesita em ensinar o Congresso, as agências federais e mesmo o banco central a fazer seu trabalho" (qualquer semelhança com consultores brasileiros não é mera coincidência).

Muito bem. Com todo esse prestígio, Boskin preparou um trabalho acadêmico no qual dizia que ninguém estava contabilizando US\$ 12 trilhões em impostos que o governo arrecadaria quando uma nova geração começasse a sacar seus investimentos em determinados fundos.

É pouco mais ou menos o tamanho da economia norte-americana. Logo havia um EUA a arrecadar, sem que ninguém soubesse, exceto o genial Boskin.

Quando o trabalho começou a circular, alguns acadêmicos apontaram-lhe uma porção

de erros e incongruências. Boskin acabou por admitir que sua equação continha "erros".

"Erros" acaba de admitir também o Fundo Monetário Internacional em relação ao Brasil. "Falhou ao apontar as vulnerabilidades do Plano Real -principalmente em relação ao aumento da dívida interna brasileira-, demonstrou um otimismo infundado com o sistema de câmbio fixo (...) e errou ao não recomendar, já em meados de 1988, a flutuação do câmbio", conforme o relato de Fernando Canzian nesta Folha.

O erro de Boskin custou apenas uma mancha na sua reputação acadêmica. Alguém aí já fez as contas sobre o custo dos erros do FMI para o Brasil?

Tudo somado, ministro Palocci, abra o olho: lustrosas fichas acadêmicas e técnicas, como a de Boskin ou a do pessoal do FMI, não garantem bons conselhos.

[20] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0208200304.htm>

Ciência e incompetência

SÃO PAULO- Mais uma vez, o governo Luiz Inácio Lula da Silva consegue a lamentável proeza de economizar mais que o já absurdo total combinado com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

No primeiro semestre, deixou de gastar R\$ 5,5 bilhões acima do superávit a que o Fundo o obriga.

Depois há fanáticos petistas que reclamam quando o governo deles é criticado. Alegam que é pouco tempo para críticas. Meu Deus do céu, desde abril, pelo menos, o próprio presidente reclama de que seus ministros não sabem gastar nem o dinheiro que têm disponível.

Em junho, joguei o assunto para o ministro Antonio Palocci Filho, que jurou que não há uma política deliberada de gerar superávit além do combinado. Não obstante, repete-se o absurdo de o governo deixar no cofre uma formidável pilha de dinheiro quando a economia sufoca exatamente por falta de dinheiro.

Não pode ser outra coisa senão incompetência. Se a necessidade fosse a inversa (economizar), até se entenderia. Há pressão por gastos públicos de todo lado. Todo ministro gostaria de inaugurar uma obra ou serviço por dia, e a miséria dos tupiniquins exige mesmo gasto público.

Já gastar, por todas essas razões e muitas outras, deveria ser fácil. Menos para o governo do PT.

Enquanto isso, na vida real, o delegado Manoel Camassa, da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado, constata que "o crime é uma ciência que progride como qualquer outra".

Refere-se à "clonagem" de um carro para o espetacular assalto a um prédio em São Paulo.

O delegado tem toda a razão. Só faltou acrescentar que, enquanto a ciência do crime progride, o combate a ele não segue o mesmo ritmo -entre outras razões por falta de recursos, os mesmos recursos que ficam indevidamente nos cofres do governo.

Ficamos assim, então: a ciência do crime progride, a ciência de governar regride ou, na melhor das hipóteses, não sai do lugar.

[21] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1909200304.htm>

O sopão do crédito

SÃO PAULO - A ortodoxia em política econômica prevê reconhecer que nem todos os habitantes de um país cabem nele. Ou seja, nem todos podem ter suas necessidades de fato atendidas. Por isso, para uma porcentagem que varia conforme as circunstân-

cias, mas que, no Brasil, é sempre grande, sobra o "sopão", a assistência oficial que pode ou não tomar a forma de sopa.

O que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está fazendo, ao reduzir o IPI dos automóveis e ao prometer crédito subsidiado para a compra de eletrodomésticos, não passa de uma espécie de sopão de crédito.

Falta só reconhecer que a política econômica, nos termos em que está sendo aplicada, é incapaz de promover as condições para que as empresas vendam e os consumidores comprem. Logo, sopão neles.

Como paliativo, nada contra. É melhor evitar que fechem fábricas e comércios, mesmo que seja à custa do "sopão" creditício. Mas infinitamente melhor seria ter começado, desde janeiro, a criar as condições para a recuperação da economia de forma a tornar desnecessários arranjos precários e provisórios.

O que se faz nessa direção, como as recentes reduções dos juros, vem tarde e em doses homeopáticas. Se o Banco Central tivesse reduzido os juros, há três meses, para os 20% em que os fixou anteontem, o sinal para a economia teria sido muito mais positivo e forte do que agora.

Tudo somado, parece cada vez mais evidente que a política econômica do PT é puramente defensiva. Evitou, para usar uma das muitas metáforas do presidente, que o "Titanic" Brasil batesse no iceberg, mas não foi capaz de tirá-lo do pântano da estagnação.

Ah, por falar em metáforas, já vai fazer nove meses de gestação, presidente. A tomografia mostra que a criança, em vez da cara do pai, ainda leva jeito de "herança maldita".

[22] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2305200304.htm>

Como medir competência

SÃO PAULO - Acusado de incompetência pelo vice-presidente José Alencar, Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, defende-se dizendo que será julgado pelo resultado do combate à inflação.

É apenas a metade da verdade. Qualquer Banco Central que se preze há de querer ser julgado não apenas pela eficiência no combate à inflação mas também pela capacidade de evitar a recessão.

Aliás, o BC-modelo para metade ou mais do planeta, o Fed (norte-americano) tem como mandato expresso não apenas manter a estabilidade de preços mas preservar ou estimular a atividade econômica.

É curioso que a parte da bugrada que acha que tudo o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil não faça jamais menção, no caso do BC, a esse outro aspecto da missão estatutária do Fed.

No Brasil, o mais elementar bom senso manda supor que a missão do BC não possa limitar-se a manter a inflação sob controle. Inflação baixa com crescimento igualmente baixo não leva a lugar algum e, portanto, não pode ser o metro com o qual se mede a competência do banqueiro central tupiniquim.

Ainda mais quando se está em um momento no mundo "de notável transformação estrutural do tipo que ocorre apenas uma vez a cada século ou dois", conforme escreve Eisuke Sakakibara, que já foi chamado de "Mr. Ien", quando era vice-ministro de Assuntos Internacionais do Ministério japonês de Finanças (atenção, Palocci, artigo em "The International Herald Tribune" de ontem).

"O mundo está mudando de uma era de inflação estrutural para uma de deflação, na qual os preços da maioria dos bens manufaturados ou serviços comercializáveis caem em vez de subir", diz Sakakibara, agora na Keio University.

Pois é, se o BC brasileiro fosse competente, olharia para a frente e veria um panorama

em que o risco maior não é o da inflação. Ponto, portanto, para José Alencar.

[23] JOSIAS DE SOUZA

Feliz aniversário

16/6/1997

São Paulo _ Em entrevista à revista "IstoÉ", FHC pediu: "Gostaria que o trecho da fita em que aparece o ministro Sérgio Motta fosse publicado na íntegra. Não dá para saber qual foi a pergunta e o contexto das respostas (...) Forçamos um deputado a dizer 'talvez seja'".

O tema está gasto. Mas não se deve deixar um presidente assim, na mão. Sobretudo quando se sabe que fará aniversário depois de amanhã. Não custa fazer-lhe as vontades. O espaço é curto para íntegras. Mas, se Sua Excelência deseja tanto...

A certa altura, como se recorda, o "Senhor X" perguntou ao deputado João Maia:

_ E o Pauderney (Avelino) em cima. O aliciamento começou com ele?

E Maia, sem "ora veja" nem "talvez seja", mais explícito do que seio no Carnaval carioca:

_ Pelo que eu sei bem, é o seguinte: eram os 200 do Serjão, via Amazonino, que era a cota federal, aí do acordo... Ele falou, pra todo mundo, aí, meio mundo, aí. Eu falei com o Luís Eduardo. O Luís Eduardo marcou uma audiência com o Serjão. Daí, o Serjão marcou com o Amazonino.

O nome de Sérgio Motta salta da fita como pulga de cachorro vadio. São citações fartas, recorrentes e precisas.

_ E que esse dinheiro do Amazonino era o dinheiro que já estava aí. Você entendeu? Que o Serjão já tinha acertado.

A voz de João Maia flui com espantosa naturalidade. O deputado não parece forçado a coisa alguma:

_ Aquele dinheiro era dinheiro do Amazonino. Que mandou trazer por ordem do... do... menino aqui, do Serjão.

Fernando Henrique diz na entrevista que é contra a CPI da Reeleição. "Não podemos transformar o Congresso em polícia." OK. Mas também não podemos permanecer deitados em ►berço◄ ►esplêndido◄ enquanto ►suspeitas◄ desse porte apontarem para seu amigo, sócio e principal ministro. Ah, sim. Feliz aniversário, presidente.

[24] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2611200204.htm>

Um hino à democracia

SÃO PAULO - Antes de voltar mentalmente ao Brasil, uma última palavrinha sobre Portugal. É fenomenal a modernização ocorrida no país a partir da chamada "Revolução dos Cravos" (1974).

É claro que nem tudo, na modernização, é elogiável. Parece um atentado à rica gastronomia portuguesa, por exemplo, o fato de ter sido aberta uma loja do McDonald's bem em frente à tradicionalíssima fábrica de pastéis de Belém, na igualmente tradicional rua de Belém.

Mas é um pecado venial. Não dá mais para aplicar a Portugal a ironia dos franceses, em especial, que diziam que a África terminava nos Pireneus, com o que, de um só golpe, tiravam Espanha e Portugal da Europa para lançá-los na África.

Hoje, Portugal é um país europeu perfeito e acabado. O Portugal que conheci há quase 30 anos, ao cobrir a revolução, era triste, para defini-lo em uma só palavra.

Hoje, Portugal é luminoso. Não, não é o paraíso na face da Terra, mas dá gosto e dá inveja.

É também um hino à democracia. Sei bem que o progresso de Portugal pós-revolução não se deve diretamente à democracia. Mas a explosão se deu a partir dos fundos in-

vestidos pela Comunidade Européia, para reduzir a distância entre os países ricos e pobres da região. E a democracia era, por sua vez, condição "sine qua non" para o ingresso de Portugal na Europa comunitária.

Neste ponto, cabe introduzir uma tese do senador eleito Aloizio Mercadante (PT-SP), segundo a qual a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) deveria conter idêntico mecanismo de fundos de compensação para os países pobres (e o Brasil é, em relação aos EUA, um país tão pobre quanto Portugal em relação a seus pares do centro e norte europeus).

Talvez seja a melhor (única?) chance de o Brasil virar, por fim, um imenso Portugal.

[25] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3004200403.htm>

Farinha da mesma desculpa

LONDRES - Cada vez menos se entende o governo Lula. Nem maquiavélico consegue ser. Não era Maquiavel quem dizia que o bem deve ser feito aos poucos, mas o mal deve ser feito de uma só vez? Bom, no caso do salário mínimo, Lula fez justamente o contrário: sabia que ia fazer o mal (ou seja, dar um resultado insatisfatório), mas, ainda assim, prolongou a agonia por vários dias.

Para que toda essa encenação de reuniões daqui e dali se a equipe econômica já havia dito que mais que R\$ 260 não era possível? O presidente tem alternativas à mão para desafiar a equipe econômica? Não tem. Então era melhor anunciar logo o anêmico reajuste. O pessoal teria mais tempo para juntar-se ao Zé Simão na tentativa de descobrir onde investir ou gastar tanto dinheiro adicional.

Ironias (justificadas) à parte, vale a pena visitar as informações sobre salário mínimo da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em cuja sede, em Genebra, Lula foi recebido no ano passado por seus ex-pares do sindicalismo internacional como aquele que "chegou lá".

Conforme Carolina Glycerio (BBC Brasil), "o salário mínimo brasileiro deveria ser reajustado para, pelo menos, R\$ 350, de acordo com os padrões da OIT".

As contas são de François Eyraud, economista da instituição, para quem o piso salarial deveria estar entre 40% e 60% do salário médio do país para se adequar aos padrões da OIT. No Brasil, o novo mínimo de R\$ 260 equivale a magros 29,8% do salário médio tupiniquim.

Suponho que a desculpa de plantão para explicar mais essa frustração será a de que um aumento maior do mínimo arrebentaria a Previdência (o presidente já antecipou essa explicação há dois dias).

Admitindo, só para argumentar, que seja verdade, é uma verdade antiga, que vem, pelo menos, desde o primeiro governo pós-redemocratização (o de José Sarney). O PT e Lula gritavam que era balela. Agora, são farinha da mesma desculpa.

[26] FERNANDO RODRIGUES

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1402200404.htm>

Encanto quebrado

AUSTIN - A reportagem de Andrei Meireles e de Gustavo Krieger na revista "Época" representa a quebra do encanto do PT federal. A plataforma de Lula era fazer o "governo da mudança". Agora surgem indícios contundentes de que um assessor que despacha dentro do Palácio do Planalto coletou dinheiro de maneira ilegal, do jogo do bicho, para campanhas petistas. O alto funcionário é Waldomiro Diniz. O nome é irrelevante. É um desconhecido do público. O que importa é a quem ele servia. O PT o demitiu. Tenta circunscrever o problema ao funcionário. Não vai dar certo. Waldomiro foi, desde o primeiro dia do governo Lula, o assessor mais próximo do ministro José Dirceu. Fazia apenas o que o "comandante" ordenava. Antes de estar no governo, Wal-

ceu. Fazia apenas o que o "comandante" ordenava. Antes de estar no governo, Waldomiro participou pessoalmente de quase todas as reuniões e negociações comandadas pelo hoje chefe da Casa Civil para montar o governo Lula em 2002 -o ano em que se envolveu com o jogo do bicho, segundo a reportagem de "Época". É possível que o ministro José Dirceu não soubesse da atuação de Waldomiro? O que deve acontecer com Dirceu? Há duas hipóteses: 1) se não sabia o que Waldomiro fazia, Dirceu é um parvo. Deve ser demitido por incompetência; 2) se sabia, pior ainda. Deve ser demitido por Lula e cassado pela Câmara dos Deputados -Dirceu é deputado federal pelo PT paulista. É evidente que Lula conseguirá abafar o caso. Tem ampla base de apoio no Congresso. Em 1997, FHC enterrou a CPI da compra de votos da reeleição na base da fisiologia -deu dois ministérios ao PMDB. Lula é previdente e mais cauteloso: deu os cargos antes da crise.

★

Escrevo de Austin, Texas, nos EUA, onde participo de um fórum de jornalismo. Até aqui é possível sentir o calor desse escândalo que deixa o PT mais parecido com o simulacro que a sigla já se tornou há tempos.

[27] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0906200404.htm>

Pacote de preconceitos

PARIS - O pacotinho do McDonald's estava em cima do banco do metrô, fácil de ver, ainda mais que o vagão estava quase vazio. O cérebro dizia que uma bomba não cabe em um saquinho, mas o instinto primal me fez dar uma olhadinha disfarçada, mas cuidadosa, para me certificar de que o pacote estava vazio.

Afinal, há uma porção de avisos no metrô de Paris (de Londres também), pedindo aos cidadãos que sejam solidários na vigilância.

Minha mulher não falou nada na hora, mas, depois que a TV anunciou a prisão, ontem, na Itália, de um dos supostos responsáveis pelos atentados de 11 de março em Madri, comentou que tivera o mesmo receio.

A ligação entre um fato e outro mostra que mesmo cidadãos que não têm (juro) o menor preconceito racial, como eu e minha mulher, ficamos tocados de alguma forma pelo intenso bombardeio midiático que transforma terrorismo e árabes em irmãos siameses.

Ainda mais que as prisões de ontem ocorreram também em Bruxelas, cidade na qual acampamos por dois meses, em um bairro com grande quantidade de árabes que faziam das roupas uma espécie de manifesto de identidade (nada contra, mas que chama a atenção, chama).

Não creio no tal "choque de civilizações", mas temo que terrorismo e preconceito vão acabar por transformá-lo em realidade.

Há dois meses, a TV belga mostrou documentário sobre os argelinos que migraram para a Bélgica. Um executivo não-identificado louvava a disponibilidade deles para o trabalho e, com um sorriso que me pareceu francamente repulsivo, atribuía tal disponibilidade à submissão da mulher muçulmana: como ela, segundo o executivo, não reclama dos horários do marido, este pode fazer hora extra mais que o ocidental.

Ou seja, um dos problemas que o próprio Ocidente aponta no islamismo (a situação da mulher) acaba revertendo em vantagem para as empresas ocidentais. Não justifica atos terroristas, como é óbvio, mas explica o estranhamento mútuo.

[28] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0908200304.htm>

Felicidade nacional bruta

SÃO PAULO - A revista britânica "The Economist", no número que acaba de sair, mergulha num assunto fascinante, que poderia ser traduzido assim: a relação entre PIB (Produto Interno Bruto, medida da renda de um país) e felicidade.

O tema surgiu de uma série de exposições feitas neste ano na London School of Economics para tentar entender um paradoxo: embora as economias desenvolvidas tenham ficado mais ricas, "na média, as pessoas na América, na Europa e no Japão, não estão mais satisfeitas com a parte que lhes toca do que estavam nos anos 50".

Há várias explicações que o espaço não permite nem resumir. A que mais chama a atenção é a que diz que os norte-americanos, em especial, trabalham muito, exatamente para aumentar a renda, mas têm, comparativamente, menos lazer.

É curiosa a comparação entre dois dados de uma mesma pesquisa feita com estudantes da Universidade Harvard. Quando questionados o que preferiam, ganhar US\$ 50 mil por ano enquanto outros ganhariam a metade, ou ganhar US\$ 100 mil enquanto outros ganhariam o dobro, a maioria preferiu ganhar menos desde que fosse mais que os outros.

Segunda pergunta: entre duas semanas de férias quando os outros teriam apenas uma ou quatro semanas de folga contra oito para os outros, ficaram com as quatro. Ou seja, preferem ganhar menos, desde que seja mais que o resto, mas preferem folgar mais.

O coordenador do trabalho conclui que "a performance norte-americana é superior se julgada apenas pelo PIB. Mas o PIB é uma medida insuficiente de bem-estar econômico. Felicidade demanda lazer tanto quanto consumo material. Os americanos podem ser mais ricos que os europeus, mas serão mais felizes?".

À falta de diferenças essenciais entre modelos a serem seguidos, eis um estudo sobre o qual vale a pena pelo menos meditar.

[29] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1603200404.htm>

A vida e a morte

MADRI - Há alguma coisa errada na lógica que se tornou predominante a respeito dos atentados em Madri e dos resultados eleitorais.

Diz a lógica que o governo do conservador José María Aznar perdeu uma eleição que quase todo o mundo dava por ganha porque os eleitores repudiaram nas urnas o fato de Aznar ter entrado na Guerra do Iraque, o que, por sua vez, atraiu a ira do radicalismo islâmico.

Deve ter acontecido isso mesmo, mas o erro está em que, levada ao limite, tal lógica significaria que, se não tivesse havido a invasão do Afeganistão e do Iraque, a Al Qaeda ou alguma de suas franqueadas não teria atacado.

Por condenáveis que sejam -e são- as ações no Iraque e no Afeganistão, é preciso lembrar a cronologia exata: o ataque da Al Qaeda aos Estados Unidos se deu antes, não depois do Afeganistão e do Iraque.

Pode-se, portanto, condenar o unilateralismo e a prepotência americana. Mas não se pode, daí, saltar para a conclusão de que o Ocidente estaria livre do terrorismo islâmico radical se os EUA e seus aliados ficassem quietinhos no seu canto. Tampouco seria razoável imaginar que, se a guerra no Iraque tivesse sido aprovada pela ONU, mesmo por unanimidade, o terrorismo a aceitaria.

Aqui, um parêntesis: o próprio líder socialista espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, tentou ontem desmentir a ligação guerra/resultado eleitoral ao dizer que, antes dos atentados, "havia ganas de mudança na Espanha".

Voltemos ao terrorismo. A condenação ao unilateralismo norte-americano e a seus aliados subservientes é merecida, mas não muda um dado da realidade: há um tipo de terrorismo com o qual o mundo não sabe lidar, com ou sem unilateralismo.

Uma frase contida na fita de vídeo em que a Al Qaeda assume os atentados em Madri

diz: "Vosotros queréis la vida y nosotros queremos la muerte" (uso a tradução da polícia).

É essa a chave. Ou se decifra ou ainda vai devorar muita gente. Pior: gente inocente.

[30] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1012200304.htm>

Alca, da pressa à paciência

SÃO PAULO - Houve uma nítida mudança de posição dos Estados Unidos (ou, ao menos, de Robert Zoellick, responsável pelo comércio exterior norte-americano) em relação ao Brasil e ao papel deste na Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Logo depois que naufragou ingloriamente a Conferência Ministerial da OMC em Cancún, Zoellick passou a atacar o Brasil, que classificou de país "won't do", ou seja, país que não quer fazer acordos de liberalização comercial, pelo menos na concepção dos Estados Unidos.

Em artigo para o jornal britânico "Financial Times", há três meses, Zoellick ameaçava os "won't do":

"Os EUA não vão esperar: nós avançaremos na direção do livre comércio com os países "can do" (os dispostos a aceitar a negociação nos termos norte-americanos).

Bom, agora Zoellick volta ao "Financial Times", edição de ontem, para dar tempo ao Mercosul (leia-se: Brasil). Primeiro, seguindo a retórica de Celso Amorim, o chanceler brasileiro que era seu adversário principal antes de começarem a tratar-se por Celso and Bob, Bob and Celso, diz que remover apenas as tarifas de importação em bens já será um tremendo sucesso da Alca.

Depois, diz que, "com o tempo", os países do Mercosul "expandirão seu interesse em regras que promovem investimento, protegem conhecimento e indústrias criativas, ajudam a conter a corrupção, reduzem custos e melhoram a qualidade dos setores de serviços".

A expressão-chave aí é "com o tempo", em contraponto a "os EUA não vão esperar", de três meses antes. Washington agora não tem pressa para "civilizar" o Brasil.

Se está nítida a mudança, falta explicar o que, exatamente, a produziu. E, principalmente, se e quando virá a fatura -e qual será.

[31] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0612200304.htm>

Democratas seletivos (e cínicos)

SÃO PAULO - Se dependesse de mim, presidente da República só viajaria a países plenamente democráticos.

Se razões de Estado o obrigassem a não ser tão rígido, que pelo menos mencionasse sempre, nas viagens, preceitos básicos da vida civilizada (liberdades públicas, direitos humanos, um não rotundo ao terrorismo, qualquer terrorismo).

Mas essas regras deveriam valer "urbi et orbi". Não vale lamentar visitas a países não-democráticos apenas quando eu não gosto desse ou daquele ditador. Também não vale calar os preceitos básicos em países que os respeitam internamente, mas nem sempre o fazem na sua ação externa.

Ou, trazendo as coisas para o concreto e para o hoje: não é sério fazer muxoxos porque Luiz Inácio Lula da Silva vai à Síria e à Líbia, duas das ditaduras mais notórias do planeta, mas não dar a mínima quando Donald Rumsfeld, secretário de Defesa dos EUA, visita os "senhores da guerra" do Afeganistão.

Ou alguém aí acredita, honestamente, que os caciques afegãos são zen-budistas?

Também não é sério ignorar que o governo norte-americano, como provam agora documentos dos próprios arquivos dos EUA, apoiou e até apressou o genocídio praticado

pela ditadura argentina do período 1976/ 1983. Que diferença real há entre os crimes atribuídos a Bashar al Assad, da Síria, inimigo dos EUA, e as juntas militares argentinas daquele período, apoiadas até na matança pelos Estados Unidos? Se se disser, com todas as letras, que um e as outras são abomináveis e, portanto, apoiar um ou as outras é igualmente abominável, contem comigo. Se é para mostrar indignação seletiva, se é para defender direitos humanos para uns, mas não para outros, é cinismo demais mesmo para o mundo moderno.

[32] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0512200304.htm>

Conspiração abortada

SÃO PAULO - A ida de Otaviano Canuto, assessor internacional do Ministério da Fazenda, para um posto em instituição financeira internacional, com sede em Washington, não é apenas uma mexida burocrática. É o fim (ao menos provisório) de uma conspiração contra as posições que o Itamaraty vem defendendo nas negociações da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Canuto nunca escondeu ser favorável a uma Alca abrangente, tal como quer o governo norte-americano. Mas aos ouvidos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou uma versão bem mais apimentada: o assessor do ministro Palocci teria pedido a empresários de São Paulo que o ajudassem na pressão para mudar a posição do Itamaraty, o que, no limite, significaria decapitar o ministro Celso Amorim.

Lula bateu o martelo em favor de Amorim, apontando-o como o único porta-voz do governo no capítulo Alca (o leitor notou o silêncio de outros ministros que chegaram a criticar o Itamaraty?).

Nessas circunstâncias, a permanência de Canuto em Brasília seria, no mínimo, problemática, do que resultou ter sido "kicked upstairs" (chutado para cima, para usar expressão em inglês, apropriada ao caso).

A dúvida é saber se Canuto vocalizou apenas a sua posição pessoal pró-Alca ampla ou se se sentiu estimulado pelo próprio Palocci.

Em qualquer hipótese, o episódio arranhou, ainda que muito levemente, o prestígio do ministro da Fazenda com o presidente.

Digamos que quebrou a aura de invencibilidade de Palocci. Ainda mais que o presidente entende que a confusão sobre o acordo com o FMI foi culpa de Joaquim Levy, secretário do Tesouro, outro dos economistas do entorno de Palocci. Lula disse que o acordo não seria assinado enquanto ele estivesse no exterior (estava na África), e Levy anunciou o contrário (e o contrário era a verdade).

A menos que a economia entre em céu de brigadeiro, pode preparar-se, caro leitor, para mais intrigas e conspirações palacianas.

[33] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1807200304.htm>

A síndrome de Jayson Blair

MADRI- Jayson Blair é aquele jornalista de "The New York Times" demitido, com escândalo, por inventar histórias ou por copiá-las de outros jornais e assumi-las como suas.

Temo que o jornalismo brasileiro venha sendo infectado por um tipo de mentalidade parecida.

Pego, para exemplificar, o caso do terno usado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no jantar de gala oferecido pelo rei da Espanha em contraponto à casaca vestida pelos espanhóis presentes.

Ficou no ar se houve ou gafe ou uma tola resistência ideológica.

Bobagem. Desde os primeiros acertos sobre a agenda da visita, o Itamaraty dissera ao governo espanhol que a casaca caíra em desuso fazia tempo no Brasil e que, portanto, cada delegação deveria usar o padrão habitual (casaca x terno escuro).

Não foi feita a mais leve objeção, até porque os espanhóis deixaram claro que havia antecedentes de outros chefes de Estado que usaram terno porque assim recomendava o seu próprio cerimonial.

Tão simples que a mídia espanhola não deu nem uma mísera vírgula para o contraste. Ou seja, quem está habituado à pompa e, por isso, deveria ficar chocado com o comportamento supostamente bárbaro da comitiva brasileira nem o notou.

E não é que os jornais da terra tenham ignorado a visita de Lula. Bem ao contrário. Tanto que, ontem, os dois principais jornais espanhóis ("El País" e "El Mundo") deram o principal título de capa para a "aliança estratégica" decidida entre os dois governos, além de editoriais -aliás, simpáticos em ambos os casos.

O caso da casaca x terno ilustra, temo, uma certa tendência para o espetáculo em vez da informação, para o frívolo em vez do essencial, para a interpretação apressada em vez da devida checagem.

Se é assim, sinto dizer aos companheiros que nem dá para culpar os patrões e os chefes, os suspeitos de sempre. São no máximo cúmplices, porque a síndrome começa com os que estamos na linha de frente, como Jayson Blair.

[34] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2409200204.htm>

Não dá para entender

SÃO PAULO - Eu, se fosse você, tomaria com o máximo de cuidado toda e qualquer análise sobre o cenário eleitoral, inclusive as minhas.

Explico: não dá para entender o tal de povo brasileiro, em especial a maneira como decide o seu voto.

Veja-se o caso de Luiz Inácio Lula da Silva. Na opinião quase consensual dos analistas, uma de suas principais vulnerabilidades é não ter formação escolar ou, para simplificar, diploma universitário.

Aí, vem o Datafolha e mostra que, no segmento que, sim, tem diploma universitário, Lula está com 53% das intenções de voto. Ou seja, quem já foi chamado estupidamente de "encanador" pelos adversários supostamente cultos (na eleição de 1994) seria, desde já, o presidente do Brasil, se só votassem os portadores de diploma universitário.

É verdade que Hélio Schwartsman, editorialista desta Folha que entende de quase tudo, diz que tal resultado é natural: nesse andar, o preconceito seria menor, porque a informação é maior.

Pode ser, mas a tendência natural de quem tem um dado nível de formação é a de querer como "chefe" alguém com um grau educacional/ cultural pelo menos igual.

Não é tudo: na eleição paulista, 20% dos eleitores que acham o governo Geraldo Alckmin "ótimo/bom" se dispõem a votar em Paulo Maluf. Esse dado nem o Hélio explica.

Por que diabos um cidadão que acha um governo tão bom não vota no titular desse governo, se ele é candidato? Pior: vota em Maluf, que diz que é uma droga o governo que o eleitor acha "ótimo/bom".

Seria fácil e tentador concluir, como o grande sociólogo Edson Arantes do Nascimento, que o brasileiro não sabe votar. Desconfio que é outra coisa: o andar de cima e o andar de baixo não falam a mesma língua. Podem, eventualmente, até coincidir no nome do candidato, mas chegarão a ele por motivações diferentes, às vezes até conflitantes.

[35] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0808200304.htm>

Reforma, mercado e Estado

SÃO PAULO - Da catarata de palavras usadas para falar das reformas, convém que o leitor retenha frase curta e grossa de Paulo Vieira da Cunha, economista-chefe do HSBC (nos EUA), conforme relato de Fernando Canzian: o importante para o mercado é que as reformas coloquem o Brasil "em uma posição de garantir o pagamento, no futuro, de suas dívidas interna e externa".

Portanto, caro leitor, interesse nacional, crescimento econômico, equidade, eliminação de privilégios, tudo isso é besteira ou, no mínimo, secundário, desde que o Brasil continue sendo bom pagador.

Isso não quer dizer que a reforma não seja necessária. Artigo dos economistas Hélio Zylberstajn, André Souza, Anderson Stancioli e Marcelo Milan publicado anteontem pela Folha apresenta convincentes argumentos sobre "transferências regressivas" de renda no sistema atual.

Mas o artigo convence quantitativamente, não qualitativamente. O que quase todo o mundo chama de "privilégios" do funcionalismo público inclui, de fato, privilégios, mas inclui também benefícios que anulam a vantagem de trabalhar para o setor privado.

Ou, para fazer uma comparação meio grosseira: é preciso tornar atraente a profissão de policial, porque, renda por renda, traficar cocaína dá muito mais.

Mesmo que se queira uma comparação com atividades lícitas, também rende mais prestar serviço de consultoria em segurança ao setor privado do que tentar aumentar a segurança do público servindo à polícia.

Na análise da reforma previdenciária, o contraponto perfeito à frase de Paulo Vieira da Cunha veio de Vinicius Torres Freire, neste mesmo espaço, ontem: "Ninguém discutiu a sério que Estado se quer".

Se se discutisse, verificar-se-ia que um Estado decente, que se supõe seja a meta de todos, salvo um ou outro tarado, custa mesmo caro. Policial bom e barato, professor bom e barato, médico bom e barato dá no que deu a política do Palmeiras de "bom e barato": segunda divisão.

[36] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2008200304.htm>

Não é Vietnã, é pior

SÃO PAULO - A partir do atentado de ontem contra o Canal Hotel, QG das Nações Unidas em Bagdá, fica mais tentador supor que os Estados Unidos (e o Ocidente) meteram-se em um novo Vietnã, ao invadir e ocupar o Iraque.

Tentador, sim, mas falso também. Não há parentesco entre uma e outra situação. De alguma forma, dá até para dizer que o Vietnã era melhor para os norte-americanos. Lá, havia exércitos definidos, ainda que um deles não fosse um exército regular, e, sim, guerrilheiro. Havia um campo de batalha relativamente delineado e um objetivo claro e clássico (conquista de território ou manutenção dele).

Não é o caso do Iraque. Um só dos exércitos está definido e funciona, agora, como alvo móvel, depois de ter dominado com imensa facilidade o outro exército presente no terreno. O campo de batalha estende-se de Bagdá a Bali, na Indonésia, passa por Nova York e Washington e sabe Deus por onde mais.

O objetivo só é conhecido dos terroristas. Não há a menor chance de, por meio de atentados como os que se vêm repetindo desde o fim formal da Guerra do Iraque, derrotar os Estados Unidos e forçá-los a abandonar precipitadamente Bagdá, como o fizeram com a antiga Saigón.

Ainda que houvesse, não parece existir uma força organizada capaz de ocupar o território todo ou todas as alavancas de poder.

Nem mesmo o terrorismo é do tipo conhecido. Terrorista adora assinar suas sinistras obras. Propaganda, afinal, é parte da guerra. O terrorismo de hoje é anônimo. Nem sequer o maior conjunto de atentados da história, o de 11 de setembro, levou assinatura. Quem definiu a autoria foi a vítima, não o criminoso.

A Al Qaeda só existe pela descrição dos que a combatem, jamais por ela própria, ao contrário, por exemplo, de terroristas convencionais como o ETA espanhol ou os grupos extremistas palestinos.

É ou não mais assustador?

[37] ELIANE CANTANHÊDE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200405.htm>

Triângulos não tão amorosos

BRASÍLIA - Primeiro triângulo: um mesmo bicheiro, o tal Carlinhos Cachoeira, tinha o pé em três unidades da federação comandadas pelo PT -o Rio Grande do Sul, o Rio e o DF.

Como revelou o repórter Rubens Valente, ontem na Folha, o grupo de Cachoeira toca o negócio de loterias no Rio Grande do Sul desde o governo Olívio Dutra, hoje ministro. Lembre-se que o maior escândalo gaúcho daquela época acabou numa CPI estadual. Justamente a CPI do Bicho.

E foi Cachoeira, em carne e osso, quem apareceu no vídeo negociando com Waldomiro Diniz grana para a campanha de Benedita (PT) e de Rosinha (à época PSB) no Rio. Escancarado o vídeo, o que Waldomiro diz? Que uma parte era para a campanha de Geraldo Magela (PT) no DF.

Segundo triângulo: a empresa oficial do bicheiro em Anápolis (GO) chama-se Capital Engenharia e Limpeza -ou seja, atua, ou diz atuar, no ramo do lixo. E as três pedras no sapato do PT são exatamente lixo, transporte e bicho. Até por isso, e por pura maldade oposicionista, já tem gente achando que essa confusão toda pode desaguar em outros redutos do PT. Até em São Paulo.

Terceiro triângulo: o governo do PT está se agarrando a José Sarney (PMDB) e a ACM (PFL) para evitar uma CPI. Táí um trio bem curioso -e nada amoroso.

Se eu defendo uma CPI agora? Não, não defendo. Tecnicamente: as negociatas com o bicheiro foram em 2002, antes do governo Lula, quando Waldomiro não tinha cargo nenhum no Planalto. Politicamente: seria dramático. Um governo no início do segundo ano, desemprego alto, economia incerta e o Congresso parado...

O que, evidentemente, não significa abafar. Apenas há outros mecanismos de investigação além de CPIs, e eles não estão só no governo. Há o Ministério Público, as polícias, a sociedade, a imprensa. Que se apurem todos os triângulos, doa a quem doer, seja um mero gandula ou o "capitão do time" (Dirceu, segundo Lula). Com ou sem CPI, o maior interessado na verdade deve ser o PT. Ou não?

[38] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2204200404.htm>

Vá a Copenhague, Palocci

BRUXELAS - Como esta **Folha** informou ontem, a revista britânica "The Economist", associada a um instituto dinamarquês, está em busca de um novo consenso, que já batizou, com a presunção habitual, de "Consenso de Copenhague".

A iniciativa parte do reconhecimento de que há pouco dinheiro disponível para resolver os problemas globais, que vão da pobreza aos conflitos, da qualidade do ambiente às deficiências educacionais.

Se há pouco dinheiro, "devemos ter o cuidado de gastá-lo de forma a que possa ter o maior efeito", diz a apresentação da iniciativa.

É uma descrição que cabe à perfeição no Brasil: pilhas de problemas, pouco dinheiro para enfrentá-los, reduzido efeito das ações empreendidas por diferentes governos. Por isso, tomo a liberdade de sugerir ao ministro Antonio Palocci, que me parece bem-intencionado, embora equivocado no caminho, que se autoconvide para a reunião do consenso, marcada para de 24 a 28 de maio, na capital dinamarquesa.

Afinal, se "The Economist", com seus 160 anos de certezas liberais, se dá agora ao direito de ter dúvidas sobre como resolver os problemas do mundo, Palocci deve ter dúvidas ainda maiores sobre como resolver os problemas do país, porque, primeiro, ainda não tem 160 anos e, segundo, faz muito pouco tempo que aderiu aos fundamentos da economia de mercado. Claro que o fez com o entusiasmo de cristão-novo, mas essa é outra história.

Não adianta ir a Copenhague acompanhado das certezas de bê-á-bá que lhe fornecem seus assessores. O mundo, não apenas o Brasil, está buscando caminhos, porque a era das certezas acabou.

"Vivemos agora em uma era pós-neoliberal na qual as certezas do Consenso de Washington deram lugar a buscas mais complexas", diz, por exemplo, o sociólogo uruguaio Francisco Panizza, especialista em América Latina da London School of Economics.

É hora, Palocci, de abrir os olhos para essa busca.

[40] Damião encontra Lênin

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz090604.htm>

JOSIAS DE SOUZA

São Paulo - Os dois viveram em mundos muito distintos. Um era materialista a mais não poder. O outro, religioso.

Um fenômeno uniu os seus históricos: ambos tiveram a petulância de sobreviver à própria morte.

Está-se falando de uma dupla curiosa: Vladimir Ilich Ulianov, vulgo Lênin, o santo do comunismo soviético, e Pio Gianotti, o Frei Damião, beato do catolicismo brasileiro. Lênin virou múmia em 1924. Damião ordenou-se frade um ano antes, em 1923. O cadáver do líder comunista sobrevive há arrastados 73 anos. O corpo do frei capuchinho acaba de ganhar vida, no sertão nordestino. Antes de descer à cova, embalsamado, foi velado durante três dias.

Na semana passada, enquanto o mito de Damião era tonificado pela fé dos cerca de 300 mil que acorreram para venerá-lo, o de Lênin via-se às voltas com uma ameaça de Boris Ieltsin.

O presidente russo quer enterrar o mito. Planeja dar-lhe um sepultamento cristão.

É uma tentativa de pôr fim ao último resquício do regime bolchevique. A União Soviética já voltou a ser Rússia. Leningrado já voltou a ser São Petersburgo. Só Lênin ainda não foi devolvido à condição de mortal.

Em seus tempos áureos, o comunismo russo violou túmulos de santos da Igreja, para provar que não guardavam senão pó. Desejavam demonstrar que, por trás dos Damiões de então, havia apenas enganação. O mesmo engodo que se esconde por trás da eternidade da múmia de Lênin.

Lênin e Damião são, no fundo, filhos de um mesmo fenômeno: a junção da ignorância de muitos com a habilidade de uns poucos.

O Lênin eterno convinha aos interesses comunistas assim como o Damião vivo serve aos propósitos da Igreja. Mas nada os afastará do inexorável encontro com o pó. Como dizem os russos, "Slava Bogu" (graças a Deus).

[41] FERNANDO RODRIGUES

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0110200305.htm>

Troca-troca sem fim

BRASÍLIA - Na semana passada, nesta e na seguinte, a história se repete. Jornalistas vamos escrever, falar e opinar sobre como é indecente a mudança de partidos por parte dos políticos no Congresso Nacional e no restante do país.

Depois deste período mais dramático, o assunto novamente sairá de pauta. Emergirá outra vez daqui a dois anos. O calendário coincide com a frequência com que eleições são realizadas no país.

A lei determina que um político esteja filiado a um partido 12 meses antes da eleição. Não há punição para quem se elege por uma sigla e muda para outra no dia seguinte. Ocorre neste momento algo semelhante ao que se passou em 1985 e em 1990. A eleição de Lula em 2002 representou uma alternância de poder real. Por conta da nova configuração do governo, os partidos não-ideológicos (quase todos) perdem e ganham deputados conforme o seu posicionamento em relação ao Planalto.

Em 1985 e em 1990, os políticos queriam aderir aos novos governos. Agora, com Lula, o número de trocas partidárias na Câmara já passa de 120. Baterá fácil em 200 até o final do mandato petista.

Seria injusto comparar Lula a Collor, mas o processo de troca-troca hoje é motivado de maneira idêntica: congressistas são atraídos pela perspectiva de poder emanado do Planalto. Muitas vezes, não há uma operação explicitamente monetária na mudança de sigla. É só uma aposta no mercado futuro.

A imensa maioria dos integrantes do Congresso não tem interesse direto em eliminar esse costume nefando. Há uma impossibilidade prática: seria necessário que os políticos votassem contra si próprios.

A única hipótese de prosperar alguma mudança para melhor é uma lei que só passe a valer daqui a duas eleições -por exemplo, em 2010. É muito tempo. Mas seria uma forma de marcar uma data para o fim da promiscuidade partidária.

[42] JOSIAS DE SOUZA

Jovem Guarda da corrupção

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz190504.htm>

São Paulo - Assim começa o famoso poema de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864): "Minha terra tem palmeiras/Onde canta o sabiá..."

Não, não falaremos de poesia. Falaremos de corrupção. Enfiemos o poeta na confusão, porque as coisas estão ficando monótonas demais.

A safadeza, eis o que se deseja realçar, faz parte do cotidiano do Brasil de hoje tanto quanto a palmeira e o sabiá do Brasil de Gonçalves Dias.

As coisas estão mesmo ficando monótonas. Congressistas levam colegas à guilhotina com naturalidade própria de quem se habituou a escanhoar a face diante do espelho todas as manhãs.

Atenção, a lâmina vai descer. Vapt. Foi-se a cabeça de Jabes Rabelo. Atenção, vai descer novamente. Vupt. Vão-se outras três: Onaireves, Nobel e Takayama.

Trabalha-se em ritmo de Prestobarba. A primeira, aquela que faz "tchan", serviu à nação o escalpo de Collor. A segunda, a que faz "tchun", acomodou sobre a bandeja os cocorutos dos anões do Orçamento. A terceira, "tchan-tchan-tchan-tchan", apartará do tronco as cabeças de Ronivon e João Maia.

Súbito, seremos tomados de novo pela sensação de que vivemos sob uma democracia capaz de identificar e defenestrar malfeitores. É de se perguntar: E por que a corrupção insiste em integrar a paisagem? É simples: porque só punimos a mão que recebe, jamais a mão que paga.

Assim, foi-se Collor, mas ficou a elite que o financiou. Foram-se os anões, mas ficou a empreita que vampiriza o Orçamento da República. Ronivons e Maias também irão,

mas ficarão Amazoninos, Camelis e Serjões.

Não se está dizendo que todos têm culpa. O que se está tentando afirmar é que a convivência com esse tipo de dúvida está na raiz do fenômeno que transforma corrupção em palmeira.

Se fosse vivo, o poeta talvez escrevesse: "Minha terra tem corrupção/Onde cantam mais do que Ronivons..."

[43] ELIANE CANTANHÊDE

Sorry, periferia

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2301200004.htm>

Brasília - A Embaixada dos Estados Unidos bateu, levou. Ou melhor: não exatamente bateu, mas se meteu a engraçadinha e a mandar recados de péssimo tom. E para a pessoa errada.

Em ofício de cinco parágrafos ao ministro José Serra (Saúde), o encarregado de negócios da embaixada, Gerard M. Galucci, defendeu as empresas norte-americanas que participam de licitação para venda de equipamentos para 50 hospitais públicos.

Já é meio esquisito. Pelo menos em tese, licitação obedece a critérios objetivos e técnicos. No que uma carta política pode ajudar, não se sabe.

Mas o mais esquisito foi o parágrafo seguinte: "Tenho certeza de que o processo de escolha será realizado de maneira justa e transparente, oferecendo às empresas participantes a certeza de que suas propostas serão analisadas com base em critérios profissionais e adequados aos requisitos solicitados pelo documento de licitação".

Deselegância? Desconfiança? Ameaça? Ou a arrogância de sempre? Tudo isso junto e mais um pouco.

Serra, que nessas horas não é exatamente um doce, não deve ter gostado. Porque respondeu. Respondeu sem responder, porque se tratava apenas de um encarregado de negócios e ele botou o seu chefe de gabinete, Otávio Mercadante, para assinar a resposta.

Em dois parágrafos secos, cortantes, disse que é correta a "certeza" (assim, entre aspas) de que o processo será justo e transparente etc. etc. E acrescenta: "Aliás, não poderia ser de outra forma, como nunca foi neste governo". Enfim, ironiza: "Supomos que aconteça o mesmo no seu país".

Encerra presumindo que Galucci, "como cidadão norte-americano e integrante do Departamento de Estado, cuja tradição é de profissionalismo e elegância", certamente não gostaria que um representante de governo estrangeiro se dirigisse a um ministro do seu país naquele tom, daquele jeito.

Conclusão 1: os EUA cometem excessos para fazer o que o Brasil nunca faz, que é defender suas empresas.

Conclusão 2: quem diz o que quer ouve o que não quer. Bem feito!

[44] FERNANDO RODRIGUES

Serra e Roseana

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2401200005.htm>

Brasília - Se o mundo fosse perfeito, na concepção de uma ala Tucana Paulista, a chapa ideal para disputar a sucessão de FHC em 2002 seria composta por José Serra (presidente) e Roseana Sarney (vice).

Esse é o mais recente balão de ensaio enviado aos céus de Brasília. Pergunte aos protagonistas e eles negam. Mas seus amigos, ou inimigos, não falam de outra coisa nos

bastidores.

Apesar da distância que separa a conjuntura atual do longínquo outubro de 2002, o balão de ensaio não é de todo disparatado. Além de ser o primeiro exercício mais concreto da aliança governista para a sucessão presidencial. Até agora, só os oposicionistas aparecem de fato no páreo. O cenário tem Lula, Ciro Gomes e outros menos expressivos.

Do lado da situação, só havia candidaturas solteiras. Por exemplo, ACM, Tasso Jereissati, Jayme Lerner, Mário Covas e o próprio José Serra.

Com a chapa Serra-Roseana surge uma, vamos dizer, proposta concreta de manutenção do condomínio de poder formado por PSDB-PFL.

José Serra é do PSDB. Ocupa o Ministério da Saúde. A saúde anda mal. Nada indica que o ministro fará milagres. Mas os mais de R\$ 20 bilhões de orçamento anual da sua pasta podem ajudar a mudar a idéia que as pessoas têm sobre a área.

"Estamos levando saúde a 89 milhões de pessoas", martela a propaganda governista. Em política, imagem é tudo. Ou quase.

Roseana Sarney é do PFL. Uma dessas surpresas na política. Assumiu o governo do Maranhão em 95. Falava-se que seria dominada pelo marido e pelo pai. Acabou sendo reeleita em primeiro turno. Pesquisas locais lhe dão mais de 60% de aprovação. Quem visita o Maranhão nota isso.

Serra é paulista. Roseana é maranhense. Um homem e uma mulher. Uma chapa difícil de ser viabilizada. Mas capaz de causar barulho.

[45] MÁRIO MAGALHÃES

Striptease da história

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2501200006.htm>

Rio de Janeiro - As famílias de mortos e desaparecidos políticos chegarão com uma penca de reivindicações e sairão com pelo menos uma boa notícia da audiência com o ministro José Carlos Dias amanhã: o Ministério da Justiça vai abrir os seus arquivos referentes ao regime militar.

Os documentos do próprio ministério mantidos no Rio pelo Arquivo Nacional passam a ter acesso irrestrito.

Classificações como "secreto" e "confidencial" ainda impedem um conhecimento pleno de registros históricos, apesar de o material ter sido, há anos, expurgado de peças comprometedoras para autoridades da época.

Mais importante, José Carlos Dias anunciará empenho na busca dos papéis guardados por outros órgãos federais de 1964 a 1985.

É diminuta a hipótese de resgate de preciosidades como os arquivos das Forças Armadas sobre a repressão.

Mas uma investigação oficial teria chances de descobrir o paradeiro dos fichários secretos da Polícia Federal.

Quem já os viu revela, por exemplo, que deles constam o local (Petrópolis) da morte de Honestino Guimarães, um dos pelo menos 136 militantes cujos corpos sumiram misteriosamente.

Os parentes de desaparecidos mantêm esperanças de encontrar nos papéis pistas que levem às ossadas.

"A abertura dos arquivos não será topless, parcial, mas um striptease completo", diz o ministro da Justiça.

O maior obstáculo a seus planos é a "privatização" a que foram submetidos os arquivos policiais e militares. Os agentes do aparato repressivo carregaram o essencial para casa.

As famílias também vão pedir ao ministro a mudança da Lei dos Mortos e Desapareci-

dos, ampliando a abrangência das indenizações a parentes de vítimas do Estado. A decisão dependerá da disposição de FHC para cutucar neste momento a área militar. O projeto de lei deve ficar para depois.

Resumo da ópera: 15 anos após o fim do regime dos generais, sua história real está longe de ser contada por inteiro, e as feridas, cicatrizadas.

[46] ELIANE CANTANHÊDE

Malan e Serra

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2701200005.htm>

Brasília - Há algo no ar além de aviões de carreira, medicamentos e indústria nacional. Pelo menos nessa mais recente, e também mais aberta, disputa entre os ministros Pedro Malan (Fazenda) e José Serra (Saúde).

Os dois não se bicam desde o início do primeiro mandato, mas raramente Serra partiu para o ataque tão pública e ostensivamente. Agora, sob o pretexto do controle de preço de remédios.

Isolando os motivos objetivos e analisando os motivos políticos, descobre-se rapidamente que eles também são muitos e profundos.

Serra sempre foi, mas está cada vez mais candidato à Presidência da República. Malan pode até não ter sido, mas vem sendo cada vez mais citado como candidato à Presidência da República. Como disputam a cadeira, disputam também os amores de FHC. Se no primeiro mandato havia a economia no meio do caminho, agora há a política e a perspectiva de poder. Há o passado e há também o futuro.

Malan e Serra são antagônicos em uma série de coisas. Um é calado, o outro, falante; um é tímido, o outro, abusado; um obedece ordens, o outro manda; um é tecnocrata, o outro, político; um é neoliberal convicto, o outro ainda tem uma queda "cepalina" (meio Cepal, meio nacionalista).

Em comum, eles só têm uma coisa, adquirida nesses mais de seis anos de convivência forçada em Brasília e sob o guarda-chuva e a velha ambiguidade do chefe FHC: são, hoje, os homens-chave do governo.

Malan mantém o controle da economia, Serra se mete em absolutamente tudo: faz e desfaz ministros, apita até no Ministério da Defesa.

Enquanto havia crise, desvalorização cambial, ameaça externa, tremeliques, havia um consenso generalizado de que Malan precisava ser preservado. Aparentemente, Serra participava desse consenso.

Hoje, porém, a rede de proteção pode estar sendo abandonada, por desnecessária.

Com as coisas mais ou menos em ordem, interna e externamente, chegou a hora de os adversários voltarem à carga contra Malan?

[47] ELIANE CANTANHÊDE

Pretexto adquirido

12/2/1998

Brasília _ Uma funcionária do Congresso pulou para uma função razoável na cúpula do Senado e garantiu assim uma aposentadoriazinha integral de R\$ 8.000 por mês. Tinha 46 anos de idade, aproveitou para montar belas lojas em Brasília.

Outra funcionária, jornalista, trabalhou um tempo na iniciativa privada, passou por concurso para a Câmara e atingiu o tempo de serviço ocupando uma boa posição. Aposentou-se com 45 anos e se mandou para Nova York, porque ninguém é de ferro.

Uma terceira funcionária entrou no Banco Central, passou 25 anos na labuta e pediu aposentadoria proporcional no final do ano passado. Estava com 44 para 45 anos, cheia de vida. e trocou a segura de Brasília pelo friozinho agradável de Curitiba.

Durante quanto tempo nós, que pagamos o INSS, vamos ter de sustentar as lojas de uma, a rotina novaiorquina da outra, a boa vida da terceira? E as viagens das três a Paris? Provavelmente, uns 30, 40, até 50 anos.

Não se revelam os nomes aqui porque as envolvidas, casualmente todas mulheres, não fizeram nada de ilegal. Apenas reivindicaram o tal "direito ►adquirido◄". Se há uma "geni", portanto, que seja a lei.

É um absurdo que servidores públicos privilegiados possam viver às custas dos outros durante décadas, sem mover uma palha, enquanto na iniciativa privada muitos morram trabalhando porque a aposentadoria mal dá para comer. E é também absurdo combater a idade mínima de 60 anos para homens e 55 para mulheres, ou de 53 e 48 na transição.

Não me venham com a lengalenga de que as reformas são neoliberais. Na França de Jospin, na Inglaterra de Tony Blair, no Portugal de Guterres, os governos são de centro-esquerda. A aposentadoria é depois dos 60, e ninguém defende que passe para 35, 40, 45 anos. Muito menos só para uns poucos privilegiados.

Isso posto, é inqualificável o governo entrar num troca-troca infernal para aprovar as reformas. Por que FHC tem de se trancar com Maluf, Luís Eduardo Magalhães e Luiz Carlos Santos para o PPB votar a favor? Será que foi só um ►pretexto◄?

[48] VALDO CRUZ

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1906200305.htm>

O medo do soluço

BRASÍLIA - José Alencar esperneou, a Fiesp exigiu, a Força Sindical ameaçou, os pe-
tistas moderados e radicais esbravejaram, até o presidente Lula, ao pé do ouvido de
Palocci, implorou. E o Banco Central, enfim, reduziu as taxas de juros.

Todos respiraram aliviados? Nem tanto. Foi uma queda quase insignificante, de 0,5
ponto percentual. Os juros básicos da economia continuam lá nas alturas, em 26%.

O corte tímido, por sinal, deixa os juros reais praticamente onde estavam, como bem
observa o repórter Gustavo Patú. Projetando a inflação para os próximos 12 meses,
eles até sofreram uma leve alta, mesmo com a queda da taxa nominal.

Ou seja, a redução foi mais simbólica, uma tentativa de inverter a curva das expectati-
vas pessimistas sobre o desempenho da economia. E uma forma de atenuar as pres-
sões políticas sobre o governo Lula.

Elas ficariam insuportáveis se o BC resolvesse fazer pirraça novamente, como disse o
vice-presidente sobre a última reunião do Copom -quando os juros não caíram. Não
faltaria quem pedisse a cabeça de Henrique Meirelles dentro do governo.

O fato é que Luiz Inácio Lula da Silva ganhou fôlego. Poderá dizer que seu governo
começou a baixar os juros depois de ter sido obrigado a adotar uma política monetária
austera para controlar uma inflação herdada do governo FHC.

A pequena redução não chega a ser a decisão dos sonhos do presidente. Mas ele ficou
convencido de que não era possível promover uma queda mais forte neste momento.

O governo temia errar na dose e provocar um soluço na inflação nos próximos meses.
O assunto foi tema de conversa da equipe de Lula. Chegou-se à conclusão de que seria
péssimo ter de subir os juros de novo, pouco tempo depois de reduzi-los.

A opção, então, foi o caminho conservador, porém seguro. Assim pensa o governo. Na
vida real, muita gente dirá: faltou ousadia.

[49] CARLOS HEITOR CONY

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1906200306.htm>

Saco de espantos

RIO DE JANEIRO - Como o comprimento das saias e o corte do cabelo, as palavras costumam ir e vir no dia-a-dia de nosso vocabulário básico. Palavras saem de moda e retornam, e uma delas, com significado óbvio, é "saco", que, para todos os efeitos, já tinha dois significados, o de saco mesmo, e o de coisa chata, sacal. Tanto os jornalistas como os políticos estão se referindo à reforma da Previdência como "um saco de maldades". Não sei quem relançou a palavra e o conceito em sua atual encarnação, mas quem por primeiro a empregou com esse significado, embora em contexto diverso, foi mesmo Machado de Assis. Tinha ele um amigo, Artur de Oliveira, que era um rapaz inteligente, frasista dos melhores de seu tempo, e Machado o admirava. Pressionou Filinto de Almeida a escolher o rapaz como patrono da sua cadeira, a nº 3. Houve pasmo no meio intelectual da época, Artur de Oliveira nunca havia publicado nada. Bem mais tarde, Afrânio Peixoto reuniu alguns artigos e frases de um dos patronos da ABL, sob o título óbvio de "Dispersos". É evidente que Machado foi cobrado, e, para justificar sua escolha, saiu-se com esta: "Ele é um saco de espantos". Uma expressão bem machadiana, por sinal. E que Artur honrou, pois, entre as coisas espantosas de sua vida, está a carta de Gustave Flaubert ao editor Michel Lévy, autorizando que o saco de espantos traduzisse "Madame Bovary", tarefa literária que, sem espantar ninguém, ele também não realizou. Guimarães Rosa foi pescar na linguagem quinhentista algumas palavras que colocou na boca de jagunços do sertão, onde ainda estão boiando ilhas do vocabulário de Gil Vicente e do frei Luiz de Souza. Certa vez, usei a palavra "adrede" num texto antigo para substituir o "a fim de". Fui criticado pelo erro e pelo mau gosto, mas continuei adrede a mim mesmo e aos meus espantos.

[50] VINICIUS TORRES FREIRE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2306200304.htm>

Lula e a renovação do continuísmo

SÃO PAULO - Além da Constituinte e da queda de Collor, o fato político mais importante desde a ditadura é a adesão definitiva do PT ao establishment. Lula é outro episódio de renovação do continuísmo -a história do Brasil em duas palavras.

É como se o país tivesse chegado ao estágio da incorporação de um partido social-democrata ao poder estabelecido sem antes passar por um conflito social que redundasse em mais democracia e justiça social, como na Europa de 1848 a 1968.

O Brasil não é a Europa, e a história não se desdobra em estágios previsíveis. Mas entre nós é rara a explicitação do conflito social e da eterna apropriação de fundos públicos e diretrizes nacionais por interesses que não o da ralé sempre sem voz.

O país se democratiza a passo de cágado, não há ruptura que universalize o direito do cidadão. Os benefícios sociais menos irrelevantes em 30 anos -renda mínima via Previdência e descentralização da saúde- resultaram da lenta interação entre burocracia estatal e movimentos sociais de baixa temperatura. Foram adotados por governos tão díspares como os da ditadura, Sarney, FHC e Lula. Mas pingam em gotas.

O MST, hoje uma incógnita, tende a desaparecer em caso de modernização capitalista, incorpora-se à máquina do Estado (num ministério de Lula) e não tem como agregar setores sociais a seu combate.

As centrais sindicais há muito se limitam à defesa de interesses setoriais, em lobby unísono com associações de empresários. De resto, ambas foram cooptadas pelo governo. O sindicato do funcionalismo é mera variante desses apêndices setoriais e sociais do Estado. Os partidos se dividem entre centrão lulista e PSDB/ PFL, o centrão antigo, restrito à crítica cínica, com o mero fim de preservar espaço eleitoral.

Há rebentos de insatisfação lúmpen -perueiros, camelôs e a maré montante do crime, resultado de 20 anos de crise econômica.

Democracia não é isso, interesses em conflito livre, mais ou menos mediado pelo Congresso? Mas quem fala por inempregáveis e periféricos?

[55] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2408200303.htm>

A última utopia?

SÃO PAULO - Darc Antônio da Luz Costa, vice-presidente do BNDES, apresenta uma instigante definição de capitalismo: "Capitalismo é sonho mais crédito".

Se fosse só isso, o capitalismo seria de fato beleza pura.

Pois foi a partir dessa idéia-força que o BNDES se tornou a usina e a fonte de crédito, como é óbvio, para que o governo Luiz Inácio Lula da Silva tente o que talvez seja a última utopia disponível no mercado: construir o quarto maior bloco econômico do planeta (a América do Sul).

As idéias que dão impulso ao projeto estão expostas mais adiante, neste mesmo caderno. Confesso que, após anos e anos de retórica integracionista jamais levada à prática, sou cético a respeito, por mais que torça para que dê certo.

Ceticismo à parte, a idéia não é movida apenas pela utopia. Darc Costa lembra que "a América do Sul é auto-suficiente em praticamente tudo".

Lembra também que o Brasil é um pólo econômico importante, por muito que a baixa auto-estima de sua gente faça esquecer dados relevantes. Exemplo: é um mercado para fraldas maior do que o de vários países europeus somados.

Exemplo dois, que só agora descobri: a brasileiríssima marca Skol é a terceira cerveja mais vendida do mundo, atrás apenas de duas norte-americanas.

Não se trata de ufanismo verde-e-amarelo, o único pecado de que não posso ser acusado. São fatos.

Fatos que embalam o sonho de Darc Costa. "No século 19, os Estados Unidos acreditaram que era possível construir um país unindo dois oceanos." Por que o Brasil não pode sonhar sonho parecido?

Já sei que há várias respostas sólidas para desmanchar a utopia. Mas, como dizia Calderón de la Barca, "la vida es sueño, y los sueños sueños son". Melhor tentar pô-los em prática do que apenas render-se a uma realidade nada poética.

[56] CARLOS HEITOR CONY

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2502200406.htm>

A primeira pedra

RIO DE JANEIRO - Ainda bem que não sou assessor de coisa nenhuma, nem bicheiro, autoridade ou político. Passei o Carnaval em paz, sem necessidade de articular ou desarticular os próximos lances da vida nacional.

Imagino a inquietação de uns e de outros, procurando saídas ou entradas para o caso Waldomiro, que, pouco a pouco, se está tornando o caso Dirceu. Sai, fica ou pede licença? E a CPI, vai ou não vai? Se for, até onde?

Questões tão palpitantes seriam fáceis de serem resolvidas se os interessados do governo e da oposição tivessem realmente interesse no bem público e na moral ainda vigente. Mas, como todos são políticos, uns esperam pelo que os outros vão fazer, criam expectativas que os colunistas do setor chamam de "cenários" e estabelecem linhas de ação e reação na base de fulano fará isso e nós faremos aquilo.

A mídia dará palpites, procurará novos ou velhos podres de cada bando, será abastecida por informantes suspeitos e fontes suspeitíssimas. Devida ou indevidamente abastecida, por sua vez abastecerá a crise com novos e velhos ingredientes e, como desgraça de muitos consolo é, tudo ficará mais ou menos como antes. Até a próxima crise.

O Carnaval dessa gente deu espaço e tempo para qualquer tipo de solução, desde que a solução seja a menos indolor possível, fazendo o estrago naquilo que começou estragado. Vale dizer: o Waldomiro ficará queimado para sempre, ninguém era amigo dele, ninguém o nomeou para isso ou aquilo, brotou do nada, como uma estrela de milhões de anos-luz que só agora é descoberta.

O PT irá levando -que mal há em ser exatamente como todo mundo? Frei Betto lembrará a cena de Cristo com a adúltera: quem nunca pecou, atire a primeira pedra. É possível que Lula volte a sentir dores no ombro e, para distrair a plebe, começarão os primeiros rumores de que a prefeita Marta Suplicy está tendo os primeiros enteveros com seu novo marido.

Não chegou a ser um Carnaval divertido, mas o melhor da folia é que, na política, a festa dura muito mais.

[57] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0803200203.htm>

Breve história do PFL

SÃO PAULO - Depois de 500 anos, o PFL deixa o governo. Não, leitor, não é engano. O PFL, com esse nome, só tem 18 anos, mas seus caciques descendem, em linha direta, dos donos das capitânicas hereditárias.

Estiveram, pois, no poder na colônia como no país independente, no Império e na República, na democracia como na ditadura.

Pena que saiam do governo não por um motivo nobre. O PFL não se rebelou, durante o regime militar, com as continuadas violações aos direitos humanos.

Não rompeu com Sarney por causa do descalabro econômico, que levou a uma inflação obscena de 80% ao mês. Não viu na falta de decoro de Collor motivo para deixar o governo. Ao contrário, foi até o fim, a ponto de Luís Eduardo Magalhães (que seria presidenciável, não tivesse morrido) ter feito o discurso de defesa na sessão em que a Câmara autorizou o início do processo de impeachment.

Só agora, uma operação policial determinada pela Justiça indigna o PFL a ponto de levá-lo ao rompimento. Os antecedentes e o gesto de agora dizem muito sobre o partido.

Está usando a velha tática de, ante uma suspeita, reagir atirando. De repente, o público acredita nos tiros do PFL e não nos tiros que potencialmente atingem a sua presumível candidata presidencial.

É eloquente sobre essa tática a versão do senador José Sarney para o fax enviado por policiais federais ao Planalto. Para Sarney, o texto festejava o resultado da operação.

Agora, vem o próprio advogado da família e diz que não foi nada disso. Fax houve, mas para enviar o mandado de busca e apreensão.

De todo modo, uma versão apimentada sempre pega aqui e ali.

O fato é que essa história é briga pelo poder apenas. Nada tem a ver com o meu, o seu, o nosso interesse.

[58] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0402200103.htm>

A bolsa e a vida

GENEBRA - Subo no trem em Landquart, a cidadezinha que é ponto inescapável de baldeação para quem vai ou vem de Davos, encravada nos Alpes suíços e sede dos encontros anuais do Fórum Econômico Mundial.

A bolsa de mulher estava no banco vazio. E lá ficou, solitária, durante 20 minutos, talvez meia hora. Só depois é que voltou a dona. Talvez estivesse no vagão-restaurante. É por essas e por outras que, quando viajo para a Europa (Suíça e Alemanha, especi-

almente) me assalta às vezes, lá nos cantos mais obscuros da alma, uma vontade louca de cometer um furto. Não, não, nada de Rolex de ouro ou banco.

Passar a mão em um jornal por exemplo e sair correndo. Não é que a Folha esteja atrasando salários, não. É que me deixa perplexo a despudorada exibição de confiança em que não serão roubados dos comerciantes suíços (ou da mulher da bolsa largada no banco de um trem durante quase meia hora).

Aqui, são raras as bancas de jornais. Eles são vendidos em lojas, em geral junto com chocolates, os famosos canivetes suíços e algumas outras quinquilharias da mesma duvidosa utilidade prática.

O diabo é que parte da mercadoria fica exposta do lado de fora, com os donos tranca-dos dentro, ainda mais com o frio do cão que faz nesta época do ano. Parece tão fácil de roubar como a bolsa que ficou dando sopa no banco do trem.

Sou obrigado a suspeitar que furtos, se existem, são poucos, porque ninguém criou mecanismos de proteção para as mercadorias expostas do lado de fora.

Ao contrário do Brasil, em que cada um de nós, quando tem bolsa, agarra-a com tanta força como se fosse o filho mais querido.

Algum dia ainda venço a timidez e roubo um jornal. Só para dizer que não têm o direito de me humilhar, esfregando na minha cara a certeza de sua segurança.

[59] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1210200204.htm>

Entre a rua Wall e a rua

SÃO PAULO - Para, mais uma vez, contrariar a sabedoria convencional, suspeito que o problema de um eventual governo do PT não vá ser o radicalismo que alguns setores suspeitam estar escondido sob a pele de cordeiro vestida pelo partido. Será, ao contrário, o excesso de moderação.

Posto de outra forma: se o PT quiser agradar mais à rua Wall de Nova York do que às ruas brasileiras, vai quebrar a cara.

A menos que consiga provar que é possível combinar a ortodoxia defendida pela rua Wall com a mudança votada pelas ruas tupiniquins (se 76% votaram na oposição, não é, obviamente, para manter as coisas como estão, certo?).

Para começar, ganhe quem ganhar, não terá à mão um instrumento anticíclico clássico, que é aumentar o gasto público em momentos de desaceleração da economia.

O FMI já deu aval para o projeto da Comissão Européia que joga de 2004 para 2006 a obtenção do déficit zero, o que mostra que não se trata de radicalismo, de violação de contratos, o diabo. Trata-se de bom senso, mas só está disponível para brancos, não para nós, pobres mulatinhos.

Aqui, como disse ontem Vinicius Torres Freire, um dos meus diletos chefes, "a princípio, não há alternativa a um regime de pão e água".

É até razoável e sensato que, "a princípio", o PT dê mais atenção à rua Wall que à rua brasileira que votou nele. Os tais mercados têm canhões de acionamento instantâneo capazes de pôr um país de joelhos. Já a rua demora para reagir.

Na Argentina, país em que o sangue, felizmente, ferve mais rápido, foram necessários três anos de recessão para chegar ao "panelaço" que depôs Fernando de la Rúa.

O diabo é que esse "pão e água" do princípio pode condicionar o futuro imediato, criando uma camisa-de-força que ponha um eventual governo do PT no caminho de De la Rúa. Mas não por mudar o rumo, e sim por incapacidade de fazê-lo.

[60] ELIANE CANTANHÊDE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2103200404.htm>

Só faltou o bispo

SÃO PAULO - A posse do novo presidente da Febraban (a federação dos bancos), Márcio Cypriano, reuniu dois pólos que costumavam ser antagônicos no Brasil: petistas e banqueiros. Pois não é que virou uma festa de elogios à política econômica?! Estavam ali os grandes do sistema financeiro (até Lázaro Brandão, do Bradesco) e os grandes do governo Lula: Palocci, Dirceu, Meirelles e Mantega. Além de Marta Suplicy - única mulher à mesa principal. Para contrabalançar, o tucano Geraldo Alckmin e um ou outro do sistema produtivo, como Horacio Lafer Piva, da Fiesp. Só faltou o bispo. O MST ameaça retomar as invasões, as centrais sindicais falam em greve, os bingueiros estão nas ruas, e o governo acena com aumento do INSS de empresas e empregados. Só faltava essa, numa hora dessas. Mas os bancos parecem felizes da vida. Tanto que a ministrada, a prefeita e até o governador de São Paulo estavam bem à vontade. Pena a saída um tanto tumultuada. Só Alckmin ficou para entrevistas. Marta foi a primeira a sumir. Palocci e Dirceu escaparam pela cozinha do hotel (o Transamérica de São Paulo) e por pouco não esqueceram Meirelles. Desta vez, não havia manifestantes do lado de fora, como no início da semana, quando Lula entrou pelos fundos e saiu à francesa do Copacabana Palace. Havia jornalistas. Em seu discurso, Marta clamou por uma "nação unida", que vem a ser uma nova versão de "união nacional" e de "governabilidade", expressões muito em voga nos governos quando a coisa começa a ficar preta. E, para não dizer que só falou de flores, a prefeita entrou na onda de Dirceu. Condenou quem "namora o perigo" - a mídia

[61] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1303200304.htm>

E a "solucionática", companheiros?

SÃO PAULO - Os brasileiros acabamos de ser informados de que o PT passou praticamente toda a sua vida equivocado.

É a única conclusão possível a se tirar do mea culpa do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, segundo quem seu partido errou ao não ajudar a aprovar as reformas propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

É importante deixar claro que tais reformas, com diferenças apenas de matiz, estão na agenda tupiniquim desde pelo menos o governo José Sarney. É igualmente importante lembrar que o PT sempre se opôs a elas, não apenas no governo FHC.

Tanto que o próprio Mercadante admite: "Se nosso discurso fosse tão bom, não teríamos perdido duas eleições" (perderam três, na verdade).

Se um partido confessa ter passado a maior parte da sua vida enganado, como é que a gente pode acreditar que agora, sim, esse partido descobriu a verdade, no muito discutível pressuposto de que exista uma verdade única e definitiva?

Não me venham, por favor, com a tolice de que as reformas -o novo bezerro de ouro- promoverão a felicidade nacional bruta e que, portanto, ao descobrir o valor delas, o PT finalmente chegou à idade da razão.

Só acredita nessa hipótese quem acha que as reformas são o pote de ouro ao pé do arco-íris, o Santo Graal ou o equivalente. Dois terços dos brasileiros não acreditam, tanto que votaram em candidatos de oposição ao governo que fez das reformas uma espécie de samba de uma nota só.

Sem contar que boa parte do restante votou em um candidato, José Serra, que não acreditava (e não acredita) nas reformas como a pomada-maravilha, que curará de Aids a pé-de-atleta.

É sempre possível que todos esses brasileiros estejam errados, como o PT agora diz que estava. Mas é igualmente possível que o PT apenas prove ser (ou ter sido) campe-

ão na hora de apontar a "problemática". Quando é preciso vir com a "solucionática", patina, tergiversa, pede calma dia sim, outro também, e faz mea culpa. , por exemplo- e reduziu o governo a mera vítima de uma "politicagem irresponsável". Nesse caso, os réus somos todos nós, de MST a contribuinte do INSS. Exceto os banqueiros, claro.

[62] ELIANE CANTANHÊDE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2202200404.htm>

Pó, pedra e "agenda positiva"

BRASÍLIA - O Congresso está um deserto desde a quinta-feira e vai continuar não só durante como além do Carnaval. É o tempo que o governo e o PT querem -aliás, precisam muito- para se refazer do tranco.

A idéia é desencavar a velha ladainha de uma "agenda positiva" logo na reabertura da reabertura do Congresso, quando o Carnaval e a ressaca passarem, já em março.

O item 1 será a reforma política, tão decantada. Tem crise? Chame-se a reforma política! Baixou a crise? Esqueça-se! Mas o mais interessante da tal "agenda positiva" é mostrar que "o governo está governando". Ué?! E não está, ou estava?

Como os novos ministros Eunício Oliveira (Comunicações) e Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia) participaram da conversa, imagina-se que os dois vão passar a mostrar serviço, lançar projetos, programas. Com um contingenciamento de metade dos R\$ 12 bilhões do Orçamento, não se sabe ao certo com que recursos, mas anunciar não dói. E, se não faz, ninguém lembra mesmo.

No início, dizia-se que a política econômica era "igualzinha" à de FHC. Depois, que o Fome Zero era um embuste e que a política social nem era igual, mas, sim, pior do que a do governo anterior. Em relação às maracutaias: a diferença é que são denunciadas mais cedo.

O governo Lula está num momento decisivo. Tem a obrigação de manter a estabilidade econômica, mas dando sinais de reaquecimento (e nem se fala em "espetáculo do crescimento") e ativando finalmente a área social. Enquanto restaura-se a moralidade. A professora Marilena Chaui identifica um complô nacional, talvez mundial, quiçá planetário, para desfazer os símbolos mais caros ao PT. Errado, professora. Se há complô, é do próprio PT. Quem está fazendo pó de seus símbolos não somos nós nem mesmo a oposição.

É ele: o PT no poder.

[63] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2403200203.htm>

Os números do horror

MONTERREY (México) - De vez em quando me assalta a megalomaniaca impressão de que essas super-conferências internacionais são feitas só para que eu aprenda algo. Explico: são poucos os jornalistas especializados que podem sobreviver, dignamente, tratando apenas de um assunto. Os mortais comuns temos de pular de galho em galho, cuidando de política em um dia, de comércio internacional no outro, de futebol no terceiro -e por aí vai.

Ou, posto de outra forma, sabemos muito pouco, mas de muitas coisas diferentes.

Quando ocorre um evento internacional, então, é obrigatório mergulhar nele com volúpia absoluta para poder aprender mais de uma só coisa.

Foi assim com a Conferência Internacional sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, encerrada anteontem em Monterrey.

Fui ler e ouvir tudo e todos que pude, nos dias prévios e nos cinco dias de duração do evento.

Aí, aprendi, com dor, que: cerca de 826 milhões de pessoas não têm alimentação ade-

quada que lhes permita levar uma vida normal, ativa e saudável; que mais de 850 milhões de pessoas são analfabetas; que perto de 1 bilhão carece de água potável; que 2,4 bilhões não têm saneamento básico; que cerca de 325 milhões de crianças não estão escolarizadas; que 11 milhões de crianças menores de cinco anos morrem por ano de causas evitáveis; fora o 1,2 bilhão que sobrevive com menos de US\$ 1 por dia, uma cifra que já se tornou mais ou menos de conhecimento universal.

Por que digo que essas conferências me parecem feitas para mim? Porque esses números são do conhecimento das instituições internacionais e, por extensão, também dos governos a elas filiados.

Não precisariam, pois, fazer uma conferência internacional para decidir enfrentar um quadro tão horrendo. Mas fazem, uma após a outra. E repetem esses números, uma após a outra, com variações insignificantes. Eu aprendo e não posso fazer nada. Eles já sabem e não fazem nada. Alguma coisa está errada.

[64] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0404200204.htm>

Belicosidade macabra

JERUSALÉM - Em nome da transparência que a Folha tenta praticar, algumas informações preliminares:

1 - Não sou judeu nem árabe. Logo, ao menos em tese, o sangue não vai enviesar meu trabalho sobre o conflito no Oriente Médio.

2 - Não obstante, sou fascinado por esta região do mundo. Sempre que entro em Jerusalém, sinto o peso de 3.000 anos de história e da mística religiosa da única cidade do mundo que abriga locais há séculos reverenciados como sagrados pelas três grandes religiões monoteístas.

3 - O fascínio se estende aos judeus, sei lá por quê.

Desta vez, no entanto, há um gosto amargo no acompanhamento do conflito. Israel está atuando de maneira que leva até um seu ex-primeiro-ministro, o trabalhista Ehud Barak, a considerar que o país perdeu sua "superioridade moral".

Uma coisa é combater o terrorismo, o que deve, como é óbvio, ser feito com todo o rigor possível. Outra coisa é submeter os palestinos ao que, no jargão deste conflito sem fim, é chamado de "punição coletiva".

A história que estava ontem na edição eletrônica do jornal (israelense) "Haaretz" é de horror profundo: duas pessoas de uma mesma família foram mortas na manhã da terça-feira, em Belém. Até a tarde da quarta-feira, permaneciam no apartamento em que viviam e morreram porque o Exército de Israel não autoriza a movimentação de ambulâncias para retirar mortos e feridos.

A família teve de levar os corpos para o banheiro para evitar que as crianças da casa vissem o início da decomposição.

É óbvio que não passa pela cabeça de ninguém que haja uma política deliberada de deixar palestinos apodrecendo nas ruas ou nas casas. Mas a belicosidade do chefe (no caso, o primeiro-ministro Ariel Sharon) acaba fomentando os excessos dos homens e mulheres nas frentes de ataque, com resultados macabros como o que "Haaretz" relata.

Difícil, pois, discordar de Barak.

[65] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2103200104.htm>

Alca, entrega e solidão

BRUXELAS - O embaixador José Alfredo Graça Lima, o principal negociador brasileiro para assuntos comerciais, desabafa: "Estou me sentindo como se estivesse a ponto de entregar o Brasil".

É uma alusão às críticas às negociações para a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas, prevista para englobar os 34 países americanos, menos Cuba). Acompanho o trabalho de Graça Lima já faz um certo tempo. É admirável, pela competência, pelo zelo e até pela paciência que tem para explicar a nós, pobres e ignaros jornalistas, os intrincados lances de negociações comerciais e seu jargão quase sempre impenetrável.

Se há alguém a quem eu jamais aplicaria o rótulo de "entreguista" seria a ele.

Mas a queixa do embaixador acaba sendo reveladora. Mostra que a política externa e, dentro dela, as negociações comerciais deixaram de ser um tema esotérico de que apenas meia dúzia de especialistas, em geral acadêmicos, se ocupavam.

Virou uma questão política e, de repente, pode até ser um dos temas da eleição de 2002, já que a tal de Alca estará sendo negociada até lá e só será concluída (se for) pelo próximo presidente. A propósito: Graça Lima não tem nada contra o plebiscito sobre a Alca proposto pelo PT desde que a pergunta seja assim formulada: "Você é contra ou a favor da liberalização do comércio?".

Ele acha que, reduzindo a questão à Alca, ela fica ideologicamente impregnada. "Tem gente que parece achar que a Alca significa o desembarque dos marines no Brasil", ironiza.

Os "marines" não virão, mas pode vir coisa pior (bugigangas mil, que dinamitem a já precária balança comercial). Ou coisa melhor, dependendo da negociação. A queixa de Graça Lima mostra que está acabando a solidão do negociador brasileiro, coisa de que eles próprios reclamavam até faz pouco.

Melhor assim.

[66] ELIANE CANTANHÊDE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2304200405.htm>

Chiou, levou

BRASÍLIA - Entre as muitas bananosas em que se meteu, o governo está especialmente empenhado em resolver uma: a pressão (justa) por aumentos de salários do setor público.

A greve da PF abriu uma espécie de temporada de paralisações de servidores. O governo podERia ter dado um basta preventivo desde ali. Não deu e multiplicou os "inimigos". Não foi por falta de aviso.

Agora, o Planalto comanda uma operação para reverter as situações desconfortáveis, dar alguma resposta às pressões e mostrar que está atuando -leia-se: governando. É assim que Lula quer, é assim que mandou fazer. Até porque é a popularidade dele que está em jogo. E vem caindo...

Significa que, até agora, os argumentos técnicos vinham ganhando das posições políticas na eterna e insolúvel disputa de opções quando há muitos pleitos e poucos recursos. Agora, o governo tende a abrir os cofres -e seja o que Deus quiser.

O Planalto e o Planejamento trabalham febrilmente para dar reajustes às principais categorias, para atender aos pleitos dos procuradores da União (que, por exemplo, garantem arrecadação e evitam derrotas na Justiça) e para estimular certas áreas. Ou seja: para financiar programas dos ministérios. Vem aí mais grana para reforma agrária, para estradas esburacadas pelas chuvas, para compra de armamento militar.

É bom, mas um risco. A gente vive criticando o arrocho e a ortodoxia, cobrando flexibilização, mas, quando ela parece vir, todo mundo se assusta e começa a se perguntar sobre os efeitos a médio e a longo prazo.

Pois é, o difícil é a calibragem entre política e contas públicas, entre pesquisas de opinião e gráficos de gastos, entre greves e folhas de pagamento. Se fosse fácil, não precisava de governo. E, se não soubesse fazer, que não virasse governo.

Lula vive um momento decisivo, pós-Waldomiro e em meio a tanta efervescência no

campo e nas cidades. Tem de se superar. Entre o político Lula que ele sempre foi e o administrador Lula que ele nunca foi, qual dos dois vai ganhar?

[67] FERNANDO RODRIGUES

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0105200405.htm>

"Mui pronto, mui pronto"

BRASÍLIA - Depois de 16 meses, o governo anunciou ter identificado 219 regiões com potencial turístico. Vai concentrar (sic) suas ações nesses locais. Não há risco de dar certo. Não existe prioridade com 219 itens.

A Baixada Fluminense é um dos locais escolhidos. O programa não tem orçamento definido.

No site do Ministério do Turismo (sim, existe um) não há detalhamento do Programa de Regionalização do Turismo e suas 219 regiões. As duas manchetes da página eram para o Festival de São João de Campina Grande e para o Festival Internacional de Londrina -uma oportunidade para "o intercâmbio de experiências artísticas e socioculturais".

Como quem interessa são os estrangeiros, o site do Ministério do Turismo tem opções do seu conteúdo em inglês e em espanhol. Quem clica nesses links recebe as seguintes mensagens: "soon this area will be available" e "mui pronto este area estará disponible" ("mui", e não "muy", como seria correto). Tendo a administração Lula torrado um terço do seu mandato, fica a dúvida sobre qual será noção relativa de tempo ("soon" e "mui pronto") para os petistas.

Apesar das ruas imundas e da falta de infra-estrutura, o Brasil é barato para europeus e norte-americanos.

Divulgar o real desvalorizado para potenciais turistas ajudaria mais do que o anúncio das 219 prioridades. Evitaria, por exemplo, que os mais de 4 milhões de assinantes da edição de maio da revista norte-americana "Consumer Reports" lessem que o Brasil se inclui entre os destinos de "aventuras caras", porque recentemente "o real se valorizou cerca de 21%" em relação ao dólar.

Certamente, o redator da "CR" olhou apenas a curva do real do governo Lula para cá. A moeda valorizou, de fato. O jornalista pode ter tentado visitar o site do Ministério do Turismo brasileiro. Esbarrou em "soon this area will be available". Se fosse espanhol, teria lido "mui pronto este area estará disponible".

Assim caminha o governo Lula. De "mui pronto" em "mui pronto".

[68] FERNANDO RODRIGUES

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0109200305.htm>

A lei do "rato"

BRASÍLIA - Como poderia dizer o comunista autor da idéia, um espectro ronda a liberdade de expressão. Seu nome é Lei Aldo Rebelo da Língua Portuguesa.

Apresentada em 1999, essa praga caminha lentamente, como um cupim. Sem que ninguém se dê conta, vai cavoucando seu caminho por dentro do Congresso. Aprovada no Senado, na quarta-feira passada passou por unanimidade na Comissão de Educação da Câmara.

Se essa aberração vingar, os meios de comunicação terão de seguir uma regra: "Toda palavra ou expressão escrita em língua estrangeira e destinada ao conhecimento público no Brasil virá acompanhada, em letra de igual destaque, do termo ou da expressão vernacular correspondente em língua portuguesa".

Os jornais precisariam, em tese (essa lei não vai pegar), escrever "rato" entre parênteses depois de "mouse" para descrever o equipamento usado nos computadores. Haverá "sanções administrativas cabíveis" para quem descumprir as novas regras.

Esse é o tipo de ovo de serpente do qual qualquer democrata deveria se distanciar. Hoje, querem que a imprensa escreva rato para descrever um prosaico mouse. Daqui a pouco terão idéias sobre o que pode ser divulgado pelos jornais.

Essa não deve ter sido a intenção de Aldo Rebelo -deputado do PC do B de São Paulo, líder do governo na Câmara e uma das pessoas mais educadas e cultas daquela Casa. Ocorre que seu projeto pavimenta um caminho perigoso contra a livre expressão de idéias no país.

No fundo, a motivação de Rebelo é singela: "Tive uma idéia, vou fazer uma nova lei". Há uma obsessão cartorial-católica-lusitana no Brasil pela regra escrita, carimbada. Rebelo quer proteger o idioma. Tudo bem. Mas é inútil uma lei para isso. Bastaria o governo erradicar o analfabetismo e garantir escolas de qualidade. Aí, é claro, fica difícil.

★ Boa notícia aos leitores: saio duas semanas em férias. Até a volta.

[69] ELIANE CANTANHÊDE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0703200404.htm>

Perdido por um, perdido por mil

BRASÍLIA - Não bastasse José Dirceu estar tão flagrantemente enfraquecido, vem o PT (o PT!) atirar contra Palocci. Está tudo errado. Ou é burrice, ou masoquismo, ou má-fé. O PT trabalha contra o governo, justamente no seu momento mais difícil.

Ao lançar documento cobrando mudanças na economia, o que a Executiva Nacional do partido consegue é ampliar a crise política para o todo. Não sobra pedra sobre pedra. O Lula das metáforas agora entra mudo e sai calado, seja da Venezuela, seja de encontros casuais da rotina do Planalto, seja das solenidades. Aliás, que solenidades? Aquela profusão de cerimônias, discursos, improvisos e cumprimentos parece ser coisa do passado. De antes da sexta-feira, 13 de fevereiro, que revelou Waldomiro Diniz para o país.

Dirceu, o poderoso, mal foi nomeado por Lula chefe dos ministros, da administração e dos programas do governo. Mas anda sem tempo para assumir as novas funções. Só cuida da operação política, que deveria caber ao novo ministro Aldo Rebelo. Pior: para evitar CPIs e tratar de salvar a própria pele do tiroteio dos aliados, principalmente do PT.

Agora, vem o partido atacar a única coisa que parecia impermeável à crise, que era Palocci, em dupla com Luiz Gushiken. Sabe-se lá como os mercados vão abrir amanhã. E sabe-se lá como os investidores internacionais estão vendo tudo isso.

Quando estourou a crise, Dirceu avisou a Palocci e a Gushiken que dispensava manifestações de solidariedade e pediu distância: "Deixa que eu seguro, vocês não podem se contaminar". Eles atenderam direitinho. E o núcleo duro já era.

Aparentemente, a turma política, de José Genoïno (presidente do PT) e de João Paulo Cunha (presidente da Câmara), resolveu sair em defesa de Dirceu... atacando Palocci. Com aliados assim, pra que oposição?

Mas ela não está nada parada. Ao contrário, a crise do governo rearticula a oposição. Se o PT vem quente, PFL e PSDB vêm fervendo. No caldeirão, o tão jovem governo Lula.

[70] ELIANE CANTANHÊDE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0912200305.htm>

Entre o ideal e o possível

BRASÍLIA - O governo Lula lança amanhã o Escola Ideal, um piloto a ser testado em 29 municípios de sete Estados, com boas chances de ser multiplicado por dois em 2004.

O MEC detesta a comparação, mas a idéia lembra o Ciep do Brizola, que virou Ciac com Collor e nem sei em que deu. Ou seja: investir nas condições físicas mínimas das escolas e na apresentação dos alunos do ensino fundamental e médio. Até para criar gosto e auto-estima na garotada.

Em vez de construir monumentos (como os Cieps), o governo federal reforma, amplia e mobília as escolas, inclusive os banheiros. Também garante o acesso de todas as crianças a transporte escolar, a uniforme, a biblioteca e a um ambiente tecnológico básico, com TV, vídeo e antena para internet. Estado e municípios entram com a capacitação e com algum agrado para o professor -gratificação, bônus ou bolsa.

Há várias outras diferenças em relação aos Cieps e aos Ciacs, fantasmas da sempre cantada e nunca decantada prioridade para a educação. Mas a principal delas é que não se pretende criar escolas-modelo -que, aliás, já existem aos montes, mas só uma, duas, três em cada lugar. Dessas excludentes, em que os pais passam dias e/ou noites nas filas sem conseguir vagas para os filhos. No Escola Ideal, a intenção não é diferenciar escolas, mas investir em todas elas. Nas urbanas, uma por uma. Nas rurais, criando núcleos que possam atender a toda uma mesma área.

Os 29 municípios receberão R\$ 3 milhões cada um, em média. Foram escolhidos com base no IDH (os mais pobrezinhos), na população (10 mil a 15 mil habitantes, só) e no interesse das autoridades locais, a partir do próprio prefeito, claro, mas não só dele. A ambição de Cristovam Buarque é começar modestamente, monitorar o sistema e chegar a todos os 5.500 municípios em 15 anos no pós-Lula (se é que ele pensa em sair até lá!).

Fica aqui o registro para vigiar mais essa novidade e ver no que dá. Porque, de Cieps em Cieps, os nossos sonhos vão virando pó.

[71] ELIANE CANTANHÊDE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1911200205.htm>

Paulistério desvairado

BRASÍLIA - Todo mundo vivia ironizando FHC e os tucanos por fazerem um "governo de paulistas". Apesar de carioca, o próprio FHC fez vida pública em São Paulo, tanto quanto José Serra, Sérgio Motta, Clóvis Carvalho, José Gregori e o gaúcho Paulo Renato Souza. E trouxeram equipes.

FHC, porém, pelo menos foi buscar no Rio a cúpula econômica. Pedro Malan, Gustavo Franco e Armínio Fraga, só para citar alguns. E Lula?

Pernambucano, o presidente eleito fez toda sua vida em São Paulo. E é cercado por José Dirceu, mineiro-paulista, José Genoíno, nordestino-paulista, e Antônio Palocci, Luiz Gushiken, Gilberto Carvalho e Aloizio Mercadante, paulistas-paulistas.

Daí vão sair os homens do poder, inclusive do Planalto e da economia. Um ou outro mineiro, como o vice José Alencar, serão escalados para diversificar um pouco a foto. Mas a "entourage" de Lula é toda paulista.

Se alguém dá uma pitada de graça ao atual e ao novo paulistério são os baianos: Nizan Gunaes no caso de FHC, Duda Mendonça no de Lula, e ACM no de ambos... E que graça!

Afora eles e José Alencar (cotado para Desenvolvimento), Lula também deve convocar -como já fez para a equipe de transição- bons técnicos do Rio, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Acre, Estados hoje administrados pelo PT.

Mas não se engane. Eles serão chamados na condição de assessores (ou acessórios?), para ajudar a botar a casa e a burocracia em dia. O centro do poder político, social, econômico é/será de São Paulo e ninguém tasca.

Além do Planalto e da cúpula econômica -Banco Central incluído-, não seria surpresa se duas áreas-chave fossem também para o Estado mais desenvolvido: Educação e Saúde. Lá estariam os melhores educadores e sanitaristas.

Se é para mudar, entretanto, é importante cuidar também do equilíbrio da Federação

nos cargos e nos gabinetes que decidem o futuro de uma nação inteira. Querendo e buscando, há muita gente boa por aí. O país e o mundo não começam nem acabam nas fronteiras de São Paulo.

[75] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1208200304.htm>

A indecência e as moscas

SÃO PAULO - É comovedora a capa cidade dos nobres senhores deputados de combater privilégios.

Gabam-se todos, inclusive o Executivo, de ter aprovado rapidamente a reforma previdenciária, que ataca supostos ou reais privilégios do funcionalismo público.

Pena que esta Folha, sempre muito desagradável, traga a público um baita privilégio, este, sim, incontroverso, na forma dos tais CNEs (Cargos de Natureza Especial).

Trata-se, para quem não leu, de 1.960 pessoas contratadas sem concurso público, ao custo de R\$ 97 milhões só neste ano, para prestar serviço aos deputados que fazem parte da Mesa. Alguns deles atuam nos Estados de origem dos deputados.

Há funcionário que jamais aparece em Brasília, embora, salvo prova em contrário, a Câmara dos Deputados funcione na capital federal há quase meio século.

Cada deputado pode usar o argumento que quiser para tentar justificar os CNEs, como já fizeram Inocêncio Oliveira (PFL-PE), Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) e o próprio presidente da Casa, João Paulo Cunha (PT-SP), pela palavra de seu assessor de imprensa. Mas não há outra palavra para designar mais esse trambique que não seja indecência. Indecência agravada pelo fato de que os deputados, em sua maioria, foram muito rápidos para derrubar supostos privilégios alheios, mas continuaram a usufruir de seus próprios (e reais) privilégios.

Indecência maior é a do presidente da Câmara, que vem de um partido que jamais a comandou e, portanto, não pode ser acusado de responsável pela implantação do esquema dos CNEs. Mas, já que encontrou a indecência instalada, para que desmontá-la, se mexeria com interesses mais poderosos do que o do funcionalismo comum? Essa é a mudança que o PT prometeu? A das moscas apenas?

[76] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0802200304.htm>

O provisório pode matar

SÃO PAULO - Suspeito que o cientista político Fábio Wanderley Reis, professor da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), expressou um sentimento muito difundido entre os brasileiros que não são nem petistas nem antipetistas militantes em entrevista a esta Folha.

Ao falar sobre a dificuldade de encontrar uma alternativa para a política econômica herdada do governo anterior, disse:

"Espero que o PT tenha criatividade, inventividade, para dar resposta ao desafio que está posto à frente".

Um mês de governo é pouco tempo, obviamente, para que a criatividade e a inventividade petistas pudessem desabrochar plenamente.

Por aí, portanto, nada a criticar. O diabo é que a manutenção pura e simples da política anterior pode criar uma armadilha difícil ou até impossível de romper mais adiante, se e quando criatividade e inventividade se manifestarem.

Tome-se o caso do superávit fiscal (a diferença entre receitas e despesas do governo, excluídos os juros). O percentual acertado pelo governo Fernando Henrique com o Fundo Monetário Internacional já foi altíssimo (3,75% do PIB).

O resultado real foi ainda mais elevado (pouco acima de 4%). Mas o PT, deixando que

o medo dos mercados vencesse a esperança dos eleitores em mudanças mais imediatas, anunciou ontem o "pai de todos os superávits" (4,25% do PIB).

Dizem que é provisório, para evitar um sinal de mudanças ao qual o mercado reagiria muito mal. Muito bem. Que reação terão os mercados se, para o ano que vem, o governo Lula anunciar que o superávit será menor, mesmo que seja para voltar ao patamar de 3,75%?

A crença em que, entupindo de carne os leões do mercado, eles seriam condescendentes transformou FHC em mero gerente da crise durante o seu segundo mandato.

[78] FERNANDO RODRIGUES

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0109200405.htm>

Realidade e marketing

BRASÍLIA - Lula tem uma fita de vídeo em seu gabinete. São cenas suas e da seleção brasileira de futebol no Haiti. Há trechos do "Jornal Nacional", da TV Globo. Zagallo está quase chorando. O presidente abraça os jogadores. É uma festa.

O vídeo é apresentado para visitantes seletos. Lula se refestela com seu maior ato de marketing internacional desde que assumiu o cargo.

A propaganda agora será reforçada. A economia cresceu 4,2% no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2003. É um resultado expressivo. Desde o retorno à democracia, em 1985, só em seis anos o PIB cresceu mais de 4%: 1985 (7,9%); 1986 (7,5%); 1993 (4,9%); 1994 (5,9%); 1995 (4,2%) e 2000 (4,4%).

Nas cidades, o crescimento da economia pode até não ajudar candidatos a prefeito petistas, mas deixará de atrapalhar. O discurso de estagnação econômica usado pela oposição terá de ser, do ponto de vista político-eleitoral, colocado na prateleira.

Não que exista segurança sobre a capacidade de o país sustentar esse crescimento.

Não há essa certeza. Só que os políticos estão preocupados em ganhar a eleição. A população paga a conta mais adiante.

Há exemplos de como o país está despreparado para crescer de maneira sustentada. Basta olhar o nível de informação dos principais assessores do presidente da República.

Guido Mantega (Planejamento) falou ontem de manhã na TV Globo -sempre lá- que só a China se equipara ao Brasil em ritmo de crescimento das exportações. Errado.

As exportações brasileiras estão em 32º lugar em percentual de crescimento no período de 12 meses que terminou em maio. O Brasil está atrás de Uruguai, Bolívia e Peru. Tudo bem. O marketing acima de tudo. O Haiti ama o Brasil. O crescimento da economia dá para o gasto eleitoral nas cidades. E Lula está feliz com seu vídeo futebolístico.

[79] Garotinho imita Silvio

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1202200005.htm>

FERNANDO RODRIGUES

Brasília - Engana-se quem imagina que o governador do Rio, Anthony Garotinho, pensa apenas no PMDB como opção à sua saída do PDT.

Erra muito mais quem acredita ser para valer o convite feito por Lula a Garotinho para que este entre no PT no caso de a divergência com Leonel Brizola entornar o caldo de vez.

Muito discretamente, Garotinho está preparando uma terceira via. Trata-se da microsíglia PST (Partido Social Trabalhista), uma agremiação nascida em São Paulo na década de 80. Está para anunciar o espetacular número de nove deputados em sua bancada na Câmara.

O PST ficou famoso, por assim dizer, em 89. Naquele ano, foi por essa sigla que o apresentador de TV e empresário Silvio Santos imaginou disputar a Presidência da República.

A Justiça Eleitoral barrou os planos de Silvio Santos. O PST ficou hibernando esse tempo todo. Ressurgiu recentemente como braço parlamentar dos evangélicos da Igreja Universal.

Também não deu certo a aventura da Universal. Agora, o deputado federal do Rio Francisco Silva, ex-secretário de Estado de Garotinho, está capitaneando a incursão do governador do Rio no PST.

O anúncio da bancada de nove parlamentares deve ser feito até terça-feira, dia 15. O número pode crescer.

Isto é, se não abaterem os planos do PST em pleno vôo. Tucanos andam preocupados. Pefelistas, irados. O PMDB se sente órfão. Nos bastidores da Câmara, essa é a fofoca mais quente do momento.

O PST cairia como uma luva para Garotinho. Tem registro definitivo e está pronto para ser assumido por um político com pretensões nacionais.

Nada é para já, é claro. Tudo fica para depois das eleições municipais. Mas o PST deve ser sempre considerado quando alguém conjecturar sobre o futuro de Garotinho.

[80] ELIANE CANTANHÊDE

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0209200405.htm>

Tudo a seu tempo

BRASÍLIA - O Brasil parece, enfim, ter retomado o rumo de crescimento, registrando um aumento do PIB de 4,2% no primeiro semestre em relação ao de 2003. Isso significa aquecimento da produção industrial, das vendas do comércio, dos empregos e... das expectativas eleitorais do PT.

Aproveitando a boa onda na economia, Lula pretende surfar na onda política. Na próxima quinta-feira, já vai fazer festinha para os atletas da Olimpíada de Atenas. Muito justo.

Nada melhor do que juntar um crescimento acima do previsto com o pulo de 52º (em 2002) para 18º lugar (neste ano) na classificação geral das Olimpíadas. Melhor do que isso só sendo justamente em ano eleitoral.

Petistas federais, estaduais e municipais não param de repetir que a campanha "não será federalizada". Ou seja: que Lula não estará no centro dos palanques. Como entre o discurso e a prática lá se vão muitos interesses e estratégias, é evidente que não funciona assim. Lula estaria fora se fosse para apanhar. Mas acabará dentro se for para ajudar. (Atenção, você que é muito literal: isso não quer dizer presença em carne e osso!).

Tudo isso significa que, além de reconhecer a "herança bendita" que acreditou nos atletas nacionais, o PT vai ficar devendo mais um entre tantos pedidos de desculpas: ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho.

Palocci já foi xingado, desautorizado, ironizado e criticado até em notas da cúpula do PT por adotar uma política "igualzinha a de FHC". E agora? Será reabilitado em praça pública pelos próprios colegas de partido? E pelos colegas do próprio governo?

Como é sempre bom deixar uma ressalva, não custa lembrar que o Banco Central está se coçando para subir os juros, que os economistas de diferentes tendências consideram inevitável aumentar a gasolina e que crescimento sem infra-estrutura não costuma ir muito longe.

Mas, gente, é hora de o PT festejar. A realidade nua e crua pode ficar para depois. Depois das eleições, claro.

[81] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1503200304.htm>

Independência do BC, a lenda

SÃO PAULO - O presidente do Banco Central se reunia com o presidente da República mais ou menos a cada seis meses. "Não raras vezes, o presidente lhe dirigia sugestões sutis, expressas de maneira cuidadosa, para que ele reduzisse a taxa de juros, de modo a estimular o crescimento da economia".

De que país estamos falando: Brasil, Argentina, Guatemala? Não, estamos falando dos Estados Unidos e da lendária independência de seu banco central, o Federal Reserve.

O trecho citado refere-se a Paul Volcker, então presidente do Fed, e a Ronald Reagan, então presidente dos EUA. Está no livro "Maestro", biografia do atual presidente do Fed, Alan Greenspan, escrita por outra lenda, o jornalista Bob Woodward, um dos dois repórteres do caso Watergate, que levou o presidente Richard Nixon à renúncia.

Serve para provar que a independência do BC americano é, no mínimo, meia boca, ao contrário do que os fundamentalistas de mercado vivem querendo vender como modelo no Brasil.

Se os mercadocratas não tivessem abolido o bom senso, a prova nem seria necessária. Quem depende de alguém para ser nomeado e/ou manter-se em um dado cargo faz o possível para agradar quem o nomeia.

É da natureza humana, na China como na Tanzânia, nos Estados Unidos como no Brasil. Mesmo assim, só no Brasil pode prosperar a tolice de que uma eventual intervenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas decisões do BC sobre juros significaria um enfraquecimento de Henrique Meirelles ou do ministro Antonio Palocci Filho ou de ambos.

O contrário é que é verdadeiro: se Lula deixar o BC fazer alguma barbearagem, enfraquecem-se ele e seus subordinados, cujo prestígio não é próprio, mas emprestado pelo presidente (ou alguém aí acha, seriamente, que Palocci seria ministro da Fazenda em qualquer governo que não o de Lula?).

[82] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0809200104.htm>

Cortejando a crise

SÃO PAULO - O empresário Paulo Cunha (grupo Ultra), um dos fundadores do Iedi (Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial), mergulhou em 150 anos de história brasileira para descobrir que, nesse período, houve 42 anos em que a economia cresceu menos que a população.

"Normalmente, os períodos de estagnação ou de recessão brasileiros estão associados ao surgimento de restrições externas ao desenvolvimento econômico", ensina ele.

Significa o seguinte: as contas externas deveriam incomodar também a você, que não é importador nem exportador e, no máximo, contribui para o buraco externo com uma ou outra viagensinha.

O Brasil vive agora um desses períodos de "restrições externas ao desenvolvimento".

Há quem ache que a coisa é bem mais feia: o país estaria na iminência de uma crise por falta de financiamento externo para cobrir o rombo crescente.

De fato, o governo Fernando Henrique Cardoso começou com um déficit nas contas correntes (que medem as transações com o exterior) da ordem de 0,2% do PIB (Produto Interno Bruto, a produção de bens e serviços de uma economia).

Vai fechar este ano com um buraco na altura dos 5% do PIB.

Paulo Cunha apresenta outro dado para mostrar o tamanho da vulnerabilidade: o que ele chama de PEL (Passivo Externo Líquido) pulou, entre 94 e 99, de 23% para 46% do PIB. O PEL é a soma da dívida externa com o estoque de investimento estrangeiro, deduzidas as reservas cambiais, o estoque de investimentos brasileiros no exterior e

os créditos brasileiros externos.

Esses 46% representam o percentual mais alto dos últimos 20 anos, superior aos níveis dos anos 80 (a chamada década perdida).

Conclusão: o Brasil "corteja" uma nova crise externa, diz o empresário. E acrescento eu: a perspectiva de vitória eleitoral da oposição não tem nada a ver com isso, antes que venham com o terrorismo de praxe.

[83] JOSIAS DE SOUZA

O pescoço de Lula

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz18069804.htm>

São Paulo - Lula dizia, em tempos outros, que, para chegar à Presidência, Brizola seria capaz de "pisar no pescoço da própria mãe". No da mãe, talvez não. Mas, no de Lula, Brizola já está pisando.

Brizola escala o pescoço do companheiro de chapa gostosamente. Se o PT deixar, logo estará com os sapatos sobre a cabeça de Lula. Ou, por outra: não demora e estará cavalgando um "sapo barbudo" domesticado.

Em termos eleitorais, Brizola é uma espécie de sub-Enéas. Na última campanha, arrancou das urnas menos votos do que o candidato do Prona. Pois hoje, montado na jugular de Lula, Brizola volta a atrair os holofotes. Como seu poder de influência roça o chão, canibaliza o prestígio alheio.

Soltam-se fogos no Palácio do Planalto. Os auxiliares de FHC buscavam formas de associar a imagem de Lula ao conceito de despreparo. A movimentação de um Brizola individualista veio a calhar.

Nada poderia servir mais aos interesses do governo do que a sensação de que Lula é dominado pelo vice. PT e PDT não esperam pelas cascas de banana que o inimigo planeja pôr no caminho da oposição. Os partidos se enrolam sozinhos.

Lula subiu nas pesquisas graças à impressão, hoje generalizada, de que o governo despreza o ser humano. Mas, assim como subiu, pode descer. Basta que o eleitor se convença de que a prioridade de sua gestão não seria o emprego, a saúde ou a educação. A prioridade seria, conforme alardeia Brizola, a retomada de estatais privatizadas. Só Brizola poderia imaginar que a venda da Cia. Vale do Rio Doce será anulada por um "simples despacho". Só Brizola poderia achar que a Telebrás, se vendida, será reestatuída sem uma guerra judicial, para a qual o prazo de um mandato é escasso.

Ou o PT arranca Brizola de cima do pescoço de Lula ou o candidato não terá fôlego para chegar ao final da campanha.

[84] FERNANDO RODRIGUES

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2008200305.htm>

Troca de roupa

BRASÍLIA - Parecia o anúncio de um craque de futebol e não a filiação de um político a cerimônia oficial de entrada de Anthony Garotinho ontem no PMDB. Dezenas e dezenas de pessoas se acotovelavam para abraçar o cristão-novo peemedebista.

Na sessão de empurra-empurra na Câmara, chamou a atenção uma das frases de Garotinho: "Mudar de partido não significa mudar de lado". Essa assertiva foi precedida de outra, sobre a falta de predicados no sistema político-partidário brasileiro. É o tipo de opinião que diz muito sobre o PMDB e Garotinho.

Do PMDB, o lugar-comum mais ouvido é que foi o bastião da defesa da democracia durante do regime militar (1964-1985). Uma bobagem repetida mil vezes quase se torna verdade. Esse é um caso. O MDB era o partido de oposição consentida (sic). Ti-

vessem mais políticos se recusado a fazer parte da farsa, talvez menos tempo tivesse durado aquele sistema nefando -apoiado à época pelo arenista José Sarney, hoje ironicamente um dos líderes do PMDB.

No caso de Garotinho, comporta-se como um político recém-saído da telenovela Kubanacan. Sua mulher, Rosinha, assemelhava-se ontem a um totem indígena mudo seguindo o marido falante. É impossível precisar a ideologia de ambos.

O axioma de Garotinho sobre mudar de sigla é um desafio à lógica, mas tem um significado certo: atacará o governo quando puder. Vai prestar um serviço ao PMDB. A sigla seguirá espetando a faca na barriga de Lula, pedindo mais "participação na administração federal" -o atual eufemismo para fisiologia.

O ambiente ontem na filiação dos Garotinhos estava quente. O ar-condicionado da Câmara não funcionava bem. Muita gente de terno e gravata suava em bicas.

Ao final, feliz da vida por trazer mais opositoristas ao PMDB, o presidente da sigla no Rio, deputado Moreira Franco, foi indagado por um presente: "Para onde você vai?". Empapado de suor, respondeu: "Eu vou é trocar de roupa". É, faz sentido.

[88] CLÓVIS ROSSI

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3009200404.htm>

Brasil, Iraque, Haiti

SÃO PAULO - Peço ao leitor que, por favor, volte às fotos que esta **Folha** publicou ontem na capa, aquelas dos policiais do Rio de Janeiro cercando moradores do morro da Providência e, depois, carregando escadas abaixo o cadáver de um deles.

Pergunto: há alguma diferença essencial entre essas cenas e as cenas de decapitação de reféns pelos terroristas iraquianos? A rigor, a única diferença é a arma usada, porque a selvageria é rigorosamente a mesma. Até os cenários são parecidos na selvageria pelo que revelam de anarquia e de abandono.

Passa agora, caro leitor, para as fotos do arrastão na praia do Leblon. Qual é a diferença entre os ataques nesse que é um dos principais pontos do Rio de Janeiro e os saques em Gonaives, em um Haiti devastado pelos conflitos internos, pela corrupção, pela violência endêmica e, agora, por um furacão?

Bom, aqui há, sim, diferenças, mas a favor do Haiti: lá, a dissolução do poder público é oficialmente assumida. Aqui, supostamente existem as instituições responsáveis pela ordem pública. Existir, até existem. Funcionar é outra história.

Passa o leitor agora para as declarações do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, um excelente advogado e uma bela figura pública, aliás. O ministro reconhece, implicitamente, que o presidente da República cometeu crime eleitoral ao pedir votos para a prefeita Marta Suplicy em inauguração de obra, mas dá de ombros: foi "pecado venial". Até seria, se de religião se tratasse. Mas, para crimes, não há "veniais" ou "capitais". Há crime. Ponto.

No fundo, é essa leniência com o desrespeito à lei que faz o Brasil ter momentos (os piores momentos, aliás) de Iraque e de Haiti.

Não é por acaso, portanto, que pesquisa do Banco Mundial mostre o Brasil como o pior país, entre 53 pesquisados em matéria de corrupção e de criminalidade.

É esse o país real. Não há campanha ufanista capaz de ocultá-lo.